



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
POSGRAP – PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PPGEO – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



LUIZ CARLOS TAVARES DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: (DES) SOCIALIZAÇÃO E SUBSUNÇÃO DO
TRABALHO AO CAPITAL**

SÃO CRISTÓVÃO, SE

2023

LUIZ CARLOS TAVARES DE ALMEIDA

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: (DES) SOCIALIZAÇÃO E SUBSUNÇÃO DO
TRABALHO AO CAPITAL

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe PPGeo/UFS, como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Rocha dos Santos.

SÃO CRISTÓVÃO, SE
2023

LUIZ CARLOS TAVARES DE ALMEIDA

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA: (DES) SOCIALIZAÇÃO E SUBSUNÇÃO DO
TRABALHO AO CAPITAL

Tese de Doutorado submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Sergipe PPGeo/UFS, como
requisito para obtenção do título de Doutor em
Geografia.

Tese de Doutorado aprovada em 28 de fevereiro de 2023 por:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Ana Rocha dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dra. Rogata Soares Del Gaudio
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof.^a Dra. Alexandrina Luz Conceição
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof.^a Dra. Lívia Jéssica Messias de Almeida
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

A447 Almeida, Luiz Carlos Tavares de
e Educação empreendedora: (des)socialização e subsunção do
trabalho ao capital / Luiz Carlos Tavares de Almeida; orientadora
Ana Rocha dos Santos. – São Cristóvão, SE, 2023.
281 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
Sergipe, 2023.

1. Geografia econômica. 2. Educação – Finalidades e objetivos.
3. Educação e Estado. 4. Reforma do ensino. 5. Mercado de
trabalho. 6. Empreendedorismo. I. Santos, Ana Rocha dos, orient. II.
Título.

CDU 911.3:33:37.014.54

Dedico essa tese a meu filho Lorenzo.

Espero que esse mundo possa ser, pelo menos por um momento, um pouco mais suave, sem dor, mais justo e cheio de amor. Quando isso acontecer, certamente eu, sua mãe e toda a nossa família estaremos aí, do seu lado, porque esse dia será o dia de nossas vidas!!

*“Quando isso tudo passar por nós
Não tenha medo de nada
Seremos porto seguro
E tudo que tarda não falha
Quando isso tudo passar por nós
Trazendo silêncio, ciladas
Pequenos lugares escuros
No decorrer da jornada
Quando absurdos tomarem voz
Não tenha medo de nada
Seremos gritos e cantos tantos, labareda
alvorada
Quando esse surto hostil atroz
Se desmanchar nos pensares
Seremos seres possíveis
Apesar dos pesares
Nossa força em convergência
Alma aflora resistência
Contra fúria, coerência
Venha o que vier, não nos deterá
Venha o que vier, não nos deterá
Venha o que vier, não nos deterá
Venha o que vier, não nos deterá
Quando isso tudo passar por nós”*

(Fernando Anitele e Danilo Souza)

AGRADECIMENTOS

No caminho da vida muitas batalhas são travadas cotidianamente, e por mais pequenas que possam parecer, são elas que vão dando significado a esta vida. Não quero, nem por um momento, hierarquizar essa ou aquela experiência, sei que todas elas são situadas e correspondem às expectativas e possibilidades de cada sujeito concreto. No meu caso, minha caminhada, que de algum modo pode estar representada nessa tese, é de muita luta, persistência e acolhimento. Me sinto muito privilegiado por estar onde estou e ter em meu caminho pessoas tão fundamentais. Minha eterna gratidão e sinceros agradecimentos:

À minha **família**. Nada seria possível sem todos vocês! Muito obrigado por cada gesto de cuidado, de preocupação, de amor. Obrigado por tanto e por tudo. Enfrentamos muitas dificuldades, mas nossa união conseguiu enfrentar cada obstáculo, e hoje somos muito mais fortes. Por cada pessoa dessa família continuarei vivendo e lutando. **José Carlos** (meu pai) e **Maria José** (minha mãe), vocês dois são o sentido de tudo, os grandes responsáveis por essa família tão linda. Aos meus irmãos, **Carlos Henrique** e **Mayara**, continuo a afirmar o orgulho que tenho de vocês dois. Podem contar comigo para o que der e vier, e que nossa união seja eterna! Agradeço às forças de luz por terem me proporcionado essa família!

À minha companheira, **Amanda**, muito obrigado por existir na minha vida. Formamos uma família linda, e com a vinda de **Lorenzinho**, tudo ficou ainda mais completo. Tenho comprovado o seu valor, sua garra diante da vida, e como é bom tê-la diariamente ao meu lado! **Lorenzo**, você trouxe luz, esperança, renovou nossos sonhos. Espero que cresça e seja muito feliz, que encontre seu caminho e que nunca abra mão de seus sonhos.

Aos demais familiares, muito obrigado por torcerem por mim. Existem várias formas de tornar a vida um tanto mais leve, e uma delas é a presença, em nossos dias, de todos aqueles que se tornam família.

À minha orientadora, **Ana Rocha**, muito obrigado por todos esses anos de parceria e orientação. Sem dúvida você é um dos grandes exemplos que tenho na vida. Seu carinho e companheirismo me ensinaram muita coisa. Obrigado por tudo!

À **Alexandrina** e a **Marcelo Mendonça**, suas contribuições foram centrais na elaboração dessa pesquisa. Muito obrigado pelo desprendimento e compromisso com a produção científica.

Ao **GRUPE**, pelos debates, pelas amizades e companheirismo na caminhada da produção científica.

À **CAPES**, pelo auxílio financeiro concedido para a realização dessa pesquisa. Sem fomento a pesquisa a ciência não avança, não se democratiza e não serve aos propósitos de transformação social.

RESUMO

Partindo do pressuposto de que a educação possui uma relação “orgânica” com a estrutura social a qual pertence, uma vez que é parte desta totalidade e é por ela engendrada, o objetivo geral desta tese é analisar o processo de empresariamento da educação pública e sua relação com a promoção do empreendedorismo no currículo escolar, com destaque para o processo de reestruturação curricular do Ensino Médio da educação pública do estado de Sergipe. Para tanto, seu desenvolvimento amparou-se na análise e questionamento da radical interferência dos setores empresariais na elaboração e condução da política educacional, sobretudo, ao editar, por dentro dos processos educacionais, a imposição irrestrita de um ideal de formação humana tendente ao conformismo e à adaptação dos sujeitos à precariedade própria das relações de trabalho atuais. Imbuída de um caráter ideológico instrumental, a Reforma do Ensino Médio foi imposta como um processo natural de modernização, tratada como medida alheia às relações de poder e sem historicidade. Nesses termos, o ponto nodal da chamada “educação empreendedora”, preconizada pela Reforma do Ensino Médio e pela nova BNCC, é afirmar o individualismo como princípio ético-político de legitimação da meritocracia, estabelecendo nexos entre a empregabilidade, o empresariamento de si, o modelo de Estado mínimo, o trabalho flexível e o padrão de acumulação nos termos neoliberais. Para dar conta dessas múltiplas determinações definidoras do real concreto, essa pesquisa foi estruturada em três pilares fundamentais - Estado, capital e trabalho. Segundo Mészáros (2015), esses pilares lastreiam todo sistema do capital, são eles os responsáveis por alimentar, a partir de contradições estruturais, um círculo vicioso de práticas corretivas e de coesão social historicamente insustentáveis. Em termos de método, esta tese está fundamentada no materialismo histórico-dialético, adotado como método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis, e na teoria Histórico-Crítica, referência analítica sem a qual não teríamos avançado na compreensão e questionamento da dinâmica instrumentalizadora do trabalho educativo. Os trabalhos de campo foram pensados e articulados tendo em vista a necessidade de captar a dinâmica concreta objetivada pelos sujeitos da pesquisa. Todo esse cenário tem apontado para um processo em curso – o aprofundamento da dualidade educacional, da instrumentalização dos processos formativos e do aprimoramento de uma cultura educacional (fortemente influenciada pelas pedagogias do “aprender a aprender”) comprometida com o desenvolvimento de pautas individualistas e com a adequação do trabalho (via transferência de competências e habilidades de teor instrumental) a precariedade própria do mercado informal.

Palavras-chave: Educação empreendedora; Reforma do Ensino Médio; Precarização do trabalho.

ABSTRACT

Based on the assumption that education has an "organic" relationship with the social structure to which it belongs, since it is part of this totality and is engendered by it, the general objective of this thesis is to analyze the process of entrepreneurship in public education and its relationship to the promotion of entrepreneurship in the school curriculum, with emphasis on the process of restructuring the curriculum of public high school education in the state of Sergipe. For this, its development was based on the analysis and questioning of the radical interference of the business sectors in the elaboration and conduction of educational policy, especially when editing, inside the educational processes, the unrestricted imposition of an ideal of human formation tending to conformism and the adaptation of the subjects to the precariousness of the current work relations. Imbued with an instrumental ideological character, the High School Reform was imposed as a natural process of modernization, treated as a measure alien to power relations and without historicity. In these terms, the nodal point of the so-called "entrepreneurial education", advocated by the high school reform and the new BNCC, is to affirm individualism as an ethical-political principle to legitimize the notion of meritocracy, establishing links between employability, entrepreneurialism, the minimal state model, flexible work, and the pattern of accumulation in neoliberal terms. To account for these multiple defining determinations of the concrete real, this research was structured on three fundamental pillars - State, capital, and labor. According to Mészáros (2015), these pillars underpin the entire system of capital; they are responsible for feeding, from structural contradictions, a vicious circle of corrective practices and historically unsustainable social cohesion. In terms of method, this thesis is based on historical-dialectical materialism, adopted as a method for interpreting reality, worldview, and praxis, and on the Critical-Historical theory, an analytical reference without which we would not have advanced in the understanding and questioning of the instrumentalizing dynamics of the educational work. The fieldwork was designed and articulated with the need to capture the concrete dynamics objectified by the research subjects in mind. This entire scenario has pointed to an ongoing process - the deepening of the educational duality, the instrumentalization of the formative processes and the improvement of an educational culture (strongly influenced by the "learn to learn" pedagogies) committed to the development of individualistic agendas and the adaptation of work (via the transfer of instrumental competencies and skills) to the precariousness of the informal market.

Keywords: Entrepreneurial education; High School Reform; Precariousness of work.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES.....	Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
ANFOPE.....	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPED.....	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa
BM.....	Banco Mundial
BNC.....	Base Nacional Curricular
BNCC.....	Base Nacional Comum Curricular
BNDS.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDS.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRID.....	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CACB.....	Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
CAGED.....	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAGED.....	Cadastro Geral de Empregos e Desempregados
CCE.....	Característica do Comportamento Empreendedor
CEB.....	Câmara de Educação Básica
CEBRAE.....	Centro Brasileiro de Assistência à Pequena Empresa
CEE/SE.....	Conselho Estadual de Sergipe
CENPEC.....	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEOE.....	Confederação Espanhola de Organizações Empresariais
CF.....	Constituição Federal
CLT.....	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE.....	Conselho Nacional de Educação
CNI.....	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ.....	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq.....	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSED.....	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPP.....	Contribuição Patronal Previdenciária
CSLL.....	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DAS.....	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DCNs.....	Diretrizes Curriculares Nacionais
DED.....	Departamento de educação
DIEESE.....	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIT.....	Divisão Internacional do Trabalho
EAD.....	Educação a Distância
EJA.....	Educação de Jovens e Adultos
EJAEFIL.....	Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental II
EJAEM.....	Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio
EPP.....	Empresa de Pequeno Porte
EUA.....	Estados Unidos da América
FGB.....	Formação Geral Básica
FGTS.....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES.....	Programa de Financiamento Estudantil
FMI.....	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB.....	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GATS.....	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
GEM.....	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE.....	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
ICMS.....	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH.....	Índice de Desenvolvimento Humano
IES.....	Instituições de Ensino Superior
IF.....	Itinerários Formativos
IFS.....	Instituto Federal de Sergipe
INEP.....	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
INSS.....	Instituto Nacional do Seguro Social
IPI.....	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IRPJ.....	Imposto Sobre a Renda das Pessoas Jurídicas
ISS.....	Imposto Sobre Serviço
JEEP.....	Just Enough Essential Parts
JEPP.....	Jovens Empreendedores Primeiros Passos
JUCESE.....	Junta Comercial do Estado de Sergipe
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBC.....	Movimento Brasil Competitivo
MEC.....	Ministério da Educação

MEI.....	Microempreendedor Individual
MP.....	Medida Provisória
MSI.....	Management Systems International
PPP.....	Projeto Político Pedagógico
TEM.....	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE.....	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC.....	Organização Mundial do Comércio
ONU.....	Organização das Nações Unidas
OSCIP.....	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PASEP.....	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEA.....	População Economicamente Ativa
PIS.....	Programa de Integração Social
PISA.....	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PISA.....	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PJ.....	Pessoa Jurídica
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBE.....	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNEE.....	Programa Nacional de Educação Empreendedora
PNLD.....	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNMPO.....	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PROUNI.....	Programa Universidade Para Todos
SAESE.....	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe
SEBRAE.....	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC.....	Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da cultura
SENAC.....	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI.....	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEMED.....	Serviço de Ensino Médio
SESC.....	Serviço Social do Comércio
SINTESE.....	Sindicato dos Trabalhos em Educação do Estado de Sergipe
TIC.....	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPE.....	Todos Pela Educação
TQC.....	Total Quality Control
UNDIME.....	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNESCO.....Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID.....Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Matrícula no Ensino Superior na Rede Privada, por tipo de Financiamento/Bolsa – 2008 a 2018.....	69
GRÁFICO 2 – Brasil - Situação da informalidade – 2017 a 2011 (%).....	113
GRÁFICO 3 – Brasil – Sergipe, taxa composta de subutilização da força de trabalho, nos 3º trim., 2012/2022 (%).....	118
GRÁFICO 4 – Brasil – Evolução da negociação coletiva de trabalho.....	119
GRÁFICO 5 – Brasil – Índice de filiação sindical (%).....	120
GRÁFICO 6 – Arrecadação empresarial, Sistema “S” (R\$, em bilhões).....	121
GRÁFICO 7 – Contribuições sindicais - Centrais Sindicais (R\$, em milhões).....	122
GRÁFICO 8 – Brasil-Nordeste-Sergipe, população desocupada - 3º trim., 2017/2022 (%)....	123
GRÁFICO 9 – Brasil/Nordeste – Rendimento médio real de todos os brasileiros, habitualmente recebidos por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade – 3º trim., 2017/2022 (R\$).....	124
GRÁFICO 10 – Donos de negócios que contribuem com a previdência (%).....	130
GRÁFICO 11 – Arrecadação do Simples Nacional (a preços correntes) de janeiro de 2017 a outubro de 2022.....	131
GRÁFICO 12 – SERGIPE – Índice de Inadimplência – MEI – Jan. e Jul. – 2018/2022 (%)...	133
GRÁFICO 13 – MEI como única fonte de renda – 2017 a 2022.....	134

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa conceitual - as principais implicações da Lei nº13.415/2017.....	224
Figura 2 - Matriz Curricular do Novo Ensino Médio Convencional da Educação Básica do estado de Sergipe.....	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de escala Likert com 5 pontos.....	29
Quadro 2 - Principais Grupos Empresariais ligados ao TPE.....	159
Quadro 3 - Cursos oferecidos pelo PNEE.....	201
Quadro 4 - Eixos Estruturantes obrigatórios para o desenvolvimento das atividades dos Itinerários Formativos.....	229

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos de Ensino Médio Número de Estabelecimentos no Ensino Médio Regular, por dependência Administrativa – 2019.....	30
Tabela 2 - Brasil - Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1980 e 2018.....	70
Tabela 3 - Estados com menores tempos de abertura de empresas no segundo quadrimestre de 2022.....	127
Tabela 4 - Brasil-Sergipe - Forma de atuação (inscritos totais).....	128
Tabela 5 - Renda do MEI – 2017 a 2022.....	135
Tabela 6 - Brasil - Número de instituições de educação superior, e matrículas por categoria administrativa – 2009 – 2019.....	153
Tabela 7 - Brasil - Número de Vagas de Cursos de Graduação, por tipo de vaga.....	154

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	21
2.	TOTALIDADE REIFICANTE DO MUNDO DA MERCADORIA.....	33
2.1	A (DES) SOCIALIZAÇÃO DO SER GENÉRICO DO HOMEM PELO TRABALHO ESTRANHADO.....	34
2.2	A INDIVIDUALIDADE COMO PRODUTO HISTÓRICO.....	46
2.3	DE TRABALHADOR A EMPREENDEDOR: A EMPREGABILIDADE COMO PANACEIA.....	57
2.4	AUTONOMIA DO TRABALHO COMO LIBERDADE DE/NO MERCADO.....	75
3.	A RELAÇÃO ESTADO - CAPITAL E O CONTROLE DO METABOLISMO SOCIAL.....	86
3.1	REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E O APROFUNDAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO.....	87
3.2	A INSTITUCIONALIDADE DO ESTADO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	97
3.2.1	Corrosão do trabalho e de sua base legal.....	102
3.3	A PRECARIÉDADE DO TRABALHO COMO EXPRESSÃO ESPACIAL DO METABOLISMO SOCIAL.....	110
3.3.1	Empreendedorismo: face reificada da precarização do trabalho.....	114
4.	ORTOXIA NEOLIBERAL E SEU PROJETO DE SOCIABILIDADE...138	
4.1	NEOLIBERALISMO ENQUANTO COMPLEXO DE CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA.....	139
4.2	EMPRESARIAMENTO E GESTÃO PRIVADA DA EDUCAÇÃO.....	149
4.3	POLÍTICA EDUCACIONAL E SUA SUBORDINAÇÃO À DISCIPLINA DO CAPITAL.....	164
4.4	A PEDAGOGIA DO “APRENDER A APRENDER” E SEU CARÁTER ATOMIZANTE.....	176
5.	EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O DESMONTE DO TRABALHO EDUCATIVO.....	186
5.1	O TRABALHO EDUCATIVO E SUA APROPRIAÇÃO UTILITARISTA.....	187

5.2	SEBRAE E SEU PAPEL NA AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CULTURA EMPREENDEDORA.....	195
5.3	O SEBRAE E SUA VISÃO TÉCNICO-INSTRUMENTAL DO TRABALHO EDUCATIVO.....	203
5.4	PROTAGONISMO PRIVADO NA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SERGIPE.....	213
5.5	ESVAZIAMENTO CURRICULAR E CONTROLE DO TRABALHO EDUCATIVO.....	223
6.	CONCLUSÃO.....	241
	APÊNCIDE A.....	267
	APÊNDICE B.....	270
	APÊNCIDE C.....	273
	APÊNDICE D.....	275

1. INTRODUÇÃO

A complexidade das relações estabelecidas pelo homem em suas diferentes formas de ações sobre o espaço tem sido conduzida pelo motor da racionalidade produtivista própria da acumulação capitalista. Essa racionalidade confere um caráter muito próprio à sociedade capitalista - transforma a esmagadora maioria dos homens e mulheres em seres cuja utilidade fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular é vender sua força de trabalho. Consuma-se uma realidade em que bilhões de homens e mulheres, que dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver, encontram-se em situações instáveis, precárias ou vivenciam o flagelo provocado pelo desemprego estrutural. “Isto é, ao mesmo tempo que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução intensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos e suas conquistas históricas” (ANTUNES, 2020: 27).

Nesse processo, a atividade genérica do trabalho, central no processo de constituição histórica do ser social, é tomada como mero instrumento de produção de riqueza abstrata e forma de sujeição da grande maioria da população. Assim, à medida que o capitalismo se expande e se complexifica, a classe trabalhadora vai sendo atacada, convertida e atomizada em indivíduos particulares, isolados e fragmentados, ligados apenas pelas regras (des) socializantes da concorrência. Degenera-se a capacidade de auto-organização e de vínculos de solidariedade entre sujeitos que passam a viver da alienação de sua própria força de trabalho, num cenário de precariedade, informalidade e desemprego estrutural.

É nesse contexto que a crença no empreendedorismo, próprio da iniciativa particular e produto da exaltação do indivíduo, é colocada como estratégica na busca pelo emprego, ou ainda, pelo que convencionou-se chamar de empregabilidade. Esse cenário aponta para um processo de vitória do capital sobre o trabalho, já que a meritocracia, instituída no discurso da exaltação do indivíduo, passa a estabelecer um mercado de trabalho cujo acesso se dá via capital social. No plano ideológico, configura-se o fim das políticas macroeconômicas de emprego e renda, e o nascimento de indivíduos imbuídos a adquirir competências e habilidades no campo cognitivo, técnico e de gestão, o que os tornariam competitivos e, sobretudo, empregáveis.

Ao destacar a organicidade existente entre a reprodução do capital e a constituição da sociedade de classes, Harvey (1992) afirma que a condição de existência de um regime de acumulação é a correspondência mesma entre as transformações das condições de produção e de reprodução dos trabalhadores, ou seja, a correspondência entre as formas de disciplinamento relativas à formação de trabalhadores e as necessidades do sistema produtivo. Partindo dessa premissa, esta tese compreende que as relações estabelecidas entre a base material e as superestruturas, representadas aqui pelos processos ampla e especificamente educativos, têm por objetivo elementar o disciplinamento e controle da força de trabalho, tendo em vista o processo de reprodução da acumulação do capital.

Nunca antes em toda história houve tantas possibilidades e meios para o desenvolvimento de processos de ensino e educação, no entanto, nunca fomos tão privados de formação. E o que num primeiro momento pode parecer uma absurda contradição, que precisa urgentemente ser resolvida, nada mais é do que o resultado da captura e submissão da função da educação pelo desenvolvimento e necessidades do capital. Não obstante a isso, o discurso de exaltação das potencialidades do indivíduo, presente nos pressupostos da educação empreendedora, atribui um “novo” papel à escola - promover a empregabilidade, destituindo-a do papel de socializadora dos conhecimentos historicamente construídos. Aquela relação que outrora estruturava a experiência com o conhecimento, tensionada entre as estratégias de ensino, aparentemente deixam de existir. A via dupla do processo de ensino-aprendizagem torna-se via de mão única, dirigida pelo ideário do “aprender a prender”, e por processos de controle curricular e submissão do ensino às metas estabelecidas pelas avaliações de desempenho.

Partindo da pedagogia histórico-crítica, de seu caráter contra hegemônico, já que possui como característica fundamental o posicionamento a favor dos interesses dos trabalhadores (SAVIANI, 2013), compreendemos a educação como possibilidade de desenvolvimento das potencialidades humanas, da apropriação dos saberes sociais construídos historicamente e de aquisição de conhecimentos que permitam conhecer, compreender e transformar a realidade. Essa concepção de educação questiona frontalmente o discurso neoliberal de exaltação do indivíduo, da meritocracia e da empregabilidade, compreendida como um discurso ideológico que contribui para a produção de uma individualidade fetichizada (DUARTE, 2012), rendida ao que Mészáros (1987) chama de sociometabolismo do controle e da colaboração de classe. Para Wood (1997), esse discurso, formulado e difundido por diversas instituições internacionais, pelo

Estado, pela sociedade civil (fundações e empresas privadas), é responsável por ditar um movimento tendencial de culto ao subjetivismo, à autonomia e ao que convencionou-se chamar de vontade privada.

Efetivamente, a pedagogia histórico-crítica compreende a prática educativa como uma atividade mediadora no interior da prática social. Ou seja, sendo esta uma sociedade dividida em classes, vigora na prática social dominante a existência de interesses antagônicos. Dessa estrutura social capitalista decorrerá o papel assumido pela educação escolar - podendo estar, por um lado, vinculada ao desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante, ou estar, por outro lado, a favor dos interesses dos trabalhadores. A neutralidade é impossível, pois sua existência é, por ela mesma, um ato político.

Dizer, então, que a educação é um ato político significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade; ao contrário, ela é determinada pela sociedade na qual está inserida. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais. (SAVIANI, 2013: 26).

No desafio de empreender uma análise fundada na complexidade e multiplicidade de determinações do real, essa pesquisa recorreu ao estatuto onto-gnosiológico pertencente à categoria totalidade, fundamental para qualquer processo de análise e interpretação do real que não se reduza a um amontoado incoerente, amorfo e desarticulado de fragmentos, do qual não pode resultar qualquer processo de efetiva produção do conhecimento (CARVALHO, 2007). A importância da categoria totalidade se intensifica à medida que a mais longínqua e específica condição do homem no mundo passa a ser influenciada por intermináveis determinações.

Destarte, à luz da compreensão de totalidade, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o processo de empresariamento da educação pública e sua relação com a promoção do empreendedorismo no currículo escolar, com destaque para o processo de reestruturação do currículo da educação básica do estado de Sergipe. Para tanto, seu desenvolvimento amparou-se na análise e questionamento da radical interferência dos setores empresariais na elaboração e condução da política educacional, sobretudo, ao editar, por dentro dos processos educacionais, a imposição irrestrita de um ideal de formação humana orientada à adaptação dos sujeitos a precariedade própria das relações de trabalho atuais. A força com que essas relações se impuseram no cotidiano político-

econômico-educacional do país, nos conduziu a elaboração da seguinte tese de pesquisa – Por derivar das transformações das condições de produção, a Reforma do Ensino Médio (orientada diretamente pelo interesse empresarial) atua como política de controle das condições de produção e reprodução dos trabalhadores, ditando, sobretudo, a partir da reestruturação curricular, processo formativos duais, cabendo à escola pública, o desenvolvimento de processos formativos de teor minimalista, orientados ao conformismo e ao desenvolvimento de pautas individualistas de adequação da juventude à precariedade do mercado de trabalho.

Ao não priorizar a educação como um direito social interessado nos ideais de emancipação e criticidade, a contrarreforma do Ensino Médio imposta pela MP 746/16, convertida na Lei 13.415/2017, objetivou reeditar um modelo de formação da educação básica vinculada às demandas do capital. Embora à primeira vista essa lei tenha estabelecido um objetivo considerado positivo - a ampliação da carga horária do Ensino Médio (alteração do Art. 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996), passando a estabelecer a ampliação "progressiva" da carga horária mínima anual do Ensino Médio de 800 para 1.400 horas), não indica como essa ampliação será custeada, não considera questões como a não universalização da educação básica e dos estudantes que frequentam o período noturno. Outras alterações importantes são a do Art. 61 da LDB (sobre os profissionais da educação), acrescentando, como profissionais da educação, aqueles que possuem “notório saber” reconhecido pelos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação, e do Art. 62, a qual preconiza que a formação docente terá por referência a Base Nacional Curricular Comum, totalmente esvaziada dos conhecimentos científicos indispensáveis de formação ampla e integral.

De acordo com Leher (2016), em artigo publicado no *Le Monde Diplomatique*, é forte a similaridade entre a atual Reforma do Ensino Médio e o projeto educacional da ditadura empresarial-militar. Essa similaridade está no fato de que ambas as leis se prestam ao papel de formar “recursos humanos” para o trabalho simples, colocando o exército industrial de reserva para pressionar os salários para baixo.

As diferenças de estrutura entre os sistemas de ensino público e privado, laboratórios, materiais didáticos e acesso, por parte dos estudantes, de tecnologia dentro e fora da escola, acesso a outros instrumentos e meios para o aprofundamento dos estudos (cursos paralelos oferecidos nas próprias instituições de ensino privadas), condições socioeconômicas dos alunos (definidas sobretudo pela necessidade de trabalhar, durante a formação básica, para complementação da renda familiar), dentre outros, definirão a

natureza de processos formativos que assumirão rumos absolutamente opostos - de um lado a profissionalização precoce e simples dos estudantes e, do outro, o preparo para o prosseguimento dos estudos nos “melhores” cursos das instituições de nível superior.

Quando chegamos à questão do currículo, ficam nítidos os reais objetivos da Reforma do Ensino Médio: privar os filhos dos trabalhadores de uma dimensão central da formação humana sem a qual a imaginação, a sensibilidade estética, histórica e o fazer criativo tornam-se rudimentares. “(...) Após o currículo comum que tende a reforçar o caráter minimalista, os sistemas estaduais, federal e privado terão de estabelecer itinerários educacionais que institucionalizam o dualismo educacional, aprofundando ainda mais as desigualdades entre as redes” (LEHER; VITÓRIA; MOTTA, 2017: 19). Esta dualidade tende a aprofundar o fosso de desigualdades que caracterizam a estrutura social.

Na BNCC há a defesa explícita da importância de um ensino baseado no desenvolvimento de “competências e habilidades” (BRASIL, 2017: 15). Na seção referente aos “fundamentos pedagógicos da BNCC”, o documento explica que os conteúdos curriculares devem estar a serviço do desenvolvimento de competências. Para a perspectiva da pedagogia das competências, os conteúdos escolares não estão atrelados a necessidade de compreensão crítica ou transformação da realidade, mas ao desenvolvimento de “competências” vinculadas às necessidades do mercado de trabalho. Ao enfatizar as “habilidades”, as “competências”, os “procedimentos” e a “formação de atitudes”, (demonstrando total alinhamento às orientações internacionais, sobretudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)) e secundarizar a importância dos conteúdos escolares, o trabalho educativo e o ensino, esse documento deixa claro que sua perspectiva educacional visa adaptar os estudantes ao mercado de trabalho, ao trabalho simples ou, mais propriamente, ao empreendedorismo.

Este cenário aponta para o desenvolvimento de uma cultura educacional comprometida com o desenvolvimento de pautas individualistas e com a adequação do trabalho (via transferência de competências e habilidades de teor instrumental) para o precário mercado informal, compatível com as novas necessidades do capital e voltadas para a acumulação flexível.

(...) impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais

profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT, LAVAL, 2016: 16).

Ante essa tessitura, a realização da pesquisa não pôde prescindir da captação do movimento das contradições, sobretudo em sua dimensão espacial – precarização do trabalho. Compreendemos que a exortação das qualidades do empreendedorismo - inovação, iniciativa individual, criatividade, autonomia, resiliência, proatividade, dentre outros, figura como um dos principais elementos de um forte discurso ideológico, para o qual a falta de emprego e renda passam a ser responsabilidades do indivíduo. As funções são invertidas, a proteção social esfacelada e a competitividade instituem-se como a principal regra do jogo, onde o mérito do sujeito empregado não está no seu direito social ao emprego, mas em ter conseguido se colocar em um mercado de trabalho competitivo.

Mediante esse panorama, entendemos que o empreendedorismo ganha espaço na agenda reformista, sobretudo aquelas dirigidas à esfera da educação e do trabalho, como estratégia voltada ao estabelecimento, através de processos formativos, do aprofundamento do pacto entre capital-trabalho. Nesse contexto, a construção e difusão do empreendedorismo, fundado na concorrência e no sucesso individual, passam a se destacar como princípio basilar do processo de composição da hegemonia capitalista.

O estado Sergipe ganha destaque, nesse contexto, por ter sido pioneiro em todo o país no processo de implementação da educação empreendedora como componente curricular em seu sistema de ensino. Segundo o observatório do Todos pela Educação¹, além da rede pública estadual, todos os 75 municípios do estado alinham seus currículos à BNCC. Além disso, destaca-se o fato de o estado de Sergipe ter celebrado parcerias, em clara “união pessoal” entre Estado e organizações privadas de hegemonia, com o SEBRAE, lhe rendendo a adoção do componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, e com a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna (com vias a prestação de consultoria para a reelaboração do seu currículo).

Envolto ao contexto de transformações orientadas pela Reforma do Ensino Médio e pela BNCC, essas parcerias têm o propósito de promover, a partir do processo de reformulação curricular, a disseminação do eixo empreendedorismo², apresentado como

¹ MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO. Observatório. Disponível em: <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/indicadores-estado/?uf=SE>. Acesso em: 10 jan. 2023.

² As bases que sedimentam o discurso do empreendedorismo defendido pelo SEBRAE derivam do pensamento do economista austríaco Joseph Schumpeter, para o qual os empreendedores seriam forças criativas, indivíduos com grandes capacidades para a inovação (SCHUMPETER, 1983). Segundo esta tese

componente pedagógico indispensável às novas exigências de um mercado de trabalho em transformação. Para o SEBRAE, essas parcerias são cruciais para o desenvolvimento de um ecossistema de articulação, estímulo e valorização do desenvolvimento e aprimoramento da cultura empreendedora. A fim de produzir uma rede de relacionamento entre instituições, governos, e sociedade, com foco na articulação e estímulo ao desenvolvimento e aprimoramento da cultura empreendedora, o SEBRAE-SE tem atuado, como dito acima, com projetos e parcerias de indexação dos currículos da educação básica as pautas reformistas da política educacional.

Entre os anos de 2005 e 2006, muito antes das pautas reformistas atuais, o estado de Sergipe esteve envolvido em muitas experiências de Educação Empreendedora. Nesse período, 20.000 alunos do ensino médio da rede estadual foram capacitados com metodologias do SEBRAE, e 120 professores da rede pública estadual se especializaram em Empreendedorismo. No ano de 2016, o estado de Sergipe pôde, a partir do Plano Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), atender a 4.158 alunos e capacitar 282 professores, envolvendo o trabalho de 14 instituições de ensino parceiras. Vale ressaltar que desse total de professores, 11 concluíram uma pós-graduação pela PUC-RIO³.

Para dar conta dessas múltiplas determinações definidoras do real concreto, essa pesquisa foi estruturada em três pilares fundamentais - Estado, capital e trabalho. Para Mészáros (2015), esses pilares lastreiam todo sistema do capital, são eles os responsáveis por alimentar, a partir de contradições estruturais, um círculo vicioso de práticas corretivas e de coesão social historicamente insustentáveis. Em termos de método, esta tese está fundamentada no materialismo histórico-dialético, adotado como método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis⁴.

Compreender o método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade. Desse modo, pensar a realidade a partir materialismo histórico dialético significa ter o

os ditos indivíduos empreendedores são seres dotados de espíritos livres, e deles decorre a grande capacidade de inovação das nações. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é determinado pelo papel dinâmico da economia, o que justifica a valorização da escala do lugar e da inovação, elemento diferenciador, próprio do empreendedorismo, que cria as condições de adaptabilidade tão necessárias ao pleno e constante crescimento econômico.

³ Disponível em: <<http://www.faxaju.com.br/index.php/2017/05/26/63557/>>. Acesso em: 10/10/2021.

⁴ A práxis compreende a dimensão autocriativa do homem manifestando-se tanto em sua atividade objetiva, pela qual transforma a natureza, quanto na construção de sua própria subjetividade. Para Marx (2017), enquanto práxis, o trabalho encerra uma tripla orientação: o que fazer, para que fazer e como fazer. É a práxis que cria no homem uma nova necessidade - a de que o sujeito da ação possa refleti-la psiquicamente, pois o sentido do ato não se encerra em si mesmo, mas põe sempre em ligações com condições sociais mais amplas (MARTINS, 2012).

empírico (a realidade dada, o real aparente) como ponto de partida e, por meio de abstrações (elaboraões do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto - objeto síntese de múltiplas determinações, concreto pensado. Esta é, como afirma Saviani (1991), uma lógica concreta, uma forma de construção do pensamento que parte do empírico, passa pelo abstrato e chega ao concreto.

Por entendermos que os conceitos estão na dimensão concreta, material, cotidiana, adotamos a pedagogia histórico-crítica como fonte de análise e mediação com a realidade social. Seus constructos foram centrais no processo de reflexão e compreensão das políticas educacionais, da atuação do setor privado no planejamento da política pública, do trabalho educativo e da relação trabalho educação.

O desenvolvimento metodológico da tese obedeceu às seguintes etapas e processos: (i) revisão bibliográfica; (ii) pesquisa documental de fontes primárias e secundárias; (iii) pesquisas de campo; (iv) reflexão/escrita/orientação/reelaboração.

A revisão bibliográfica teve início ainda nas aulas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS), e continuou até o último momento de elaboração do texto final da tese. O arcabouço teórico utilizado para o desenvolvimento da pesquisa priorizou as seguintes temáticas: neoliberalismo, empregabilidade, precarização do trabalho, crise do capital, Estado, reestruturação produtiva, empreendedorismo, reformas trabalhistas, sistema educacional, BNCC, reforma educacional, currículo, projeto educativo, trabalho educativo, educação empreendedora, dentre outros.

As fontes primárias foram responsáveis por apresentar, a partir da aplicação de questionários a professores da educação básica da rede pública de ensino, e de entrevistas desenvolvidas junto a dirigentes do SEBRAE-SE e do SINTESE, a dinâmica dos fenômenos em seu movimento. A partir das informações levantadas foi possível desenvolver uma série de elementos, tanto estatísticos, quanto conceituais, imprescindíveis para o processo de reflexão e análise. Dentre as principais fontes secundárias utilizadas na pesquisa, destacam-se: documentos da CUT-Sergipe; PNAD-Contínua; IBGE; IPEA; Sidra; CAGED; Observatório de Sergipe; DIEESE; Portal Redison; Jucese; Portal do Empreendedor; Site do Simples Nacional; GEM, Leis e Resoluções relacionadas ao âmbito da educação. O estudo de teses, dissertações, artigos e outros sites, foram muito importantes para a aproximação da realidade em sua dinâmica e contradições.

Os trabalhos de campo foram pensados e articulados tendo em vista a necessidade de captar a dinâmica concreta objetivada pelos sujeitos da pesquisa. Para Marx, o homem concreto constitui ao mesmo tempo o sujeito e o objeto da história. Ele é objeto porque é exteriorizado em ações e fatos, e é sujeito porque determina as ações e fatos. Assim, se a dinâmica social resulta do homem concreto, é a partir dos homens e mulheres que o real é objetivado. Partindo dessa compreensão, foram realizadas visitas a instituições de ensino privadas do estado; entrevistas “estruturadas” e “por pautas”; além da aplicação de “questionários estruturados” (GIL, 1999), com variáveis da escala Likert de 5 pontos, quadro 1.

Quadro 1 - Exemplo de escala Likert com 5 pontos

ESTOU SATISFEITO COM O SERVIÇO PRESTADO				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: Likert (1992). Elaboração: próprio autor

Foram entrevistados dois sujeitos/instituições: (i) gestor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (SEBRAE-SE), (ii) dirigente do Sindicatos dos Trabalhadores em Educação Básica do estado de Sergipe (SINTESE). Os questionários, aplicados a 120 professores lotados em estabelecimentos de ensino médio públicos, tiveram por objetivo central aproximar a pesquisa dos principais sujeitos do trabalho educativo desenvolvido nessas instituições do estado. Quanto às visitas, realizadas junto aos estabelecimentos de ensino médio privados, o objetivo foi identificar as grades curriculares e livros didáticos/plataformas de ensino adotadas por essas instituições. O SEBRAE foi investigado por considerarmos sua estreita vinculação e consonância com o ideário da educação empreendedora, destacando-se como principal articulador na implementação dos postulados da Reforma do Ensino Médio nos currículos da educação básica do estado de Sergipe.

A fim de conseguirmos uma amostragem que desse conta da diversidade de realidades existentes tanto nas escolas de ensino médio públicas quanto privadas, levando em consideração o universo amostral correspondente às redes de ensino, realizamos atividades de visita (destinadas às escolas privadas), e a aplicação de questionários (escolas públicas), nos estabelecimentos de ensino localizados nas sedes das Diretorias Regionais de Educação (DRE), conforme tabela 1. Para evitar a concentração de respostas

advindas dos estabelecimentos de ensino localizados no município de Aracaju (com 33 escolas de ensino médio públicas e 60 privadas), selecionamos, de maneira aleatória, 12 unidades de ensino médio públicas e 5 privadas. A fim de atingir o maior número de professores das escolas selecionadas, os questionários foram aplicados via meios eletrônicos. Com a utilização desse instrumento obtivemos a participação de 120 professores, o que consideramos um número extremamente positivo, dadas as dificuldades relacionadas à própria rotina de trabalho nos estabelecimentos de ensino

Tabela 1 - Estabelecimentos de Ensino Médio Número de Estabelecimentos no Ensino Médio Regular, por dependência Administrativa - 2021

Município	Sede da DRE	Número de Estabelecimentos de Ensino Médio		
		Dependência Administrativa		
		Total	Pública	Privada
Sergipe		293	180	113
Aracaju	DEA	93	33	60
Estância	1	10	5	5
Lagarto	2	8	6	2
Itabaiana	3	10	4	6
Japaratuba	4	2	1	1
Nº Sª das Dores	5	4	3	1
Própria	6	6	2	4
Gararu	7	2	2	0
Nº Sª do Socorro	8	19	12	7
Nº Sª da Glória	9	5	3	2

Fonte: INEP – Sinopses da educação básica, 2021.

A aplicação dos questionários, realizado nas escolas públicas, foi feita com todos os professores/as, lotados na respectiva escola, que tivessem interesse e disponibilidade para participar da pesquisa. Não priorizamos a área de formação e atuação, forma de vínculo com a escola ou tempo de trabalho. A intenção foi destacar a opinião, em sua diversidade de situações, do professorado lotado e em plena atividade em sala de aula. O número de 120 questionários não foi delimitado a priori, este foi o número de professores das escolas da rede pública que se propuseram a participar da pesquisa. O quantitativo de escolas selecionadas no município de Aracaju atendeu ao princípio da proporcionalidade amostral, sem pôr em destaque uma Diretoria Regional de Ensino em detrimento da outra. O número de 5 unidades de ensino privadas localizadas em Aracaju obedeceu ao mesmo critério. Ao total foram realizadas visitas a 15 unidades de ensino médio privadas em todo o estado. Visitamos todas as escolas das demais DRE's, com exceção da DRE 7, por não possuir, na data da visita, estabelecimentos de ensino médio privados. É importante

destacar que algumas unidades de ensino privadas não cederam as informações solicitadas na ocasião das visitas.

A dinâmica social atual, efetivamente contraditória, tem se caracterizado cada vez mais pelo desemprego, pela crise do trabalho assalariado e busca desenfreada, por parte do trabalhador, de mecanismo de complementação de renda, mesmo que destituídas de direitos e de quaisquer tipos de proteção social. Atuando diretamente nessa questão, a educação tem contribuído, sobretudo a partir do controle do trabalho educativo, com a construção de um ideal de formação humana tendente ao conformismo e a adaptação dos jovens a esse precário mundo do trabalho. Assim, foi partindo da crítica aos processos reiteradamente reproduzidos pelas mutações sociometabólicas do capital, que tendem a alienar o trabalho e suas possibilidades emancipatórios, que esta tese adquiriu seu sentido analítico.

No primeiro capítulo, “*Totalidade reificante do mundo da mercadoria*”, buscamos compreender a natureza histórica da individualidade humana e sua transformação em atributo de valor mercadológico; para tanto, destacamos que o trabalho, como atividade vital humana, não é apenas uma atividade que assegura a sobrevivência do indivíduo que a realiza e de outros imediatamente próximos a ele, mas uma atividade que assegura a existência da sociedade. No caso específico do ser humano, essa é uma atividade consciente e que se objetiva em produtos que guardam funções definidas pela prática social. Dando sequência a esse debate, discutiremos sobre o caráter histórico da individualidade e sua transformação, no capitalismo, em individualidade fetichizada, sobretudo a partir da figura do empreendedorismo e da exortação dos valores do individualismo.

No segundo capítulo, “*A relação Estado - Capital e o controle do metabolismo social*”, analisamos a relação Estado - Capital e sua ingerência no processo de regulação e controle do metabolismo social. Para tanto, foi necessário refletir sobre a natureza das crises do capital, sua funcionalidade e a importância do controle do metabolismo social na administração das crises e manutenção das taxas de acumulação. Refletimos ainda sobre a importância do Estado e seu papel no processo de produção e reprodução do capital, sobretudo ao promover reformas claramente destinadas à recomposição das margens de lucro. Relacionamos a esse debate, o fato de que, destituído de direitos e atacado por todos os lados pelos processos de desregulação patrocinados pelo Estado, o trabalho precário se torna um imperativo e expressão espacial do trabalho. Encerramos esse capítulo afirmando que o aumento das ocupações no setor informal

(empreendedorismo), com destaque para o estado de Sergipe, representa uma escolha política vinculada a terceirização em massa, ao desassalariamento, a liberalização do mercado e a flexibilização das legislações trabalhistas.

No terceiro capítulo, “*Ortodoxia neoliberal e seu projeto de sociabilidade*”, objetivamos compreender a relação entre o neoliberalismo e as forças que engendram e subordinam a política educacional aos interesses privados. Após traçar o percurso histórico de suas origens, situamos o neoliberalismo como um amplo e complexo processo de construção hegemônica. Continuando, apresentamos o contexto em que a política educacional é tomada pelas forças do mercado e transformada em instrumento de formação para a precariedade, para o trabalho simples e para a adaptação dos sujeitos a uma realidade marcada por níveis crescentes de desemprego (agora ao nível estrutural), redução de estatutos salariais e desmobilização do sentido de classe.

No quarto e último capítulo, “*Educação empreendedora e o desmonte do trabalho educativo*”, analisamos o processo de instrumentalização e apropriação do trabalho educativo à luz do protagonismo privado e da reestruturação do currículo da educação básica de Sergipe. Para tanto discutimos o conceito de trabalho educativo a partir da pedagogia histórico-crítica, destacando que não é qualquer formação cultural que interessa ao trabalho educativo, mas aquela advinda das formas mais desenvolvidas de conhecimento e atividade intelectual. Em seguida discorremos sobre as estratégias utilizadas pelo capital para controlar o trabalho educativo, alinhando-o à consolidação do apanágio de interesses que regem as atuais necessidades objetivas e subjetivas de reprodução da força de trabalho e, por fim, finalizando o capítulo, discutimos a atuação do SEBRAE no âmbito educacional, sua influência nos processos de adequação curricular, advinda da Reforma do Ensino Médio e da nova BNCC, e como este tem se efetivado no currículo do ensino médio do estado de Sergipe.

2. TOTALIDADE REIFICANTE DO MUNDO DA MERCADORIA

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, tem presenciado fortes transformações, sobretudo no que se refere à relação capital-trabalho. O modelo de acumulação flexível, juntamente com a ortodoxia neoliberal, forjou as bases para um amplo e intenso ataque ao trabalho, produzindo um cenário de intensificação dos índices de desemprego, precarização das relações de trabalho por todo o mundo, e crescente degradação na relação metabólica entre homem e natureza. Essa realidade representa a face de uma “contradição viva”, termo utilizado por Marx para designar a natureza do capital. Se por um lado essa sociedade, que é a burguesa, como observa Lukács (1978), é a sociedade que se torna cada vez mais social - o que é um elemento do processo civilizatório, por um outro lado, devido a suas crises sistêmicas, tende a obstaculizar, de modo amplo, o desenvolvimento do ser genérico do homem, (des) socializando-o pelo trabalho estranhado.

É importante salientar que discutir a centralidade do trabalho, seus rumos e a dialética presente no labor humano, é uma tarefa das mais vitais para a humanidade. Essa é uma posição diferente daquelas que apontam para o fim do trabalho ou da perda de seu significado na contemporaneidade. Combater essa tese talvez seja uma das maiores tarefas intelectuais comprometidas com a compreensão dos processos que incidem sobre o trabalho e que prejudicam as possibilidades de romper com a totalidade reificante do mundo da mercadoria⁵.

⁵ Para Marx (2013) a mercadoria, objeto externo que satisfaz necessidades humanas, seja do estômago ou da imaginação, também representa aquilo que qualifica a riqueza da sociedade capitalista. Sua existência se dá a partir de um duplo valor - valor de uso e valor de troca. O valor de uso se dá pela utilidade concreta de determinado objeto. Sua utilidade é condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria, sem a qual não existiria enquanto valor de uso, independentemente de sua forma social. “Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante, etc., é um valor de uso (...) seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho para os homens” (2013, p. 114). Seu valor de uso independe da quantidade de trabalho humano necessário à apropriação de suas qualidades úteis. Além disso, convém destacar que uma coisa pode ser um valor de uso sem ser valor, ou seja, sem ter sido mediada pelo trabalho, a exemplo do ar, da terra virgem, dos campos naturais, da madeira bruta. E acrescenta ainda, “Quem, por meio de seu produto, satisfaz suas próprias necessidades, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nele contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor (2013: 119).

2.1. A (DES) SOCIALIZAÇÃO DO SER GENÉRICO DO HOMEM PELO TRABALHO ESTRANHADO

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*⁶, Marx (2010) afirma que o que faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é justamente a atividade vital, aquela que assegura a vida de uma espécie. No caso específico do ser humano, essa atividade vital é o trabalho, que oriundo de uma atividade consciente e que se objetiva em produtos que guardam funções definidas pela prática social, faz desta, uma espécie diferente das demais espécies vivas. Aqui o trabalho guarda a especificidade de ser vital no processo de desenvolvimento dos seres humanos, o que faz da vida produtiva, materializada na relação entre objetivação e apropriação, a grande responsável pela orientação histórica de formação do gênero humano.

A partir do trabalho, o ser humano incorpora a natureza ao campo dos fenômenos sociais, e nesse processo ampliam-se as necessidades humanas, ultrapassando as necessidades de sobrevivência em direção ao surgimento das necessidades propriamente sociais. Tanto mais universal é o homem quanto mais universal é o seu domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. “(...) a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é tanto um meio de vida imediato, quanto em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital” (MARX, 2010: 84, grifo do autor). Ao produzir as condições de sua existência, o homem transforma a natureza, e se objetiva pela incorporação do produto da atividade objetivamente humana.

É justamente essa importância vital que tem o trabalho para o processo de formação do gênero humano que torna tão fatídica a inversão causada pelo processo de

⁶ O fundamental uso dessa que é uma das obras que demarca o que alguns chamam de o jovem Marx, se inscreve na perspectiva que rejeita a dicotomia ‘jovem Marx *versus* Marx maduro’. Asseverando essa posição, Mészáros (2006) argumenta que essa rejeição “(...) não significa a negação da evolução intelectual de Marx. O que se rejeita é a ideia dramatizada de uma inversão radical de sua posição depois dos *manuscritos de 1844*” (2006: 2014). E acrescenta, “As numerosas versões da abordagem tipo ‘jovem Marx contra velho Marx (ou o inverso) têm algo em comum. Trata-se de um esforço para opor a economia política a filosofia, ou a filosofia a economia política, e usar a autoridade de Marx em apoio dessa pseudo alternativa. Falando em termos gerais, aqueles que desejam evitar os problemas filosóficos vitais da liberdade e do indivíduo se colocam ao lado do Marx ‘científico’, ou ‘economista político maduro’, enquanto os que desejariam que o poder prático do marxismo nunca existisse exaltam o ‘jovem filósofo Marx’” (2006, p. 208). Para concluir essa questão, o filósofo húngaro acrescenta: “Não é, portanto, verdade que o velho Marx não tenha tempo ou interesse para dedicar-se aos problemas da filosofia. Seu interesse pela filosofia *nunca* foi ‘filosófico’, foi sempre humano e prático, assim como seu interesse pela economia política nunca foi meramente ‘científico-econômico’: foi também humano e prático. Para ele, tanto a filosofia como a economia política foram, desde o início, imersas em uma preocupação humana prática” (2006, 2014).

alienação, que o reduz à mera condição de atividade meio, voltada quase que unicamente à sobrevivência do indivíduo, a satisfação de sua existência física. Desse modo, fica evidente o caráter absolutamente antagônico existente no processo de objetivação do ser humano na sociedade de classes, uma vez que a alienação nega o caráter humanizador da atividade social, sobretudo em suas possibilidades de universalidade e liberdade do gênero humano.

A atividade vital é a base a partir da qual cada membro da espécie reproduz a si como ser singular e, em consequência, reproduz a própria espécie. No caso do ser humano, a mera sobrevivência física dos indivíduos e sua reprodução biológica por meio do nascimento de seres humanos asseguram a continuidade da espécie biológica, mas não asseguram a reprodução do gênero humano, com suas características históricas constituídas. O trabalho, como atividade vital humana, não é apenas uma atividade que assegura a sobrevivência do indivíduo que a realiza e de outros imediatamente próximos a ele, mas uma atividade que assegura a existência da sociedade (DUARTE, 2017: 32).

O gênero humano é, pois, o resultado na história social humana, aquela produzida objetivamente pelo trabalho humano. Como mediador da unidade homem-natureza, o trabalho é, pois, indispensável à existência do homem. Segundo Marx (2013) “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (2013: 255).

Agindo sobre uma natureza dita externa, o homem põe em prática sua capacidade de transformação, superando limites e criando novos horizontes de possibilidades para a vida. “O trabalho nada pode criar sem a *natureza*, sem o *mundo exterior sensível* (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz” (MARX, 2010: 81, grifos do autor). Mediante esse processo, o homem “desenvolve as potências que nele jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (Ibidem).

Diferentemente do animal, que não se distingue de sua atividade vital, o homem faz de sua atividade vital um instrumento de sua vontade e de sua consciência, uma atividade vital consciente. É por isso que o homem pode ser considerado um ser genérico, pois sua própria vida lhe é objeto.

O engendrar de um *mundo objetivo*, a *elaboração* da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser genérico que se relaciona enquanto sua própria essência

ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. (...) o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira. (...) O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer specie (...)” (Idem: 85).

O trabalho se impõe como um pressuposto fundamental para a transformação do próprio homem, engendrando, a partir de um processo dialético, sua transformação e a transformação da natureza. Isso significa que o ser humano, ao produzir, pela atividade de trabalho, as condições de sua existência, ao transformar a natureza, se apropria dela e se objetiva nela.

Cada indivíduo nasce situado espacial e temporalmente nesse processo e, para dele participar, isto é, para se objetivar no interior dele, precisa se apropriar das objetivações, neste caso entendidas como os produtos da atividade humana, resultados do processo histórico de objetivação (DUARTE, 2017: 20).

O trabalho é, pois, o fundamento do ser social, a possibilidade concreta que permitiu/permite ao homem a passagem da generalidade do seu ser em si para a generalidade do ser para si, de sua humanidade. Segundo Lukács (1978), analisado em sua totalidade, o trabalho só pode ser entendido enquanto processo de reprodução social, ou seja, isolado da totalidade social, enquanto singularidade que não participa da sociedade, o trabalho sequer existe enquanto tal. Socialmente situado, e teleologicamente orientado, as formas históricas do trabalho se alteram, movimentam-se junto ao desenvolvimento e transformação da sociedade, o que só é possível pela capacidade do homem de constituir-se consciente em sua relação com a natureza. Desse modo, o trabalho é uma capacidade que diz respeito apenas ao homem, isso porque apenas o homem é capaz de produzir atividades laborais orientadas a um fim, apropriando-se da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida (MARX, 2013).

A manutenção da vida perpassa pela capacidade do homem de trabalhar, de alterar as formas da matéria, de transformá-las e adaptá-las às suas necessidades, de produzir valores de uso. Segundo Marx (2013),

No processo de trabalho [...] a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto trabalhado segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de

sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado (2013: 258).

A produção de determinada mercadoria pressupõe a existência de um tipo específico de trabalho. A essa especificidade da atividade do trabalho, necessária para a produção de determinada mercadoria, Marx chamou de trabalho concreto. O valor de troca, sem o qual a mercadoria não poderia ser comprada ou vendida, se dá pela quantidade de trabalho socialmente⁷ necessário para sua produção. “No mercado todas as mercadorias podem ser trocadas umas pelas outras, independentemente do fato de cada uma delas ter um valor de uso distinto (...) para que possam ser trocadas, é preciso que elas sejam comparadas (...) é preciso que tenham algo em comum” (DUARTE, 2012: 7). A medida para essa comparação é o que Marx chama de trabalho abstrato. Tornam-se mercadorias que podem ser inseridas na totalidade relacional do mercado, já que independentemente da natureza específica do tipo/forma de trabalho realizado para sua produção, possuem em comum o trabalho humano abstrato.

Esse poder de produção do mundo objetivo possibilita não apenas que os homens produzam materialmente a sociedade, mas que também se produzam e reproduzam enquanto ser social autêntico, com leis de desenvolvimento histórico absolutamente distintas das leis de ordem natural. Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) afirmam que todo o pressuposto da existência humana é também o de toda a história, e com ela, o da capacidade de o homem estar em condições de viver para “fazer história”. E acrescentam - “a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico”. Isso significa que para fazer história, para viver, o homem necessita produzir os meios para a satisfação dessas necessidades, ou seja, a produção da vida material. Segundo Carcanholo (2011), esses meios são:

(...) todos os instrumentos que os trabalhadores utilizam para executar seu ofício sobre objetos de trabalho, como as ferramentas, máquinas

⁷ É necessário apontar que o trabalho que cria valor de troca é o trabalho geral abstrato, ou seja, indiferente a forma particular do próprio trabalho. Marx (2008) aponta que “as diferenças de magnitude das mercadorias não são mais que as diferenças de magnitude de trabalho nelas realizado. Da mesma maneira que o tempo é a expressão quantitativa do movimento, o tempo de trabalho é a expressão quantitativa do trabalho” (2008: 54-55). Então é possível afirmar que, enquanto valores de troca, as mercadorias se diferenciam pela determinação do tempo de trabalho nelas cristalizado. Ou ainda, “Para medir os valores de troca das mercadorias mediante o tempo de trabalho a ela incorporado, é necessário que os diferentes trabalhos sejam reduzidos a trabalho não diferenciado, uniforme, simples; em síntese: a trabalho que é idêntico pela qualidade e não se distingue se não pela quantidade” (2008: 55)

etc. Assim, no processo de trabalho, a atividade produtiva, exercida pelo trabalhador mediante a utilização dos meios de trabalho, resulta em transformação nos objetos de trabalho (CARCANHOLO, 2011: 148).

A produção do mundo objetivo é determinante para a transformação da realidade e do próprio homem, transformando-o em sujeito histórico que se objetiva pela apropriação de sua produção material. De acordo com Lessa e Tonet (2011),

Ao transformar a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades, essa nova situação (objetiva e subjetiva) faz com que surjam novas necessidades e novas possibilidades para atendê-las (2011: 19-20).

É justamente na produção deste mundo objetivo, produzido de modo consciente e ativo, que o homem se impõe como sujeito genérico. É o produto do trabalho revelado como a realização efetiva do sujeito. No entanto, é importante salientar que na sociedade capitalista, o produto do trabalho é uma mercadoria que não está necessariamente sob o domínio do trabalho, mas sob o jugo do capital, que por esse motivo faz com que a realização do trabalho apareça como desrealização do trabalhador. O trabalho é tomado, então, ele mesmo como uma mercadoria. O uso sistemático e contínuo da força de trabalho garante ao capital a produção daquilo que consistirá no fundamento da reprodução ampliada, a exploração do trabalho, a captura do valor e o contínuo processo de (des) realização do trabalho.

A complexidade dessa análise reside no fato de que o homem histórico não é produto da polarização homem-sociedade, nem tão pouco oriundo do homem iluminista, do indivíduo do liberalismo, ou de forças abstraídas de sua entificação humana, mas o produto de “seres humanos concretos e determinados que moldam o mundo, na mesma medida que são moldados por sua materialidade, que, em parte, é objetivada e, em parte, é subjetivamente objetivada, por ser fruto da ação anterior dos seres humanos” (IASI, 2011: 70). O ponto difusor desse pensamento está em Marx, ao afirmar que:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes de sua vontade (...) O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (2008: 47).

Por isso, é importante situar a importância da crítica ao conceito de natureza humana e seu papel na compreensão da historicidade concreta do gênero humano. Para Marx, o homem não é um sujeito a-histórico, orientado espontaneamente por uma dita natureza humana a qual lhe conduziria em todas as “etapas” de sua vida. Pelo contrário, o homem é produto histórico, todos seus cinco sentidos são cultivados pelo trabalho de toda a história precedente, ou seja, o gênero humano não é algo que brota no interior do indivíduo, de forma espontânea, mas um processo de produção e intercâmbio livre, consciente e universal (MARX, 2010).

Mediado por aquilo que representa a práxis humana, o homem produz um mundo objetivo, que imerso na dinâmica da contínua reprodução social, transforma-se no referencial objetivo sobre o qual as novas gerações atuarão. Surge uma nova objetividade, absolutamente diferente da anterior. Esta nova realidade material traz consigo elementos subjetivos, tais como as relações sociais e as instituições que, apesar de serem resultantes do movimento próprio do trabalho humano anterior, se mostram aos seres humanos tão objetivos quanto os elementos da natureza. É a objetivação como o resultado de um processo anterior, subjetivo, teleológico. “Em certas circunstâncias, essa objetividade social se apresenta além de sua forma objetiva externada; apresenta-se como forma que se volta contra o ser humano e o subjuga, como forma estranhada” (IASI, 2011: 71).

O processo de formação humana se dá na relação entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo enquanto um ser social. Mas quanto essa relação é invertida, o ser social passa a ser condicionado pelo processo de estranhamento. Ganha espaço a contradição entre o interesse individual de cada um e o interesse comum, entre indivíduos singulares que compõem o interesse particular e o interesse da sociedade em sua forma genérica. “Faz-lhe da *vida genérica* apenas um meio da vida individual” (MARX, 2010: 84). Esta relação instaura uma enorme contradição, pois a vida produtiva é ela mesma a vida genérica, no entanto, sua redução à condição de meio de vida, a trabalho estranhado, inverte essa relação fazendo da atividade essencial apenas um mero meio para sua existência.

É importante destacar que o trabalho que altera o mundo e se externaliza numa nova realidade será sempre a ação que o ser humano realiza enquanto espécie, e não em sua forma individual ou isolada. Orientados pela divisão social do trabalho, as ações dos indivíduos contribuem para a produção do conjunto da atividade social, a qual volta-se a esses como um poder estranho, alheio e independente do trabalho. O homem passa então a ser subjugado, uma vez que as ações por ele produzidas, em sua condição de

universalidade, se apresentam como forças estranhas, situadas fora dele e do qual não conhecem nem a origem, nem o fim a que se propõem (MARX; ENGELS, 2007).

Sob a forma capital, o trabalhador é destituído da apropriação direta dos frutos de seu trabalho, ele está imerso em uma totalidade social que o torna refém do próprio objeto. O processo de apropriação desse objeto, fruto do trabalho, aparece como estranhamento, tanto em sua relação com os produtos de seu trabalho, como também no próprio ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. Segundo Marx (2010), a valorização do mundo das coisas está inversamente ligada à valorização do mundo dos homens. “Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz apenas mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria” (2010: 80, grifo do autor).

O processo de efetivação do trabalho, dada por sua objetivação, aparece como desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação (Ibidem). Esse processo de desefetivação revela-se concretamente ao passo que o trabalhador é despojado tanto dos objetos mais necessários à sua vida quanto dos objetos do trabalho. É o estranhamento do homem pelo próprio homem. Não se trata, pois, de o homem verificar a veracidade ou correspondência de suas representações, como se este fosse um problema de cunho cognitivo, mas de uma realidade que se apresenta independente, fetichizada, e que controla aqueles que a produziram. Se concordarmos que o processo de estranhamento está na forma da divisão social do trabalho, é possível concluir duas afirmações importantes: “1. não se trata de uma questão incontornável, é possível mudá-la; 2. não se trata de uma mera questão cognitiva, mas de uma ação prática – é necessário mudar as relações fundadas numa determinada divisão do trabalho” (IASI, 2017: 98).

A materialidade que se apresenta estranhada está diretamente determinada pela racionalidade própria da produção de mercadorias, a qual subordina toda a vida à lógica da acumulação capitalista. No mercado, o processo de compra e venda de mercadorias, apresenta-se aos olhos humanos como uma relação entre coisas, obscurecendo toda a totalidade relacional que torna o trabalho humano mais uma mercadoria a ser trocada no mercado. Essa totalidade relacional faz do dinheiro uma mediação universal, quantificando e tornando-se em equivalência geral do trabalho abstrato. Contudo, mesmo sendo uma relação social, cuja finalidade atende aos mecanismos de mercado, sua existência se dá aos olhos humanos como algo natural, que tem vida própria.

Por isso a restituição do mundo aos seres humanos perpassa necessariamente pela superação da sociedade produtora de mercadorias, do capital e de suas mediações. Segundo Chasin (1988: 34), “Na vigência do capitalismo, o capital atende de modo absoluto à sua própria lógica de acumulação, quedando subjugadas a ela as necessidades sociais em geral – o trabalho vivo é apenas um meio de aumentar o trabalho acumulado”. Submetido a essa lógica, a relação que o mundo do capital estabelece com o trabalho é absolutamente devastadora para os sujeitos que vivem do trabalho, apresentando aquela que é uma das maiores contradições do mundo capitalista: a fonte de toda a riqueza é também a responsável pela miséria do trabalhador. Para Marx (2010),

(...) o trabalho é *externo (äusserlich)* ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. (...) O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. (2010: 83).

Nessa perspectiva, a superação da sociedade capitalista não implica em dissolver ou abolir o trabalho e toda a riqueza material e espiritual produzida por ele, mas em superar essa forma histórica da atividade humana que é o trabalho alienado, a fim de transformá-lo em autoatividade. Segundo Saviani e Duarte (2010)

Isso significa uma mudança de quatro aspectos da atividade humana: a relação do sujeito com os resultados da atividade humana, a relação do sujeito com sua própria atividade, a relação do sujeito consigo mesmo como ser genérico, isto é, representante do gênero humano, e a relação do sujeito com os outros sujeitos (2010: 427).

A autoatividade não é outra coisa senão o trabalho no qual o homem se exterioriza, a atividade pertencente ao sujeito do trabalho. Seu inverso é justamente o trabalho externo, independente do indivíduo e sobre ele, como um trabalho estranho, seja em sua relação com os produtos do seu trabalho ou com o ato em si da produção.

Na sociedade capitalista, o trabalhador encontra-se em uma contradição constante, pois o mundo objetivo tanto mais forte se torna quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando. De fato, essa é uma contradição importante, já que é na relação entre objetivação e apropriação que o ser humano se autoconstrói no devir histórico. Mas, no

capitalismo há uma inversão, ao invés do trabalhador encerrar sua vida no objeto, ela deixa de pertencer a ele, e passa a pertencer ao próprio objeto. Marx (2010) atenta para esse processo a partir do conceito de exteriorização (*Entäusserung*), o qual difere, em algum grau, do sentido de objetivação (*Vergegenständlichung*).

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalho em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussers*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe *fora dele* (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se defronta hostil e estranha (2010: 81, grifos do autor).

Aqui o conceito de exteriorização guarda grande identificação com o de alienação, o que explica sua total vinculação a um contexto histórico muito específico, mais precisamente, o da dinâmica de reprodução do capital. Ao ser apropriado pela totalidade relacional do capital, o objeto do trabalho se torna algo alheio à individualidade do trabalhador, defrontando-se como uma potência hostil, estranha e autônoma. De acordo com Saviani e Duarte (2010), é importante destacar que o fato de a objetivação, única forma de o ser humano se efetivar, tornar-se objetivação alienante, não quer dizer necessariamente que o processo de objetivação sempre produzirá alienação e exteriorização. Os processos de humanização e alienação expressam o caráter eminentemente contraditório sob o qual os processos de objetivação e apropriação tem se dado na história da sociedade de classes. Ou seja, as relações sociais capitalistas transformam a realização efetiva do trabalho em desefetivação do trabalhador, tornando a objetivação em perda do objeto e servidão a um objeto estranho e poderoso sobre o trabalhador.

(...) desde a antiguidade até os dias atuais, a objetivação do gênero humano tem ocorrido por meio da exploração do trabalho, da apropriação privada do resultado geral do trabalho humano. A maioria dos seres humanos têm sido impedida de se apropriar de toda essa riqueza material e intelectual, de se enriquecer por meio das obras humanas. Isso é alienação. Não se trata apenas do fato de que o trabalhador não seja o proprietário daquilo que resulta de seu trabalho mas também do fato de que o trabalhador não pode apropriar-se de tudo aquilo que, sendo produto da atividade humana em geral, poderia tornar sua vida muito mais humana, com mais sentido, com mais conteúdo, diferentemente da vida real que lhes cabe, na qual a maior parte de seu tempo e de suas energias físicas e mentais é destinada à luta cotidiana pela sobrevivência” (DUARTE, 2012: 208).

A superação das relações capitalistas de produção possibilitaria um mundo em que a objetivação do trabalho deixasse de ser estranhada e hostil em relação ao indivíduo, para tornar-se a confirmação de sua individualidade. Uma realidade em que a objetivação é o resultado de suas próprias forças humanas, realidade humana, objetivação de si mesmo. A afirmação e realização de si mesmo, objetos seus, isto é, ele mesmo se faz objeto (MARX, 2010). Diferentemente dessa compreensão, em Hegel os processos de externalização e objetivação sempre se manifestam como estranhamento. É sabido que em Marx, a consciência se externaliza na efetividade do mundo fora de nós, mas segundo o idealismo objetivo hegeliano, essa efetividade da consciência do mundo aparece independente em relação à consciência mesma que a produziu. Por isso, toda a objetivação e externalização do Espírito na efetividade do mundo resultaria em estranhamento.

(...) a consciência-de-si se extrusa (*Entäusserrung*) de sua personalidade e assim produz seu mundo; frente a ele se comporta como se fosse um mundo estranho (*Entfremdung*) do qual deve agora apoderar-se (...) Em outras palavras, a consciência-de-si só é algo, só tem realidade, na medida em que se aliena a si mesma (HEGEL, 1993: 38).

A solução para esse processo de estranhamento é que, segundo a perspectiva hegeliana, o trabalho do Espírito se encarregue de reencontrar aquilo que nele se alienou, tarefa que só pode ocorrer pelo pensamento que, não se prendendo a formas particulares de objetivação do Espírito, capta o todo (IASI, 2017). Fica nítido que o problema do estranhamento, para Hegel, se situa na relação entre as dimensões particulares e universais, de seres humanos presos a contextos particulares, e que sem o trabalho da consciência sobre a consciência, não conseguem compreender o movimento desse todo, da realidade. Diferente de Hegel, em que a história é a externalização da ideia, o passar do subjetivo para o objetivo, em Marx, o real não é resultado da evolução geral do espírito humano, mas o produto das condições materiais de existência. “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser que determina sua consciência” (MARX, 2008: 47).

Sob uma perspectiva ampla, é importante salientar que Marx considerava que o capitalismo desempenha um papel histórico importante, mesmo sob o jugo do processo de estranhamento do trabalho, dado que seu desenvolvimento criaria as condições

materiais para que a humanidade superasse seus limites locais de existência. “De formas evoluídas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social” (MARX, 2008: 47). Este desempenharia a última fase da história da sociedade de classes, apontando para uma nova fase na história da humanidade. Ou seja, seu papel histórico estaria em desenvolver as forças produtivas e as condições materiais para a universalização do ser humano. Mas como já fora apontado, o capitalismo desenvolve-se mediante a universalização das relações de mercado e de mediações que tendem a aprofundar o processo de estranhamento do trabalho, o que demonstra seu caráter contraditório e alienante.

Justamente pelo fato de a humanidade não poder se desenvolver sem se objetivar, é que é tão devastador o poder da alienação, pois seu pressuposto é justamente o processo de objetivação. Mas isso, no entanto, não implica em negar a objetivação, não há outro caminho a humanização que não seja pela objetivação. “Tanto ao longo da vida de cada indivíduo como ao longo da história da humanidade, a humanização e a alienação ocorrem muitas vezes de forma simultânea e no interior da mesma processualidade sociocultural” (DUARTE, 2012: 207).

Não é a espécie propriamente dita que possui as características do gênero humano, ou melhor, essa não é transmitida por mecanismo biológico ou hereditário, mesmo que esses sejam importantes para a categoria histórica do gênero humano, mas tão somente a objetivação da riqueza cultural humana em sua totalidade. A formação do indivíduo está condicionada ao seu desenvolvimento como ser social, ou seja, alguém que está imerso em determinada sociedade e, como ser genérico, alguém que faz parte do gênero humano (DUARTE, 2017). O desenvolvimento de uma individualidade que seja universal, será tanto mais ampla, quanto mais multifacetado e diversificado for seu relacionamento com a riqueza objetiva humana. Para Marx (2010), o desenvolvimento da individualidade é produzido pelo “intercâmbio universal”, livre e consciente do indivíduo. O que possibilitaria, no processo de desenvolvimento do indivíduo, a elevação de suas necessidades, o desenvolvimento e ampliação de suas capacidades e sensibilidade.

Nesse contexto, a desigual apropriação das objetivações, em decorrência das desiguais relações que se processam na sociedade capitalista, atuam como dificultadoras do processo de formação do indivíduo. A sociabilidade capitalista, em sua dinâmica de reprodução extremamente complexa e contraditória, desloca o indivíduo a determinada posição no interior da divisão social do trabalho, e da exploração da sua força de trabalho pelo capital, limitando sua formação enquanto um ser genérico. Por isso, como desafio

permanente, o desenvolvimento da individualidade não pode prescindir da luta por reais condições de acesso às máximas possibilidades de objetivação, o que implica em constante processo de luta contra a alienação e toda forma de estranhamento. Nesse contexto, Marx (2010) argumenta que, assegurada a superação da forma burguesa de riqueza, o prévio e pleno desenvolvimento do gênero humano seria o único limite para o desenvolvimento do indivíduo, o contínuo vir a ser da personalidade.

A individualidade livre e universal decorrente da superação da forma capitalista da riqueza humana desenvolve-se à medida que se apropria das formas mais elevadas de conhecimento já produzidas pela humanidade e participa conscientemente da construção da riqueza do gênero humano, o que só pode ocorrer por meio da relação consciente com a totalidade (DUARTE, 2012: 210).

O processo de alienação do mundo capitalista se perpetua justamente por uma enganosa oposição entre a realização do indivíduo e as exigências da vida em sociedade. Mas na verdade esse é um processo histórico, fruto da subjugação dos seres humanos ao poder avassalador do capital e, portanto, absolutamente possível de ser superado e revertido em benefício da humanização do indivíduo. E essa superação perpassa por dois pontos fundamentais, embora não se reduzam a eles: destituir o trabalho de sua condição estranhada, reavendo seu caráter humanizador, e assegurar que a universalidade daquilo que é produzido esteja destinado ao enriquecimento universal dos seres humanos e, assim, do desenvolvimento livre e universal do indivíduo.

Destarte, a conjuntura imposta pelo capital exige uma permanente crítica à economia política, sobretudo dos processos de estranhamento reiteradamente reproduzidos pelas mutações sociometabólicas do capital, que tendem a alienar o trabalho a suas possibilidades emancipatórias (ALVES, 2011). Na constatação de que o capital é um sistema de controle do sociometabolismo social (MÉSZÁROS, 2011), pode-se compreender que este é um sistema que consiste, de modo elementar, em articular o controle do “organismo” social, articulando em si e para si, de modo permanentemente contraditório, mente e corpo do homem que trabalha.

Esse processo de controle é flagrantemente endossado pelo discurso pós-modernista em seu ataque à figura do “sujeito moderno”, próprio da modernidade, aquele situado por um núcleo racional e definidor de sua identidade enquanto indivíduo. Soma-se a isso, a rejeição ao conceito de alienação como fonte explicativa dos processos de dominação capitalista. Depreciam-se as possibilidades de crítica radical à sociedade

capitalista, aos processos de estranhamento e de aprofundamento da individualidade fetichizada. Se impõe, por esse discurso, um tipo de expressão ideológica cada vez mais irracional e fetichista da lógica objetivada na sociedade capitalista.

Somam-se a esses discursos, a negação da história, das metanarrativas e daquilo que Marx chama de gênero humano. Ou seja, aquilo que é produzido, reproduzido e transformado pela atividade social. O processo histórico como objetivação do gênero humano. É o discurso de negação da processualidade do desenvolvimento histórico, da produção, reprodução e transformação constante da cultura humana.

2.2 A INDIVIDUALIDADE COMO PRODUTO HISTÓRICO

Na medida em que o sistema mundial produtor de mercadorias foi dando o tom das características estruturais da relação capital, foi possível compreender que este se traduz por um modo de controle do metabolismo social. Suas características se constituem enquanto relação social que conflui para um sistema de controle fetichizado, expansionista, incontrolável, incorrigível e insustentável. Segundo Mészáros (2002),

(...) a razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2002: 96).

Em sua essência, o capital é apresentado como um processo que, no trânsito histórico de suas formas, objetiva um mundo integralmente subordinado ao seu metabolismo, “(...) no qual reina a subordinação real do capital sobre o trabalho, em que a mercadoria e o dinheiro são realidades universais, subordinando o valor de uso ao valor de troca” (IASI, 2017: 50).

Sobre essa questão, Lessa (2007) afirma que vivemos em uma sociedade caracterizada por uma ‘imensa coleção de mercadorias’, o que faz da mercadoria uma relação social predominante entre os indivíduos. Esta é uma sociedade em que vigora o desprezo pela utilidade dos produtos do trabalho na mesma medida em que se valoriza o lucro e a acumulação do capital, ou seja, a prevalência do valor de troca em detrimento do valor de uso. Essa desvalorização incide na mesma proporção sobre as necessidades humanas, que por serem tuteladas pela mercantilização de praticamente todos os aspectos

da vida, tornam-se condicionadas a um crescente processo de alienação. A difusão universal da alienação e da reificação passam a ser a forma essencial de controle sociometabólico, o que demonstra o caráter incontrolável de um sistema que se orienta para a expansão e move-se pela acumulação. De acordo com Mészáros (2002: 101), “graças a sua incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele [...] elevando seu modo de controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido”.

Subordinado a essa relação sociometabólica, o sujeito social, alienado e fetichizado, é facilmente submetido ao império do individualismo, que levado a sua máxima sofisticação, o torna refém da ditadura do capital. Preponderam as forças da aparência, do fetiche, de uma racionalidade instrumental que domina os indivíduos em todas as esferas de sua vida, tornando-os aprisionados tanto à condição material de despossuídos, quanto à possibilidade de terem consciência da realidade que os cerca. Por isso a importância de compreender a relação entre indivíduo e história, mas não de um ponto de vista fragmentário, próprio da divisão do trabalho científico, mas como objetividade de relações concretas que se determinam reciprocamente, nas palavras de Lukács (2007), como uma ontologia histórica do ser social.

Assim como salienta Marx (1997), a relação entre indivíduo e história é de unidade contraditória, de determinação recíproca.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1997: 21).

Longe de determinismos de quaisquer espécies, essa é uma perspectiva que está fundada na totalidade concreta, da unidade na diversidade, em que a dimensão singular da realidade e o momento da particularidade só podem ser compreendidas a partir de sua articulação e determinação recíproca com outras singularidades, com a particularidade e a universalidade.

Pensar essa concretude, suas contradições, sobretudo o papel da alienação e da naturalização de uma realidade que se faz estranhada e exteriorizada, perpassa por dar conta dos homens de carne e osso, compreendendo as condições materiais que determinam o curso da história, dos homens em sua atividade real (MARX, 2008). No percurso para compor um método que avançasse na leitura e interpretação desse real,

Marx chama a atenção para a centralidade das condições materiais na produção da história. Em sua ótica, a história não pode partir da ideia, nem tão pouco de conceitos e/ou fraseologias abstratas, mas de indivíduos reais. Para Mészáros (2006), o pensamento de Marx caracteriza-se pelo que chama de “ciência humana”, “[...] uma ciência de síntese concreta integrada com a vida real [...]”, uma proposta de investigação associada a um programa de transcendência positiva da autoalienação do homem em que o “[...] ponto de vista dela é o ideal de homem-não alienado (...)” (2006: 98).

Nesse ponto está uma das grandes diferenças em relação ao pensamento idealista, que desprovido de processualidade histórica compreende o real como resultado do pensamento, que se sintetiza em si, se aprofunda em si e se move por si mesmo (MARX, 1999). Nos Manuscritos econômicos-filosóficos, Marx chega a afirmar que Hegel vê apenas os aspectos positivos do trabalho, pois é somente na confirmação factual da processualidade histórica que o real pode ser lido em suas contradições históricas. Para Lukács (1981), ao buscar a determinação da gênese e desenvolvimento do ser social, Marx é categórico ao afirmar que só há teleologia no trabalho humano. Ou seja, diferentemente da maior parte da filosofia pré marxista, especialmente aquela idealista, em que o conceito de teleologia se estendia a natureza e a própria história, para Marx a história não se situa na autorrealização do Espírito absoluto, mas na razão das necessidades do trabalho, que ao transformar a natureza exterior produz o mundo de sua existência. Alinhado a essa compreensão, Lukács (1981) afirma que “[...] o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material [...]” (1981: 12).

Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx faz uma crítica à análise materialista vigente no século XIX, sobretudo por compreender que essa perspectiva concebe a realidade como um objeto exterior ao homem, desprezando a importância da atividade humana como elemento central na produção da realidade. A relativização da importância do fator *ativo*, da atividade humana, confere a essa concepção um caráter fortemente idealista, abstrato e altamente fetichizado da realidade. Apesar da crítica ao filósofo alemão Ludwig Feuerbach, é incontestável sua importância para a caracterização do fenômeno fetichismo, sobretudo em sua crítica histórico-filosófica à religião. Mas Marx avança ao compreender que a crítica à religião não deve ser um ponto de chegada, mas um ponto de partida. Para ele, de nada adianta a crítica à religião sem a alteração dos processos sociais objetivos que tornam necessárias tais tipos de ilusão. Marx (2007) considera que a

“libertação” do “homem” não caminha um só passo se isso não for feito no mundo real e pelo emprego dos meios reais. A libertação não está na esfera da “autoconsciência”, das “fraseologias”, mas na história e em condições históricas suficientemente desenvolvidas para a superação das formas de dominação humana. Sobretudo, porque a história é justamente o resultado da atividade e das lutas sociais travadas no interior do processo de produção e reprodução da vida.

Desse modo, na crítica ao materialismo de Feuerbach, Marx afirma que a materialidade não deve estar subordinada ao pensamento, nem tão pouco à razão reduzida à mera abstração. Muito embora o materialismo de Feuerbach tome como ponto de partida o próprio homem, ele permanece na mera abstração, sobretudo ao conferir prevalência da teoria em relação aos contextos sociais. Segundo Marx (2007), para Feuerbach o indivíduo natural se conecta ao gênero humano enquanto “essência imutável” do próprio homem, como uma forma de abstração própria do indivíduo isolado. Na crítica ao materialismo de Feuerbach, Marx e Engels (2007) observam que quando ele “(...) é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história ele não é materialista” (2007: 32). Para Marx e Engels (2007) a história não parte da ideia, muito menos de conceitos que desconsideram a práxis da atividade humana, mas do concreto, dos indivíduos reais e de contextos sociais concretos.

Os indivíduos reais se relacionam ativamente com o mundo exterior, e nesse processo modificam o mundo e se modificam simultaneamente. A concepção materialista da história destaca a centralidade dos indivíduos reais, sua atividade e as condições materiais de sua vida. A atividade é esse elemento mediador da relação entre o indivíduo e o mundo, capaz de produzir o mundo material simultaneamente a transformação do sujeito da atividade. A essência do homem está assentada no conjunto das relações sociais, ou seja, o indivíduo não é esse sujeito autônomo, produto de uma essência universal do gênero humano, mas a humanização do ser biológico, resultado de sua atividade vital, ainda que na sociedade capitalista o trabalho seja fonte de exploração, alienação, objetificação e desumanização.

Segundo Lessa (2007), os indivíduos são as relações e conexões que estabelecem com a história da qual são partícipes, e por viverem em uma sociedade produtora de mercadorias, se tornam o que chama de “guardião de mercadorias”. Essa é uma grande questão, porque sendo o homem essa espécie de guardião da mercadoria, independentemente da classe, se é marginalizado e/ou desempregado, ele é ao mesmo tempo produtor e produto da mercadoria.

É este feitiço, que faz com que a criatura comande o criador, o que Marx chamou de “fetichismo da mercadoria”. Ao produzir uma sociedade que nada mais é que uma coleção de mercadorias, fizemos da humanidade pessoas que vivem como guardiões das mercadorias, pessoas cuja vontade reside em levar as mercadorias ao mercado, cuja vontade reside na necessidade de as mercadorias trocarem-se reciprocamente (LESSA, 2007: 236).

Para o autor, a mercadoria tem uma propriedade inusitada, pois faz do próprio homem uma mercadoria, transformando-o em um sujeito que se reconhece como proprietário privado, que se relaciona como pessoa cuja vontade reside nas mercadorias. Esta sociabilidade reflete a relação econômica, que molda o indivíduo e o submete às relações de concorrência, de compra e venda de mercadorias, da venda de sua própria força de trabalho que se reduz também à condição de mercadoria. O homem vai se produzindo na síntese de relações reais, não como indivíduos ou sujeitos abstratos, isolados, mas como indivíduos sociais, imersos e condicionados pela sua relação com a história. A partir da atividade, na produção material da vida, os homens constroem determinadas relações sociais, constituídas pela unidade entre forças produtivas e as relações sociais de produção, que vão sedimentando determinado modo de organizar o trabalho e a vida social.

Para Marx (2008) a produção social da existência dos homens é determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Essa afirmação depreende alguns elementos fundamentais, são eles: o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual, sendo a consciência fruto direto das relações materiais; os homens adquirem consciência dos conflitos sociais a partir das formas ideológicas, descritas por Marx como sendo as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas; o indivíduo não deve ser julgado pela consciência que tem de si mesmo, mas pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Para Marx e Engels (2007) a consciência nasce da necessidade de intercâmbio entre os homens. Desde sua origem, portanto, ela é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens sociais, ou seja, “[...] esta não é, desde o início, “consciência pura”. O “espírito” sofre, desde o início, a maldição de estar “contaminado” pela matéria (...)” (2007, p. 34).

O trabalho é o elemento fundante dessa produção social, é o fundamento tanto da objetividade quanto da subjetividade. Toda a realidade objetiva, produzida pela objetivação humana, exterioriza a vida social e todas as relações entre os seres humanos.

Ao objetivar-se, o homem apropria-se de toda a riqueza humana, internalizando a humanidade historicamente produzida. A subjetividade não se materializa senão no quadro mais geral da objetividade, ela só é possível no âmbito das condições históricas de uma totalidade social determinada. Há um processo de condicionamento recíproco no processo de objetivação histórica. O indivíduo será sempre o resultado da relação entre a apropriação das objetivações históricas oriundas do trabalho humano anterior e pelas novas objetivações. É por isso que a compreensão sobre a individualidade não pode ser mensurada pela consciência que os indivíduos elaboram de si mesmo, mas pelas mediações oriundas das relações de produção da vida material, das forças produtivas, e das formas de consciência da vida material.

No capitalismo, as objetivações humanas, resultantes da totalidade do trabalho social, constituem-se como potência estranhada, exteriorizada em relação aos homens. Isso implica que “Todo indivíduo vive sua vida enquanto parte da história do gênero humano, mas, (...) não significa necessariamente que os indivíduos tenham condições objetivas e subjetivas de fazer de sua vida uma objetivação consciente de sua historicidade” (DUARTE, 1999: 120). Essa relação situa e expressa o caráter contraditório com que os processos de objetivação e apropriação têm se dado no processo histórico marcado pela luta de classes.

As contradições da vida material representam o modo de ser do sistema capitalista. Sua sustentação não seria possível sem uma profunda e complexa distorção ideológica do real, em que pese o caráter de ocultação e obscurecimento das determinações históricas que o dinamizam. É evidente a importância que assume o conceito de contradição, pois ele é a encarnação real da vida material. Em seu livro - “*17 contradições e o fim do capitalismo*”, Harvey utiliza o conceito de contradição a partir da dialética, e afirma que essa definição, mesmo não julgando-a como a mais correta em relação a outras concepções, sobretudo aquela derivada da lógica aristotélica⁸, é a mais apropriada para a leitura do real. Sob a prisma da dialética, a contradição ocorre quando duas forças aparentemente opostas estão ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento, podendo ser permeáveis e intercambiáveis. Para o autor, as contradições nem sempre são óbvias, sobretudo porque podem trazer consigo um

⁸ Sobre essa questão, Harvey (2016) aponta que o conceito de contradição é utilizado de duas maneiras diferentes na língua inglesa, sendo a mais óbvia e comum àquela que deriva da lógica Aristotélica, “[...] em que duas declarações são consideradas tão conflituosas que ambas possivelmente não podem ser verdadeiras. A declaração “Todos os melros são pretos” contradiz a declaração “Todos os melros são brancos”. Se uma é verdadeira a outra é falsa” (2016: 15).

elemento fortemente subjetivo quando se trata de definir e sentir seu poder. Na sociedade capitalista, a classe é a expressão singular do geral, da universalidade, ela representa a dinâmica sociometabólica do sistema. Traz em si a contradição, a negação da socialização do homem genérico. Todavia, essa contradição, constituída sob o domínio de uma classe sobre a outra, é ocultada, tornada natural e ideologicamente controlada.

É evidente que nem sempre as contradições se revelam automaticamente como algo negativo, sua existência pode ser fonte para fecundas transformações pessoais e sociais. Sucumbir e se perder nas contradições também não é um dado a priori, essa relação perpassa pela capacidade de identificarmos, de modo consciente, os processos que fetichizam as relações e tendem a nos desumanizar.

As contradições do capital têm gerado inovações, e muitas delas têm melhorado a qualidade da vida cotidiana. Contradições, quando levam a uma crise do capital, produzem momentos de “destruição criativa”. É raro que o que se cria e o que se destrói seja predeterminado, e é raro que tudo que se cria seja ruim e tudo que era bom seja destruído. E é raro que as contradições sejam todas resolvidas. (HARVEY 2016: 17).

Uma das formas mais eficientes de ocultar, distorcer e disfarçar as contradições do fenômeno, e com isso mistificar, criar máscaras e naturalizações é o processo de fetichismo. É o modo de ser do fenômeno, sua expressão alienada. Para Kosik (1976), o fetiche é um fenômeno próprio da cotidianidade alienada, de um mundo da pseudoconcreticidade.

Segunda Lessa (2007), no capitalismo o “[...] ‘valor’ dos indivíduos se estabelece na concorrência incessante contra todos os outros indivíduos e, nesta concorrência, o presente é a única dimensão que importa” (2007: 242). Essa cotidianidade contém em si toda uma construção histórica, uma situação genérica que objetifica o sujeito e toma de si a possibilidade de produzir-se enquanto individualidade livre e universal.

O caráter contraditoriamente humanizador e alienador com que a objetivação do ser humano se realiza no interior das sociedades de classe tem implicações importantes no que diz respeito à formação da individualidade. Por um lado, a formação do indivíduo como ser humano não pode se realizar sem a apropriação das objetivações produzidas ao longo da história social, mas, por outro lado, essa apropriação também é a forma pela qual se reproduz a alienação decorrente da luta de classes (DUARTE, 1994: 25).

Essa cotidianidade, que é o mundo objetivado, volta-se contra o homem, e nesse processo de produção e reprodução da vida material criam-se elementos, que de maneira

contraditória, opõem-se ao processo humanizador. A divisão do trabalho capitalista, por exemplo, é uma imposição a qual cada pessoa passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, e que assim deve proceder caso não queira perder seu meio de vida. Nesses termos, a divisão do trabalho e a propriedade privada são idênticas, pois ambas se conformam como um poder criado pelos homens e que se voltam contra eles (MARX; ENGELS, 2007).

Esse real subscreve uma aparência fetichizada, dotada de uma qualidade mágica. Releva-se aos olhos comuns com um caráter natural, independente, autônomo e alheio à vontade de quem o produziu. “A contradição entre realidade e aparência gerada é, de longe, a contradição mais geral disseminada que temos de enfrentar quando tentamos resolver as contradições mais específicas do capital” (HARVEY, 2016: 19).

A concepção reificada e alienada de indivíduo, aquela própria da ideologia liberal, que o considera um ser isolado, livre, independente e autônomo, talvez seja a expressão mais clara da inversão dada entre realidade e aparência. A divisão social do trabalho, e sobretudo o aprofundamento cada vez maior entre capital e trabalho assalariado, aliena e objetifica o homem, prejudicando de modo significativo sua capacidade de auto reconhecimento enquanto ser genérico.

No processo de alienação, que se expressa na relação direta com a materialidade fetichizada, há não apenas a perda de si e do objeto no plano individual, mas de sua relação com o plano coletivo, com a classe à qual pertence. Todas as desigualdades que demarcam o processo de acumulação do capital apresentam-se sob a forma de uma aparente igualdade, a começar pelo valor de troca das mercadorias, que se constitui como abstração da quantificação de coisas elementarmente distintas. O trabalho, que funda o valor mercadoria, e que no capitalismo também se torna uma mercadoria, objetifica e coisifica aquele que deveria ter ressaltadas sua condição de humanidade. Nesse processo, a vida da mercadoria e a do homem se confundem, tornam-se uma coisa só, coisas que se relacionam e se determinam mutuamente.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e volume. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschewelt*). O trabalho não produz apenas mercadorias; ele produz a si próprio e o trabalho como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2010: 80).

Ao compreender que o que confere valor a algo é o trabalho humano, chamando atenção para o fato de que a riqueza nada mais é do que trabalho humano objetivado, trabalho humano abstrato, Marx lança luz sobre o segredo das trocas de mercadorias. Processos inscritos como naturais, próprios da dinâmica autônoma do mercado, vistos como relações entre coisas, entre objetos, são revelados como produtos de relações sociais, das relações entre seres humanos. O fetiche adere ao produto do trabalho tão logo este seja realizado, revelando uma aparência autônoma, uma forma fantasmagórica entre coisas, tratando de mascarar e naturalizar processos sociais antagônicos e estruturalmente contraditórios. Essa complexidade funda aquilo que, em articulação constante, tem determinado o trabalho, a totalidade social (a sociabilidade) e a reprodução dos indivíduos (a individuação) (LESSA, 2007).

Para Marx (2007), toda a luta contra as ilusões deve estar situada no combate aos processos sociais objetivos que tornam necessárias tais ilusões. A mudança da sociedade, de suas representações sociais opressivas, supõe que o fim dessas representações ideológicas só pode acontecer no movimento próprio de superação das relações de exploração de classe. Somente com o fim das formas alienadas de sujeição do homem, o gênero humano poderá ser sujeito dos rumos da produção histórica da vida, e o indivíduo poderá ser construtor do sentido de sua vida (DUARTE, 2012). Concordando com a necessidade de transformação da base material, Lessa (2007) afirma que o homem não tem lugar na sociedade capitalista, a não ser quando este pode ser transmutado em mercadoria. Aquela força de trabalho, por exemplo, que passa a ser inútil para o capital (ou seja, que não há emprego para ela), é rapidamente descartada com a pretensão de não se transformar em custos no processo de acumulação. “Tudo o que adentra a reprodução do capital é mercadoria; e o que é humano, mas não consegue ser mercadoria não tem lugar na reprodução da sociedade. [...] não serão gastos recursos na mercadoria força de trabalho que não for lucrativa” (LESSA, 2007: 240).

Para Marx (2010) a única maneira de o indivíduo humano se formar e se desenvolver como ser genérico é pela dialética entre apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura e a objetivação da individualidade, dada pelo trabalho. Mas as leis econômicas tratam justamente de negar que as riquezas tanto objetivas quanto subjetivas sejam plenamente apropriadas por aqueles/as que trabalham. Na verdade, o produto do trabalho é alienado do sujeito do trabalho.

O processo de alienação é essencial para que, na ordem de domínio de uma classe sobre outra, a valorização do indivíduo oculte e destitua sua condição de classe,

aniquilando-o enquanto sujeito histórico. O indivíduo da ideologia liberal não é fruto da sociedade de classes, da contradição entre capital-trabalho, da propriedade privada dos meios de produção ou mesmo do fetiche da mercadoria, mas de uma processualidade natural, de um sistema social que demarca a diferença como um elemento situado na esfera do consumo. A possibilidade de sua emancipação se restringe à propriedade, ao poder de consumo - essa é a pedra de toque daquilo que representa a liberdade de ascensão e mobilidade social. Ainda segundo Marx (2010), a atividade vital consciente faz com que a própria vida seja objeto para o sujeito do trabalho, por isso ele é um ser genérico. Mas isso requer uma atividade livre, já que o processo de alienação do trabalho torna a atividade vital do homem um simples meio para sua existência, invertendo toda relação.

Superando-se as relações sociais de produção que tornam o trabalho uma atividade alienada, supera-se também a relação alienada que obriga o indivíduo a fazer da vida genérica apenas um meio para a sobrevivência. Supera-se assim a contradição entre a individualidade e a condição de ser genérico (DUARTE; SAVIANI, 2010: 429).

Toda a compreensão sobre a individualidade, e de que maneira ela se expressa, perpassa pela análise de sua relação com as determinações objetivas do mundo material. Negar os processos de significação social implica desconsiderar a determinação ontológica do trabalho, e de como a vida produtiva é ao mesmo tempo a vida genérica. Nas palavras de Marx, “(...) É a vida engendradora na vida” (2010: 84). Assim, dissociar objetividade e subjetividade é o mesmo que pensar o homem como um ser desenraizado da história, um indivíduo puramente abstrato, isolado e particularista. Uma forma fetichizada de individualidade.

Essa compreensão de individualidade trata de negar a determinação recíproca entre indivíduo e classe. Como dito anteriormente, a história é uma dimensão específica do ser social, inaugurada pelo trabalho, e que se desenvolve em razão das múltiplas determinações que condicionam a produção da vida material. Estas, quando criadas, condicionam toda a atividade humana, já que não poderia ser realizada senão em conexão com toda a objetivação histórico-social anterior. Em razão disso é possível afirmar que a categoria central da história é a práxis social.

Em toda a obra de Marx o proletariado aparece como um sujeito histórico-mundial, ele próprio é o “espírito” ativo do capital, que quando reduzido à condição de fator de produção, transforma-se em elemento histórico-universal necessário à efetivação do capital, na extração do mais-valor e em todo o processo de intercâmbio mercantilizado

entre trabalho – capital. A classe social não é um mero fator de produção, ou uma representação social e moral que se apresenta ao indivíduo de modo funcionalista, mas um complexo de relações que se manifesta concretamente a partir das mediações intrínsecas à produção do valor, à circulação de mercadorias e à luta de classes. Ela se faz no interior dessas relações. Segundo Benssaïd (1999),

Objeto e sujeito, ser e essência, acham-se unidos no devir da classe. Na dinâmica das relações de classe, a subjetividade da consciência não pode emancipar-se arbitrariamente da estrutura, tanto quanto a objetividade do ser não pode destacar-se passivamente da consciência. Essa problemática opõe-se a toda concepção mecânica da passagem necessária do em-si ao para-si, do inconsciente ao consciente social pré-consciente ao político consciente, entre os quais o tempo faria o papel de mediador neutro. Consciência e inconsciência de classe enlaçam-se num abraço perverso e não cessa de enganar-se mutuamente (BENSAÏD, 1999: 168).

A consciência da classe não pode ser pensada como uma força abstrata genérica, ou uma representação coletiva que se impõe aos indivíduos, mas a expressão da atividade realizada a partir de mediações históricas que se realizam no processo de metabolismo social. Para o autor, considerar a classe como uma realidade superior aos indivíduos equivale ao misticismo que transforma a história, a sociedade ou a classe em manifestações fetichizadas. Portanto, a classe social não pode ser compreendida como uma estrutura que se sobrepõe aos indivíduos que a compõem, como um abstrato ideal desvinculado da processualidade e mediações histórico-sociais, objetivo-subjetivas que se condicionam reciprocamente. “A realidade dinâmica das classes não cai nunca no domínio inerte da objetividade pura. Sua coesão é irredutível à unidade formal de uma simples coleção de indivíduos” (BENSAÏD, 1999: 149).

O capitalismo é a expressão da contradição em movimento, em processo, e como saída para manter-se dominante, superando suas crises de valorização do valor, é necessário a existência de permanentes reestruturações, sobretudo voltadas para o controle das massas. Com a intenção de impedir que a classe trabalhadora, subalterna, explorada se constitua plenamente como classe, faz-se necessário um contínuo processo de captura da subjetividade do trabalho. Trata-se de abrandar as contradições e negar a existência da conflitualidade de classes. Segundo Silva (2019), “(...) A condição de classe é a mediação entre o indivíduo social e o capital. A forma consciente de viver a condição de classe, isto é, a consciência revolucionária de classe, caracteriza uma das formas de mediação entre o indivíduo e o gênero humano (...)” (2019: 20). Com isso ratificamos

que o sujeito não é produto de uma relação apriorística da história, mas do conjunto de relações produzidas na história.

Marx e Engels (2010) afirmam em o *Manifesto Comunista*, que “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (2010: 40), evidenciando que os homens, ao se organizarem em torno da produção da vida material, criam relações sociais que os subjagam, traçam uma divisão do trabalho em função do excedente e do avanço das forças produtivas, e organizam toda a produção e reprodução da vida material a partir de relações de poder e de dominação. Não se trata de afirmar que a existência das classes sociais é produto exclusivo da conflitualidade, como se esta possuísse uma existência inerente à história, mas das objetivações mesmas desse conjunto de relações criadas e reproduzidas historicamente.

A recusa desses elementos aponta para um movimento de negação da história, de sua objetividade reificada, e porque não, das possibilidades de superação de suas determinações. Estudiosos como Saviani (2012) e Duarte (2017; 2012) insistem que a formação da subjetividade revolucionária perpassa pela apropriação das objetivações humanas, dos saberes e dos conhecimentos historicamente produzidos. É o processo de educação como elemento “histórico-ontológico da formação humana” (SAVIANI; DUARTE, 2012), que produz direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade produzida histórica e coletivamente pelos homens. Mas o ataque à concepção materialista da história, ideologicamente arquitetado pela pós-modernidade, nega o indivíduo histórico, sua essência racional e toda relação que este poderia ter com qualquer tipo de totalidade relacional. Inscreve-se um tipo de pensamento que fetichiza a individualidade, transformando-a em uma condição humana reduzida ao ceticismo, ao solipsismo, ao subjetivismo e à irracionalidade (DUARTE, 2012).

2.3 DE TRABALHADOR A EMPREENDEDOR: A EMPREGABILIDADE COMO PANACEIA

Resultado da crença redentora no papel da iniciativa particular, produto da exaltação do indivíduo, o empreendedorismo emerge como um grande invólucro de naturalização de uma nova ética do trabalho, pautada na empregabilidade e no empresariamento geral da sociedade. Segundo Paiva (2001) esse é um processo que aponta para a vitória do capital sobre o trabalho, já que a meritocracia, instituída no discurso da exaltação do indivíduo, passa a estabelecer um mercado de trabalho cujo

acesso se dá via capital social⁹. No plano ideológico, configura-se o fim das políticas macroeconômicas de emprego e renda, e a emergência de indivíduos destinados a adquirir competências e habilidades cognitivas que os tornaram competitivos e, sobretudo, empregáveis. Criam-se as condições para a naturalização de um processo que é social, um tipo de individualidade fetichizada, mas que tenta justificar-se como uma processualidade irremediavelmente necessária à inserção competitiva do indivíduo no mundo globalizado.

Para Marx (2013), fetichismo é o resultado de representações ideológicas da realidade, de processos sociais objetivos que demandam compreensões ideologizadas de sua concretude. Portanto, a própria individualidade, sua naturalização, se realiza como fetichismo. Conforme Duarte (2012),

(...) o que ocorre é que em vez de a individualidade ser considerada fruto de um processo educativo e autoeducativo deliberado, intencional, ela é considerada algo que comanda a vida das pessoas e, em consequência, comanda as relações entre as pessoas e a sociedade. Mesmo que o fetichismo da individualidade surja em nome da liberdade individual, como é o caso das várias formas assumidas pela ideologia liberal, o seu resultado é a negação da liberdade (2012: 10).

O processo de fetichismo inverte e naturaliza a produção social da vida em todas as suas esferas, dotando de espontaneidade a produção de algo que é social e historicamente situado. Além disso, uma outra questão muito importante a ser destacada é o quanto a fetichização, sobretudo em sua cotidianidade, impossibilita que as pessoas compreendam a realidade para além do que está imediatamente presente, perdendo de vista a possibilidade de analisar os fatos à luz da totalidade social.

Como parte operante do conjunto de ações que promovem um tipo de individualidade fetichizada, que despreza o conceito de classe e de luta de classes, está a chamada nova “ética” do trabalho, conhecida sob a égide do “empreendedorismo”. Essa é uma nova ideologia, que formulada e difundida por diversas instituições do Estado, por parte da sociedade civil e pela mídia de negócios de grande circulação, passa a ditar um movimento tendencial na dinâmica do capital flexível: que é o culto ao subjetivismo, a

⁹ O cientista político norte-americano D. Putnam (2000) é, sem dúvidas, o autor mais célebre e mais citado dentre as produções que tratam sobre o conceito de capital social. Seus estudos passaram a ser referência nas ciências sociais a partir de seu trabalho feito na Itália, onde procurou entender algumas diferenças regionais desse país a partir desse conceito. Para o autor, capital social está associado ao conjunto de aptidões, competências e conhecimentos, os quais são, segundo sua análise, elementos estratégicos no processo de desenvolvimento econômico.

autonomia e ao que se convencionou chamar de vontade privada (WOOD, 1997). A valorização desse tipo de sociabilidade traz consigo a valorização de discursos que promovem a meritocracia, do empreendedorismo e de todo o léxico que os acompanha: capacitação, coaching, diferenciação, profiling, dentre outros. Esses valores passam a ditar os contornos de uma subjetividade fundada sob as premissas da concorrência e do sucesso pessoal. É a solução neoliberal¹⁰ para a manutenção da hegemonia do capital sobre o trabalho. Para Alves (2011), todo o processo de precarização do trabalho, acentuado com a reestruturação produtiva, atingiu não somente a “objetividade” do trabalhador, mas também sua subjetividade. Trata-se de moldar ação e pensamento, constituindo um nexos psicofísico em conformidade com as novas necessidades do processo de acumulação do capital.

Ao cultivar a subjetividade e a individuação das relações sociais, o discurso da empregabilidade nega a historicidade presente na objetividade do trabalho, suas contradições e antagonismos estruturais. De acordo com Tavares (2018), o discurso em defesa do empreendedorismo conduz o trabalhador a acreditar que pode ser sócio do capital, que basta o sujeito empreendedor imaginar, sonhar e acreditar que pode ser patrão - às vezes de si mesmo - para ter a chance de mudar de classe social.

(...) o empreendedor, com raríssimas exceções, apesar de conformar um híbrido entre patrão e empregado, não deixa de ser trabalhador, portanto, não pode, objetivamente, gozar da autonomia pela qual é seduzido pelo capital, cuja finalidade é, além de reduzir os custos da produção, apagar do imaginário social a categoria do trabalhador proletário” (TAVARES, 2018: 109).

Segundo Thompson (2001) a luta de classes é central na definição do conceito de classes sociais, pois a classe é este “fenômeno histórico” oriundo justamente da luta de classes. Sem colocá-la como independente das condições objetivas, a luta de classes seria então um conceito prévio que permite valorizar aspectos culturais do processo de formação da classe. Nessa mesma linha, e corroborando com essa perspectiva, Mattos (2019) afirma que “(...) a formação de uma classe não é apenas decorrência da posição na vida a que os homens (e mulheres) estão predestinados pela divisão do trabalho, mas é, ao mesmo tempo, causa e consequência da luta de classes” (2019: 26). Boa parte da crítica e argumentos utilizados para contrapor a centralidade ontológica do trabalho

¹⁰ De acordo com Antunes (2001:40), “(...) o neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados (...) contemplando a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias sintonizadas com organismos mundiais (...)”.

esteve/está em questionar o trabalho enquanto categoria fundante para os homens, dissociando-a imediatamente da “centralidade política” dos trabalhadores.

Se o trabalho de fato fosse a categoria fundante do mundo dos homens, argumentavam, então os trabalhadores deveriam ser – sempre – a classe politicamente fundamental. Como nem no escravismo nem no feudalismo coube aos escravos e servos a direção política e, prossegue o argumento, como hoje não podemos identificar o peso decisivo das lutas proletárias, então a tese marxiana da centralidade ontológica do trabalho estaria sendo peremptoriamente negada pela história (LESSA, 2005: 106).

Desde a década de 1990, a ortodoxia neoliberal e as teses do fim do trabalho tentam descaracterizar a centralidade do trabalho, das lutas e classe sociais. Questiona-se a centralidade ontológica do trabalho a fim de negar a importância político-revolucionário do proletariado. Na verdade, o discurso de exaltação do empreendedorismo nega as contradições sociais, sobretudo, aquelas operadas no campo das relações de produção, já que a habilidade empreendedora seria essa capacidade de operacionalizar acordos entre todas as partes interessadas, independentemente de sua posição nas relações de produção.

Da nossa perspectiva, o empreendedorismo é uma estratégia pela qual é transferida ao trabalhador a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir “ordem e progresso” capitalistas; é um ardil engendrado pelo capital e viabilizado pelo Estado, para confundir a oposição das classes sociais; é uma tentativa de obscurecer a figura do trabalhador proletário e, desse modo, pôr fim ao sujeito revolucionário (TAVARES, 2018: 110).

O conceito de proletariado aparece, “(...) quase sempre, associado àqueles que nada possuem, ou melhor, àqueles que não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, a não ser vendendo como mercadoria a sua força de trabalho” (MATTOS, 2019: 26). É a expressão do conjunto de pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho, feita primordialmente pelo assalariamento, mas não reduzido a ele, dada a dinâmica cada vez mais perversa de exploração do trabalho e captura de seu excedente.

Ao contribuir com esse debate, Lukács demonstra que a ontologia do trabalho não decorre necessariamente do papel revolucionário dos trabalhadores, pois essa é uma potência resultando de mediações históricas sem as quais nunca se converteria em possibilidade histórica real.

Para Lessa (2005), dadas as peculiaridades do capitalismo pós-revolução industrial, as condições históricas poderiam ou não ser aproveitadas pelo proletário para sua constituição enquanto classe-para-si, e “(...) uma eventual derrota proletária não apenas não cancela, como ainda seria uma manifestação – profundamente perversa e alienada, é verdade, mas nem por isso menos possível – de um processo histórico que continuaria tendo no trabalho sua categoria fundante” (2005: 107).

De acordo com Alves (2008), a condição existencial fundamental da modernidade do capital, aquela que implica na existência de homens e mulheres despossuídos dos meios de produção de sua vida social, gera o que ele chama de *condição de proletariedade*.

A “classe” (entre aspas) do proletariado é o conjunto social de homens e mulheres, alienados da propriedade/controlado social dos meios de produção da vida, que estão submetidos a uma condição existencial histórico-particular – a condição de proletariedade. A *condição de proletariedade* abre um campo de possibilidades concretas para a construção da *classe social do proletariado* propriamente dita, posta como sujeito histórico-coletivo da civilização do capital” (ALVES, 2008: 1).

Malgrado a imprescindibilidade do trabalho e o aprofundamento da contradição produção/apropriação, a condição histórica que faz do proletariado um sujeito histórico-coletivo da civilização do capital aponta, ao mesmo tempo, para a centralidade do trabalho produtivo, responsável por toda a riqueza produzida, muito embora o discurso do empreendedorismo tente negar as origens da riqueza socialmente produzida pelo trabalho. É incontestável que no pós reestruturação produtiva houve uma série de transformações nas formas de trabalho, mas sua centralidade enquanto produtor de riquezas permanece incontestável. A emergência do setor financeiro, em sua forma “especulativa e parasitária”, levou o mundo capitalista a crer que enfim a rentabilidade do capital poderia se efetivar sem a necessidade de sujar as mãos com a produção (CARCANHOLO, 2012).

[...] por maiores que tenham sido as transformações por que passou, há uma coisa que o capitalismo ainda não conseguiu inventar: como criar riqueza econômica, criar excedente e, em particular, criar lucro a partir do nada. Nunca conseguiu e jamais conseguirá produzir riqueza e também a sua própria remuneração a partir do éter. A riqueza econômica é e será resultado do trabalho produtivo (CARCANHOLO, 2012: 323).

O esforço para negar a importância do trabalho, sua centralidade, marca uma característica básica da atual fase do capitalismo, que é de ocultar a intensificação de contradições situadas na relação entre produção e apropriação do excedente do valor, hoje realizado nas mais diversas formas possíveis. Curiosamente, entretanto, a precarização do trabalho e todo o processo de (des) socialização são expressos como fenômenos de um processo natural das coisas, um devir histórico incontestável. Assim como afirma Antunes (2001), o que há é o predomínio das mais variadas formas de fetichização, que varia do culto ao fim das ideologias até a crença na desmercantilização da vida societal, o fim do trabalho como a realização concreta do reino da liberdade, da autonomia e da iniciativa particular.

Nesse contexto, tornar-se patrão de si passa a ser a grande tarefa do indivíduo do início do século, pois esse seria o recurso mais moderno e adequado para a integração dos indivíduos em um mundo do trabalho em constante transformação. Mediante o recuo do Estado e a exaltação do papel e potencialidades de um mercado cada vez mais idílico, o empreendedorismo se torna um discurso de valorização do “empoderamento”¹¹ individual e do empresariamento geral como alternativa frente aos novos tempos. Um modelo de gestão social que vai caracterizar desde empresários propriamente ditos até o setor de serviços e a economia informal, ou seja, a maior parte dos trabalhadores da atualidade.

Diante desse contexto, a falta de emprego e de renda passam a ser responsabilidade do indivíduo, as funções são invertidas, a proteção social esfacelada e a competitividade instituída como principal regra do jogo. Segundo esse discurso, “O mérito do sujeito empregado não está no seu direito social ao emprego, mas em ter conseguido se colocar em um mercado de trabalho competitivo (...)” (DEL PINO, 2001: 80), de ter se tornado empregável. O que está por trás desse entendimento, com o claro sentido de inversão da realidade, é a ocultação de um processo de intensificação da (des) socialização dada pela crise estrutural do capital.

Para Alves (2002), o conceito de empregabilidade surge como um elemento ideológico disseminado pelo espírito do toyotismo¹². Sua existência está permeada por

¹¹ O Sebrae parte do pressuposto de que o empoderamento é o resultado do fortalecimento do que chamam de “cultura empreendedora”. Essa cultura seria o resultado/promoção de competências, habilidades e atitudes que levem as pessoas a desenvolver novas formas de pensar e agir, voltadas à superação de desafios e a criação de modelos de negócios.

¹² Segundo Alves (2007: 158-159), o toyotismo “(...) implica a constituição de um empreendimento capitalista baseado na produção fluida, produção flexível e produção difusa. A produção fluida implica a

um processo amplamente contraditório, pois se por um lado traduz um momento de novas exigências para o mundo do trabalho, por outro, tende a ocultar seu substrato estruturalmente organizacional, dada pela lógica interna da “produção enxuta”, que dita uma dinâmica social de exclusão que assola profundamente o mundo do trabalho. Apesar de o toyotismo estar inscrito em uma nova base técnica do sistema do capital, caracterizado pela automação flexível, é o processo de inovação organizacional da produção que melhor o diferencia da lógica taylorista fordista.

(...) é importante salientar que o toyotismo tende a se distinguir do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um salto qualitativo na forma de subsunção real do trabalho ao capital. Tanto o fordismo quanto o toyotismo seriam formas organizacionais da grande indústria e, portanto, da subsunção real do trabalho ao capital. Só que enquanto no fordismo tínhamos a subsunção formal-material, no toyotismo temos a subsunção formal-intelectual (ou espiritual) do trabalho ao capital (ALVES, 2002: 6).

O processo de acumulação, em seu ritmo natural, dita os termos necessários para satisfazer a função vital do capital, sua autovalorização. Para isso é necessário não apenas que o dinheiro seja posto a trabalhar para mobilizar as matérias-primas, instalações, equipamentos, fluxos de energia e força de trabalho, mas, sobretudo, que a massa de trabalhadores esteja “acessível, socializada e disciplinada, além de ter as qualidades necessárias, isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificada quando preciso. Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua” (HARVEY, 2011: 55). Para tanto, esse sociometabolismo necessita ocultar aquilo que caracteriza o movimento desmedido do capital, que é a valorização do valor, que subordina o trabalho e o torna uma mercadoria que está sob o inteiro controle do capitalista.

(...) assim como as matérias-primas e as ferramentas necessárias para trabalhá-las, a força de trabalho é uma mercadoria com custo calculável, correspondente a sua reprodução. Entretanto, diferentemente das outras mercadorias compradas pelo capitalista, esse trabalho vivo cria mais valor ao longo do processo produtivo, pois o pagamento da força de trabalho pelo seu valor de troca (o necessário para sua subsistência) não é uma grandeza equivalente ao seu valor de

adoção de dispositivos organizacionais como, por exemplo, o just-in-time/kanban ou o kaizen, que pressupõem, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, envolvimento pró-ativo do operário ou empregado”.

uso ou à quantidade de valor que essa força de trabalho acrescenta no processo da produção ao laborar (MATTOS, 2019: 30).

O trabalho torna-se, segundo esse sociometabolismo, parte constitutiva do capital, na forma de capital variável, de maneira que sua existência passa a estar vinculada a do próprio capital (IASI, 2011). Todas essas condições, juntas, produzem um forte e coeso processo de controle social¹³ do trabalho. Segundo Gramsci (1984: 384), sob as circunstâncias da linha de montagem fordista o trabalhador “(...) pensava demais (...) Ele não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, (...) pôde levá-lo a um curso de pensamentos pouco reformistas”. Se a possibilidade de um tipo de pensamento pouco reformista, ou de grande teor contestatório se instalava no chão da fábrica, em meio a um cenário, digamos, de “pleno emprego”, hoje, com a extinção de milhares de postos de empregos formais, e com o aprofundamento da valorização capitalista via capital fictício, esse potencial deveria estar à beira de tornar-se realidade concreta. É sobretudo, diante desse contexto, que o controle social se impõe como instrumento que subordina formal e intelectualmente o trabalho, tornando mais intensa a unidade orgânica entre capital e trabalho.

Esse processo faz parte do conjunto de medidas que se destinam a descaracterizar a identidade de um tipo de sujeito determinado pelo senso da luta de classes, portador de valores morais de enfrentamento das contradições do mundo do trabalho. Cada vez mais essa massa de trabalhadores vai sendo condicionada ao “esquecimento de experiências passadas”, na qual a memória de lutas e resistências passa a ser substituída por uma construção ideopolítica orientada pelo discurso da colaboração e do consentimento aos ideais empresariais. “A nova geração de trabalhadores possui uma maior disposição de incorporar a linguagem empresarial, em que o trabalhador deixa de ser “operário” e “empregado” e torna-se “colaborador” (ALVES, 2002: 109). Ao emergir uma nova linguagem, permeada por valores de um mercado repleto de expectativas e utopias, o capital passa a compor um novo universo locucional adequado às contingências de um “novo” sociometabolismo do controle e da colaboração de classe. Tendo em vista as inegáveis contradições resultantes do sociometabolismo do capital, e a necessidade imanente da acumulação, o capital atua, sobretudo sob a lógica da acumulação flexível,

¹³ Mészáros discute com muita propriedade a questão do controle social, sobretudo no livro: “A Necessidade do Controle Social”. Segundo o autor “(...) No decurso do desenvolvimento humano, a função de controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição” (1987: 32).

com grande densidade manipulatória, capturando não apenas o “fazer” e o “saber” do trabalho, mas seu caráter intelectual-afetivo, conformando-o às mais estranhas e fetichizadas formas de extração do mais valor.

Segundo Antunes (2001), o processo de desarticulação da classe trabalhadora, ascensão da flexibilização da produção, precarização das relações de trabalho e desproteção da legislação trabalhista compõem o quadro de um projeto desenhado e concebido segundo fundamentos exclusivos do capital, e sua viabilidade situa-se fundamentalmente no desafio de buscar o consentimento e a adesão dos trabalhadores. Mas essa não é uma tarefa tão fácil, o que exige do capital a busca pelas mais diversas formas de manipulação e naturalização das contradições desse novo modelo de acumulação. A multiplicação dos índices de desemprego¹⁴, o desaparecimento de determinadas carreiras e de empregos estáveis¹⁵, aumento do trabalho informal e surgimento de subcontratados formam o cenário que se impõe para a classe trabalhadora. Segundo Dias e Wetzel (2010)

As análises favoráveis à conjuntura recente, protagonizadas em geral por administradores e inspiradas na maioria das vezes numa releitura da tipologia do sujeito empreendedor schumpeteriano, partem do pressuposto de que a ausência de empregos configurar-se-ia em um fenômeno capaz de impulsionar o indivíduo a inventar novas possibilidades de sobrevivência, ao mesmo tempo em que conseguiria, com ideias inventivas, alavancar a economia de um país (2010: 98-99).

O discurso que exalta o papel potencial da inventividade mascara as cruéis e (des)humanizadoras novas relações de trabalho, totalmente precarizadas, destituídas de direitos e incapazes de dar segurança ao sujeito do trabalho. Muito embora o discurso da

¹⁴ Segundo dados da PNAD Contínua para o trimestre encerrado em novembro de 2019, o percentual de desocupados chegou aos 11,2%, o que compreende 11,9 milhões de pessoas buscando trabalho em todo o país (IBGE, 2019a). Em comparação ao trimestre anterior, é possível constatar cerca de 785 mil pessoas ocupadas a mais no mercado de trabalho, no entanto, esse aumento está relacionado à sazonalidade já esperada para esse período do ano, com o crescimento de setores tais como - alojamento, alimentação e construção civil.

¹⁵ Para além das determinações de ordem estrutural, aquelas relacionadas ao desenvolvimento de novas formas e métodos de trabalho, o desaparecimento de determinadas carreiras e empregos estáveis está assentado no processo de reordenação de estruturas produtivas cuja função específica é a sustentação das novas formas de acumulação. Modificações nas legislações trabalhistas, as quais geraram diminuição de direitos, privatização de empresas públicas, terceirização de serviços próprios do Estado, programas de demissão voluntária, estas feitas às custas do enfraquecimento do poder de negociação coletiva dos sindicatos, e a precarização salarial do serviço público, conformam um conjunto de medidas que, além de multiplicar os índices de desemprego, também contribui, de maneira direta, com o desaparecimento de determinadas carreiras e empregos estáveis, aumentando o trabalho informal, autônomo (empreendedor) e subcontratado.

(re) qualificação do trabalho assevere que a revalorização de competências e habilidades são o passaporte para a empregabilidade, é necessário apreender que o processo social, em seus condicionantes estruturais, quase sempre é inexato e complexo. Um claro exemplo está na emergência dos serviços oferecidos via aplicativos, como é o caso do Uber e iFood, que amparados pela lei 13.429/17, que regulamenta a terceirização em todos os níveis da atividade, se tornaram os maiores empregadores do Brasil. Segundo a revista o Estadão¹⁶, ao serem considerados juntos, os aplicativos Uber, iFood e Rappi, seriam os maiores “empregadores” brasileiros, reunindo cerca de 4 milhões de trabalhadores intermitentes e mal remunerados em todo o país. Essa é uma realidade que traz consigo uma face extremamente destrutiva para o trabalho, que é a junção entre novas formas de valorização do valor, e a intensificação de precários mecanismos de extração de trabalho excedente, que de modo muito perverso capturam trabalhadores sobrantes, descartáveis e desempregados. Para Grohmann (2020), o trabalho mediado pelas plataformas representa por um lado um modo de acumulação baseado na lógica algorítmica, e por outro, compõem uma racionalidade que tem sustentado politicamente o capitalismo.

Inscribe-se sob esse contexto uma das maiores características da acumulação flexível, que é o aprimoramento das formas de exploração capitalista. Surgem novas formas de estranhamento e objetivações fetichizadas, e nesse contexto, o apelo à empregabilidade passa a dar o tom do novo discurso de integração do trabalhador ao mercado. Mediante ao avanço das formas de exploração capitalista e a exclusão do pleno emprego, o discurso da empregabilidade desvia a responsabilidade social do emprego para esfera individual. Ganha protagonismo a iniciativa “educativa” do capital, que ao mobilizar conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, conduz o trabalho a uma espécie de integração orgânica ao capital, conformando sob condições sociotécnicas e culturais específicas, um tipo de trabalhador atomizado, rendido ao fetichismo da individualidade. Nesse processo, aquilo que corresponde à integração “orgânica” para o capital representa, de modo absolutamente ambivalente, a expressão da fragmentação sistêmica da classe trabalhadora e de seus estatutos salariais (agora totalmente precarizados e constituídos por formas de trabalho atípico).

¹⁶ Ver em: ESTADÃO. **Aplicativos como Uber e iFood são fonte de renda de quase 4 milhões de autônomos.** Disponível: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,aplicativos-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-autonomos,70002807079>>. Acesso em: 10 de set. 2019.

O discurso da empregabilidade e o financiamento público garantem a existência de um mercado consumidor em franca expansão, e isso tem atraído diversos grupos de capital internacional para investirem nesse novo nicho de mercado, a exemplo da Kroton e Anhanguera. Dados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP)¹⁷, indicam que, entre 2000 e 2017, o percentual total de matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas chegou aos expressivos 71,3%. Se descontextualizados esses dados não revelam muita coisa, mas quando colocados sob análise, percebe-se a existência de uma forte correlação entre a expansão do ensino privado e seu respectivo financiamento público. De acordo com Souza (2017), a expansão do ensino superior tem se dado a partir do financiamento público, sobretudo a partir da criação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI)¹⁸, em 2004, e do Programa de Financiamento Estudantil (FIES)¹⁹, em 2009. Como consta no gráfico 1, essas duas políticas públicas são as protagonistas no processo de expansão da rede privada de ensino superior no Brasil, com recursos públicos, muito embora também seja considerável o quantitativo de “outras” formas de financiamento (oferecidas por bancos ou pelas próprias instituições de ensino). Nesse mesmo período, compreendido entre 2008 e 2018, a rede privada cresceu 59,3%, contra apenas 7,9% da rede pública (INEP/MEC, 2019).

É importante destacar que, segundo o Inep (2021), o financiamento público do ensino superior tem sido o menor desde 2013, o que não representa, necessariamente, um abrandamento do discurso da empregabilidade, mais precisamente o contrário, que a questão do trabalho está muito mais relacionada ao investimento público em setores produtivos que aumentem a demanda e incentivem o crescimento econômico, do que a mera reconversão profissional dada pela qualificação. Em entrevista cedida A Folha de São Paulo²⁰, para explicar o recuo das taxas de financiamento público no ensino superior, Celso Niskier, presidente da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), é errático ao afirmar que “Parte da queda do Fies pode ser explicada pelas

¹⁷ INEP/MEC - Censo da Educação Superior de 2018.

¹⁸ O PROUNI se caracteriza pela compra de vagas para alunos considerados carentes em instituições particulares de ensino.

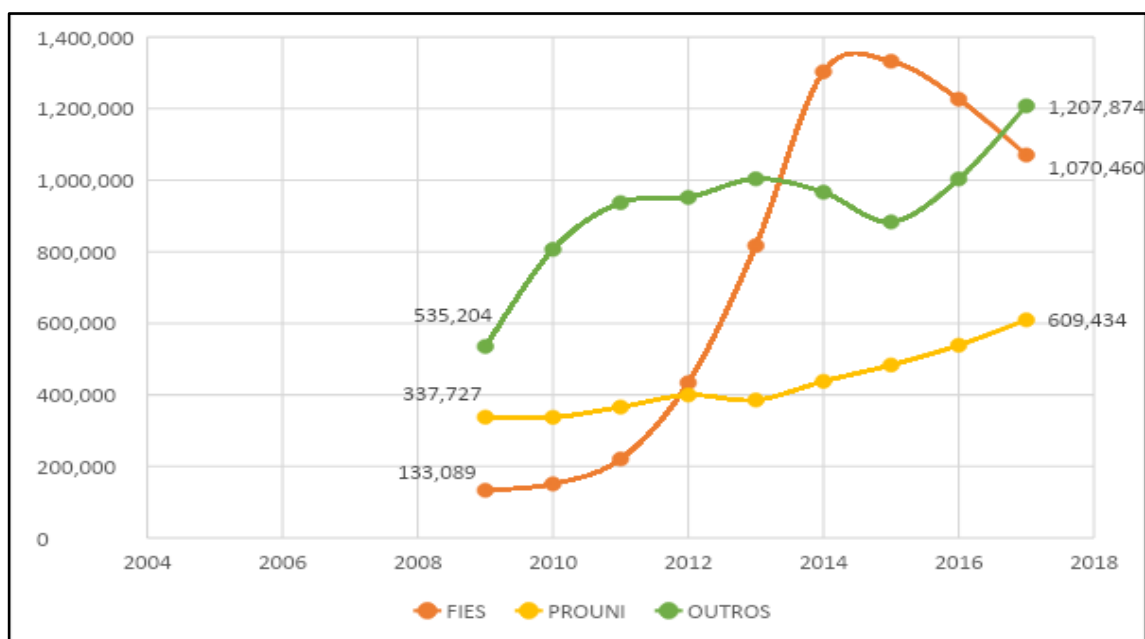
¹⁹ O FIES permite que estudantes financiem suas mensalidades em instituições privadas de ensino superior, começando a pagá-las somente depois de formados, com juros subsidiados

²⁰ Ver em: Folha de São Paulo. **Universidade. Proporção de alunos com financiamento no ensino superior é o menor desde 2013**. 4 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/11/proporcao-de-alunos-com-financiamento-no-ensino-superior-e-o-menor-desde-2013.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

dificuldades econômicas do País". Só busca financiamento quem tem perspectiva de emprego e renda futura, e hoje muitos jovens não têm essa perspectiva".

Para Alves (2007), a ideia de "empregabilidade" tem como propósito aprofundar a subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital e, para além disso, contribuir com a construção de um verdadeiro mercado educacional no Brasil, corporificando um movimento de mercantilização da educação e do próprio conhecimento.

Gráfico 1 - Matrícula no Ensino Superior na Rede Privada, por tipo de Financiamento/ Bolsa – 2008 a 2018



Fonte: INEP/MEC – 2019

O apelo à necessidade contemporânea da empregabilidade contribui para que, no plano ideológico, se construa e naturalize a noção de que a superação do desemprego é uma questão de “requalificação” e “conversão profissional”. Instauram-se, assim, as bases necessárias para o alardeamento de um falso problema, o da relação entre qualificação *versus* desemprego, situando a falta de postos de emprego a mera questão de conversão ou requalificação profissional. Não obstante a isso, é atribuído um “novo” papel à escola, o da empregabilidade.

Segundo análise do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)²¹, feita a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

²¹ Ver em: ASN Nacional. Brasil empreendedor. **Pequenos negócios cumprem expectativa e geram mais de 192 mil empregos em setembro**, 29 de outubro de 2022. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empreendedor/pequenos-negocios-cumprem-expectativa-e-geram-mais-de-192-mil-empregos-em-setembro/>. Acessado em: 20 jan. 2023.

(CAGED), do Ministério da Economia, no mês de setembro de 2022, o Brasil criou 278.085 novas vagas de emprego. Esse resultado se deu graças à participação das micro e pequenas empresas, responsáveis por 192.462 mil vagas, correspondente a quase 70% das contratações. Entre os pequenos negócios, os setores que mais geraram empregos foram os de Serviços (84.624), Comércio (50.675) e Construção (72.872). Esses dados revelam que, no segmento, o setor de serviços continua sendo a principal fonte geradora de empregos no país, com quase 786 mil (36,6%) postos de trabalho. Ampliando a reflexão, os dados do Atlas dos Pequenos Negócios, elaborado pelo SEBRAE (2022), demonstram que os donos de pequenos negócios, representado predominantemente pelo setor de serviços, possuem em sua maioria, pouca escolaridade. O estudo mostra que 72% dos donos de negócio possuem apenas ensino fundamental (33%), ensino médio (38%) e sem instrução (1%). Em um cenário de ampliação dos setores de serviços e de rebaixamento do nível de escolaridade geral dos trabalhadores, a narrativa da empregabilidade só pode servir a uma propositura, promover uma cultura do trabalho dada pelo desenvolvimento de valores individualizantes capazes de adequar o trabalho as novas formas de organização e gestão da produção.

De acordo com o CAGED (2022), no sentido inverso a tendência de crescimento do número de contratações do setor de serviços, o setor industrial fechou o mês de novembro de 2022 com um saldo de (-25.707) mil empregos, com números negativos inclusive nas precárias formas de trabalho intermitente e em regime de tempo parcial. Muito embora o estudo intitulado - “Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025”, realizado pelo Observatório Nacional da Industrial, aponte que, até 2025, o Brasil precisará qualificar 9,6 milhões de pessoas em ocupações industriais, sendo 2 milhões em formação inicial - para repor inativos e preencher novas vagas - e 7,6 milhões em formação continuada, para trabalhadores que devem se atualizar, esse número ainda é muito baixo frente ao quantitativo de empregos gerados pela economia informal ou pelos micro e pequenos empreendedores, com destaque para o setor de serviços.

Esse estudo prevê que, em quatro anos, deverão ser criados 497 mil novas vagas formais de ocupações industriais, saltando de 12,3 milhões para 12,8 milhões de empregados formais. Essas seriam ocupações tipicamente relacionadas a elevados graus de formação, relacionados à produção industrial, com por exemplo, robótica. A ideia de empregabilidade associada a uma demanda muito específica de qualificação da força de trabalho encobre uma teia de expropriações e flexibilizações dos direitos do trabalho. Ao enfatizar a importância da empregabilidade, instituições como a Confederação Nacional

da Indústria (CNI), relacionam a qualificação profissional a processos formativos que não ultrapassam a aquisição de habilidades básicas, específicas e de gestão. Essa base de formação e qualificação profissional não está associada à apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos, mas ao desenvolvimento de comportamentos e atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia (CNI, 2005).

Este cenário aponta para um mundo do trabalho caracterizado pela antecipação da passagem da incompleta sociedade urbana e industrial para a sociedade de serviços.

Decorrente do precoce processo de desindustrialização que acompanha o país desde a inserção passiva e subordinada desencadeada na década de 1990 por governos neoliberais, o funcionamento do mercado de trabalho tem convergido para a generalização de condições extremamente regressivas associadas ao relativo declínio de ocupações intermediárias e generalização do emprego na base da pirâmide social, o que favorece o aprofundamento da polarização social (POCHMANN, 2020: 37-38).

O processo de terceirização da economia brasileira se caracteriza pelo decréscimo das ocupações na agropecuária e da recente queda relativa dos postos de trabalho na manufatura. Dados do IBGE²² demonstram que a participação do setor terciário, no total da População Economicamente Ativa (PEA), aumentou 59,5%, visto que saltou de 40%, em 1980, para 62,7%, em 2018. Nesse mesmo período, o setor primário registrou uma queda de 73,4% na participação relativa no total da PEA, com diminuição de cerca de 13 milhões para 8,5 milhões de ocupados, tabela 2.

Tabela 2 - Brasil - Evolução da população total, ocupada e desocupada em 1980 e 2018

Itens	1980 (em mil)	2018 (em mil)	Variação Absoluta anual (em mil)	Variação Relativa anual (em %)
População Total	119.002	208.495	2.355	1,5
PEA	43.236 (100%)	105.197 (100%)	1.631	2,4
PEA ocupada	42.026 (97,2%)	93.002 (88,4%)	1.342	2,1
• Primário	12.997 (30,1%)	8.455 (8,0%)	-119	-0,8

²² Ver em Censos demográficos de 1980: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=772&view=detalhes>, e Censo demográfico de 2018: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-poramostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

• Secundário	12.042 (27,8%)	18.622 (17,7%)	173	1,1
• Terciário	16.987 (39,3%)	65.925 (62,7%)	1.288	3,6
PEA desocupada	1.210 (2,8%)	12.195 (11,6%)	289	6,3

Fonte: IBGE/Censo demográfico - 1980 e 2018 - elaboração - Pochmann (2020: 44)

Para além do crescimento do número de empregos assalariados informais, cuja participação saltou de 14%, em 1980, para quase 20%, em 2018, essa antecipada transição da sociedade urbana e industrial para a sociedade de serviços tem sido marcada pela desestruturação do mercado de trabalho, pela presença significativa do desemprego, da subutilização dos trabalhadores e pela precarização do trabalho. Desse modo, “(...) a destruição das ocupações de classe média tem sido acompanhada da massificação do desemprego estrutural e da precarização das ocupações assentadas na instabilidade contratual, escassez dos direitos sociais e trabalhistas e contida remuneração” (POCHMANN, 2020: 48).

Esse contexto dá consistência ao discurso que inscreve o trabalho seguro e estático, aquele típico das políticas de pleno emprego, como algo ultrapassado, pois o que se exige do trabalhador e do empresário atuais é o desenvolvimento do potencial de adaptabilidade e de empregabilidade. O êxito do trabalhador estará, como dito antes, em sua capacidade de maximizar suas capacidades cognitivas, desenvolvendo assim seu potencial de empregabilidade.

A capacidade de adaptação e de aprender a aprender e a reaprender, tão necessária para milhares de trabalhadores que terão de ser reconvertidos em vez de despedidos, a flexibilidade e modificabilidade para novos postos de trabalho vão surgir cada vez com mais veemência. Com a redução dos trabalhadores agrícolas e dos operários industriais, os postos de emprego que restam vão ser mais disputados, e tais postos de trabalho terão que ser conquistados pelos trabalhadores preparados e diferenciados em termos cognitivos (FONSECA, 1998:307).

Nesse processo, a escola abre mão de seu potencial crítico-reflexivo, de relação com a alteridade e com a importância do ensino do conhecimento teórico, para submeter-se ao ideário do aprender a aprender e a um tipo de formação detida ao desenvolvimento do que chamam de empregabilidade. Dilui-se a importância da transmissão do conhecimento, pois o que passa a estar no centro da intervenção pedagógica é a importância de contribuir com a formação de indivíduos autônomos, capazes “(...) de

realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno “aprenda a aprender” (COLL, 1994: 136).

Segundo Duarte (2008),

Quando educadores e psicólogos apresentam o “aprender a aprender” como síntese de uma educação destinada a formar indivíduos criativos, é importante atentar para um detalhe fundamental: essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames da sociedade capitalista (2008: 12).

O prisma que se coloca como hegemônico assevera a centralidade do conhecimento e de seu caráter definidor frente a uma sociedade radicalmente nova, com novas exigências para todas as áreas, sobretudo para os processos de trabalho. Todavia, muito embora seja incontestado que o capitalismo do final do século XX e início do século XXI possua uma racionalidade mais modernizante, não é correto afirmar que a essência da sociedade capitalista tenha sido alterada, ou que estejamos vivendo em uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. Dessa forma, é importante destacar que “(...) essa sociedade é, por si mesma, uma ilusão que cumpre determinada função ideológica na sociedade capitalista contemporânea” (Idem: 13). A sobrevalorização do conhecimento e de sua importância para a empregabilidade, sob a orientação da adaptabilidade a dinâmica do capital, dita um itinerário que nega, camufla e inverte as relações sociais, pois as contradições inerentes à relação capital-trabalho passam a ser reduzidas à mera questão de ajuste e reconversão profissional, dada na escala do indivíduo e subordinada a seu mérito.

Todo o enlace econômico-educacional, de captura e enrijecimento dos processos de aprendizagem, compõe uma espécie de baluarte de valorização da educação como elemento de formação de capital humano, da empregabilidade e da superação do desemprego crônico hoje existente em todo o mundo. Segundo Gentili (2008), essa é uma realidade segundo a qual a educação é vista como sinônimo de

(...) promessa para a competitividade e empregabilidade, em um mercado no qual a sobrevivência está reservada àqueles que dispõem de uma providencial capacidade para aprender os atalhos que lhes permitem apropriar-se da riqueza disponível (...). Formar o *ignorante* para fazer dele um cidadão responsável e um ser pensante, dizem uns. Formar o *inútil* para fazer dele um trabalhador produtivo e flexível, consoante com as demandas de um mercado dinâmico e competitivo,

dizem outros. Assim, procuramos disputar os melhores argumentos para demonstrar que a educação não cumpriu ainda seu mandato existencial e que, de fato, não houve um simples erro de método, mas de sentido (2008: 13).

A garantia do emprego como direito social “(...) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual (...)” (GENTILI, 1998: 89). Essa é uma tese que não concebe a natureza do processo de racionalização da reestruturação produtiva do capital. Em rigor, o que há é a diminuição relativa do trabalho vivo na produção social, e esse é um efeito dado, sobretudo, pela inserção das inovações tecnológico-organizacionais nas relações de trabalho. Para Marx (2013), “(...) quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor” (2013: 118). Portanto, sob a ótica da teoria valor-trabalho de Marx, o capital variável diminui na medida em que aumenta e amplia-se, mesmo que em termos não absolutos, a base técnica do sistema produtor de mercadorias.

Além de ser uma das principais contradições estruturais do capital, essa relação é produto direto e inexorável do desenvolvimento histórico do capitalismo global, o que revela, por um lado, um irremediável limite de expansão/acumulação do capital e, por outro, a precarização e o ataque ao trabalho. Instaura-se um processo de “barbárie social”, dado sobretudo por um tipo de sociedade cada vez mais (des) socializada pelo precário mundo do trabalho, onde milhares de trabalhadores vão se tornando supérfluos aos interesses do capital (MÉSZÁROS, 2011). Assim, “(...) o processo de reestruturação produtiva se interverte em complexo de reestruturação da produção destrutiva do capital, subordinando as inovações tecnológico-organizacionais e sociometabólicas à orientação lucrativa do capital” (ALVES, 2011).

O processo de (des) socialização do trabalho tem sido, assim, resultado do que Mézáros (2011) chama de precarização dos estatutos salariais e institucionalização da “nova precariedade do trabalho”, que via de regra vem estabelecendo novos mecanismos institucionais de captura do valor, mesmo que esse trabalho esteja rigorosamente afetado pelo processo de desefetivação, dado pelo desemprego crônico. Para Alves (2011),

(...) Apesar da escassez do emprego, o trabalho estranhado continua necessário de maneira ilógica, cruel e letal, não mais à sociedade, nem mesmo à produção, mas precisamente, à sobrevivência daqueles que não trabalham, não podem mais trabalhar e para os quais o trabalho seria a única salvação (2011: 25).

É importante que compreendamos que a consciência de classe se origina e se desenvolve como expressão daquelas relações que constituem a sociabilidade humana, por isso, como afirma Iasi (2013), não é nenhuma surpresa que a consciência da classe trabalhadora se expresse como a consciência mesma da burguesia. A crise do trabalho formal e o flagrante apelo ideológico às formas de individuação, sobretudo nas relações de trabalho, passam a constituir a expressão prática de uma forma de consciência amoldada, apassivada, presa aos elementos da imediatividade. É o trabalhador que se identifica com a figura do empreendedor, atomizado, reificado e totalmente alheio às contradições sociais.

O proletariado não vive em outras relações, ele vive nas relações constitutivas do capital. Portanto, a primeira expressão de uma consciência social, que os trabalhadores tomam como sua, é a expressão das relações que eles compartilham com a burguesia na existência mesma da sociedade capitalista, na sua imediatividade (IASI, 2013: 72).

No discurso, o conflito de classe, inerente à sociedade do capital, dissolve-se, e a tão sonhada conquista por uma vaga no mercado de trabalho, ou ainda, a própria equalização social, passam a derivar, quase que exclusivamente, da questão de ter ou não ter acesso ao conhecimento, ser ou não ser qualificado, mesmo que na realidade objetiva esse mesmo conhecimento reproduza, como efeito direto, o aprofundamento da subsunção formal-intelectual do trabalho ao capital. Forja-se uma utopia que oculta a historicidade da relação conflituosa entre capital-trabalho, fragmentando e desarticulando aquilo que alimenta a luta e o processo de enfrentamento às investidas do capital, que é a consciência de classe.

É evidente que o neoliberalismo não se reduz a um sistema político, sua aplicabilidade decorre da necessidade de instaurar a concorrência em todos os níveis das relações sociais, e para isso as estruturas do capital, mesmo que claramente empenhadas a acumulação, precisam ser internalizadas no imaginário social, quase que como um fatalismo. É nesse sentido que o discurso da empregabilidade, alardeado como sinônimo de empreendedorismo, adequa os sujeitos às necessidades atuais da produção. Novos significados são conferidos a antigos conceitos. O emprego estável, por exemplo, comumente compreendido como fonte de dignidade pessoal e coletiva dá lugar a uma “ética” do trabalho que promove o indivíduo criativo, corajoso, que não se contenta com funções pouco desafiadoras. Valoriza-se o risco, o empoderamento pessoal, a

criatividade, e nega-se a “rotina”, a estabilidade, a previsibilidade, os quais seriam o reflexo de projetos de vida de indivíduos “acomodados”. A condição de empregado ou desempregado, o sucesso ou o fracasso de uma atividade laboral é deslocado para o indivíduo, trata-se, para o trabalhador, seja assalariado ou não, de estar pronto para a troca de trabalho, para o desenvolvimento de habilidades que o torne um sujeito criativo, corajoso, e que esteja plenamente preparado para as novas necessidades do mercado de trabalho.

2.4 AUTONOMIA DO TRABALHO COMO LIBERDADE DE/NO MERCADO

Teoricamente, existem apenas duas formas de pensar a condição de classe - como um *local* estruturado ou como uma *relação social*. Segundo Wood (2011), essa primeira perspectiva trata a classe como uma forma de “estratificação”, uma camada numa hierarquia ditada por critérios puramente “econômicos” como renda, “oportunidade de mercado” ou ocupação. Em oposição a esse modelo analítico, há a concepção sócio histórica, que compreende a classe como uma relação entre apropriadores e produtores. Diferentes em sua acepção epistemológica, o conceito de classe tem sido usado correntemente como critério de classificação e/ou estratificação social, servindo como argumento geral para estabelecer uma diferenciação dos grupos sociais com base em sua capacidade de consumo.

É interessante observar que na medida em que são abundantes hoje em dia as referências à classe como critério de estratificação social medido pela renda e definido pelo acesso diferenciado ao consumo no mercado, escasseiam as menções ao termo quando associado a um lugar ocupado no processo de produção e nas relações de trabalho ou mesmo quando vinculado a determinadas formas de ação coletiva movidas por um sentido de classe. Por isso, ouvimos e lemos muito sobre “classe A, B, C” etc. ou sobre novas e velhas “classes médias” (e um pouco menos sobre “ricos” e “pobres”), mas, nos meios de comunicação, nos discursos políticos e até mesmo nas elaborações acadêmicas das ciências sociais, é cada vez mais raro o emprego de expressões como “classe trabalhadora”, “classe operária” ou “proletariado” (assim como são raras as referências a “burguesia” e “classe dominante” (MATTOS, 2019: 9).

O novo léxico utilizado para caracterizar o mundo do trabalho age como catalisador do processo de (des) historicização das relações sociais. De origem empresarial, sua fonte é o universo maquínico-informacional-digital. A justificativa para uma nova gramática conceitual estaria, segundo aqueles a utilizam, situada justamente na

realidade, ou seja, nas dinâmicas sociais. Nesse contexto, emergem noções tais como - o que é “ser resiliente”, “agir com sinergia”, “tornar-se um parceiro”, “ser um empreendedor”, exercitar o “trabalho voluntário”, dentre tantos outros, que ao dotar de significado aquilo que considerado novo, oculta e nega a condição histórica e cumulativa da dinâmica social. A negação, por exemplo, do conceito heurístico de “classe social”, ou seu uso enquanto sinônimo de consumo, renda e mercado é mais do que reducionismo, atenta contra a importância e centralidade da história e de sua articulação com a totalidade da dinâmica social.

Não são apenas as categorias sociais de análise que estão ausentes, mas também a consequente percepção de que tais classes sociais têm visões de mundo, interesses e projetos políticos objetivamente opostos, que se confrontam em diversos momentos da vida social, ou seja, o que se omite é a lógica de classe dos conflitos sociais fundamentais nos quais vivemos imersos (MATTOS, 2019: 9).

Apela-se para a autonomia e independência do trabalho, o que nega a centralidade da relação capital – trabalho e toda sua totalidade relacional. A ampliação do discurso em torno da autonomia do trabalho promove, por um lado, a negação da lógica dos conflitos de classe, e por outro, tenta convencer os trabalhadores de que podem se tornar patrões, seja de alguém ou de si mesmos. Torna-se imperativo convencer o trabalho de que, ao creditar importância a autonomia, ou melhor, ao tornar-se um empreendedor, ele pode emancipar-se das relações de subordinação ao capital.

Na sociedade capitalista tanto a objetividade quanto a apropriação do trabalho se efetivam de forma alienada. Nessa forma histórica de sociedade, a alienação está diretamente relacionada à lógica de produção mercadorias, à apropriação de valor excedente produzido pelo trabalho. Tanto a objetivação quanto a apropriação alienam o trabalhador da riqueza socialmente produzida, por isso a atividade se mostra externa e estranha, conformando o inexorável processo de alienação do trabalho. “(...) Sua relação com o outro ser humano, o capitalista, é uma relação na qual ele não é uma pessoa, mas um recurso na valorização do capital (...) Ele é apenas um meio para o crescimento do capital” (DUARTE, 2013: 71). É mister que essa relação seja negada, e a ilusão do discurso da autonomia cumpre esse papel, pois incide diretamente na diluição da essência antagônica inerente à relação capital. Inaugura um repertório que insiste em tentar convencer os indivíduos de que eles estão mais próximos do capital e mais distantes do

trabalho. É, pois, a tarefa de tentar seduzir o trabalho pela via do convencimento, daquilo que Habermas chamou de racionalidade comunicativa.

Este conceito de racionalidade comunicativa possui conotações que em última instância sublinham a experiência central da capacidade de convencer sem coações e de gerar consenso que tem pela fala argumentativa, em que diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista e mercê a uma comunidade de convicções racionalmente motivada se asseguram à vez da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade do contexto em que se desenvolvem suas vidas (HABERMAS, 1987: 27).

As contradições da vida material, que inescapavelmente revelam-se na dinâmica da luta de classe, combinam elementos objetivos e subjetivos que podem favorecer a formação do proletariado, quer dizer, de uma classe que não é simplesmente aquela amoldada pela sociabilidade do capital, mas uma classe contra o capital, que traz consigo a capacidade de anunciar um novo tipo de sociabilidade, finalmente emancipada. Esse componente de amoldamento tem sido decisivo no processo de confrontação de classe, pois atua diretamente na interpretação dos elementos materiais, que apesar de possuírem, em sua objetividade, a manifestação da contradição, são facilmente ressignificados e reinterpretados. Não é por acaso que o discurso em prol da empregabilidade, do empreendedorismo, da autonomia e suas derivações têm sido empregados como conceitos da moda, ajustadas a uma dita nova realidade econômica.

À medida em que as contradições se avolumam, observa-se o avanço do modo de controle do capital, intensificando a difusão da alienação e do fetichismo. Na atualidade, muitos são os meios utilizados para propagar a ideia de empreendedorismo como algo natural, inerente ao comportamento e ao pensamento social, sobretudo aquele atento às transformações próprias do mundo do trabalho. Um deles é o discurso de valorização do empresariamento do trabalho, que sob as insígnias da valorização da ação individual, fornece as bases para a promoção do trabalho polivalente, flexível, adaptado às necessidades de um mercado em transformação. Assim, aquilo que poderíamos considerar como a condição básica do ser social, sua realização produtiva e improdutiva no e pelo trabalho, transforma-se em uma processualidade visceralmente presa às necessidades vitais da valorização do capital.

A classe trabalhadora e sua consciência de classe não são oriundos de um processo linear que tende necessariamente a uma outra coisa, sua objetivação constitui-se por formas que se superam dialeticamente, num movimento onde o velho já apresenta

elementos do novo que por sua vez ainda traz resquícios do velho. O processo da consciência encontra sua determinação material no movimento próprio de ser da classe trabalhadora, que ora é moldada à ordem do capital, ora reage à luta pelos seus interesses e necessidades imediatas, ou ainda, em circunstâncias especiais, impõe-se como uma classe que confronta diretamente a ordem do capital. Segundo Iasi (2011),

Vivemos hoje um triste momento de amoldamento que exige de todos nós uma profunda e séria reflexão teórica e prática. Há os que diante do produto final renegam toda a caminhada e se perdem em críticas meramente morais, mas há aqueles que buscam compreender esses momentos dentro de um movimento maior e, por compreendê-lo dialeticamente, não se surpreendem com o balanço que nos leva através dos mares tumultuados desses tempos mais próximos da farsa do que da tragédia. (2011: 8).

Ao compreender a consciência como um processo, sabe-se que ela pode ser o resultado da conformação dos indivíduos a uma determinada sociabilidade, o que não nega a possibilidade de a consciência ser orientada, inclusive no mesmo movimento de amoldamento, por uma processualidade que produza alterações qualitativas no processo da consciência. Os mesmos meios que moldam as consciências permitem que os sujeitos, no ir e vir de sua vida, entrem em contradição com aqueles valores anteriormente interiorizados. Nesse sentido, os grupos sociais podem desenvolver o pertencimento de classe, o que pode levar a determinadas alterações que conduzam a “(...) a passagem da sociabilidade em si à sociabilidade para si, isto é, o controle coletivo e consciente, pelos seres humanos, das relações sociais como produtos humanos (...)” (DUARTE, 2012: 56-57).

Amplamente recorrente na economia, na política, na administração e nos meios de comunicação, sobretudo aqueles financiados pelo Estado, o empreendedorismo emerge como um discurso vinculado aos elementos definidores do padrão produtivo toyotista, da figura do trabalhador flexível, polivalente, apto, munido de competências e habilidades agora indispensáveis a sua inserção no mercado de trabalho. Muito embora sua origem remonte ao século XIX, sua atual ascensão está articulada às teses da suposta sociedade pós-industrial, defendidas, por exemplo, por autores como Offe (1989), Habermas (1987) e Gorz (1982), os quais põem em dúvida a centralidade do trabalho e de todos os elementos que o definem. Para citar, mesmo que rapidamente, o teor da tese da sociedade do pós – trabalho de Gorz (1982), é importante destacar dois pontos fundamentais: (i) - o crescimento da produção e da ocupação no setor de serviços

desqualifica a categoria trabalho (lê-se operário); (ii) - a revolução técnica, dada sobretudo pela informatização, faria com que o trabalho perdesse sua preponderância na produção material e, desse modo, seu estatuto de fundamento do valor.

Como contraponto a esse posicionamento teórico, Thomaz Jr. (2000) é enfático ao afirmar que enquanto perdurar a sociedade capitalista é um equívoco afirmar o fim do trabalho, ou mesmo a perda de sua centralidade, pois seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho enquanto vigorarem os elementos constitutivos da estrutura societária do capital. Por outro lado, reafirmando a tese do fim do trabalho, Offe (1989) considera que o trabalho e a posição dos trabalhadores no processo de produção não são mais o princípio básico da organização das estruturas sociais. Para ele os atributos homogeneizadores do trabalho social, e que definiam uma teoria social atenta a chamada sociedade do trabalho, são rompidos pelo processo de segmentação, diferenciação e heterogeneidade do trabalho. Chega inclusive a afirmar que esse processo se intensifica, durante o século XX, pela ampliação do número de horas livres dos indivíduos em substituição do número de horas de trabalho. Trata-se de propor uma teoria social alternativa às novas dinâmicas sociais, que em suma traduzir-se-á pelo posicionamento teórico de Habermas, que, em seu juízo,

(..) retrata a estrutura das sociedades modernas não como um antagonismo enraizado na esfera da produção, mas como um choque entre os “subsistemas da ação racional intencional”, mediado, de um lado, pelo dinheiro e pelo poder e, por outro, por um “mundo vivido”, que “obstinadamente” resiste a esses sistemas (OFFE, 1989: 194-195).

Muito embora o sistema capitalista seja apresentado como uma forma de organização social fundada na liberdade, na autonomia e na busca das oportunidades existentes no livre mercado - hoje acentuadamente alinhados ao discurso do neoliberalismo - a característica que o distingue é a falta de liberdade. Ela é constitutiva do capitalismo na medida em que, por um lado, a vida material e a reprodução social no sistema são universalmente mediadas pelo mercado, o que obriga todos os indivíduos a participarem das relações de mercado para ter acesso aos meios de vida. E por outro, os ditames do mercado, seus imperativos de competição, acumulação, maximização dos lucros e crescimento da produtividade e racionalidade do trabalho, regulam não apenas as transações econômicas, mas todas as relações sociais.

Umas das estratégias do capital para fomentar a ideia de liberdade está justamente em atacar o trabalho, sobretudo em sua forma clássica, aquela caracterizada pelo

assalariamento, estabilidade e resguardada pelos direitos do trabalho e legislação própria, como planos de cargos e carreiras. Para Fontes (2017) é possível identificar esse processo a partir de três fenômenos principais, são eles: 1 - pela contradição entre o que é apresentado socialmente como “liberdade” do ser social, sua vocação, em contraste com sua sujeição cotidiana aos empregadores. De modo que sua existência real estaria fora do emprego, o que introduz uma profunda e dolorosa fissura entre o tempo de trabalho e a *vida*; 2 - o fato de o processo de trabalho não fazer sentido para o empregado, que integra uma espécie de grande “sistema” coletivo, subordinado a um patronato que, em muitos casos, sequer é visível ou incorporado em pessoas concretas. É a força de um processo que escapa ao trabalhador, aparecendo como astronômicas cifras de lucro, mero dinheiro, como se não mantivesse mais relação com a extração de valor. O trabalhador não se reconhece como produto de seu trabalho, sua subordinação parece ser ao “sistema”; 3 - a relação entre trabalhador e tecnologia.

Apesar de a tecnologia ser fruto do trabalho humano, coletivo e cristalizado em máquinas de inúmeros tipos e processos, ela costuma ser apresentada como algo “externo” à humanidade e indiferente a sua sorte, como se por si só ela engendrasse revoluções na vida social. As máquinas são apresentadas como a garantia de um futuro no qual ninguém mais precisaria trabalhar (transformar a natureza), pois tudo seria produzido por tecnologias, liberando os seres sociais do trabalho, a começar pelas tarefas rudes ou repetitivas. O desemprego que a introdução capitalista de máquinas promove para intensificar a extração de valor é metamorfoseado em liberação do trabalho.

Muito embora esse discurso se interponha como negação do trabalho, nega-se muito mais sua existência política, sua força de articulação e de embate classista. Por mais que a tecnologia possibilite métodos poupadores de força de trabalho, ou que a financeirização da economia transforme capital improdutivo em produtivo, o capital não pode abrir mão da geração e captura da mais valia, ela é a mola propulsora do processo de acumulação.

Muitas são as práticas empresariais e/ou políticas para tentar negar a emergência de tensões geradas na relação capital - trabalho. Uma prática muito recorrente é a da superposição de sucessivas formações profissionais, que traduz a inflexibilidade crescente das exigências do capital: a empregabilidade. Laval (2019) chama esse processo de “ideologia da profissionalização”. Para o autor a profissionalização é um dos mais importantes sustentáculos do que ele chama de “nova ordem escolar”, e segue, “[...] Embora seja uma tendência antiga e derive da própria forma da sociedade salarial, o

neoliberalismo se apresenta hoje como uma radicalização dessa lógica” (2019: 87). Convergem as convicções de que mais do que nunca as políticas públicas, sobretudo aquelas orientadas à formação dos trabalhadores, precisam vincular-se e/ou adaptar-se ao mercado de trabalho, o que no fundo interfere drasticamente na autonomia da escola e das universidades. Mas sem se ocupar dessa preocupação, esse processo fomenta a criação, sob a tônica da capacitação profissional, de um perfil de trabalhador constantemente atualizado, preparado e pronto para as sempre novas demandas do mercado. Estar empregado passa a traduzir a capacidade de flexibilidade e preparo técnico de cada indivíduo.

Se por um lado a tônica da empregabilidade assegura e dá sustentação à tese do empreendedorismo, por outro tenta dissuadir o fato de que este produz uma espécie de apagamento jurídico fictício da relação real de subordinação do trabalho ao capital. Aquela relação, que no período fordista era tão nítida, de patrões de um lado e trabalhadores de outro, deixa de ser predominante, pois a relação de compra e venda de trabalho cede espaço para um tipo de relação horizontal, dada por iguais, por capitalistas. Esses elementos compõem um elaborado conjunto de ideias de promoção da autonomia do trabalho e de negação de sua relação de subordinação ao capital. Para Tavares (2018), na relação capital, sobretudo orientada pelo neoliberalismo, e não obstante a imprescindibilidade do trabalho e o aprofundamento da contradição produção/apropriação, nota-se a existência de um grande esforço no sentido de negar a centralidade do trabalho e sua importância na produção da riqueza socialmente produzida. Ao passo que nega a contradição entre capital – trabalho, esse discurso elege a existência de novos atores na dinâmica econômica, cuja inserção privilegiaria uma postura/conexão coordenada entre o sujeito empreendedor e as instituições, independentemente do quão divergentes sejam seus interesses. Para Tavares (2018),

(...) o empreendedorismo é (...) uma forma pela qual se quer combater o desemprego, sem possibilitar a relação de emprego, na acepção de um contrato pelo qual o trabalhador vende força de trabalho e em troca recebe um salário e a proteção social que, por lei, ainda é garantida aos trabalhadores percebidos como assalariados (2018: 110).

Todo o esforço para controlar e disciplinar o trabalho é uma demonstração de que a luta de classes nunca deixou de existir na sociedade capitalista, e que sua existência se dá independentemente do grau de consciência que tanto os trabalhadores quanto a burguesia têm desse processo. É inegável que pós reestruturação produtiva houve

importantes alterações nas relações de trabalho, mas isso não anula a centralidade do trabalho na produção de valor e, por isso, a própria vivacidade das tensões que historicamente configuraram as relações de trabalho no modo de produção capitalista.

É fundamental compreender que o trabalho é central na produção de riqueza, sobretudo por estarmos vivendo um momento da história em que o modelo de acumulação dominante é o da financeirização. Contudo, é importante destacar que a sociabilidade atual não se restringe às relações econômicas *stricto sensu*, mas funda-se em relações sociais que se processam sob o capitalismo, pois esta é uma forma histórica de organização da vida social. Para a compreensão dessa complexidade, Fontes (2010: 146) utiliza o conceito de capital – imperialismo, definido a partir de três características: “o predomínio do capital monetário”²³, a “dominação da pura propriedade capitalista”, e seu “impulso avassaladoramente expropriador”. Estes elementos impõem à sociedade a “exigência de que toda a consciência se resuma a expandi-lo, de forma cooperativa, ou proativamente” (Idem: 17).

A égide do chamado capital monetário assenta-se em alguns mitos, dentre os quais podemos destacar dois: o primeiro refere-se à incessante retórica de que é na atividade de gestão intelectual que se constrói o lucro, do qual deriva o fetiche da centralidade da sociedade do conhecimento; o segundo diz respeito à propagação da tese do fim do trabalho, da perda de sua relevância na vida social. Ao desprezar a centralidade do trabalho, essa perspectiva desqualifica, por exemplo, aquilo que Antunes (2005) chama de “nova morfologia do trabalho”, e o fato de que essa nova morfologia agrega variações de precarizações capazes de reduzir os custos do trabalho e de intensificar os níveis de estranhamento e sujeição ao capital. Escamoteia-se o fato de que é o trabalho que remunera o capital monetário, e que toda a precarização do trabalho, sobretudo com a dissolução dos estatutos salariais e dos direitos historicamente conquistados fazem parte de um amplo e perverso processo de aprofundamento da exploração do trabalho em todos os níveis possíveis. Todo esse processo requer o aperfeiçoamento do controle social, o que perpassa pela obtenção do consentimento ativo do trabalho, visando torná-lo co-partícipe de todo o processo de intensificação das expropriações.

²³ Com base em Marx, Fontes (2010) argumenta que o capital monetário “expressa e resulta da expansão do capital industrial ou funcionante e a impulsiona numa escala muito superior [...] No momento em que o capital monetário se autonomiza perante o trabalho, se distancia dos trabalhadores concretos – aos quais segue impondo a exploração e se beneficiando da valorização que acrescentam ao trabalho morto” (2010: 34-35).

É importante salientar que desde o momento em que o *Welfare State* se tornou algo inviável do ponto de vista da acumulação do capital, o que levou à emergência da “flexibilidade” toyotista em substituição a “rigidez” fordista, as personificações do capital tentam convencer a classe trabalhadora de que no mercado globalizado todos são agentes econômicos com iguais possibilidades de sucesso (CHESNAIS, 1996). Ser desempregado é, nestes termos, uma escolha quase que pessoal, dada as possibilidades promovidas pelo mercado. Ingressar no mercado ou mesmo estar empregado passam a ser condições delimitadas pela capacidade de empregabilidade de cada indivíduo. Omite-se que a pura e simples vontade de trabalhar não cria postos de emprego, pois estes são o resultado da dinâmica econômica, que não pode prescindir de elevadas somas de investimento e planejamento, sobretudo dos grandes agentes econômicos, inclusive do próprio Estado. Na contramão desses fatores, o empreendedorismo se impõe como a grande alternativa ao desemprego, a grande saída para a questão social que assola a humanidade.

Apesar da negação dos mecanismos que historicamente comandaram a dinâmica econômica, sobretudo aquela relacionada à geração de empregos, o assalariamento e a apropriação progressiva do tempo de trabalho continuam sendo essenciais para a reprodução do capital, pois esta relação situa as bases da produção e apropriação do valor. Mas sob a tônica neoliberal a relação capital-trabalho tende a ser mascarada e ocultada, não apenas na teoria, mas também na prática. Se por um lado somente na sociedade capitalista os seres sociais - em sua esmagadora maioria - são convertidos em trabalhadores, ou seja, em seres cuja utilidade social fundamental é a valorização do valor e cuja necessidade singular insuperável é a venda de sua força de trabalho, por outro, este sistema sociometabólico necessita que existam instrumentos que neguem a essência destrutiva dessa sociabilidade. Segundo Fontes (2017) “() Sob quaisquer condições e atravessando todas as situações: sexo, gênero, cor, religião, educação, região ou nacionalidade, esta relação social constitui a base do capitalismo – seres sociais que não dispõem de meios para subsistir – e é sempre reproduzida ampliamente” (2017: 46).

De expropriações que remontam o século XV, passando pelos ditos “cercamentos parlamentares” realizados durante o século XVIII na Inglaterra, que extinguiram o direito à propriedade camponesa por força de leis parlamentares (WOOD, 2001), hoje prossegue em curso, agora intensificada pela crise estrutural do capital, a criação de medidas

destinadas à expropriação, o que torna a vida do trabalhador²⁴ cada dia mais subsumida às necessidades da acumulação do capital. Subsistir, atividade vital e sempre socialmente realizada, apresenta-se como o grande imperativo do sujeito do trabalho. Dramaticamente essa que é uma necessidade elementar para a realização da vida passa a travestir-se como sinônimo de liberdade.

Durante praticamente toda a história moderna o patronato tem deslocado para a responsabilidade do Estado a tarefa de conter e/ou administrar as contradições – lutas – dos trabalhadores. Movido pela necessidade expansionista do capital é constituído pela chamada ideologia administrativa, essa instituição é absolutamente funcional à ordem burguesa, pois é central no processo de elaboração de consensos falseados, o que em último plano faz da conciliação de classes um instrumento de escamoteamento da luta de classes. Para tanto, das grandes massas de trabalhadores, que reunidas em espaços comuns teciam as teias de correspondência entre trabalho (a atividade criativa), emprego (a forma concreta da sujeição do trabalho ao capital) e a vida (sociabilidade), aos trabalhadores informais, sem contrato de trabalho e revestido pelo invólucro do empresário de si mesmo, o Estado é convocado a cumprir o papel de disciplinar, subordinar e naturalizar o avanço dos interesses patronais frente aos do trabalho.

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho *empregada*, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação *direta* ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora). O crescimento da violência estatal é, portanto, um aspecto dos mais importantes, e merece estudos detalhados. Um segundo aspecto é a redução dos recursos disponíveis para o Estado, de um lado pela redução de suas fontes de recursos, sejam aquelas ligadas ao assalariamento, seja pela evasão fiscal empresarial sob múltiplos formatos; de outro, pelo aumento do apetite inexorável do capital captando recursos públicos para sua expansão internacional e/ou em momentos de crise (FONTES, 2017: 49).

²⁴ Muito embora alguns autores considerem que as expropriações são constitutivas de todas as fases do capitalismo, e que hoje há a agudização desse processo, que tem se estendido para muitos outros fenômenos, tais como as águas, sementes, biologia humana etc., David Harvey (2004) considera que a sociabilidade atual marca aquilo que ele chama de “novo imperialismo”, característica básica de uma nova etapa capitalista chamada de “acumulação por espoliação”.

O capital vai se perfazendo como uma relação social de controle do sociometabolismo (MÉSZÁROS, 2002). Cabe considerar que o capital não é uma entidade material ou um mecanismo racional controlável e previsível, seu fundamento consiste em manter sua própria reprodução e expansão contínua. Produto do longo período histórico, o capital se torna um controle totalizante, engole a tudo e a todos, o que por um lado denuncia seu elevado dinamismo e fluidez, e por outro, a impossibilidade de qualquer tentativa de controle sobre seu metabolismo. Para Mészáros (2002), o sistema do capital se articula e se consolida como uma estrutura de mando, que subordina a vida dos indivíduos às condições que assumem na estrutura social e a relação que estabelecem com os demais grupos sociais. O próprio conceito de modo de produção, em Marx, é essencial para compreendermos essa questão, pois apreende o quanto a processualidade responsável pela dinâmica da totalidade da vida, da produção da existência humana é determinada pelo metabolismo do capital. Por isso se torna um elemento central na análise das determinações histórico-contraditórias, as quais adquirem forma e conteúdo elementarmente subsumidas ao capital.

Em suas manifestações mais profundas o sistema do capital é orientado a acumulação e a expansão, daí decorre a necessidade de as empresas capitalistas estarem sempre em busca de novos mercados, redefinindo as relações intrapaíses e contribuindo com a formulação de novas legislações, atingindo de modo amplo e cada vez mais eficiente o controle do capital sobre o trabalho. E como já foi dito, esse movimento avança e ratifica a necessidade do controle social do capital, o que de modo indissociável aprofunda a difusão da alienação e do fetichismo.

Em sua dinâmica global, desde sua criação, o capital trata de transformar tudo em mercadoria, seja qual for o produto ou serviço, do elementar ao mais sofisticado, são todos produzidos para entrar no circuito da troca lucrativa. Posto que o próprio trabalho humano é objetificado, transformado em mercadoria negociada no mercado, assim como todos os demais atores econômicos, a competição e a maximização dos lucros passam a ser a função fundamental da vida.

3 A RELAÇÃO ESTADO - CAPITAL E O CONTROLE DO METABOLISMO SOCIAL

No capitalismo, as relações sociais assumem e reproduzem a condição de mediação para a concretização do ciclo da mercadoria, não por acaso as formas assumidas pelo capital possuem um grande poder de alienação e desmobilização social (BOGO, 2010). O capital é uma forma histórica peculiar de controle do metabolismo social, um modo sociometabólico de controle social. Sua essência está na sua própria reprodução ampliada, sua existência repousa em sua própria dinâmica e não em nenhuma outra causa externa à sua própria lógica. (MÉSZÁROS, 1995).

O desenvolvimento das formas de controle do metabolismo social perpassam por algumas condições centrais, são elas - (i) a separação e alienação das condições objetivas do processo de trabalho do próprio trabalho, subsumindo-o sob a forma da relação capital-trabalho abstrato²⁵; (ii) a superimposição de tais condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores enquanto um poder separado exercendo comando sobre o trabalho; (iii) personificação do capital - assimilação voluntária, seja na escala das individualidades ou enquanto classe, dos valores e fins que expressam as necessidades do processo de reprodução do capital; (iv) personificação do trabalho, conferindo identidade-de-sujeito desse trabalho as suas atividades fragmentadas (MÉSZÁROS, 1995). A personificação do trabalho é, nesses termos, a contrapartida necessária a personificação do capital, ou seja, a interiorização de valores e finalidades que refletem as necessidades do capital do ponto de vista do ‘trabalho’. (LESSA, 1998).

A realização do sociometabolismo do capital assume formas abstratas que contribuem para o obscurecimento e ocultação das contradições inerentes ao seu desenvolvimento (MÉSZÁROS, 2011). Por isso que o Estado, em seu caráter regulatório, necessita constituir-se, sobretudo no plano ideológico, como instrumento puramente administrativo, pois o discurso da neutralidade cumpre a tarefa de ofuscar e reificar seu papel na reprodução do sociometabolismo do capital. Vigora-se a lógica do “consenso”

²⁵ É importante destacar que o capital é condição necessária indispensável à realização do trabalho abstrato. A consciência reificada dos trabalhadores, ao furtar sua capacidade de transcender a aparência dos fenômenos, compreende o trabalho apenas e tão somente como trabalho abstrato, “(...) como não há trabalho abstrato sem capital, deduz ser capital e trabalho - parceiros - de uma mesma empreitada. Como sem a fábrica não há trabalhadores fabris, entendem a defesa da última como a defesa de si próprios. É a defesa, pelo trabalhador, da extração da mais-valia; em outras palavras, é o máximo da alienação concebível”. (LESSA, 1998: 136)

social, que além de fragmentar a totalidade social, ataca o direito do trabalho e fragiliza as possibilidades de luta e de consciência das contradições sociais e de seu papel na correlação de forças entre as classes sociais.

3.1 REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL E O APROFUNDAMENTO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

A crise atual do sistema capitalista assume a forma de uma *crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente*, e essa característica estrutural faz com que os clássicos mecanismos de administração de crises, muito bem representados pelos típicos ciclos de alternâncias entre períodos de expansão e crise, se tornem cada vez mais insuficientes e ineficazes (MÉSZÁROS, 2011). Inscreve-se, sob essa peculiaridade, uma outra forma de ser da crise, onde os intervalos cíclicos entre expansão e recessão cedem lugar para formas cada vez mais frequentes e contínuas de estagnação do ciclo da acumulação do capital. Mediante a necessidade de manter as taxas de acumulação, a acumulação flexível²⁶ impõe-se como um novo padrão de acumulação, reconstituindo as bases de produção, de exploração da força de trabalho e acumulação de valor.

A temática da crise foi discutida com uma considerável frequência durante o século XX, e sua abordagem vem sendo analisada e, sobretudo, destacada a partir de dois pontos principais, são eles:

(...) A *primeira* perspectiva pode ser entendida como mediada por uma ordem fragmentária e observa a constituição das chamadas “crise econômica”, “crise de sociabilidade”, “crise da política”, “crise da história” e até mesmo a “crise ambiental” a partir de uma leitura contextualizada, porém desconexa. (...) A *segunda* perspectiva, ao contrário da primeira, busca o entendimento da problemática “crise” a partir de uma leitura que tem como princípio metodológico a categoria da totalidade. Neste sentido, “as crises” são entendidas como diferentes dimensões de uma crise que se efetiva no tempo histórico de forma universal, mas que se fragmentam como recurso ideológico na perspectiva de manutenção da ordem social fundamentada a partir da identificação/inversão dos valores e condição humana em condição e valor da mercadoria. (MENEZES, 2010: 2).

26 Harvey (1992) conceitua a acumulação flexível como um regime de acumulação que, confrontando-se com a rigidez do fordismo, se manifesta na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Nesse processo, toda essa flexibilização demanda novas e constantes formas de disciplinamento dos agentes econômicos e políticos.

Além de sem precedentes em toda a história da humanidade, a atual crise apresenta um caráter estrutural (MÉSZÁROS, 2000) – está diretamente relacionada à autorrealização do capital. Sua complexidade e abrangência colocam em xeque o próprio sistema do capital, impondo a esse, de modo radical e inegociável, a necessidade de irromper alterações nas bases fundamentais pelas quais o metabolismo social é controlado. “(...) a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. (...) crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas (...)” (MÉSZÁROS, 2001: 795).

Segundo Harvey (1992), uma das barreiras/desafios enfrentados pelo capital, como decorrente do ímpeto capitalista do pós-guerra, foi a de enfrentar a rigidez do fordismo, qualificada de maneira genérica pelo significativo aumento da composição orgânica do capital, fruto do deslocamento cada vez maior de trabalho vivo para a produção industrial, e pelo estabelecimento de barreiras à usurpação capitalista e à superexploração da força de trabalho.

É fundamental observar que não há uma crise local desvinculada do sistema mundial do capitalismo; essas nem são localizadas, nem momentâneas como se quer fazer crer. Seu caráter é cíclico e inevitável devido a determinadas contradições inerentes ao modo de produção capitalista, agravadas e modificadas em sua fase imperialista, quando o capitalismo se constitui um sistema mundial (CONCEIÇÃO, 2011: 13).

Além do seu poder de abrangência, as crises afetam diretamente a forma de ser do metabolismo social, o que faz da busca pela flexibilização das condições de produção e de extração de sobretrabalho um marco histórico-ontológico do capital (ALVES, 2011). Essa condição produz um dos maiores antagonismos no sistema do capital, que é um alto grau de subordinação do trabalho ao capital, que destituído de poder subordina-se hierarquicamente às suas estruturas. “(...) Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, (...) E, precisamente porque o antagonismo é *estrutural*, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — *irreformável e incontrolável*” (MÉSZÁROS, 2011: 11). Por não possuir limites regulatórios, a expansão do capital acaba por se converter numa processualidade incontrolável e altamente destrutiva. Conformado pelas chamadas mediações de segunda ordem²⁷, essa processualidade impõe o controle do metabolismo

²⁷ Segundo Mészáros (2011), no sistema de metabolismo do capital, considerado como uma forma histórica singular de relação dos homens entre si e com a natureza, as mediações primárias (ou de primeira ordem), voltadas à produção de valores de uso, foram suplantadas pelas mediações de segunda ordem, as quais

de valorização do capital, deixando relegados ao ostracismo quaisquer tipos de imperativos humanos vitais para a equidade e bem estar da sociedade.

O sistema sociometabólico do capital possui dentre alguns de seus imperativos, o de se tornar historicamente uma totalidade, o que pressupõe, precisamente, a subordinação de grande parte dos elementos da sociedade, ou ainda, a criação daqueles que ainda lhe fazem falta. Nesse sentido, as crises do capital sempre produziram para este, o desafio de romper barreiras e desenvolver novos componentes vitais a sua existência enquanto sistema orgânico global. Apesar das crises serem sinais de estagnação da lógica capitalista, gerando e deflagrando o acirramento das contradições próprias do sistema, sua existência não tem causado necessariamente colapsos irreversíveis à sociabilidade do capital. Para Mészáros (2011), a crise atual possui um caráter estrutural, no entanto, representa o modo *natural* de existência do capital, sendo inclusive responsável pela superação das barreiras imediatas à sua reprodução. “Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem com, ou ainda, reivindicuem a realização de exatamente isso” (Idem: 787).

Mesmo em momentos onde existem condições mais ou menos favoráveis aos trabalhadores, com crescente manutenção e multiplicação dos assalariados, em nada se altera o fundamento da reprodução capitalista, já que o objetivo perseguido pelo capital sempre foi sua valorização, produção de mais-valor e a criação de excedente (MARX, 2013). O capital se faz como uma relação social que se realiza como um fim em si mesmo, e nesse plano a satisfação das necessidades humanas surge como contingências absolutamente não prioritárias, onde o ser humano se transforma em coisa e o capital em sujeito. Por se apresentar como limite em si mesmo, o capital revela-se enquanto condição de realização destrutiva, e apesar de seus apologistas escamotear e reduzirem sua essência contraditória à mera questão gerencial, de liquidez, seus efeitos destrutivos só se agravam a cada ciclo, revelando a natureza de um sistema que submete tudo à garantia da extração do mais valor e, por assim dizer, ao lucro.

A irreformabilidade do capital pôde ser constatada com o testemunho da falência do reformismo social-democrata do século XX, que sem romper com as estruturas

voltam-se ao objetivo reificado e, externo, de realização do processo de acumulação pela acumulação. Dessa forma, as mediações de segunda ordem são a “(...) a família nuclear, os meios alienados de produção e suas personificações, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho estruturalmente separado da possibilidade de controle e a variedade de formações dos Estados nacionais modernos” (2011: 180).

fundamentais do sistema destrutivo do capital, corroborou com um momento da história em que o capital foi forçado a aceitar, como estratégia frente a crises cada vez mais extensas, com o que Mészáros (2000) chama de hibridização do sistema – resultado direto da crescente intromissão do Estado no processo socioeconômico de reprodução. Por algum período, esse processo demonstrou a incapacidade do sistema de garantir sua expansão sem doses contínuas de “ajuda externa”, mesmo que continuamente subjugadas as formas de controle do metabolismo social, já que esse sistema, em todas as suas formas, sejam capitalistas ou pós-capitalistas²⁸, tem (e deve ter) sua expansão *orientada* e dirigida pela *acumulação* (MÉSZÁROS, 2000).

Na compreensão de Marx, o capital é um conceito, um movimento do real que dialeticamente transita em suas formas e, que por ser histórico, nasceu, se desenvolveu e um dia irá ser superado (IASI, 2017). Compreendido como forma de reprodução do capital, o capitalismo torna-se uma totalidade inteiramente subsumida ao metabolismo do capital, tornando implacável a subordinação do trabalho ao capital. Enquanto força totalizadora, o capital se constitui abarcando e subordinando a si todas as relações sociais e forças exteriores, incluindo em si, como pressuposto, o trabalho vivo, que é a única fonte e medida de seu próprio conteúdo (trabalho objetivado); ao mesmo tempo o exclui de si, revelando a busca por diminuir ao mínimo sua dependência do trabalho vivo, que enquanto atividade criadora concorre igualmente para constituir-se enquanto totalidade histórica, e, que por isso, é recorrentemente negado pelo capital (GRESPLAN, 2012).

(...) Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica (Idem: 8).

Mas não é unânime a compreensão de que o capital seja o movimento do valor em constante valorização, ou que as crises sejam constitutivas do movimento próprio de sua dinâmica sociometabólica. Na atualidade, esse debate se torna ainda mais acirrado

²⁸ Mészáros (2000) refere-se a “formas pós-capitalistas”, àqueles governos caracterizados pelo que ele chama de burocratas estatais do tipo soviético, que ao assumirem a roupagem do “Novo Trabalhismo” corroboram com formas basicamente políticas de controlar a extração de sobretrabalho, realizando-se, ao seu tempo, o modo mais dinâmico de objetivar os imperativos da expansão do sistema vitorioso, ampliando assim os interesses da dominação do capital. É importante salientar que na visão de Mészáros as ditas formas pós-capitalistas foram resultantes de um processo de revolução social que buscou romper com o capital, mas que foi por ele capturado e subsumido por suas estruturas fetichizadas.

com a inserção, no cenário político-econômico, de teses que afirmam o fim da validade da teoria do valor, da centralidade do trabalho, das classes sociais e de todas as formas organizativas da classe trabalhadora. Apesar de todo o triunfalismo que enalteceu, nos anos recentes, as virtudes da “sociedade de mercado”, e da retórica do “fim da história”, sob a hegemonia dos princípios liberais, o que se nota de uma forma muito clara e concreta, é a intensificação da corrosão do trabalho, sua consequente precarização, o desemprego estrutural, e a aceleração dos processos de destruição da natureza a patamares jamais vistos anteriormente. Segundo Iasi (2017), o chamado mito do pensamento liberal pode ser caracterizado em sua essência da seguinte maneira:

(...) o capitalismo é um sistema virtuoso, pois permite que cada um, buscando seu próprio interesse egoísta, contribua para o estabelecimento do bem comum. Dessa maneira, é o único que pode articular de maneira eficiente os valores do indivíduo, da liberdade, da propriedade e da igualdade. O capitalismo busca lucro, mas, para obtê-lo, produz mercadorias e, para tanto, gera emprego. O trabalhador quer pagar suas contas e viver e, por isso, vende sua força de trabalho. Com seu salário compra mercadorias oferecidas pelos capitalistas e, assim, se fecha o ciclo. O burguês tem seu lucro, o trabalhador seu salário e a sociedade tem cada vez mais mercadorias para satisfazer suas necessidades (Idem, 2017: 50-51).

Uma constatação é correta, a reprodução em escala ampliada desse sistema proporciona a ampliação, aprofundamento e complexificação de dada sociabilidade, onde de um lado há mais capitalistas e, do outro, mais assalariados (MARX: 2013). Essa relação se perfaz porque é o trabalho o elemento que ao ser incorporado ao capital propicia sua valorização. Além da ótica liberal não dá conta das contradições próprias da relação entre capital e trabalho, naturaliza as relações que balizam a reprodução social, mesmo que esta esteja assentada na reprodução ampliada do capital.

Nas controvérsias sobre essa questão, deixou-se geralmente de ver o principal, a saber, a *differentia appecifica* [diferença específica] da produção capitalista. A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, as necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contêm uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago (MARX, 2013: 695).

Apesar desse quase que total triunfalismo do capital sobre o trabalho, a história tem mostrado que o capitalismo é um sistema que nunca conseguiu emplacar suas projeções de universalidade globalizante, pois suas formas de autorrealização são permeadas por uma série de contradições internas, que só se consegue administrar temporariamente, além de nunca se superar em definitivo (MÉSZÁROS, 2003). Por isso que sob o capitalismo sempre haverá a elaboração de novas formas de dominação de classe, de controle e subordinação do trabalho ao capital, pois essa é a forma mesma de reprodução do capital.

(...) a absoluta necessidade de atingir de maneira eficaz os requisitos da irreprimível expansão — o segredo do irresistível avanço do capital — trouxe consigo, também, uma intransponível limitação histórica. Não apenas para a específica forma sócio histórica do *capitalismo* burguês, mas, como um todo, para a viabilidade do *sistema do capital* em geral. Pois este sistema de controle do metabolismo social, teve que poder impor sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável (MÉSZÁROS, 2000: 9).

A expansão do sistema do capital, proporcionada pelo processo de internacionalização da economia, sobretudo em sua face rentista e parasitária, tem propiciado o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, possibilitando, sob a orientação da ortodoxia neoliberal, a dominação e desarticulação da classe trabalhadora. Essa ofensiva foi/é central no processo de ataque à organização política dessa classe, afetando tanto sua forma de ser, ao redimensionar o movimento operário e sindical, “(...) quanto sua esfera propriamente *subjéctiva, política, ideológica* dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas” (ANTUNES, 2011: 39). O ataque à classe trabalhadora é um dos efeitos da grande crise estrutural do capital, que ao deparar-se com o esgotamento²⁹ do modelo taylorista/fordista, responsável por gloriosos anos de reprodução e acumulação do capital, inicia um rigoroso processo de reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação. Para Alves (2001), o caráter político desse processo é evidente, pois busca

²⁹ O termo aqui empregado diz respeito à incapacidade do taylorismo/fordismo de responder, sobretudo na década de 1970, início dos indicativos de crise estrutural do capital, a retração do consumo que se acentuou naquele período. Elemento que já representava uma resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava (ANTUNES, 1997).

(...) solapar o poder do trabalho organizado visando aumentar a taxa de exploração. Aliás, o empreendimento capitalista da acumulação flexível implica níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição a “friccional”), o que contribui para abater a capacidade de reação sindical e política da classe trabalhadora às novas condições da acumulação flexível. Além disso, implica ainda (...) no retrocesso do poder sindical de confronto de classe (o que demonstra seu caráter de ofensiva do capital na produção) (ALVES, 2011: 18).

Ao traçar um diagnóstico sobre a crise do capital, Brenner (1999) aponta para a centralidade daquilo que chamou de “crise secular de produtividade” – resultado do excesso de capacidade e de produtividade do setor manufatureiro. Esta seria, inclusive, a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro, em consequência da fuga do capital produtivo às finanças, no final da década de 70. A perda de lucratividade nas indústrias, gerada contraditoriamente pelo excesso de capacidade e de produção, promoveu a queda nas taxas de lucro, que somado ao acirramento da competição internacional, sobretudo, com rápida expansão da capacidade produtiva de países como Alemanha e Japão, promoveu uma incapacidade sistêmica de recuperação das taxas de acumulação do capital.

As baixas taxas de acumulação do capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescente desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento (BRENNER, 1999:13).

A alta mobilidade do capital foi responsável por delinear o processo de mundialização do capital³⁰ - central na consolidação da nova ideologia do grande capital, o neoliberalismo, e seu consequente ciclo de mudanças operadas na vida socioeconômica em geral. Desde então, o neoliberalismo torna-se a síntese ideológica e política deste regime de acumulação, composto por um corpo de ideias estruturadas resumidamente a partir dos seguintes fundamentos básicos - “(...) o mercado como instrumento regulador da vida social, a iniciativa privada como operadora do sistema, e o Estado mínimo desregulado como instrumento de garantia da propriedade e dos contratos” (COSTA, 2008: 12).

³⁰ Acreditamos que esse conceito corresponde à denominação mais precisa para o fenômeno da “globalização”. Segundo Chesnais (1994), a mundialização do capital representa uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, que surge a partir da década de 1980 e inaugura um novo patamar do processo de internacionalização do capital. Esse novo período do desenvolvimento capitalista emerge no bojo de determinações da crise de superprodução (BRENNER, 1999).

Segundo Chesnais (1997), estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que tem alterado, de modo específico, todo o funcionamento do capitalismo. Na falta de uma denominação melhor, o autor chama essa nova etapa do capitalismo mundial de “regime de acumulação predominantemente financeira”, característica precípua da mundialização do capital.

Com a crise do fordismo e a subsequente consolidação da hegemonia neoliberal, uma nova onda de mercantilização da força de trabalho passa a ser instaurada, cujo efeito mais visível vem sendo o aprofundamento das desigualdades sociais entre as classes, o crescimento exponencial do desemprego e a degradação das relações de trabalho por todo o mundo, vide o crescimento de ocupações informais, precárias, por conta própria, temporárias e intermitentes (BRAGA, 2017). Caracterizado por importantes alterações técnicas e organizacionais, a expansão da mercantilização da força de trabalho passa a ser a expressão objetiva de um novo perfil de valorização capitalista.

(...) mesmo no centro, o capitalismo pode se expandir internamente, mercantilizando os serviços sociais, a água, o ar etc. Isso ocorre no exato momento – e não por acaso – em que o capitalismo industrial, sem nunca desaparecer, passa a ser dominado pelo capitalismo financeiro (...) (BRAGA, 2017: 15).

Com vistas à busca pela recuperação do ciclo reprodutivo do capital, o processo de reestruturação produtiva alterou frontalmente o padrão de acumulação, criando novas formas de gestão do trabalho relacionadas à automação, informatização e flexibilização³¹, além de imprimir importantes alterações na correlação de forças políticas na luta de classes. Esse processo intensificou a subsunção real do trabalho, tornando a flexibilização do trabalho, típica do processo de reestruturação produtiva, um instrumento capaz de tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho (ALVES, 2011).

Como produto da ofensiva do capital frente à classe trabalhadora e a seu potencial classista, há a emergência de várias formas de (des) socialização e fetichização da

³¹ Apesar de a acumulação flexível ser uma realidade oriunda do amplo movimento de transformações econômicas, políticas e culturais do capitalismo mundial, mais especificamente do pós crise de meados da década de 1970, é necessário destacar que a flexibilização é uma característica histórica da produção capitalista, seja diante das condições de produção ou do próprio trabalho. Segundo Giovanni Alves “(...) a produção capitalista é, em si, acumulação flexível de valor, que surge em seus primórdios, quando o capital instaura o trabalho assalariado, promovendo a despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida (...) É por isso que o novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a acumulação flexível apenas expõe, de certo modo, nas condições da crise estrutural do capital, o em-si flexível do estatuto ontológico-social do trabalho assalariado (...)” (2011: 14).

sociedade. Representações que variam desde a crença na desmercantilização da vida social, vide as possibilidades inerentes à autonomia empreendedora, até o discurso do fim das ideologias. Assim, como o trabalho informal fora, na década de 1990, apoiado e recomendado por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), como estratégia de combate ao desemprego, hoje essa narrativa salvacionista se aplica ao empreendedorismo (TAVARES, 2018). Sob o manto da autonomia, em um cenário em que o empreendedor ou a empresa empreendedora seria o elo de coordenação entre sujeitos e instituições, criam-se as condições perfeitas para a imposição do que comumente passou a ser chamada de sociedade ideal, “(...) capaz de possibilitar uma interação subjetiva, para não falar daqueles que visualizam o fim do trabalho como realização concreta do *reino da liberdade* (...) desde que agora mais regulamentada por relações mais contratuais” (ANTUNES, 2001: 36). Mas essa a autonomia se reduz à falácia que atribui a imperativos de ordem subjetiva a capacidade de fazer do trabalhador um sujeito bem ou mal sucedido no mercado de trabalho.

Esses elementos desencadearam e, estão desencadeando, alterações na base territorial do capital e do trabalho, gerando efeitos profundamente negativos para esse último. A generalização do desemprego, da subcontratação, da terceirização, a desregulamentação das leis trabalhistas e o aumento do trabalho precário, informal e sem carteira assinada são alguns dos elementos que demonstram o quanto o metabolismo do capital e de seu sistema de regulação social tem subordinado o trabalho e os trabalhadores a suas necessidades de (re) produção ampliada. Uma das marcas mais evidentes desse processo tem sido a corrosão do trabalho contratado e regulamentado, indistintamente presente na matriz taylorista/fordista, que substituída por formas de trabalho caracterizadas pela terceirização e pela informalidade, apontam para a ampliação dos mecanismos de extração do sobretrabalho. O Brasil é um país que sempre conviveu com altas taxas de rotatividade de mão de obra, sobretudo após a constituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fator que tem contribuído com o aumento significativo da informalização das relações de trabalho.

De exceção, a terceirização, a informalidade e a flexibilização³² se tornaram regra, ditando e revelando uma nova tendência imposta à reprodução social – o crescimento de

³² Antunes (2020a) considera que a terceirização, a informalidade e a flexibilidade representam uma tríade destrutiva que se impôs sobre o trabalho. Impulsionado pela expansão informacional-digital e sob o comando, sobretudo, do capital financeiro, esse fenômeno tem conformado o léxico e a pragmática da empresa corporativa global.

trabalhos individualizados e invisibilizados, tanto do ponto de vista de sua constituição enquanto classe, vide a disseminada noção de “prestadores de serviço”, quanto das relações de assalariamento e exploração do trabalho. O trabalho informal, por exemplo, visto no passado como atividade degradante, tem sido tratado correntemente como sinônimo de “empreendedorismo”, isto é, como atividade laborativa realizada por sujeitos criativos e corajosos, que não se contentam com condições pouco desafiadoras (BERNARDO, 2009); (CAMPOS, 2003).

A substituição do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX e sua substituição pelas modalidades *atípicas* de trabalho, como o “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, etc., cada vez mais parecem se configurar como formas ocultas de trabalho que permitem aumentar ainda mais as distintas formas de flexibilização salarial, de horário funcional ou organizativa (ANTUNES; DRUCK, 2013: 218).

Tornar-se um empreendedor de sucesso tem sido o grande objetivo daqueles trabalhadores, que por pouca instrução, desemprego ou influenciados pela ideia da empregabilidade, buscam desenvolver em si mesmos requisitos subjetivos capazes de suplantar a objetividade da lei do valor, da concentração de renda e da financeirização da economia. Delega-se a esses sujeitos, sobretudo os desempregados, a árdua tarefa de munir-se dos elementos do receituário prescrito pelo neoliberalismo, destacar-se, terem iniciativa, criatividade, ousadia, resiliência, espírito inovador e um bom plano de negócios. Sob esse contexto, a degradação das relações e direitos do trabalho, a intensificação do desemprego estrutural, a apologia ao empreendedorismo, dentre outros, reflete aquilo que Antunes (2001) chama de momento de aguda destrutividade, expressão da profunda crise estrutural do capital e de um processo perverso de ofensiva de des (socialização) humana, onde

(...) destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serve como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito produtivo do capital (2001: 38).

Em tempos de acumulação flexível o pleno emprego se esvai, o trabalho assalariado entra em crise, e se torna cada vez mais comum o trabalhador ter que optar

por mecanismo de complementação de renda³³, o que não por acaso o leva a relações de trabalho precarizadas, destituídas de direitos e de quaisquer tipos de proteção social. Entretanto, sob o enfoque empreendedor, as novas formas de trabalho, quase absolutamente precarizadas, instáveis, e marcadas por uma profunda mercantilização do conjunto de serviços de proteção social, são compreendidas como o produto de nova economia, de uma sociedade pós-industrial, de trabalhadores empreendedores que eliminaram barreiras comerciais e culturais, globalizam e renovam os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade (DORNELAS, 2005: 22).

A exortação do empreendedorismo age como um processo de naturalização do conjunto de elementos morais e intelectuais nascidos junto ao período da acumulação flexível, movimento indispensável à legitimação de qualquer tipo de reestruturação do capital. Para Del Pino (2001), o controle do trabalho, tanto na produção quanto no mercado, é vital para a perpetuação do capitalista, uma vez que esse sistema é fundado justamente na relação de classe entre capital-trabalho.

O que está colocado pelo processo de reestruturação produtiva não é a superação de características que, em essência, são o próprio modo de produção capitalista. Estamos, isto sim, diante da necessidade de explorar outros componentes da força de trabalho até agora relegados pelos homens e mulheres de negócio (Idem: 68).

Assim, é importante reafirmar a tendência à auto expansão do capital, questão defendida pela marxista polonesa Rosa Luxemburgo, para a qual o capitalismo é um sistema que só pode viver em expansão, o que de maneira não tão ordenada se dá com a contínua busca por novas formas de exploração, dominação e controle.

3.2 A INSTITUCIONALIDADE DO ESTADO COMO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Diferentemente de outras instituições, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Indispensável à dinâmica sociometabólica do processo de produção e reprodução da acumulação do capital, o Estado é a expressão política do capital, o regime

³³ Parte significativa das modalidades de trabalho relacionadas à complementação de renda dá se em um cenário de individualização e invisibilização. No melhor dos casos são considerados prestadores de serviço e/ou parceiros, tendo obliterado possíveis relações de assalariamento e exploração do trabalho.

de propriedade, a forma de organização das forças produtivas, as relações entre as classes sociais, o conjunto de regras e jurisdições de autorizam a sociedade de classes.

Devido à lógica de circulação de mercadorias e à posterior estruturação de toda a sociedade sobre os parâmetros das trocas, o aparato estatal exsurge como um terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo ou um suposto complemento dispensável, mas parte constitutiva da dinâmica própria do modo de produção capitalista – central na intermediação das trocas de mercadorias e legitimação da exploração da força de trabalho sob a forma assalariada (MASCARO, 2013). Nas últimas décadas os arautos do neoliberalismo têm proclamado certa relativização do papel do Estado e de todo o conjunto de organizações associativas vinculadas à reprodução social, mas em desfavor da propalada “sociedade civil universal”, as crises do capital têm demonstrado que o Estado é componente vital da base de reprodução material do capitalismo.

Na sociedade capitalista os seres sociais – em quase sua totalidade – são convertidos genericamente em trabalhadores, isto é, em seres cuja utilidade social fundamental é valorizar o valor e cuja necessidade singular insuperável é vender sua força de trabalho. Esta é uma sociabilidade que necessita ser constantemente autorizada e legitimada pelo Estado, portanto, é indispensável que este utilize toda uma estrutura de controle, disciplinamento e ocultação das contradições sociais. Mas para que esta relação não salte aos olhos, é necessário que o Estado se apresente como uma instituição apartada dos indivíduos, neutra, um terceiro em relação a dinâmica entre capital e trabalho.

Tornar-se legítimo, isento de qualquer relação entre capitalismo e exploração não é algo novo ou próprio do capitalismo de fins do século XX, neoliberal, pois o Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista. “Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomados, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e da reprodução de suas relações sociais” (MASCARO, 2013: 19). Na teoria política clássica, por exemplo, essa foi uma discussão muito profícua, no entanto, ocorre que dada à intensa luta e contradições entre classes e correlação de forças que se estabelecem no atual capitalismo monopolista, não é mais suficiente discutir o princípio de legitimação do poder público pelo prisma do consentimento voluntário dos indivíduos e/ou garantia de seus direitos naturais.

O que parece predominar nas funções sociais exercidas pelo Estado é seu interesse em contribuir com os objetivos da classe dominante, seja por meio do seu apoio direto, ou mediando, com aparência de neutralidade, o avanço das prerrogativas tendentes à

reprodução ampliada do capital. Em tempos de crise estrutural do capital, o Estado é convocado a auxiliar e proteger as necessidades da reprodução ampliada do capital, ampliando as estratégias de contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital – o que envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo, apoiando resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (FONTES, 2017).

Pelo lado do capital, a crise estrutural de nossa época ativa a demanda por um envolvimento cada vez mais direto do Estado na sobrevivência contínua do sistema, mesmo que isso seja contrário à automitologia da “iniciativa privada” superior. “Salvem o sistema”, como o jornal semanal apologético-capitalista, com sede em Londres, *The Economist*, exigiu em sua primeira página, em 2009, no momento de erupção da crise financeira global. Naturalmente, os principais Estados capitalistas foram todos devidamente forçados a destinar trilhões às operações de resgate. (MÉSZÁROS, 2015: 27).

Muito embora a ação do Estado esteja no centro da organização e fluência do sistema do capital, o desenvolvimento de sua forma e sua relação no trato da chamada “questão social” pode levar a impressão aparente de que existe um ciclo de etapas de alternâncias entre ausência ou presença do Estado no decurso da reprodução da sociabilidade capitalista. A variação de sua forma expressa a condensação de relações sociais específicas, dadas em determinado momento histórico. “O seu aparato institucionalizado é um determinado instante e espaço dessa condensação, ainda que se possa considerá-lo o fulcro de sua identificação. Mas esse aparato só se implanta e funciona em uma relação necessária com as estruturas de valorização do capital”. (MASCARO, 2013: 19).

Durante o período conhecido por “acumulação primitiva de capitais”, momento da história imprescindível para o desenvolvimento das relações que constituem o capital, sobretudo no que tange a separação entre produtor direto e seus meios de produção, o Estado e o predomínio da força foram determinantes para sua configuração; na vigência do capitalismo de corte concorrencial, o Estado foi o garantidor da propriedade e das condições jurídicas exigidas pela competição intermercados; sob a vigência do capitalismo monopolista, a atuação do Estado foi/é central na conformação das condições ideias de organização e reprodução ampliada do capital, sobretudo em sua relação política com as demandas das lutas dos trabalhadores; nos dias atuais, sob a vigência do

neoliberalismo, apesar de o Estado ser tomado como incapaz de apresentar as mesmas condições produtivas e organizacionais presentes nas estruturas flexíveis dos setores privados, tem sido o grande responsável pela promoção das tão necessárias reformas de recomposição das margens de lucro. É sob esse prisma que Iasi (2017) chama a atenção para a relação entre Estado e o sociometabolismo do capital:

1. O Estado é um elemento essencial ao sociometabolismo do capital, de maneira que em nenhum dos momentos da história do capitalismo o Estado se colocou de “fora”, inclusive no que se trata à dinâmica econômica; 2. A concepção do Estado como unidade entre coerção e “consentimento”, que nasce com Maquiavel e ganha consistência com Gramsci, deve ser entendida não como uma polaridade dicotômica, de maneira que ora se apresenta a coerção e, quando esta não se apresenta, temos o “consentimento”, mas uma dialética, de forma que há elementos de consentimento na coerção e elementos de coerção no consentimento; e 3. As dinâmicas da luta de classes, outro elemento permanente e incontornável da ordem capitalista, incidem na forma do Estado, mas não em seu caráter, de forma que a “permeabilidade” do Estado às demandas da classe trabalhadora constitui um meio político de legitimação que, embora possa pontualmente atender às exigências dos trabalhadores, encontra seus limites nas fronteiras de uma ordem de relações sociais, formas de produção e de apropriação que, em nenhum momento, são colocados em disputa. (2017: 225).

A crise estrutural do capital afeta a totalidade do complexo social em todas as suas relações e partes constituintes, o que não quer dizer, necessariamente, que o capital esteja impedido de somar novos instrumentos ao seu vasto arsenal de estratégias de autodefesa (MÉSZÁROS, 20002). Ao Estado é reservado o papel de adequação ao “ajuste estrutural³⁴” (IASI, 2017), preocupado tão somente com a ampliação das possibilidades de realização do capital. As alterações demandadas pelo capital em crise passam a exigir respostas político-econômicas que vão desde a reorganização do espaço do trabalho, das formas de gestão, do aprimoramento das estruturas de circulação e realização, até novos meios de enfrentamento da luta de classes, com o desenvolvimento de estruturas de legitimação e formas políticas de controle e busca de manipulação e consentimento (IASI, 2017). Independentemente de sua forma, o Estado age segundo uma função muito bem definida – administrar as contratendências relacionadas à queda nas taxas de lucro – o

³⁴ O termo “ajuste estrutural” se apresenta, no contexto da reestruturação produtiva, como uma contradição em termos. Se por um lado o termo “ajuste” pressupõe uma simples correção de rota de algo que vinha dando certo, o termo “estrutural” remete, nessa mesma linha de raciocínio, a ideia de que o ajuste necessitaria ser estrutural, com alterações nas bases sociais vigentes. Para tanto seriam necessárias transformações nas relações de produção, nas formas de propriedade e na acumulação privada, o que não passa nem perto das intenções daqueles que detêm o poder político-econômico e que dirigem o processo de reestruturação produtiva do capital.

que envolve a intensificação da exploração do trabalho, redução de salários, formação de uma superpopulação relativa, barateamento dos elementos do capital constante e autonomização da esfera bancária e do capital portador de juros.

A substituição do Estado de Keynesiano, responsável em grande medida pela expansão acelerada do sistema do capital, pelo então Estado “mínimo” neoliberal, não deve ser analisada tomando como referência apenas a análise das diferentes medidas políticas gestadas por cada um deles, pois há um elemento de unidade entre eles, e este faz do Estado, independentemente de sua forma política, uma instituição cuja função tem sido criar mecanismos de sustentação política frente às constantes necessidades materiais da acumulação.

O que vemos, portanto, como determinante nos passos iniciais da crise dos anos 70 não foi a falência do Estado devido a sua incompetência ou ao desempenho de papéis inadequados, mas sim ao esgotamento dos meios utilizados na ampliação da realização do capital, resultando numa crise estrutural agravada pelo acúmulo das contradições e pela ineficácia das medidas remediadoras até então utilizadas. (PENIAGO, 2012: 62).

Com o esgotamento das condições anteriores de expansão e reprodução do capital, asseguradas por um período de crescimento do consumo de massa em escala mundial, novas estratégias foram sendo gestadas. Surgem novas prioridades, as políticas sociais que vigoraram durante o período do *Welfare State* tornam-se obsoletas, obstáculos aos imperativos expansionistas do capital excedente. Torna-se necessário a eliminação de antigas regulamentações, além da adoção de medidas de flexibilização e desregulamentação e abertura dos mercados, liberando ao capital privado aquelas atividades públicas até então delegadas quase exclusivamente aos cuidados do Estado. Embora os paladinos da acumulação flexível acreditem que as estratégias da reestruturação produtiva constituíram respostas à rigidez do fordismo, não se leva em conta que apenas os trabalhadores dos países centrais usufruíram das benesses do *Welfare State*,

As privatizações de empresas estatais, a flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, a transferência de funções públicas para setores públicos não estatais, a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, as ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas agora atrativas à busca de lucro constituem o conjunto das medidas, bem como o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores através da perda de direitos, do

desemprego, da precarização do trabalho e da redução do valor real dos salários. O Estado tem por finalidade, como antes, tomar as providências adequadas que favoreçam economicamente e deem garantias políticas à acumulação do capital em sua nova configuração financeira (claro, preservada a base produtiva associada aos interesses comuns da acumulação global) (PANIAGO, 2012: 63).

Somam-se a multiplicidade de medidas voltadas ao restabelecimento das taxas de lucro e reprodução do capital, os esforços para controlar e administrar a crescente superpopulação relativa, alterando seu perfil e produzindo uma profunda fragmentação e dispersão espacial e políticas dos trabalhadores. Apesar das estratégias de gestão e mediação da luta de classes variarem em cada formação social concreta, o controle e gestão da força de trabalho cumpre o papel de enfraquecer as resistências dos trabalhadores, cortando direitos, fragilizando suas estratégias organizativas e tornando cada vez mais precárias as relações trabalho.

Sob a orientação da ortodoxia neoliberal, há a emergência de uma lógica que preside continuidades e rupturas, pois mescla, de maneira simultânea, originalidade e repetição, cria novas formas de dominação e reproduz formas anteriores (GENTILI, 1995). Ao se questionar o papel do Estado, por exemplo, o que se pretende é a incursão de um Estado forte o necessário para romper o poder dos sindicatos, mas parco o bastante para eliminar seus gastos, tanto nas esferas sociais quanto econômicas. É bem verdade que não houve um só momento da história do capitalismo em que o Estado tenha se colocado de “fora” das dinâmicas econômicas (MÉSZÁROS, 2002); por isso a negação de seu caráter classista consiste em, sob o véu da famosa ideologia administrativa, consolidar o controle e o consenso entre as classes (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010).

3.2.1 Corrosão do trabalho e de sua base legal

No Brasil, a apologia ao que se convencionou chamar de novo mundo do trabalho tem produzido formas de trabalho precarizado, terceirizado e desregulamentado. O próprio empreendedorismo, tratado correntemente como solução criativa e inovadora para o desemprego, age como uma espécie de “(...) apagamento jurídico fictício da relação real de subordinação do trabalho ao capital, que se apresenta como igualdade entre capitalistas, sendo um deles mero proprietário” de sua força de trabalho” (FONTES, 2017: 50). E neste processo, o pleno emprego e os direitos trabalhistas, sintetizados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), passaram a ser considerados, à luz da moderna

economia globalizada, empecilhos ao desenvolvimento econômico do país. Quer dizer, aquela ideia defendida por alguns intelectuais, sobretudo, neoliberais, de que o atual período histórico, caracterizado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e da especialização flexível, seria capaz de produzir “novos tempos” para a classe trabalhadora, não se concretizou.

Passados alguns anos desde a aprovação da Reforma Trabalhista, a tônica para a superação do quadro de estagnação econômica e incapacidade de geração de novos postos de trabalho continuou sendo a mesma - insistir no quadro de reformas e ataque a direitos sociais de todo tipo. E a fim de promover o que se convencionou chamar de modernização e atualização institucional do Estado brasileiro, sobretudo, no âmbito internacional, surge a Proposta de Emenda Constitucional n. 6 de 2019, denominada Reforma da Previdência.

No Brasil, o *trabalho precário* tornou-se em regra, assegurada e perversamente legalizada com a aprovação, no ano de 2017, das leis 13.467/17³⁵ e 13.429/17³⁶, e em 2019, com a medida provisória (MP) n. 905/2019³⁷, as quais, juntas, passam a definir a “reforma” trabalhista. A tese incorporada à reforma foi a de que o Direito e a Justiça do

³⁵ Esta lei altera significativamente as relações trabalhistas no Brasil, pois regulamenta o trabalho intermitente, acaba com a contribuição sindical, confere a prevalência do negociado frente ao legislado, enfraquece a Justiça do Trabalho, dentre tantas outras medidas de cunho conservador e elitista. Segundo o Sociólogo Ruy Braga, em seu livro “A rebeldia do precariado - trabalho e neoliberalismo no Sul Global”, essa reforma trabalhista atua como um instrumento de restauração da acumulação capitalista, mercantilizando os direitos sociais, desmontando a proteção trabalhista e comprimindo o valor da força de trabalho.

³⁶ Também conhecida por lei da terceirização, foi responsável por regulamentar a terceirização de todas as atividades de uma empresa, inclusive as atividades fim. É de se notar que o incentivo à terceirização permitirá um aumento significativo do trabalho subcontratado, o que implicará em grandes prejuízos à classe trabalhadora. Além disso, atuará como catalisadora de uma série de mudanças no perfil do mercado de trabalho, o que já pode ser observado com o espraçamento de diversas modalidades de prestadores de serviços terceirizados. Com o apelo ao conceito de “segurança jurídica”, o aparelho de Estado defende a lei, qualificando-a como um marco regulatório de proteção ao trabalhador e ao empregador, evitando por um lado, a informalidade e precarização, e por outro, garantindo a obtenção da segurança jurídica no processo de contratação do trabalho terceirizado.

³⁷ Editada no dia 12 de novembro de 2019, pelo então Presidente Jair Bolsonaro, a MP 905/2019 preconiza uma nova modalidade contratual, estabelecendo uma série de alterações na legislação trabalhista e previdenciária. Essa Medida Provisória cria a figura do contrato de trabalho Verde Amarelo. Aplicável aos trabalhadores entre 18 e 29 anos, pretende “aquecer a economia” às custas do jovem assalariado (agora precarizado). A MP entra em cena revogando 37 pontos da CLT e alterando trechos de outras 22 leis e decretos de matérias trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Mais uma vez a supressão de direitos dos trabalhadores passa a ser o grande artifício para, supostamente, combater o desemprego. De modo muito resumido, dada sua abrangência, é importante pontuar que essa MP prevê que as empresas fiquem isentas do recolhimento da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, salário-educação e contribuição social para os integrantes do Sistema “S”, Sebrae e Incra, e em relação ao FGTS, a alíquota de contribuição fica reduzida de 8% para 2% e a multa indenizatória, no caso de rescisão, de 40% para 20%.

Trabalho seriam impeditivos ao desenvolvimento econômico do país e a geração de emprego e renda. Assim, aprovada a toque de caixa pelo governo do então presidente Michel Temer, fora incorporada às legislações, sobretudo do trabalho, a centralidade e prevalência do negociado sobre o legislado, a fragilização irrestrita das entidades sindicais, a terceirização também irrestrita de todas as atividades, e a redução da porosidade do trabalho - adoção de contratos temporários, intermitentes, jornadas flexíveis e limitação à atuação da justiça do trabalho.

Apesar de terem sido alardeadas como indispensáveis para a busca de competitividade e incorporação de trabalhadores ao mercado de trabalho, o que se tem notado, depois de mais de quatro anos de sua promulgação, é um inexpressivo impulso da atividade econômica associado à deterioração acelerada das condições de trabalho e crescimento da informalidade.

Uma das maiores expressões do ataque ao trabalho, fruto da reforma trabalhista, é o dispositivo que assegura a *prevalência do negociado sobre o legislado*. Considerado a espinha dorsal da reforma trabalhista, este instrumento permite, via acordos individuais ou convenções coletivas, a ampliação da flexibilização das normas trabalhistas. A solução dos conflitos trabalhistas passa a se dar a partir da homologação de acordos extrajudiciais, já que o beneficiário da justiça gratuita passa a ser obrigado a custear o pagamento de custas e honorários sucumbenciais³⁸, o que ocorre em caso de perda de litígio processual. Nesses termos, sob o argumento de promover a autonomia da vontade e flexibilidade dos contratos, a negociação direta com o empregador (acordos de compensação de jornada, banco de horas, redução do tempo de descanso, repartição do período de férias, por exemplo), promove a intensificação da produtividade do trabalho, remunerando apenas aquelas horas efetivamente dedicadas à produção laboral.

Esse ataque reformista sobre os direitos do trabalho se estrutura de modo articulado ao enfraquecimento das atribuições dos sindicatos e de sua capacidade de intervenção em situações que possam lesar os interesses do trabalhador. Nos termos desse dispositivo constitucional passa a ser possível a dispensa coletiva, independentemente de autorização sindical, além de tornar desnecessária a assistência sindical nas rescisões

³⁸ A sucumbência é a qualidade de sucumbir, que por sua vez, em termos processuais, é ser vencido no litígio (conflito) processual. Esses honorários são valores fixados para o advogado por imposição de Lei, e estão previstos no Código de Processo Civil e no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). São fixados pelo juiz da causa em benefício do advogado da parte vencedora do processo, com a observação de que não são todos os casos em que isso ocorre.

individuais dos contratos de trabalho. Ou seja, a acentuação da precarização do trabalho torna-se condição para a promoção dos interesses do capital, das corporações mundiais e do rentismo.

A instituição desse dispositivo viabiliza, em meio ao ambiente de alto desemprego e de projeção de fechamento de mais postos de trabalho, a instituição de condições de trabalho em patamares cada vez mais rebaixados, que acabam de *legalizar a ilegalidade*, ou, se quisermos, *formalizar a informalidade*. (PRAUN, ANTUNES, 2020: 183).

Desde 2017, com a aprovação da reforma trabalhista, que alterou 117 artigos da CLT, há no Brasil o aprofundamento da deterioração da estruturação e dinâmica das relações de trabalho a patamares devastadores. No cerne das novas normas jurídicas e alterações por elas engendradas estão as noções de *segurança jurídica e flexibilidade*. Estas noções, por estarem vinculadas às exigências da dinâmica do capital em crise, conectam-se com o fluxo de mercado e finanças globais - forças impulsionadas pelo arsenal tecnológico-informacional-digital que invadiu o mundo da produção. (ANTUNES; PRAUN, 2020). Na prática, o que se tem é a ampliação de relações de trabalho baseadas numa figura contratual precária, dada pela insegurança do trabalho, pelo espraiamento do empresariamento do trabalho, via empreendedorismo e pela contínua restrição de direitos.

A legislação do trabalho passa a permitir, a partir de dispositivos de hiper flexibilização dos vínculos contratuais, uma multiplicidade de relações de trabalho, impondo-lhes a intensificação de ritmos, produtividade e intensidade. Um grande exemplo da diversificação dos vínculos contratuais é o trabalho intermitente. Tal como o que acontece nas empresas inglesas, com a modalidade de trabalho denominada *zero hour contract*³⁹, o trabalho intermitente possibilita que trabalhadoras e trabalhadores, especialmente no setor de serviços, fiquem a disponibilidade integral para o capital, sem contrapartida alguma de que terá um trabalho integral ou que receberá o mínimo necessário para sua reprodução (PRAUN; ANTUNES, 2020).

Relações de trabalho desse tipo permitem que o capital estabeleça contratos de trabalho com o que poderíamos chamar de “pacotes de tempo”. Despersonaliza-se a força

³⁹ Segundo Antunes (2020a), o “zero hour contract”, representa um desdobramento da contradição existente entre a coexistência do alto avanço tecnológico e a proliferação de formas de trabalho pautadas por aquilo que chama de escravidão digital. Essas relações não estão isoladas nem tão pouco reduzidas a singularidades locais desse ou daquele país, sua abrangência e tendência são globais e abarcam os processos de reestruturação e precarização do trabalho.

de trabalho e sua capacidade de produção de valor. Destituída de seu corpo, o agente real do processo de valorização - o tempo despersonalizado - não possui direitos, não têm demandas e é altamente passivo as determinações de seu contratante. O contrato intermitente transfere para o empregado todos os riscos de sua relação laboral - não existindo demanda, ou seja, não havendo necessidade de convocar o trabalhador para a prestação de serviço este não possuirá remuneração, sem falar que suas férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro, salário proporcional, recolhimentos previdenciários e depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço serão todos recolhidos tendo por referência os valores pagos ao período trabalhado.

Essas alterações nas normas legais, entendidas como parte de reformas de matriz neoliberal em curso em diferentes países, além de substancialmente relevantes, impactam de forma qualitativa na estruturação e dinâmica das relações de trabalho no Brasil. Incidem fortemente no nível e composição dos empregos. Atingem ainda, de forma direta e indireta, a capacidade de mobilização e organização sindical dos trabalhadores, almejando enfraquecê-las ainda mais (...) (PRAUN; ANTUNES, 2019: 61).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)⁴⁰, as primeiras informações obtidas com o funcionamento da modalidade do trabalho intermitente foram - “As informações relacionadas ao emprego de 2019 mostram que, assim como ocorreu em 2018: (i) muitos dos contratos passaram boa parte do ano engavetados, quer dizer, geraram pouco ou nenhum trabalho e renda, e; (ii) a renda gerada foi muito baixa” (DIEESE, 2020: 2). Os dados deste estudo mostram que para cada três meses de trabalho, os vínculos intermitentes ficam outros três meses na gaveta. Ao final de 2019, a remuneração mensal média para cada vínculo intermitente foi de R\$ 637,00 - isso contando os meses a partir da admissão, trabalhados ou não. Esse valor equivalia, naquele ano, a cerca de 64% do salário mínimo oficial, o que representa um grande retrocesso garantido e assegurado pela reforma trabalhista. Essa realidade põe em destaque uma questão que é central - essa forma de trabalho é incompatível com outros dispositivos constitucionais, já que não assegura a garantia mínima de subsistência, além de não remunerar períodos de inatividade, as quais podem durar meses, conforme a exclusiva necessidade de demanda das empresas e interesse do capital.

⁴⁰ Ver em: Boletim Emprego em Pauta nº 14, disponível em: DIEESE - boletim emprego em pauta - Nº 14 - Contratos intermitentes na gaveta - janeiro/2020; acessado em: 21 nov, 2022.

Considerada apenas como um custo a ser reduzido, a força de trabalho brasileira tem sofrido grande vilipêndio de seus direitos, dos diversos estatutos e leis de proteção ao trabalho. Sob o crivo da flexibilização dos contratos e das relações de trabalho, a Lei n. 13.429/2017 passa a regulamentar a terceirização de todas as atividades, ou seja, torna-se prestação de serviço a terceiros a transferência feita pela contratante da execução de quaisquer de suas atividades, inclusive aquela considerada sua atividade principal, bastando que a pessoa jurídica de direito privado prestadora do serviço possua capacidade econômica compatível com a sua execução. (CALIXTO; MAIA: 2022). Assim, independentemente da natureza da atividade, seja uma “atividade-meio” ou “atividade-fim”, sua terceirização poderá ser feita de modo irrestrito por determinada pessoa jurídica de direito privado. Além de produzir um efeito de grande destrutividade para a organização política da classe trabalhadora, agora dividida entre empregados terceirizados e “não terceirizados”, essa medida regulamenta a redução de custos com encargos trabalhistas, reduzindo direitos e aprofundando as desigualdades e precarização das condições de trabalho, sobretudo, daqueles submetidos à condição de terceirizados.

No Brasil, as entidades empresariais têm defendido mudanças na legislação trabalhista há mais de 25 anos – “A criação de empregos requer ações em várias frentes (...). A primeira é a flexibilização do mercado de trabalho brasileiro, criando, ao contrário do que existe hoje, incentivos para a contratação de mão-de-obra” (CNI, 1994, p. 36). Alinhada a essa tese também há a Medida Provisória da Liberdade Econômica⁴¹, as propostas da Carteira Verde Amarela, a Medida Provisória 1.045, entre outras. O caso da “Carteira Verde Amarela” é emblemático, pois viola o Princípio da Não-Discriminação, presente no artigo 7º, da Constituição Federal (CF), em que proíbe qualquer forma de discriminação no tocante a salários e critérios de admissão, seja por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, a MP institui orientações etárias específicas de 18 a 29 anos e valor salarial máximo de até R\$ 1.497,00 por mês. A pretexto de ampliar os postos de trabalho nas empresas, desburocratizando as relações de contratação, desonerando folha

⁴¹ Esta lei, sancionada pelo governo Bolsonaro, passou a ser conhecida e veiculada pelo próprio governo como uma “minirreforma trabalhista”. A MP da Liberdade Econômica vem no bojo modernizador da economia, ou seja, que é preciso flexibilizar, desburocratizar, destravar a economia para que os empresários possam investir com mais segurança, celeridade e eficiência. Aprovada pelo Senado Federal, que inclusive retirou do texto propostas tais como a autorização do trabalho aos domingos para todas as categorias funcionais, com uma folga a cada quatro semanas, a medida elimina a obrigatoriedade de alvarás para empresas com atividades consideradas de baixo risco; exclui a necessidade de registro de ponto para empresas com até 20 funcionários; extingue o e-Social, sistema unificado de envio de dados de trabalhadores e empregadores, por exemplo, relacionados a acidentes de trabalho e informações trabalhistas; emissão de carteiras de trabalho na versão digital.

de pagamento e outros custos laborais, coloca em xeque o valor social do trabalho, seus respectivos direitos e conquistas historicamente alcançadas pela classe trabalhadora.

Para os horizontes empresariais esses incentivos devem atuar justamente na consolidação de um ambiente favorável aos investimentos, o que só é possível, segundo sua ótica, com a flexibilização do conjunto dos direitos do trabalho.

As intervenções influenciam as oportunidades e incentivos para que as empresas invistam na produção, criem empregos e cresçam. Portanto, há um dilema permanente entre a extensão dos direitos assegurados por lei aos trabalhadores e o estímulo ao funcionamento e expansão do setor produtivo. (CNI, 2006, p. 9).

No livro *Reforma trabalhista: promessa e realidade*, produzido por um grupo de especialistas de reconhecida competência na área do direito do trabalho, há um destaque para aquilo que os autores chamam de *inépcia da reforma*, referindo-se a sua incapacidade de formalização do trabalho, principal objetivo proclamado pela reforma trabalhista. Segundo Filgueiras (2019), um dos autores da referida obra, a classe patronal, ciente de que após a reforma houve uma maior dificuldade de acesso à justiça do Trabalho, tem se sentido estimulada a correr mais riscos, preferindo se beneficiar dos ganhos econômicos que derivam dos vínculos informais e precários. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, referente ao trimestre encerrado em setembro de 2022, o número de empregados sem carteira assinada no setor privado chegou a 13,2 milhões de pessoas. Quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior registra-se elevação de 13%, o que representa um adicional estimado de 1,5 milhão de pessoas.

Com o objetivo de coibir abusos acerca das modalidades de trabalho temporário, intermitente e terceirizado, além de estimular negociações coletivas com o patronato, o governo espanhol, liderado por Pedro Sánchez, aprovou, no dia 28 de janeiro de 2022, uma espécie de medida provisória que altera a reforma trabalhista de 2012 naquele país. Muito embora esta não seja uma revogação estrutural, pois mantém margem considerável de flexibilidade para o controle das condições laborais, salariais, das contratações e demissões, chama a atenção para a necessidade de se repensar e exequibilidade de políticas que reduzem renda, precarizam o trabalho e não geram empregos. No Brasil, prontamente atentas ao momento político de extrema instabilidade vivenciado pelo país, as Centrais Sindicais posicionaram-se em nota de apoio ao acordo trabalhista espanhol. Nesta, algumas questões são centrais:

Entendemos que esse novo acordo pode ser uma sinalização que estimule reabrirmos esse debate também no Brasil. Recordemos que a reforma trabalhista espanhola é fonte de inspiração para realizar no nosso país o desmonte dos direitos, a precarização dos vínculos laborais e o ataque aos sindicatos e às negociações. O argumento é o mesmo: reduzir o custo do trabalho para gerar empregos. (...) passados quatro anos está claro que os objetivos da reforma trabalhista de Michel Temer, ampliada e aprofundada por Bolsonaro, revelou-se um desastre para a classe trabalhadora e para a nação. Nesse período o desemprego aumentou, a precarização e a insegurança laboral se generalizaram, arrocho salarial, pobreza e desigualdade se expandiram, trazendo crescimento econômico rastejante e aumento das mazelas sociais (CENTRAIS SINDICAIS, 2022).

Muito embora as comparações sejam impossíveis de não serem feitas, várias são as peculiaridades que travestem de singularidades a realidade político-econômica de cada país. Na Espanha, por exemplo, o resultado de sua contrarreforma está na esteira das exigências da Comissão Europeia, importante órgão da União Europeia, além de também ser a expressão das concessões permitidas pela Confederação Espanhola de Organizações Empresariais (CEOE). O novo pacto trabalhista deveria ser a expressão de um consenso garantidor de “segurança e flexibilidade”. A busca do equilíbrio entre a flexibilidade do mercado de trabalho e uma espécie de freio ao uso de contratos temporários pelas empresas, foi um dos compromissos exigidos até 2026 para que a Espanha pudesse receber da União Europeia uma ajuda financeira calculada em torno de 70 milhões de euros nos próximos anos⁴².

O expressivo contingente de trabalhadores ocupados em trabalhos sem direitos e ou qualquer outro tipo de proteção foi capaz de dar espaço para um debate até pouco tempo impensável, dado o consenso em torno da necessidade de modernização das leis trabalhistas - o da possível revogação da reforma Trabalhista de Michel Temer, implementada no ano de 2017. Mesmo que de maneira ensaística, esse debate se impôs tomado pelos novos ventos que sopram da Espanha e que apontam para a possibilidade de revisão das famigeradas reformas do trabalho.

No Brasil, a contrarreforma trabalhista, símbolo de modernização da longa CLT, tem produzido o aumento do trabalho informal, o acirramento do clima de

⁴² Ver em: OHANA, Victor. Citada por Lula, revisão de reforma trabalhista divide a esquerda na Espanha. **Carta Capital**, 07 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/mundo/citada-por-lula-revisao-de-reforma-trabalhista-divide-a-esquerda-na-espanha-entenda-a-discussao/>>. Acesso em: 11 de jan. 2022.

incertezas, desregulamentação e precarização do trabalho. E por mais que existam comparações entre a reforma trabalhista brasileira e a espanhola, é inegável que a legislação brasileira contribui com um processo de precarização dos direitos laborais ainda mais profundos, vide a Lei das Terceirizações, a Medida Provisória da Liberdade Econômica, as propostas da Carteira Verde e Amarela, a Medida Provisória 1.045, entre outras.

Com o argumento de que é preciso eliminar privilégios, os direitos sociais e trabalhistas são combatidos e gradativamente eliminados, o que é feito, segundo os reformistas, com o objetivo de não interferir nas leis “naturais” que devem administrar a sociedade. Configura-se a supremacia do mercado na definição das relações sociais e na conformação de um cenário em que o Estado e suas agências atuam no apagamento das determinações de classe, enfraquecendo as lutas e anseios historicamente demarcados pela luta dos trabalhadores.

3.3 A PRECARIÉDADE DO TRABALHO COMO EXPRESSÃO ESPACIAL DO METABOLISMO SOCIAL

O espaço é uma totalidade dinâmica e contraditória, seu conteúdo reflete as relações históricas produzidas por dada sociedade. Por ser resultado direto do trabalho, da transformação e historicização da natureza, sua organização expressa a espacialização da produção material do homem - por isso é condição, meio e produto da produção social. No processo civilizatório - de surgimento da sociedade, o espaço se revela enquanto condição para que as transformações sociais, políticas e econômicas se materializem no decurso da história. Por isso, sua produção é pressuposto para a realização das próprias condições da existência humana, da realização da práxis social na construção do mundo objetivo.

Em uma sociedade de classes, em que pese a importância dos processos de acumulação ampliada do capital, o espaço reflete tanto a natureza classista da produção e do consumo, como o controle exercido sobre as relações sociais advindas dessas relações (CORRÊA, 1986). Esta processualidade, que é produzida historicamente, faz com que o espaço esteja sujeito às mudanças decorrentes das necessidades do modo de produção, de suas determinações estruturais e contradições decorrentes de seu sociometabolismo. Assim, sob a hegemonia do modo de produção capitalista, a produção

e reprodução do espaço estão determinadas por uma contradição fundante, a de tornar-se mercadoria e condição para a reprodução contínua do capital.

Na análise da produção do espaço, a ideia de “produção”, interpretada a partir do conceito marxista de trabalho, assume uma compreensão processual e dialética. Como argumenta Godoy (2008), muito embora o conceito de produção implique em realização efetiva de trabalho, este se apresenta muito mais decisivo para a fundamentação da concepção de ‘produção do espaço’, do que para o conceito de produção propriamente dito. Essa concepção de trabalho não se reduz à natureza objetiva das condições materiais e imateriais de produção, da exteriorização da ideologia e da objetivação das formas concretas produzidas pelo trabalho. Sua compreensão está para a própria gênese cultural do homem - o homem histórico, aquele cuja definição deriva do seu próprio trabalho.

Segundo Carlos (2011), a noção de produção transcende a ideia da produção de objetos e coisas materiais, estendendo-se à (re) produção das relações sociais, materializando-se em relações temporais e espaciais. Nesse sentido, o processo de produção e reprodução da realidade socioespacial estende-se à produção da própria subjetividade do homem, pois à medida que o homem e a sociedade produzem suas condições de existência, sendo o espaço condição e produto, o homem forma sua consciência acerca dos processos em curso. “O homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo em que se subjetiva no processo ganhando consciência sobre essa produção” (CARLOS, 2011: 11).

Responsável pela existência, em suas contradições, da realidade objetiva, é o trabalho o elemento central no processo de transformação e constituição do próprio homem e, por isso, elemento central na dinâmica de produção do espaço. Na compreensão marxista, o trabalho é atividade teleológica de transformação da natureza, constituindo-se no “princípio gerador” do homem, de objetivação da natureza e de um horizonte de apreensão e transformação do real. Assim, mediatizada pelo trabalho, a produção espacial vai tomando forma e conteúdo, fazendo do espaço a historicização/humanização/socialização da natureza. Todavia, por estar condicionado ao modo de produção capitalista, “(...) a produção do espaço (imaneente à reprodução da vida) é hoje, sob o capitalismo, uma fonte de privação sob o desenvolvimento sem limites do mundo da mercadoria, como forma de realização do processo de valorização” (CARLOS, 2019).

É importante notar que a análise da produção do espaço perpassa, a partir da perspectiva lefebvriana (1973), por alguns questionamentos centrais, são eles: quem

produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir? A partir dessas questões fica evidente que a produção do espaço não é resultado unilateral da produção material *strictu sensu*, mas de sua junção as relações sociais envolvidas no processo produtivo e em todo o conjunto de instituições responsáveis pela reprodução dessas relações - o direito, a família, o sistema jurídico, o Estado, etc. (GODOY, 2008). Para Lefebvre (2001), a “produção” não envolve apenas o sentido econômico do termo, mas abarca o sentido da filosofia inteira - produção de coisas e de obras, de ideais e ideologias, da consciência e do conhecimento, de ilusões e de verdades. Ou seja, quando a produção é relacionada à atividade material e ao mercado de trabalho, há aí a linguagem da vida real (Idem).

O conceito de espaço apresenta múltiplas faces de interpretação. Mas, a junção estabelecida entre os dois conceitos produção/espaço elucida a matriz teórica do sistema de pensamento que o sustenta. Percebe-se que as categorias que executam uma operação de análise fundamentam-se no conceito de trabalho, enquanto objetivação da síntese homem-natureza através das correlações entre a estrutura normativa dos intercâmbios sociais com as rugosidades exteriorizadas do capital fixo no interior do processo de desenvolvimento das forças produtivas. A variável espacial pode, então, ser explicitada pela verificação de caráter empírico da divisão social do trabalho (GODOY, 2004: 32-33).

Embora, de maneira genérica, a atividade produtiva contribua com a produção de relações sociais homogêneas, tendentes ao alargamento do mundo das trocas, é necessário explicitar que o trabalho comporta duplo sentido, pois quando se expressa “(...) como valor de troca não agrega mais as mesmas particularidades que lhe pertenciam como gerador de valor de usos. (...) A materialização do trabalho leva-nos, então, a pensar o espaço como contendo dupla dimensão: o espaço como valor de troca e como valor de uso” (GODOY, 2008). Ao possuir uma dupla dimensão, fruto da materialização do trabalho, o espaço social produzido pelo trabalho traz em sua formação a dialética própria das relações sociais.

O espaço produzido sob a orientação da lógica capitalista apresenta um conflito brutal, que se funda na contradição entre o espaço como uso (espaço apropriado para a realização da vida) e aquele produzido sob os signos do valor de troca subsumido aos processos de valorização, como condição de realização da acumulação. Nesta última condição sintetiza-se na forma mercadoria (CARLOS, 2019: 37).

A própria propriedade privada, ao se estabelecer como fundamento e produto do processo de produção do espaço, determina a tendência de submissão dos modos de

apropriação e produção do espaço ao mundo da mercadoria, produzindo, como decorrência direta desse processo, a redução do conteúdo da prática socioespacial. (Ibidem: 28). Aprofundando essa relação, a ampliação da capilaridade do sistema capitalista, sobretudo neste novo século, tem aumentado a velocidade das mudanças e da objetivação dos interesses da produção econômica.

Tendo em vista que as sociedades produzem o espaço conforme os interesses hegemônicos em determinado período histórico, sua produção/organização não é aleatória. Sua objetivação expressa a espacialização do processo de reprodução ampliada do capital, do trabalho humano acumulado, que face ao metabolismo da sociedade capitalista, realiza-se como trabalho estranhado, alienado, precarizado. Sua dimensão temporal, dada pelo sentido histórico das relações socioculturais, faz da dimensão espacial o momento mesmo da objetivação do trabalho concreto e do trabalho abstrato.

Organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (CORRÊA, 1986: 61).

A produção do espaço expressa, nesses termos, a natureza classista da sociedade, bem como sua forma de produção, com todas suas variações históricas, e de consumo. Por isso a produção ampliada do capital se configura como a expressão espacializada do sociometabolismo do capital, com suas contradições e desafios históricos impostos à classe trabalhadora.

[...] a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção (CORRÊA, 1986: 56).

No Brasil e em quase a totalidade dos países de economias dependentes, a internacionalização da economia está no cerne do processo de reprodução das desigualdades socioespaciais. A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) tem aprofundado os laços de dependência para com o capital estrangeiro, acirrando processos de desregulamentação dos direitos sociais, degradação e desregulamentação da legislação de proteção ao trabalho, da previdência e demais direitos relacionados à seguridade

social. Cada vez mais o espaço vai revelando os efeitos do processo de reestruturação produtiva, da (nova) Divisão Internacional do Trabalho e do conjunto de transformações no plano da organização sociotécnica da produção, conformando um processo de reterritorialização e mesmo desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências (ANTUNES, 2006).

Para Pochmann (2000), a partir da DIT é possível conhecer as assimetrias geográficas quanto ao uso e rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial. Contudo, essa perspectiva de DIT não é aquela sustentada pela noção das vantagens comparativas que determinadas nações possuem ao comercializar seus bens e serviços, e que encontra nos fatores de ordem econômica a explicação central para as diferenças socioeconômicas entre as nações. A versão da DIT aqui destacada não elege o elemento interno como preponderante nas relações entre as nações, mas o próprio funcionamento sociometabólico do sistema social vigente, responsável pela estratificação e hierarquização da economia mundial.

Se a DIT corresponde às funções produtivas desempenhadas por cada Estado-nação no sistema internacional, essa realidade representa, nesses termos, a divisão do trabalho que se dá no interior do território nacional. A adoção de diferentes funções e trabalhos no sistema internacional das trocas e produção produz feições territoriais bastante desiguais, definindo a organização e produção socioespacial. No Brasil, o território nacional e sua formação socioespacial tem sido historicamente definido por um tipo de trabalho orientado, quase exclusivamente, por necessidades estrangeiras. E na fase atual da história, mediante o crescente cenário de crise do capital e desemprego estrutural, não haveria outra coisa a ser feita, sobretudo pelas economias dependentes e exploradas, que não fosse a criação de um ambiente legal favorável às contratações e investimentos, tornando a flexibilização laboral a pedra de toque do desenvolvimento capitalista.

3.3.1 Empreendedorismo: face reificada da precarização do trabalho

Desde a década de 1970 o mundo produtivo tem desencadeado um amplo processo de reestruturação produtiva, que apesar de apresentar um claro sentido multiforme, possui fortes tendências de informalização do trabalho e de aumento da precarização do trabalho e de seus estatutos salariais. As consequências desse processo não são poucos, pois

(...) acentuam-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho: as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que

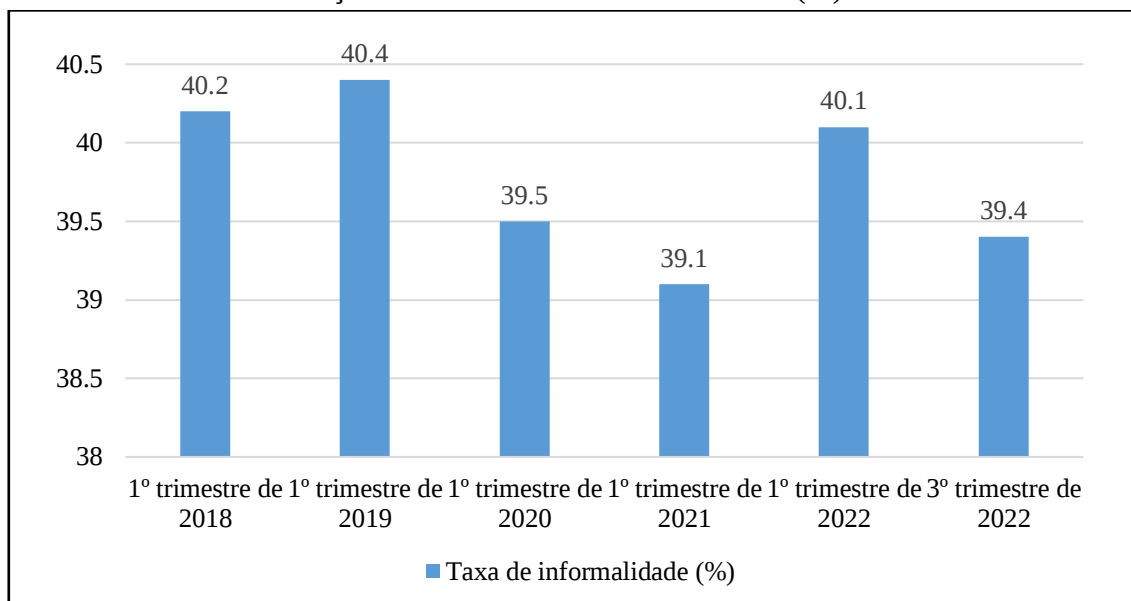
trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados (ANTUNES, 2013: 13).

Apesar dos efeitos que estes mecanismos proporcionam ao trabalho, sua objetivação é o resultado da versão teórica mais sofisticada das agências multinacionais para a expansão das economias nacionais no mercado mundial. A desregulamentação dos mercados financeiros, de produtos e do trabalho constitui, nesses termos, peça fundamental no rol de medidas consideradas necessárias para que exista desenvolvimento econômico e ampliação dos postos de trabalho (POCHMANN, 2000). Destituído de direitos, o trabalho precário se torna um imperativo, expressão espacial do trabalho e da destrutibilidade da relação capital.

No Brasil, a informalidade e o empreendedorismo - utilizado correntemente como instrumento de naturalização de processos relacionados à precariedade do trabalho, tornam-se regra e expressões da fragilização dos vínculos laborais, flexibilização contratual, alta rotatividade do trabalho, baixos salários - quando existem, jornadas excessivas, mínimas condições de segurança, saúde e fim da estabilidade do trabalho. O emprego estável, de carteira assinada e de carreira (ou não), característico do período fordista cede espaço a um mercado de trabalho ditado pelo crescimento da individuação, fragmentação, divisão e ataque à capacidade organizativa dos trabalhadores.

A informalidade torna-se a expressão concreta do trabalho precário, aquele caracterizado pela desregulamentação dos direitos do trabalho, do assalariamento sem carteira assinada, do trabalho autônomo, temporário, dentre outros. Segundo dados apresentados pela PNAD Contínua, entre os anos de 2017 (ano da aprovação da Reforma Trabalhista) a 2022, a taxa de informalidade não retrocedeu de maneira significativa no país como demonstra no gráfico 2.

Gráfico 2 – Brasil - Situação da informalidade - 2017 a 2022 (%)



Fonte: IBGE/Pnad - 2022

No ano de 2019, a taxa de informalidade no Brasil chegou a 40,4% da população ocupada, um dos maiores índices desde 2016, quando esse indicador passou a ser produzido. Fazem parte desse expressivo grupo, trabalhadores sem carteira assinada (empregados do setor privado e doméstico), os sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), empregadores e por conta própria, e os sem remuneração (trabalhos para a família) (IBGE, 2019a). Segundo Antunes (2020a),

Uma fenomenologia preliminar dos Modos de ser da informalidade no Brasil recente demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego (2020: 72)

No Brasil, os maiores percentuais de informalidade registrados no terceiro trimestre de 2022 foram nos estados do Pará (60,5%), Maranhão (59,1%) e Amazonas (57,1%). Apesar dos números demonstrarem que a informalidade não tem sequer diminuído após a reforma trabalhista, seus apologistas insistem na tese de que a reforma trabalhista é uma medida necessária para o aumento das possibilidades de absorção da força de trabalho ao mercado formal. Contudo, essas relações não correspondem, como querem fazer crer os grandes grupos empresariais, a uma dinâmica em que os trabalhadores, por não terem recursos acumulados, nem os meios de produção, necessitam, por isso, da benevolência daqueles que podem contratar sua força de trabalho,

o que só poderia ser feito dadas as condições adequadas para a sua compra, incluindo inclusive a melhoria das condições de negócio (formalização), mas sim a exacerbação da precariedade do trabalho e de seu papel na potencialização e realização do mais-valor (ANTUNES, 2020a).

O aumento dessa relação de trabalho tem demonstrado que o ambiente de flexibilidade dos contratos e legislação não tem contribuído para o aumento da formalização do trabalho, mas para a ruptura dos laços formais de contratação e regulação da força de trabalho. A própria prevalência do negociado frente ao legislado, espinha dorsal da contrarreforma trabalhista, abre caminho para amplos processos de flexibilização das normas trabalhistas, passando a permitir, inclusive, a consolidação de acordos de trabalho individuais. Segundo Antunes (2020a),

(...) a informalização da força de trabalho vem se constituindo como um dos mecanismos centrais utilizados pela engenharia do capital para ampliar a intensificação dos ritmos e movimentos do trabalho e ampliar o seu processo de valorização, e, ao fazê-lo, desencadeia um importante elemento *da precarização estrutural do trabalho*. (2020: 75).

Muito embora a realidade do trabalho, sobretudo sob o crivo das políticas neoliberais, seja de desemprego estrutural e de precariedade, há um horizonte de interpretações otimistas para o trabalho. Conceitos como - “nova economia”, “sociedade do conhecimento”, “economia digital”, entre outros, balizam uma espécie de disputa epistemológica de compreensão e análise do real e de suas contradições⁴³. Contudo, independentemente da direção tomada para explicar a realidade do mundo do trabalho, a materialidade produzida pela concentração de renda, aumento da pobreza e do desemprego, contribuem com a espacialização da precariedade e da deterioração das condições de vida daqueles que vivem do trabalho.

Segundo o (IBGE, 2022), a taxa composta de subutilização, representada pelo número de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à força de trabalho ampliada, são alarmantes. O estado de Sergipe, menor estado da federação, possui o segundo maior percentual de taxa composta de subutilização de sua força de trabalho, com (36,1%), ficando atrás apenas

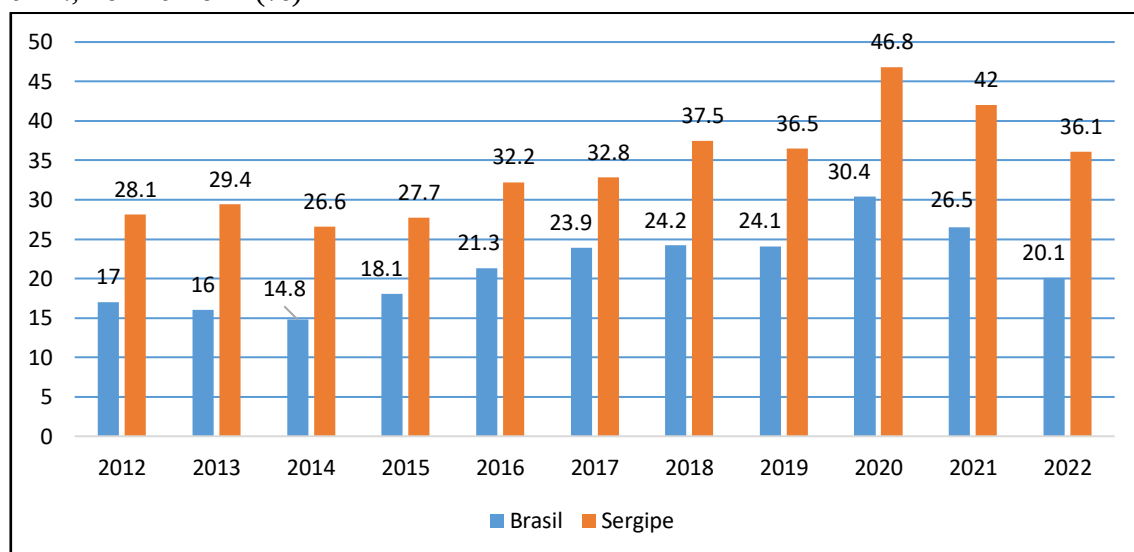
⁴³ Quanto àqueles autores que vislumbram, sob a ótica do debate da mundialização do capital e da complexificação das relações de trabalho, certa visão otimista sobre as possibilidades do trabalho, é possível destacar Ianni, 1997; Castells, 1996 e Masi, 1999. Além do que para alguns estudiosos, o século XX destacou-se por ser um período da história de grandes conquistas para o trabalho (ACCORNERO, 1997; NEGRI, 1988).

da Bahia, com (33,7%). Conforme conta no gráfico 3, desde 2012, ano em que o IBGE passou a registrar dados de subutilização da força de trabalho, o estado de Sergipe sempre possuiu médias acima daquelas em âmbito nacional.

Os resultados mais gerais desse processo apontam para a ampliação de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, muitas vezes sem registro de carteira de trabalho, em tipos de trabalho instáveis e submetidos à ameaça direta do desemprego.

A narrativa que preconiza a relação direta entre direitos e desemprego possui um papel fundamental na manutenção e cristalização da estrutura de poder existente na sociedade capitalista. Trata-se de reduzir o horizonte de diálogo e luta por conquistas na esfera do direito do trabalho, já que a defesa da manutenção e ampliação dos direitos implicaria no aumento de investimentos públicos destinados à sociedade, na garantia do emprego formal e melhoria da qualidade de vida da população de uma maneira geral.

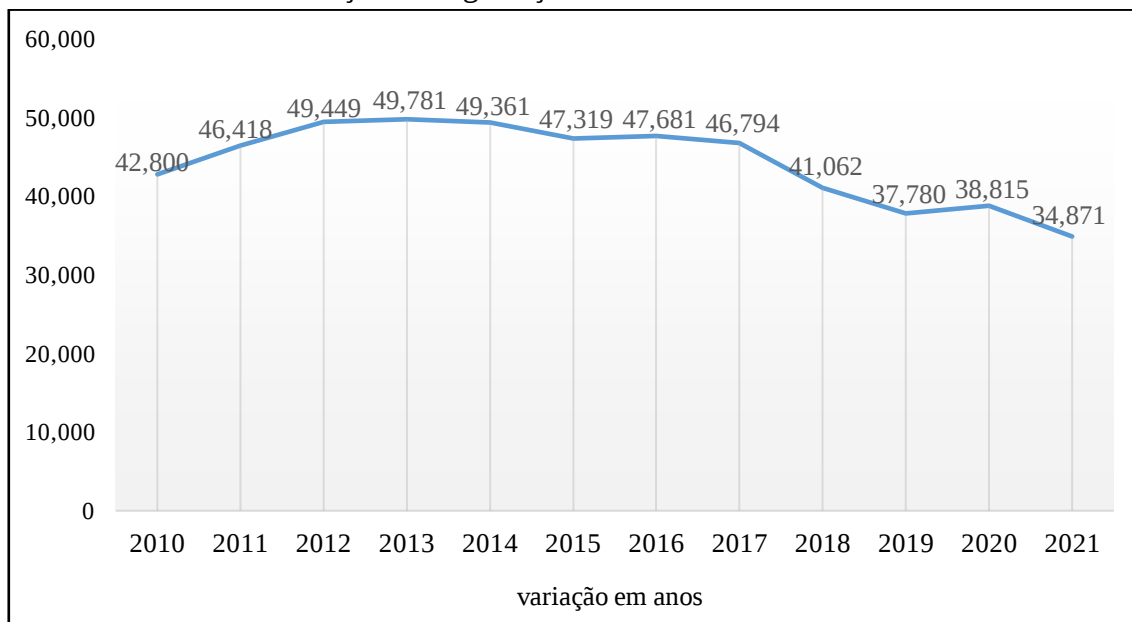
Gráfico 3 - Brasil-Sergipe, taxa composta de subutilização da força de trabalho, nos 3º trim., 2012 a 2022 (%)



Fonte: IBGE/Pnad - 2022

Prova disso está na diminuição do número de negociações coletivas, gráfico 4, e queda na taxa de filiação sindical pós reforma trabalhista. A ausência de medidas que incentivem as negociações coletivas, e de um sistema de custeio sindical, tem impactado e fragilizado o modelo de negociação coletiva, concorrendo para o não cumprimento do modelo estabelecido na Constituição Federal - que preconiza a representação universal das categorias pelos sindicatos.

Gráfico 4 - Brasil – Evolução da negociação coletiva de trabalho



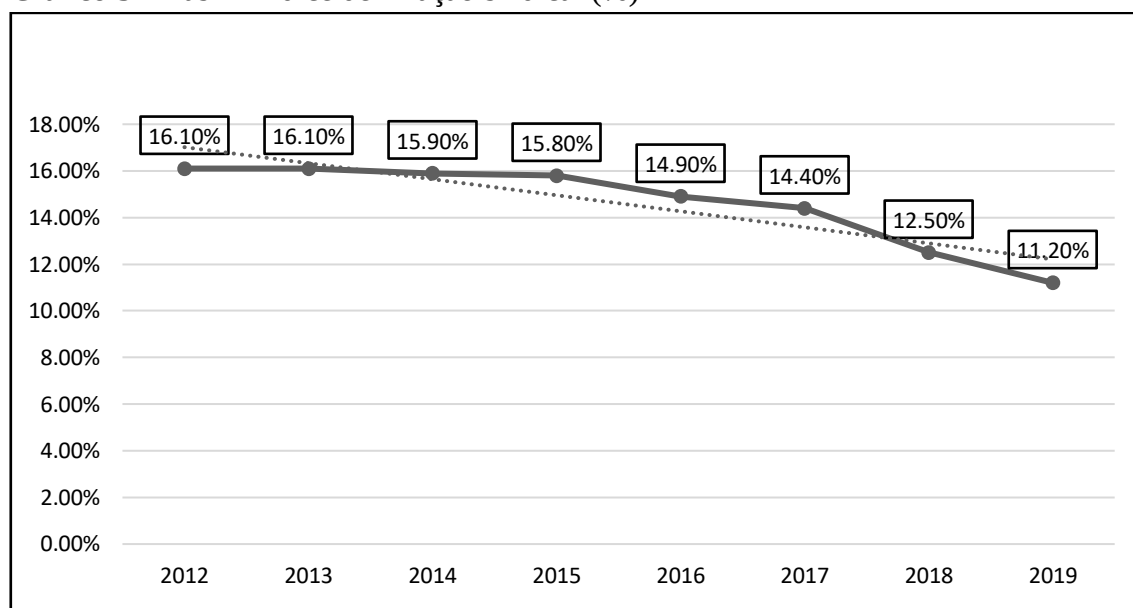
Fonte: IBGE/Pnad - 2019

De acordo com o gráfico 4, o número de negociações coletivas despencou desde 2017, permanecendo em queda até então. No ano de 2021, o Brasil chegou ao menor número de negociações coletivas desde o ano de 2010, além disso, o baixo número de negociações entre os anos de 2018 e 2019 afastou quaisquer narrativas que tentaram vincular a queda do número de negociações coletivas à pandemia da covid-19 (eclodida em 2020). Muito embora a prevalência do negociado sobre o legislado pressuponha, por parte do trabalho, sindicatos fortes e propensos a negociações coletivas, o que ocorre é justamente o contrário, a diminuição progressiva das negociações coletivas e número de filiados, gráfico 5.

Desde o momento em que a reforma trabalhista retira a obrigatoriedade da contribuição sindical, que era pago uma vez por ano por todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, à entidade representativa da respectiva categoria profissional, há uma diminuição significativa do número de filiados. Apesar de o número de sindicalização está em decréscimo já algum tempo, foi a partir do ano de 2017, com a reforma trabalhista, que esse percentual diminuiu de maneira significativa. Na prática, a contribuição facultativa, advinda da reforma trabalhista, representa, para os trabalhadores assalariados, a desnecessidade de contribuição, especialmente quando levado em conta o achatamento salarial dos últimos anos.

Com a diminuição do índice de sindicalização, e a consequente baixa de arrecadação, os sindicatos ficam sem poder para reagir ao avanço do capital sobre o trabalho. Diminui-se os bons resultados decorrentes das negociações coletivas, o que gera certa descredibilidade por parte do trabalhador, que por não se filiar, também contribui com o processo de enfraquecimento dos sindicatos - essa dinâmica torna-se cíclica e autodestrutiva.

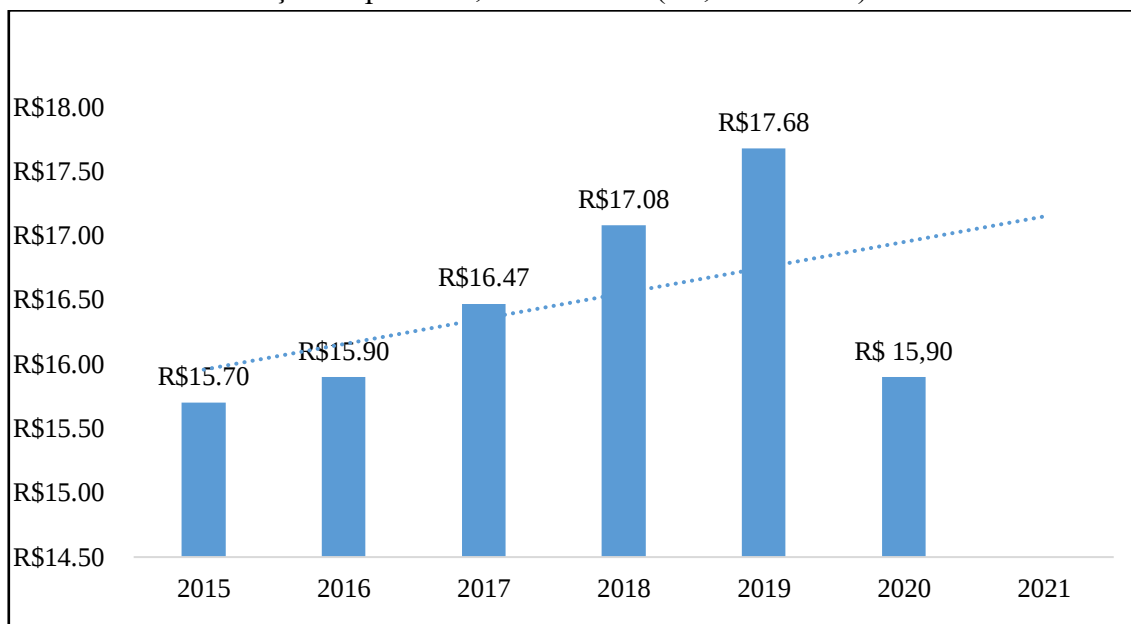
Gráfico 5- Brasil - Índice de filiação sindical (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2019.

Se por um lado nota-se uma diminuição da receita sindical, comprometendo seu poder de atuação e luta frente aos interesses do empresariado, por outro lado, as receitas de entidades empresariais, como o Sistema “S”, continuam contando com importantes aportes financeiros, gráfico 6, desequilibrando as relações de poder e representatividade daqueles sujeitos envolvidos no mundo do trabalho.

Gráfico 6 - Arrecadação empresarial, Sistema “S” (R\$, em bilhões)



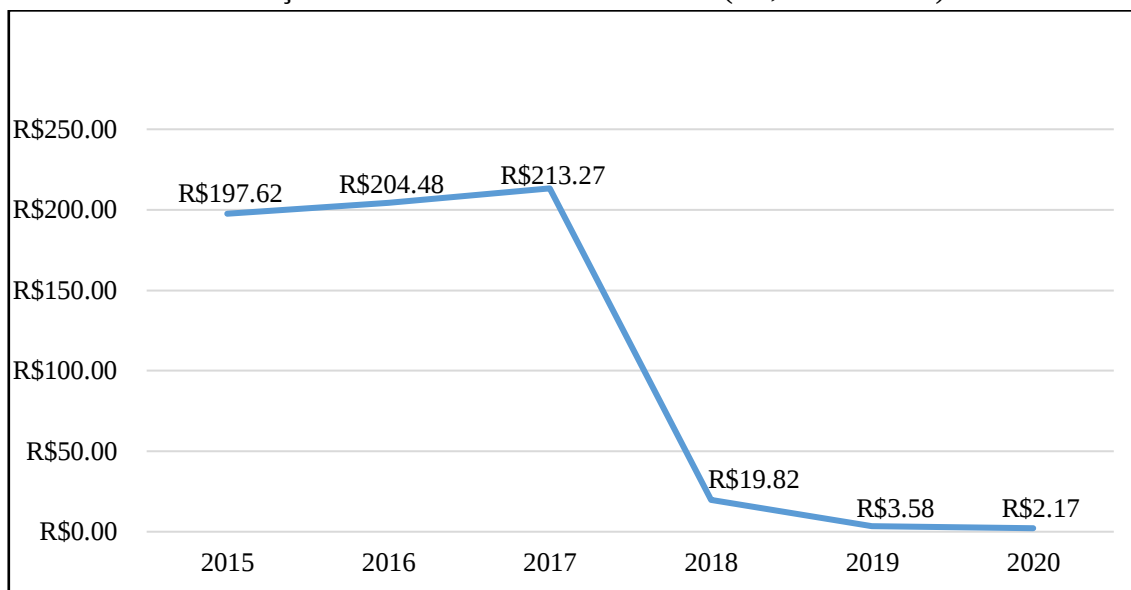
Fonte: SEF, 2020.

Mesmo que as contribuições sindicais patronais também tenham se tornado facultativas, com exceção do ano de 2020, período em que as empresas passaram por dificuldades decorrentes da pandemia da Covid-19, a linha de tendência para a arrecadação do sistema S se mostra ascendente, ao contrário do que vem ocorrendo nas entidades profissionais, gráfico 7, que apresentam tendência descendente, com fortes projeções de se tornarem deficitárias. A queda da arrecadação sindical cria grandes obstáculos à prestação de serviços a suas categorias profissionais.

Entre os anos de 2017 a 2020 a redução de arrecadação das entidades sindicais chegou a 99%, ou seja, em 2020, esses sindicatos receberam apenas 1% do que recebiam em 2017, ano da Reforma Trabalhista. Em situação crítica, muitos sindicatos tiveram que reduzir seu patrimônio⁴⁴, despesas com mão de obra, enxugamento da folha salarial, cortes de eventos (seminários, congressos, reuniões, assembleias presenciais), impactando diretamente no trabalho e performance política dos sindicatos.

⁴⁴ Não são poucos os casos que demonstram os efeitos da diminuição de arrecadação sindical. A título de exemplo, ver: “CUT vende prédio, demite e afunda em sua maior crise”, disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-11-22/cut-predio-demite-crise.html>. Acessado em 24.10.2022.

Gráfico 7 - Contribuições sindicais - Centrais Sindicais (R\$, em milhões)

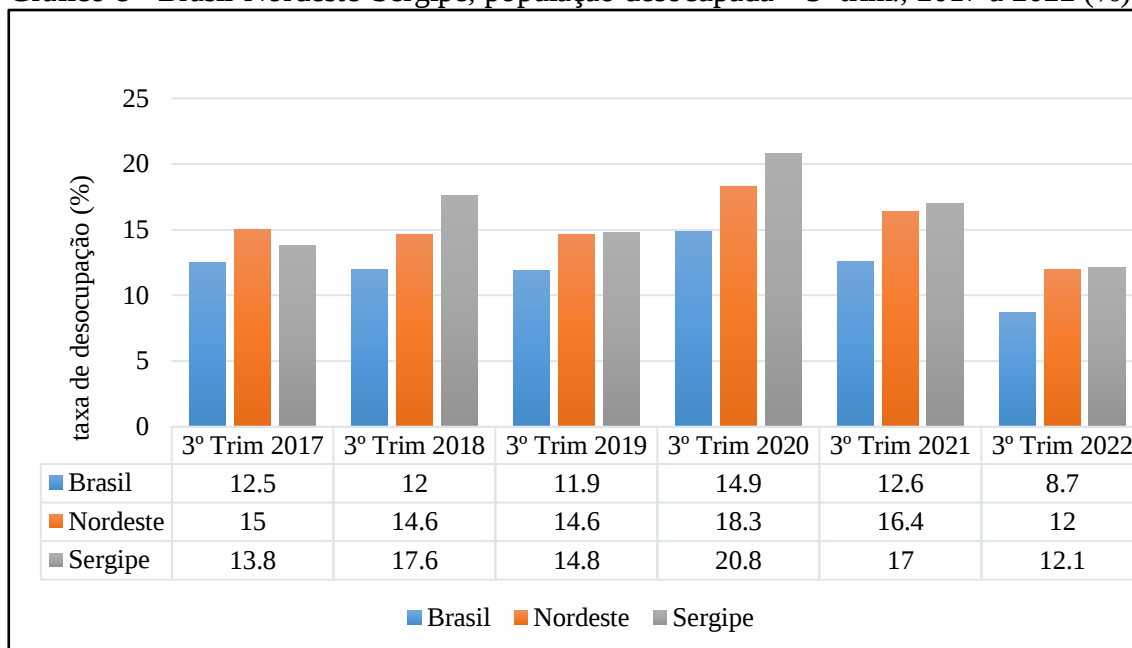


Fonte: Ministério do trabalho e Previdência – contribuição sindical, 2022.

Para além desse ataque ao poder político dos sindicatos, desde a entrada em vigor da reforma trabalhista, o mercado de trabalho brasileiro segue defasado, com altos índices de desocupados⁴⁵, desalentados e subocupados, com variações regionais significativas. Conforme consta no gráfico 8, as taxas de desocupação não decaíram após a reforma trabalhista. Muito embora seja possível constatar uma pequena melhora no percentual de desocupados no último trimestre de 2022, a taxa de desocupação revela grandes distorções regionais, sobretudo quando comparado ao nordeste, com taxas sempre maiores em relação à média nacional. Em Sergipe, a taxa de pessoas desocupadas chegou, no terceiro trimestre de 2020, a 20,8%, que somada ao aumento da informalidade, cria um cenário de precariedade, desemprego, desalento e total desamparo quanto à previsibilidade de renda e trabalho digno - com direitos. Esse cenário possibilita o surgimento de novas formas de autoritarismo e dominação empresarial, as quais vão condicionando o trabalho a relações cada vez mais precárias, movidas pela individuação e perda de vínculos formais.

⁴⁵ São classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência. (IBGE - PNADC)

Gráfico 8 - Brasil-Nordeste-Sergipe, população desocupada – 3º trim., 2017 a 2022 (%)



Fonte: IBGE/Pnad, 2022

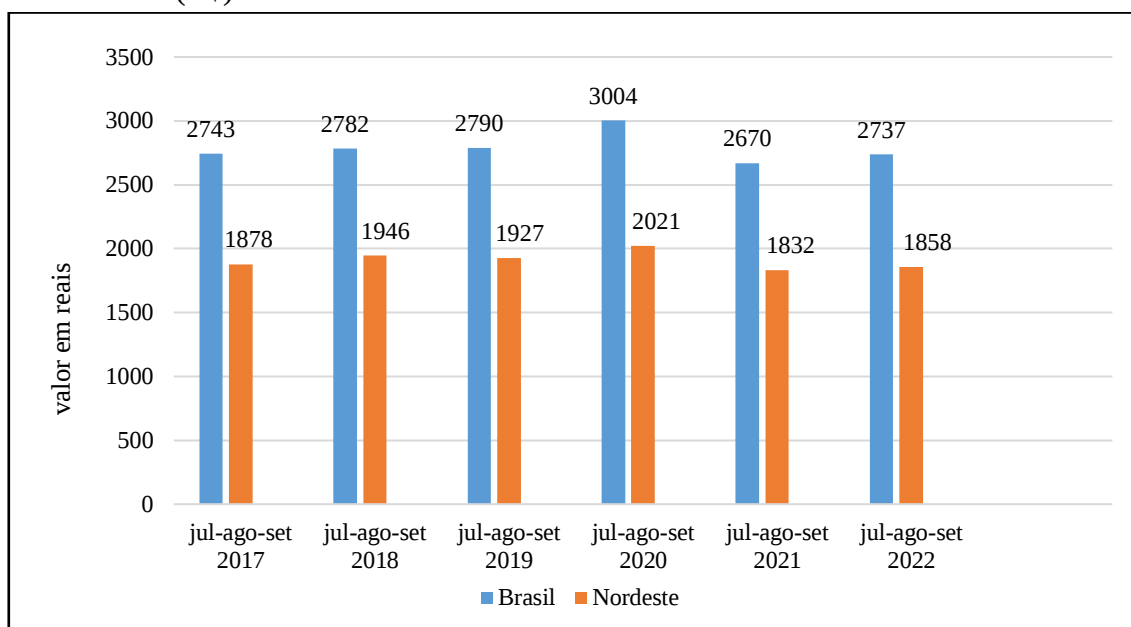
Com 8,7% de desocupação, o Brasil registrou, no terceiro trimestre de 2022, uma média de 9,5 milhões de desempregados. Muito embora seja possível constatar um decréscimo no nível de desocupação, é importante esclarecer quais são os fatores que estão movendo esse percentual para baixo. Para critérios de análise e contabilidade, o IBGE considera como ocupados, ou seja, aqueles que determinam a oscilação estatística do número de desempregados, pessoas ocupadas que têm idade para trabalhar a partir de 14 anos dentro da força de trabalho - compõem este grande grupo os empregados com e sem carteira, dos setores privado e público e os trabalhadores por conta própria - os informais. Ou seja, essa definição congrega os empregados no setor privado sem carteira assinada, o doméstico sem carteira assinada, aquele que atua por conta própria ou como empregador sem CNPJ, além do trabalhador que ajuda seus parentes em determinada atividade profissional (trabalhador familiar auxiliar).

O rebaixamento da taxa de desocupados não seria possível sem os 38,965 milhões de trabalhadores informais identificados no mesmo período. Dentre os informais, o maior número de pessoas ocupadas são os trabalhadores por conta própria, os quais contabilizam 18,67 milhões de trabalhadores sem CNPJ. Outro elemento que tem puxado para baixo as taxas de desocupação tem sido o número considerável de trabalhadores na

condição de empreendedores. Em entrevista cedida ao Portal Sebrae⁴⁶, o presidente nacional da instituição, Carlos Melles, afirma que a diminuição do número de desocupados no Brasil está diretamente relacionada com o crescimento das micro e pequenas em empresas individuais. Seu raciocínio baseia-se nos dados apresentados pelo Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CAGED), referente ao mês de outubro de 2022, os quais apontam que os pequenos negócios foram responsáveis por cerca de oito a cada dez novas vagas de trabalho.

A expectativa gerada, sobretudo por parte de alguns ideólogos do neoliberalismo, é de que o aumento do número de ocupação, mesmo que com uma renda abaixo da expectativa do trabalhador, gráfico 9, seja capaz de impulsionar uma dinâmica econômica de incentivo ao crescimento e aumento da produção nos diversos setores, impulsionando o crescimento econômico e a contratação, contudo, o aumento das ocupações no setor informal e via empreendedorismo representam uma escolha política vinculada a terceirização em massa, ao desassalariamento, a liberalização do mercado e a flexibilização das legislações trabalhistas.

Gráfico 9 - Brasil/Nordeste - Rendimento médio real de todos os brasileiros, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade - 3º trim. – 2017 a 2022 (R\$)



Fonte: IBGE/Pnad, 2022.

⁴⁶ SEBRAE. Brasil empreendedor. Ver em: <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empreendedor/pequenos-negocios-foram-responsaveis-por-8-a-cada-10-empregos-criados-em-outubro/>. Acesso em: 10 de dez. 2022.

Hoje o Brasil faz da lógica empreendedora uma orientação política marcada pelo avanço dos processos de individualização laboral, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelo seu fracasso ou sucesso. Cresce por todos os lados, inclusive pela mídia, o discurso de que o trabalhador pode se tornar um “empresário”, “dono do seu próprio negócio”, ter uma vida sem chefe e com mais liberdade, inclusive de horários. A retórica é tão sedutora que a ideia de liberdade, particularmente ampla e organicamente tensionada sob a sociedade de classes, vai sendo cooptada, tomada pelo senso comum, alinhando-se ao discurso neoliberal e à livre e natural dinâmica do mercado.

Para que cualquier forma de pensamiento se convierta en dominante, tiene que presentarse un aparato conceptual que sea sugerente para nuestras intuiciones, nuestros instintos, nuestros valores y nuestros deseos así como también para las posibilidades inherentes al mundo social que habitamos. Si ésto se logra, este aparato conceptual se injerta de tal modo en el sentido común que pasa a ser asumido como algo dado y no cuestionable. Los fundadores del pensamiento neoliberal tomaron el ideal político de la dignidad y de la libertad individual, como pilar fundamental que consideraron “los valores centrales de la civilización” (HARVEY; MATEOS, 2007: 11).

Nesse contexto, o número de atividades “autônomas”, “independentes”, “espontâneas”, “empreendedoras”, vai crescendo, tornando difusa e amplamente aceita a crença de que o mercado possibilita ao indivíduo, a partir do empreendedorismo, sua independência financeira, seu sucesso individual. O discurso reinante age no sentido de reorientar todas as instituições, inclusive a instituição da subjetividade humana - elimina-se toda “rigidez”, inclusive a psíquica, em nome de uma pretensa adaptação às situações mais variadas com que o indivíduo depara no trabalho e na vida (LAVAL, 2019). Ao assumir individualmente os riscos por seu empreendimento, o indivíduo passa a ser responsável por entender as dinâmicas de mercado, por desenvolver habilidades corporativas, planos de negócios, visão logística e, de maneira exaustivamente, aguçar sua percepção para a descoberta de novos negócios. Ao Estado cabe, nessa lógica, intervir de maneira pontual na criação de condições mínimas para que o empreendedor cresça, abra sua empresa e se torne dono de seu próprio negócio.

Sob a égide da crise estrutural do capital, a coexistência de múltiplos processos de trabalho materializados em escala global, representam a possibilidade de movimentação da produção e circulação de mercadorias e serviços por parte das grandes empresas e setores produtivos, os quais veem nesse arranjo “produtivo” uma forma de

retomar seus lucros sem a necessidade de investir de maneira direta na força de trabalho. “De repente, a relação Estado-capital disseminava a grande descoberta: o que fora força de trabalho podia e devia, agora, tornar-se empresa” (TAVARES, 2018: 112). É nesse contexto que o Estado sedimenta as condições legais necessárias à promoção de formas de trabalho por conta própria - os chamados empresários de si mesmos. Regido pela orientação dos organismos internacionais - Banco Mundial e FMI, e enquanto medida de ajuste neoliberal ao contexto de crise financeira e crescimento do desemprego por todo o Brasil, uma série de programas⁴⁷ são desenvolvidos e direcionados ao público de trabalhadores informais, com destaque para a expansão do Microempreendedor Individual (MEI). No Brasil a aprovação da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008⁴⁸, cria condições especiais para que o trabalhador informal possa galgar a condição de pequeno empresário ou MEI.

Em termos nacionais, o estado de Sergipe é destaque quando o assunto é a promoção do empreendedorismo, seja na educação, com processos formativos vinculados ao fomento à formação empreendedora, seja na abertura de empresas, tabela 3. Em outubro de 2022, o estado foi considerado o melhor e mais rápido do Brasil no quesito abertura de empresas, com um tempo médio de 10 horas para o processo de abertura, contrastando com a média nacional de 37 horas (JUCESE, 2022). Esse tempo para a abertura de empresa leva em consideração duas etapas básicas para a formalização do negócio, (i) o tempo médio de registro, que consiste no prazo para a emissão do CNPJ, por parte da Receita Federal; (ii) e o tempo médio de viabilidade, ou seja, a autorização por parte dos órgãos fiscalizadores para o funcionamento da empresa no local indicado pelo empreendedor no momento da solicitação. Em parceria firmada com o Sebrae, a Junta Comercial do Estado de Sergipe (JUCESE), tem proporcionado a integração de todos os sistemas ligados ao processo de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas dos 75 municípios ao “Agiliza Sergipe” - portal utilizado pela Junta Comercial

⁴⁷ A nível nacional destaca-se o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criado nos governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). Regulamentado pela Lei 11. 110, de 25 de abril de 2005, este programa foi considerado como a “porta de saída para a pobreza”.

⁴⁸ A Lei Complementar nº 128/2008 que alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar nº 123/2006) cria a figura do Microempreendedor Individual. Esta define os seguintes critérios para cadastro: faturamento limitado a R\$ 81.000,00 por ano, a não participação como sócio, administrador ou titular de outra empresa, a contratação de até no máximo um empregado e que exerça uma das atividades econômicas previstas no Anexo XI, da Resolução CGSN n. 140, de 2018, o que relaciona todas as atividades permitidas ao MEI. Disponível: <http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/legislacao>. Acesso em 12/08/2022.

para o registro dos empreendimentos. Atualmente 100% dos municípios sergipanos possuem seus sistemas integrados ao Agiliza Sergipe.

Toda essa celeridade para a abertura de negócios no estado de Sergipe foi impulsionada e intensificada com a lei 13.874/2019, mais conhecida como a Lei da Liberdade Econômica. Na direção da Reforma Trabalhista, essa lei estabelece normas voltadas à redução da burocracia dos trâmites que envolvem a emissão de pessoa jurídica. Dentre algumas de suas medidas está a isenção de licença prévia para o funcionamento de algumas atividades, a exemplo da atividade de cabeleireiro, considerada de baixo risco.

Tabela 3- Estados com menores tempos de abertura de empresas no segundo quadrimestre de 2022

	Estado	Tempo médio de abertura de empresas	Variação em relação ao 1º quad. de 2022	Variação em relação ao 2º quad. de 2021
1º	Sergipe	10 horas	- 5 horas	- 21 horas
2º	Espírito Santo	14 horas	- 5 horas	- 15 horas
3º	Goiás	14 horas	- 5 horas	- 12 horas
4º	Alagoas	15 horas	- 13 horas	- 20 horas
4º	Pernambuco	15 horas	- 1 dia	- 2 dias e 10 horas

Fonte: Ministério da Economia - Mapa de Empresas – Boletim do 2º quadrimestre de 2022. Elaborado pelo autor, 2023.

Uma outra medida que corrobora com esse processo de agilização na abertura e formalização dos negócios é a entrada em vigor do registro automático, ou seja, caso a decisão do órgão público não seja adotada no período estipulado, a concessão de registro na Junta Comercial será automática. Não por acaso essa modalidade de negócio é a mais presente no estado de Sergipe. Como consta na tabela 4, a forma de atuação - “Estabelecimento fixo”; “Em local fixo, fora da loja”; e “Porta a Porta, postos móveis ou por ambulantes”, somam o equivalente a quase 74% do total de negócios abertos no estado, correspondente a um total de 108.491 pequenos negócios em funcionamento no estado.

Tabela 4 - Brasil-Sergipe - Forma de atuação (inscritos totais)

Forma de atuação	% em relação ao Brasil	% em relação à UF	Nº MEI
Estabelecimento fixo	0,2583%	40,42%	59.505
Em local fixo, fora da loja	0,0533%	8,34%	12.279
Porta a Porta, postos móveis ou por ambulantes	0,1593%	24,93%	36.707
Máquinas automáticas	0,0078%	1,22%	1.802
Internet	0,1136%	17,77%	26.161
Correios	0,0148%	2,31%	3.403
Televendas	0,032%	5,01%	7.376
TOTAL	0,6391%	100%	147.233

Fonte: Receita Federal (2022a). Elaborado pelo autor, 2023.

Nota: Esses dados sofreram a última atualização de dezembro de 2022.

A maior parte das empresas abertas no estado de Sergipe é de MEI. Somente em 2021, foram abertos 25,2 mil negócios desse tipo, representando 82,8% do total de empresas criadas no estado, percentual mais expressivo do que o registrado em termos de Brasil, que foi de 80% dos negócios abertos no mesmo ano. Como explicitado anteriormente, o MEI é uma categoria jurídica direcionada aos profissionais autônomos, que trabalham por conta própria, e que após regularização, já com um CNPJ, adquirem maiores facilidades com a abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e emissão de notas fiscais.

Segundo o Sebrae⁴⁹, o ano de 2021 contou com a formalização de mais de 3,9 milhões de empreendedores. Esse número representa um incremento de 19,8% em relação ao ano anterior, quando foram criados 3,3 milhões de CNPJ, e de 53,9% em relação a 2018, quando foram formalizados 2,5 milhões de micro e pequenas empresas. Os 80% de negócios abertos em 2021 que optaram pelo MEI representam 3,1 milhões de empreendimentos. O restante do total de negócios abertos em 2021 ficou a cargo das microempresas (682,7 mil), e as consideradas empresas de pequeno porte (121,9 mil). A

⁴⁹ Sebrae. Portal Sebrae. Ver em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f80f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso: 10/11/2022.

junção entre as microempresas, as empresas de pequeno⁵⁰ porte e os MEI compõem o que o Sebrae chama de “universo dos pequenos negócios no Brasil”.

Se por um lado o Sebrae enaltece a ampliação do número de CNPJs cadastrados no universo dos pequenos negócios, por outro, esse crescimento reflete um cenário de escassez do trabalho assalariado com carteira assinada, além de apontar para o aumento de novas modalidades de trabalho, sobretudo relacionadas à terceirização e a atividades nas áreas de serviços. Para Antunes (2020c), o aumento exponencial do número de CNPJs, - “pejotização do trabalho” - reflete a nova pragmática do dicionário empresarial. As mais diversas categorias de trabalhadores têm se transformado em prestadores de serviço, sejam eles médicos, advogados, bancários, eletricitas, professores, trabalho do *care* (cuidadores), isso sem falar nos empreendedores - proprietários e proletários de si mesmos.

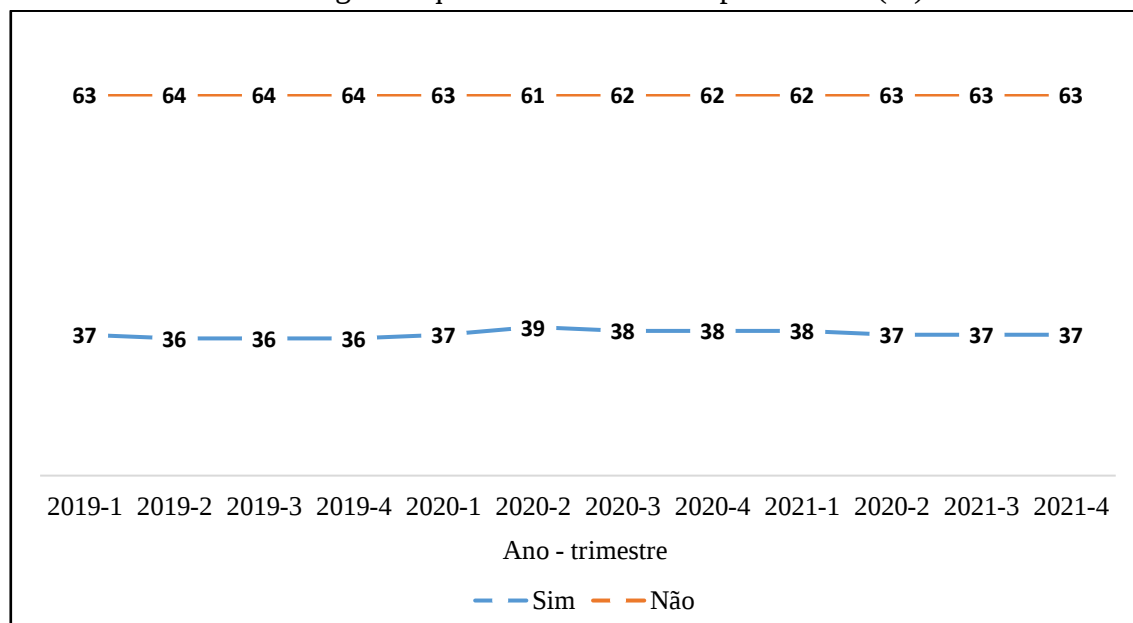
No portal “Gov.br” estão todas as ocupações que podem ser consideradas MEI. São mais de 450 ocupações permitidas, as quais vão desde atividades mais popularizadas, tais como manicure e pedicure, maquiador, mecânico, marceneiro, eletricista, até atividades como mágico, motoboy, motorista de aplicativo, adestrador de animais, astrólogo, vendedor ambulante de produtos alimentícios, tatuador, professor particular independente, entre outros. Sua formalização via CNPJ, possibilita procedimentos e caminhos menos burocráticos para a abertura de conta bancária para empresa, emissão de notas fiscais, aluguel de maquininhas de cartão, participação em licitações públicas, venda para outras empresas e acesso a empréstimos com melhores condições. Quanto a benefícios sociais, o registro e formalização do MEI garante acesso a benefícios da Previdência Social, tais como aposentadoria, auxílio-doença e afastamento, salário-maternidade, no caso de gestantes e adotantes, além de garantias para a família, como pensão por morte e auxílio-reclusão.

O cenário de empresariamento geral do trabalho conduz a uma realidade em que o emprego e a renda tornam-se uma distopia - o direito a benefícios sociais, nas mais diversas instâncias, deixa de ser um lugar comum a todos para tornar-se uma conquista social adquirida via mérito, medido pela capacidade de adaptação e resiliência pessoal, até porque não basta tornar-se um MEI e abrir um negócio, ele precisa dar certo. A prática

⁵⁰ O que define se uma empresa deve optar pelo regime de MEI ou se deverá ser registrado como Pequena ou Micro Empresa (ME), optante do Simples Nacional, é o faturamento. Para se enquadrar na condição de MEI o faturamento anual do negócio não pode ultrapassar o valor de R\$ 81 mil, enquanto que as MEs e pequenas empresas, optantes pelo regime tributário do Simples Nacional, devem ter uma renda anual limitada ao valor de R \$360 mil.

do empreendedorismo está para além da fragilização das relações de trabalho. Ela representa todo um desmonte dos vínculos constituídos na sociedade salarial. No Brasil, por exemplo, apenas 37% dos empreendedores contribuem com a previdência social, gráfico 10, demonstração clara de um processo tendente a total desestruturação dos vínculos formais e das políticas de seguridade e direito do trabalho.

Gráfico 10 - Donos de negócios que contribuem com a previdência (%)



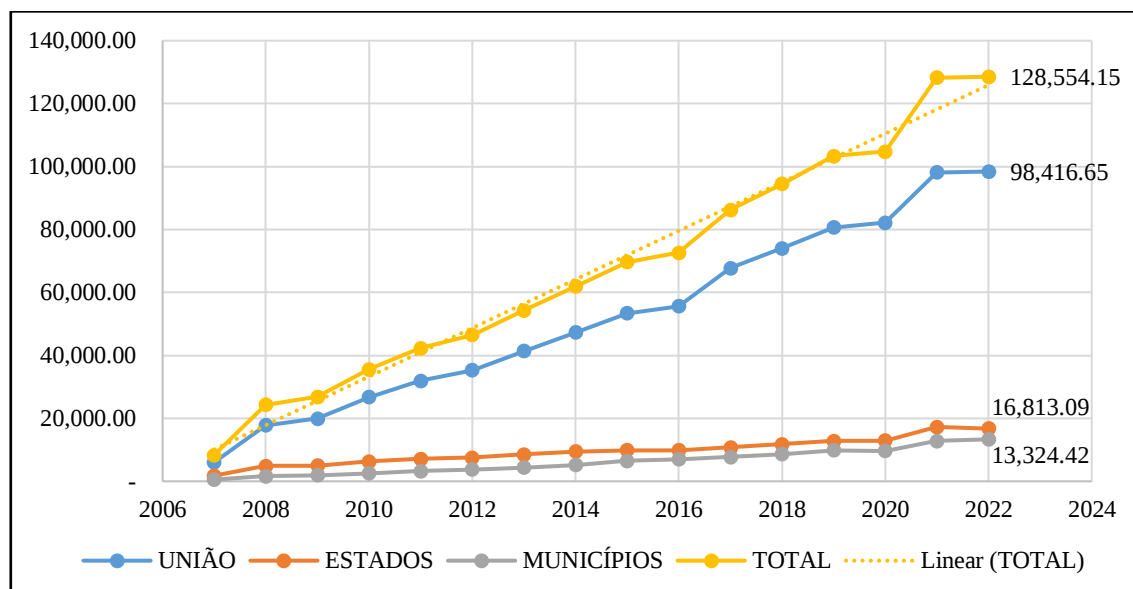
Fonte: Sebrae - Atlas dos Pequenos negócios, 2022

Entre os estados que mais contribuem com a previdência estão - Rio Grande do Sul (61%), Santa Catarina (61%) e Paraná (52%). No outro extremo destacam-se os estados do Acre (13%), Amapá (11%) e Maranhão (11%). Em Sergipe, a taxa de contribuição entre os empreendedores é de 25%, também abaixo da média nacional. O crescimento de relações de trabalho flexíveis, sem direitos, aponta para um processo tendente à precarização ampliada - atomização social; esfacelamento das legislações do trabalho e da seguridade social; e crise de perspectiva, dada a gravidade da destruição dos laços de solidariedade política. O alto número de inadimplência entre as empresas do país é sintomática da contradição presente no discurso do empreendedorismo, que transfere para o trabalhador não apenas a responsabilidade de lidar com as oscilações de mercado, mas também com pagamento de encargos trabalhistas (mesmo que esses possuam certas amenidades tributárias, como é o caso do DAS⁵¹ (Documento de Arrecadação do Simples

⁵¹ O Documento de Arrecadação do Simples Nacional - (DAS), recolhido mensalmente, foi elaborado para abarcar micro e pequenos empresários, centralizando todo o recolhimento dos tributos em um único

Nacional), gráfico 11, com custos relacionados à compra de mercadorias e meios de produção.

Gráfico 11 - Arrecadação do Simples Nacional (a preços correntes) de janeiro de 2007 a outubro de 2022



Fonte: Simples Nacional – Receita Federal, 2022.

A dinâmica global de valorização do capital, especialmente na fase atual do capitalismo, faz com que trabalhadores vinculados aos setores de venda de mercadorias e prestação de serviços, ao acessarem crédito (capital bancário), via formalização, sejam integrados às cadeias produtivas que materializam a produção de valor. A valorização dessas atividades, centradas na perspectiva da autogestão e na autonomia laboral, desempenham, pois, papel fundamental na conformação do padrão de acumulação atual, o qual faz do rentismo uma espécie de norma geral para a produção e apropriação de riqueza (CHESNAIS; CARCANHOLO, 2015). Marcada pela contradição entre produção/apropriação de valor e pela incapacidade de o setor produtivo gerar excedente econômico necessário à acumulação de capital, grande parte do capital global passa a se especializar na apropriação do valor sem que haja investimento direto em força de trabalho.

documento. Contudo, o DAS compreende regimes tributários diferentes, variando de acordo com o limite de faturamento dos empreendimentos. Aquele empreendedor que se enquadra na condição de MEI, paga, através do DAS, os seguintes impostos: INSS; ICMS e/ou ISS; já as microempresas e empresas de pequeno porte (EPP), fazem o pagamento tributário, também através de uma DAS, dos seguintes impostos: IRPJ; CSLL; PIS/PASEP; Cofins; IPI; ICMS; ISS; CPP.

Em seu livro - Teoria do Desenvolvimento Econômico, Schumpeter (1934), referência para as teorias sobre empreendedorismo, defende a tese de que o desenvolvimento econômico depende da constante introdução de novos recursos na dinâmica de mercado. O crédito, por exemplo, é considerado um recurso elementar para o fomento do empreendedorismo e do consequente estímulo ao espírito capitalista dos homens de negócio. A política de créditos, seja ela de juros subsidiados ou não, é uma forma de dilatar o fenômeno da financeirização entre a grande massa de trabalhadores.

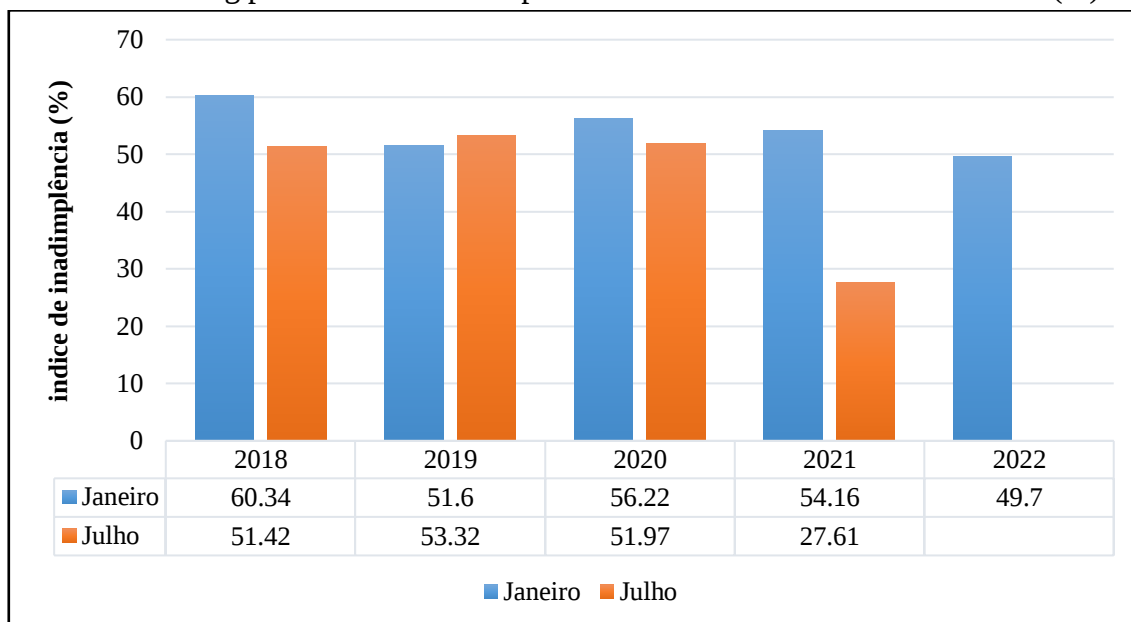
No Brasil, os processos de financeirização protagonizam, para além das baixas taxas de investimentos produtivos - marca da elite brasileira (FURTADO, 1992)⁵², a canalização dos recursos advindos da diminuição dos custos produzidos pelas reformas neoliberais para fins alheios à ampliação da produção. O que é uma grave contradição. Não se trata aqui de negar a importância e papel do crédito no processo de desenvolvimento econômico, mas de questionar a forma e as condições de oferecimento do crédito àqueles sujeitos mais duramente afetados pelos processos de desestruturação do mercado de trabalho e do aumento do desemprego.

Muito embora a figura do empreendedor ideal, de sucesso, seja aquela do trabalhador incansável, cuja capacidade de resiliência supera qualquer obstáculo, que faz da persistência sua maior qualidade, é inegável que todas essas habilidades não são suficientes para superar a falta de apoio do Estado, de incentivo financeiro e condições econômicas favoráveis ao crescimento de qualquer que seja o empreendimento. Segundo o indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian, novembro de 2022 teve o pior cenário de negativação desde 2016, início da série histórica do índice. Foram registrados 6.392.011 negócios no vermelho, com alguma dívida, sendo 1.056.024 delas no Nordeste. O estado de Sergipe possui 44.418 empresas inadimplentes. O total de débitos negativos acumulados pelas empresas brasileiras nesse período chegou a totalizar R\$ 108 bilhões.

Conforme consta no gráfico 12, em janeiro de 2018, o índice de inadimplência entre os MEI em Sergipe chegou a 60% dos empreendimentos. Segundo dados mais atualizados da Receita Federal, Sergipe fechou o mês de maio de 2022 com 52,9% dos MEI na condição de inadimplentes.

⁵² Amplamente confirmada pelas evidências empíricas ao longo de décadas, Furtado (1992) afirma que os empresários brasileiros lutam por fatias crescentes da riqueza sem abrir mão de padrões nababescos de consumo, além de priorizar o rentismo e, mesmo quando investem produtivamente, tendem a focar em negócios pouco arrojados, de retorno garantido.

Gráfico 12 - Sergipe - Índice de Inadimplência - MEI - Jan. e Jul. – 2018 a 2022 (%)



Fonte: Simples Nacional – Receita Federal 2022

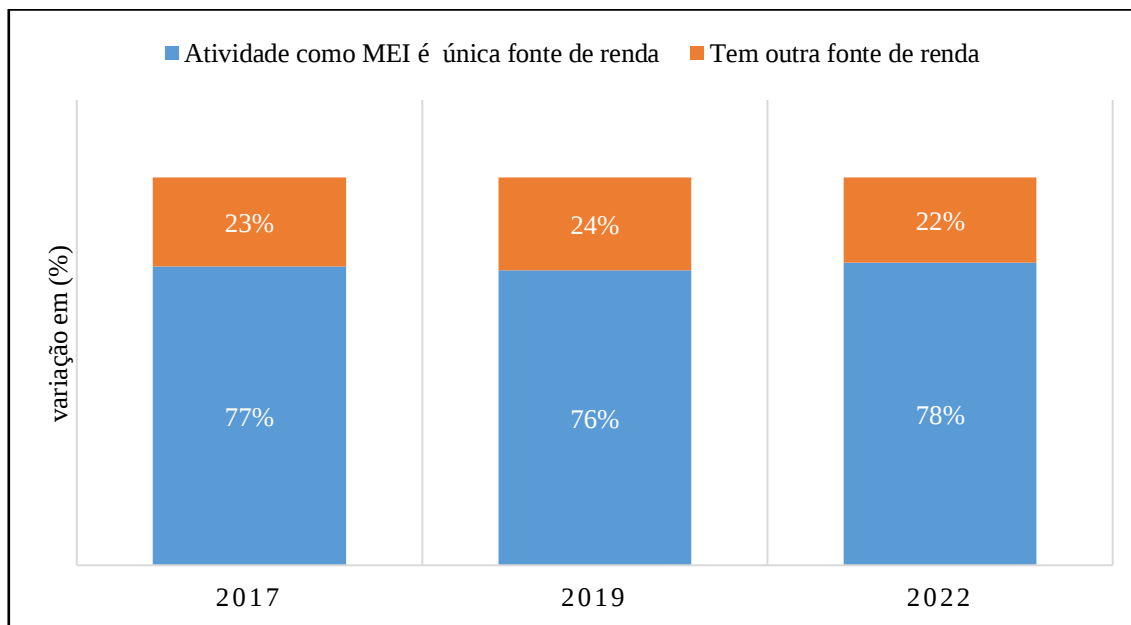
Somado às contradições apresentadas pelos altos índices de inadimplência entre as empresas brasileiras, que traz à tona a incoerência entre o incentivo ao empreendedorismo e as condições objetivas experimentadas pelos trabalhadores, no que diz respeito a desproteção associada ao endividamento, está o fato de que no Brasil, 71% dos Micro e Pequenos Empreendedores têm como única fonte de renda a sua atividade como empreendedor (SEBRAE, 2022a). A diminuta renda obtida pelos empreendimentos brasileiros, gráfico 13, torna-se ainda mais degradante quando expostas às condições de trabalho relacionadas ao tempo destinado ao desenvolvimento dessas atividades e a vulnerabilidade social causada por uma legislação que terceiriza direitos sociais tornados cada vez mais seletivos.

Como o trabalho online fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, podemos presenciar o crescimento exponencial de uma era de escravidão digital. Na empresa “moderna”, liofilizada, o trabalho que os capitais financeiros exigem é aquele flexível: sem jornadas preestabelecidas, sem remuneração fixa, sem atividade pré-determinada, sem direitos, nem sequer o direito de organização sindical. E até o sistema de “metas” é flexível: ela sempre deverá superar aquelas obtidas anteriormente (ANTUNES, 2020c: 11).

As práticas empreendedoras exigem do trabalhador um tipo de autogerenciamento subordinado, quer dizer, torna-se necessário, a fim de enfrentar a concorrência, um engajamento permanentemente, o que envolve arcar com maiores custos para pôr em destaque seu empreendimento, abrir mão de ganhos, recorrer a empréstimos, estender o

tempo de trabalho intensificando sua jornada laboral, etc. Por mais que o discurso da autonomia e flexibilização de horários seja tratado como um diferenciador benéfico da prática empreendedora, a não extensão do tempo de atividade implica no comprometimento da manutenção dos rendimentos do negócio.

Gráfico 13 - MEI como única fonte de renda - 2017 a 2022



Fonte: Sebrae - Atlas dos Pequenos negócios, 2022

Além da funcionalidade que o empreendedorismo possui no processo de acumulação do capital (do ponto de vista da apropriação do valor), o discurso do empreendedorismo contempla as mais diversas transformações ideológicas advindas do processo de reestruturação produtiva do capital - naturalizando formas de trabalho que são potencializadoras do trabalho precário. A dimensão ideológica presente do discurso do empreendedorismo interfere de maneira direta na constituição da autoimagem, da visão de mundo e capacidade organizativa da classe trabalhadora. Esses sujeitos, seduzidos pelas promessas e virtudes do sucesso empreendedor, passam a considerar naturais os valores da empregabilidade e da individualização das responsabilidades laborais, chegando inclusive a negar e/ou não se reconhecer como sujeito histórico coletivo, responsável pelo conjunto das conquistas históricas do trabalho.

Enquanto isso, inseridos em um ambiente de negócios caracterizado pela insuficiência de demanda e redução exponencial dos gastos públicos, advindas de uma política monetária e fiscal que não estimulam a demanda efetiva, a renda obtida pelo MEI, que é de R\$ 1.348, tabela 5, sequer consegue se igualar a já limitada renda média nacional,

de R\$ 2.737 (IBGE, 2022). O aprofundamento da retórica em torno do empreendedorismo mascara o fato de que o tipo de atividade empreendedora desenvolvida no Brasil, com especial atenção para Sergipe, tem proporcionado, quando muito, apenas a sobrevivência e reprodução social do trabalhador. Embora os processos de desregulamentação sobre os estatutos do trabalho, da previdência e afins tenham sido apregoados como necessários para a eliminação de entraves institucionais à geração de emprego e concentração de renda, sua objetivação representa, na verdade, parte integrante das mudanças organizacionais com vistas a manutenção das bases de geração de lucro e manutenção dos interesses capitalistas.

Tabela 5 - Renda do MEI – 2017 a 2022

Ano	2017	2019	2022
Renda familiar	R\$ 3.926	R\$ 4.400	R\$ 4.180
Tamanho da família	3,4	3,2	3,1
Renda per capita	R\$ 1.155	R\$ 1.375	R\$ 1348

Fonte: Sebrae - Atlas dos Pequenos negócios, 2022

Muito embora o discurso do empreendedorismo tome as atividades empreendedoras como expressão de liberdade e autonomia, estes trabalhadores atuam em nichos de mercado ultra centralizados, dominados por pouquíssimas empresas que empregam quem e como eles querem, sem proporcionar qualquer tipo de autonomia aos empreendedores; “(...) o “empreendedorismo” dos trabalhadores não irá resolver o problema do desemprego, pois eles não têm os meios para tal, e continuará a ser uma estratégia de sobrevivência e ou emprego assalariado disfarçado, precarizando o mercado de trabalho” (FILGUEIRAS, 2019: 49).

Segundo dados do Atlas dos Pequenos Negócios, pesquisa realizada pelo SEBRAE, o estado de Sergipe desponta no ranking nacional com a segunda maior porcentagem de mulheres atuando na condição de “Donos de Negócio”, com 37%, ficando atrás apenas do estado do Rio de Janeiro (SEBRAE, 2022a: 15). Na década de 90 o interesse em empreender decorria, na maioria dos casos, menos do querer “trabalhar por conta própria”, do que ser esta uma das poucas formas de escapar do desemprego e/ou dos salários degradados. Passados quase 30 anos, quase 90% dos empreendedores iniciais concordam (total ou parcialmente) que a escassez de emprego e renda constitui

uma das razões centrais para o desenvolvimento de uma atividade empreendedora (GEM Brasil, 2020).

Em 2019, a metodologia aplicada pela Global Entrepreneurship Monitor (GEM) para entender as motivações que levam ao início de um empreendimento sofreu uma alteração importante, o que se deu com a substituição das clássicas categorias - “por necessidade” e “por oportunidade”. Na nova versão, ganha destaque as seguintes categorias: (i) para ganhar a vida porque os empregos são escassos; (ii) para fazer diferença no mundo; (iii) para construir uma grande riqueza ou uma renda muito alta; (iv) para continuar uma tradição familiar. Apesar da alteração, na última pesquisa realizada pela GEM, a motivação para “ganhar a vida porque os empregos são escassos”, foi escolhida por 88,4% dos entrevistados. No mesmo relatório, a GEM esclarece que, ao comparar esta pesquisa com as pesquisas anteriores, fica evidente que o critério “ganhar a vida porque os empregos são escassos” tem substituído o sentido expresso em “empreender por necessidade”.

Dados do “Sebrae Em Dados - Empreendedorismo Feminino”, apontam que 82% dos empreendimentos femininos decorre do motivo - “por necessidade”. Muito embora as mulheres empreendedoras tenham maior grau de formação escolar, sua renda ainda é menor quando comparada à renda dos homens, pagam juros mais altos (34,6% a.a contra 31,1% a.a.), e apresentam taxas de inadimplência menores (3,7% contra 4,2%) (GEM, 2020). As diferenças existentes entre o trabalho masculino e feminino não são eliminadas com o empreendedorismo, pelo contrário, a histórica estrutura de desigualdade mantém-se, exacerbando relações de assimetria quanto à valorização da qualificação, da carreira, da renda e das condições gerais de trabalho. Determinada pela dinâmica imposta pelo rebaixamento geral dos salários e pulverização da precariedade, acirram-se os contrastes históricos tendentes à exacerbação da exploração do trabalho. E nesse contexto, a figura do trabalhador empreendedor, aquele considerado capaz e portador de seu próprio sucesso, legitima aquilo que é inexorável a relação capital - a histórica posição do trabalho, em suas diferenças, frente às relações de produção.

Ao analisar o surgimento dos pequenos negócios no contexto do neoliberalismo, Harvey (2004) aponta que a desvalorização da força de trabalho sempre atua como uma resposta instintiva dos capitalistas à queda de lucros. No Brasil, o crescimento do poder dos dispositivos de flexibilização dos direitos, em consonância com o contexto de desemprego estrutural e projeção do fechamento de vagas ainda remanescentes, têm produzido as condições básicas para o contínuo rebaixamento do valor e precarização das

condições de trabalho. É nesses termos que Antunes (2020b) refuta a tese do fim do trabalho, já que a ampliação dos mais diversos modos de ser da informalidade, sobretudo via empreendedorismo, assume justamente o papel de aumentar e potencializar a realização do mais-valor.

4 ORTODOXIA NEOLIBERAL E SEU PROJETO DE SOCIABILIDADE

A história do neoliberalismo não é linear, nem tão pouco possui um perfil evolucionista em direção a sua constituição. Sua experiência histórica é diversa e está muito vinculada ao contexto sociopolítico vivido por cada grupo de países no momento do alinhamento a suas ideias. Alguns pressupostos são indiscutivelmente fundamentais no processo de adesão ao neoliberalismo, dentre eles, destacam-se: manter um Estado forte na capacidade de romper com o poder dos sindicatos; estar parco em todas os gastos sociais e nas intervenções econômicas, através do que se convencionou chamar de disciplina orçamentária; restaurar taxas “naturais de desemprego”; impor reformas fiscais. Além disso, impõe-se como valor universal a ideia de que a estabilidade monetária é o principal incentivo para estimular a retomada do crescimento econômico (ANDERSON, 1995).

De modo algum podemos afirmar que o neoliberalismo tem alcançado resultados satisfatórios sobre os efeitos das crises do capital, sobretudo por favorecer capitais especulativos em desfavor do planejamento da produção (MASCARO, 2013), mas é inegável que sua ortodoxia se impõe como uma verdadeira fonte de inspiração e articulação político-econômica e ideológica dos interesses da acumulação do capital. Como bem salienta Wood (2014), “(...) A condição primeira e mais básica de expansão capitalista para além dos limites da dominação política e militar é a imposição de imperativos econômicos, introduzindo as compulsões do mercado onde elas não existem e sustentando-as onde existem (...)” (2014: 28). Portanto, é importante situar que é na condição do imperativo econômico que economias inteiras são subordinadas e tornadas vulneráveis aos ditames do mercado capitalista, tornando viável a objetivação daqueles que representam os imperativos⁵³ sistêmicos do capital. Sob a via neoliberal, o capitalismo pôde expandir seus princípios de dominação global, alargando e tornando difuso seu poder de manipulação e subordinação das economias nacionais.

⁵³ Segundo Ellen Meiksins Wood, os grandes problemas do capitalismo global, sobretudo aqueles relacionados à injustiça social, abismo crescente entre ricos e pobres, “déficits democráticos”, degradação ambientais, dentre outros, não estão relacionados unicamente ao fato da economia ser “global”, mas porque o capitalismo, seja ele nacional ou global, é movido por certos imperativos sistêmicos: “(...) o imperativo da concorrência, da maximização dos lucros e da acumulação, que inevitavelmente exigem a colocação do valor de troca na frente do valor de uso e do lucro na frente das pessoas. Nem mesmo a empresa mais benigna ou “responsável” consegue fugir dessas compulsões, e deve seguir as leis do mercado para sobreviver - o que inevitavelmente significa colocar o lucro acima de todas as outras considerações, com todas as suas consequências perdulárias e destrutivas (...)” (2014: 24).

4.1 NEOLIBERALISMO ENQUANTO COMPLEXO DE CONSTRUÇÃO HEGEMÔNICA

Expressão de natureza política, vinculada ao combate ao Keynesianismo e ao estado de bem-estar, o neoliberalismo é uma das mais notórias derivações estruturais da nova fase de acumulação do capital. Nascido logo após a Segunda Guerra Mundial e amparado sob as ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman, emerge como uma forte reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar social. O texto que dá origem a seus postulados é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Ao tecer argumentos eminentemente contrários a qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado (ANDERSON, 1995), Hayek não deixava margem para dúvidas a respeito do quão deletério seria um tipo de cultura disposta a reconhecer a necessidade da intervenção estatal aos “méritos” do livre mercado. Suas teses apontavam para a suprema importância do homem comum se afirmar no valor da competição e nas enormes possibilidades modernizadoras oferecidas pelo mercado.

Se o homem comum não afirma na sua vida cotidiana o valor da competição, se a sociedade não aceita as enormes possibilidades modernizadoras que o mercado oferece quando passa a atuar sem a prejudicial interferência do Estado, as consequências - defendia o intelectual austríaco - são nefastas para a própria democracia: os piores serão os primeiros, o totalitarismo aumentará e a planificação centralizada tomará conta da vida das pessoas, impedindo-lhes de expressar seus desejos individuais, sua vocação de melhora contínua, sua liberdade de escolher (GENTILI, 1996: 10).

A dita liberdade de escolha atrela-se à liberdade econômica e ao “direito natural” de acumular privadamente – somente pode haver liberdade, em seu sentido pleno, se garantidas as condições próprias do livre mercado e do direito de cada um acumular propriedade privada, por “seus méritos”. Neste modelo de sociedade, a “liberdade” é fruto de um “capitalismo sem restrições”, sem interferências de governos que se comprometem, por interesse dos votos, com as “maiorias fracassadas” – leia-se, menos favorecidas socioeconomicamente. A intervenção estatal representaria uma das maiores armadilhas do coletivismo, o caminho mais seguro a imposição de regimes totalitários como o da Alemanha nazista e o da União Soviética comunista.

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado

de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais (ANDERSON, 1995: 10).

A perspectiva posta por Mises (2010) e Hayek (2010) articula as bases para um tipo de capitalismo duro, livre de regras para o futuro e fixado em valores de mercado. Seu núcleo teórico-ideológico e político está estreitamente vinculado à tradição histórica do pensamento liberal, à apologia do mercado enquanto instância reguladora da vida social e a iniciativa privada como a principal operadora do sistema.

De acordo com Fernandes (1995), há duas vertentes essenciais sobre o neoliberalismo – uma se destaca por sua versão ideológica original, oriunda da “Sociedade de Mont Pèlerin⁵⁴, influenciada por Hayek, pelo monetarismo de Milton Friedman e Von Mises; e uma outra de caráter mais matizado e flexível. Essa última admitiria, mesmo sendo favorável à inquestionável prerrogativa de redução do Estado, intervenções estatais que fossem responsáveis por reformas, centrando-se em termos doutrinários na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira.

A versão pura do neoliberalismo, definida em seu sentido estrito, que propugnava a subordinação incondicional ao mercado, negando qualquer tipo de intervenção do Estado, seja ela na economia ou na sociedade, chegando a considerá-la como uma desgraça a ser evitada a todo o custo, não foi aplicada em lugar nenhum, e está muito longe de constituir-se como corrente hegemônica ou predominante no mundo (idem). Corroborando com essa concepção, Oliveira Negrão (2004) afirma que o chamado neoliberalismo duro “(...) certamente não foi aplicado em lugar nenhum, nem mesmo no Chile, onde apesar da ditadura e da assessoria direta de Milton Friedman e seus discípulos da Universidade de Chicago, o Estado manteve um papel importante no setor do cobre, principal produto do país” (2004: 103).

⁵⁴ Hayek acreditava fortemente na necessidade de combater o Estado intervencionista, chegou mesmo a apontar que as “boas intenções” da social-democracia poderiam produzir como efeito direto, os mesmos desastres do nazismo alemão – uma servidão voluntária. Seguro de suas ideias, mas sem tanto espaço para propagá-las, devido, sobretudo, às crescentes taxas de crescimento do capitalismo desse período, a única forma para dar continuidade a tarefa de combate ao keynesianismo e ao solidarismo reinantes, foi “(...) convocar aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça (...) Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polany, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou uma espécie de maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 1995: 9-10).

Toda a crítica neoliberal passou por circunstâncias mais ou menos desfavoráveis no cenário político-econômico daquele período, sobretudo porque no pós Segunda Guerra, mais especificamente entre as décadas de 50 e 60, o capitalismo entrou em um período de grande crescimento, também conhecido como – a fase de ouro⁵⁵ –, momento histórico caracterizado por um crescimento econômico nunca antes presenciado na história. Mas já na década de 70, quando eclode a grande crise econômica do capitalismo avançado, colocando em voga todo um padrão e modelo de acumulação do capital, as ideias neoliberais ganharam espaço. Naquele período seus ideólogos passaram a apontar para a necessidade de toda uma reconfiguração institucional do capitalismo, referendando a importância de “diminuir” o tamanho do Estado, em um movimento de convergência acerca das potencialidades inerentes à racionalidade do mercado.

Durante esse período ganhou força todo um discurso de crítica e ataque à classe trabalhadora, ao seu poder de articulação política, e aos seus respectivos direitos democráticos. Publicada em 1975, a obra denominada *The crisis of democracy*, sintetizou toda uma visão crítica a ampliação da democracia na sociedade – especialmente quando relacionada aos direitos das classes subalternas – por gerar demandas sociais, as quais os Estados não teriam capacidade de responder. Segundo seus autores, Michel Crozier, Samuel Huntington e Joji Watanuki, o desenvolvimento econômico e social do período do Welfare State propiciou o crescimento do número de pessoas inseridas no poder político, e isso teria gerado o crescimento de um drástico processo de ingovernabilidade.

O que está no centro dessa análise é o conceito de política econômica, que em sua essência prevê a limitação das obrigações do Estado, a crítica da politização das questões econômicas e sociais e a apologia a ampliação do espaço do mercado e de suas instituições privadas. Nesse contexto, questões que envolvessem demandas e direitos universais, oriundos na maioria das vezes do poder político sindical da classe trabalhadora, passaram a representar obstáculos ao necessário movimento de reforma econômica.

⁵⁵ Período da história marcado, dentre outras coisas, pela corrida armamentista dos EUA e da URSS durante Guerra Fria, e a consequente consolidação de uma espécie de complexo industrial-militar em ambos os países; pelo confronto entre grandes empresas por espaços de acumulação, consolidando a internacionalização do capital monopolista; e pela reforma do capitalismo. Articulado ao *boom* desse período, essa reforma esteve notoriamente marcada pela resignificação dos “papéis” do Estado, tanto em termos normativos quanto relacionados ao espraiamento de suas atribuições socioeconômicas, contribuindo para uma reconfiguração da relação capital-trabalho, em uma espécie de controle social assentado no *Welfare State*. Apesar do grande crescimento econômico característico desse período, que de maneira relativa proporcionou a melhoria das condições de vida de parcela da sociedade, suas verdadeiras transformações circunscreveram-se aos limites da empresa monopolista, em um projeto civilizador restrito à expansão e complexificação do mundo das mercadorias.

Na década de 1980, com um panorama absolutamente diferente daquele de vinte anos atrás, devido, sobretudo, ao esgotamento do Estado de bem-estar social, o livro - *Free to Choose [Liberdade de Escolher]*, de Milton Friedman, encontra um cenário de grande aceitação⁵⁶ aos ideais neoliberais. Era um aceno para aquilo que os intelectuais neoliberais desejavam, um movimento de construção de um senso comum, ou em certo sentido, de um imaginário social propício à aceitação dos princípios do livre mercado. Transformada em uma verdadeira alternativa de poder no interior das principais potências do mundo capitalista, o neoliberalismo torna-se, nesse momento, muito mais receptivo à prédica insistente dos defensores do livre mercado. Torna-se comum questionar a atuação do Estado, e aquilo que passou a ser interpretado como a tentativa de monopolizar tudo, inclusive o direito mais elementar do ser humano, a liberdade individual.

Todo esse construto faz do neoliberalismo um amplo e complexo processo de construção hegemônica, e que, por isso, articula-se como estratégia de poder que tende a se espalhar por amplos e variados flancos (GENTILI, 1996). Sua construção não se reduz a elaboração de receitas academicamente coerentes e rigorosas, mas, acima de tudo, visa servir de arcabouço socialmente aceito, reconhecido e validado pela sociedade como solução natural para antigos problemas estruturais.

O neoliberalismo expressa a dupla dinâmica que caracteriza todo processo de construção de hegemonia. Por um lado, trata-se de uma alternativa de poder extremamente vigorosa constituída por uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista que se inicia ao final dos anos 60 e que se manifesta claramente já nos anos 70. Por outro lado, ela expressa e sintetiza um ambicioso projeto de reforma ideológica de nossas sociedades a construção e a difusão de um novo senso comum que fornece coerência, sentido e uma pretensa legitimidade às propostas de reforma impulsionadas pelo bloco dominante (GENTILI, 1996: 9).

As políticas neoliberais recriam uma ordem baseada na hegemonia de conceitos econômicos, e isso produz um cenário de aprofundamento do fosso entre classes sociais vitimadas pela incontestável mercantilização dos direitos e serviços. A ideia é combater

⁵⁶ A questão da aceitação refere-se à quantidade de exemplares vendidos, quando comparado com seu antecedente mais direto, o livro - *Capitalism and Freedom [Capitalismo e Liberdade]*, também de Milton Friedman, publicado vinte anos antes. Apesar de ambas obras abordarem a mesma problemática e defenderem as mesmas ideias, a obra “Liberdade de Escolher”, publicada na década de 1980, fora largamente aceita, com mais de 400.000 exemplares vendidos em sua edição de luxo, e várias centenas de milhares em sua edição popular, diferente da “tímida” recepção que havia tido sua antecessora. Seu volume de vendas foi tão grande que em poucas semanas logrou aquilo que *Capitalismo e Liberdade* conquistou em vinte longos anos (GENTILI, 1996).

direitos universalizantes e estimular demandas e reivindicações pontuais, individuais e setorializadas, impedindo a execução de planos e metas abrangentes, o que segundo essa perspectiva, produzem obstáculos inflacionários concorrentes com a acumulação do capital. O mercado capitalista institui uma sociabilidade composta por compradores e vendedores, e nessa relação, por essência desigual, a satisfação universal das necessidades da população dá lugar à escolha seletiva do sujeito que opta pelo serviço-mercadoria que mais lhe interessa. Esse processo produz um binômio muito destrutivo em direção a (des) socialização, inclusive com raros precedentes na História, que é a exacerbação da exploração e domínio do capital sobre o trabalho e o aumento dos processos de exclusão social. Isso contribui para que setores sociais inteiros percam seus postos de trabalho e/ou se submetam a relações de trabalho cada vez mais degradantes e com menores salários, sem proteção social, jurídica ou política.

Muito embora o aprofundamento do fosso entre as classes possa aparecer, mesmo que em um primeiro plano, como um problema de efetividade do neoliberalismo, não é bem isso o que ele representa em termos reais, já que a retórica neoliberal clássica sempre tratou o desemprego como um mecanismo necessário às economias de mercado que se julgavam eficientes. Para Chauí (2020) além do neoliberalismo representar o encolhimento do espaço público e o alargamento do espaço privado dos interesses do mercado, sob sua vigência o desemprego torna-se estrutural “(...) deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão” (2020: 312). O desemprego se torna crescente e sua intensificação possui um papel importantíssimo na estruturação da terceirização e do setor de serviços, que aliado a outros elementos atua na desarticulação de praticamente todos os referenciais que permitiram/permitem a classe trabalhadora perceber-se como classe.

Se, nos anos de 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5.4 pontos negativos para 5.3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressão da queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa nova postura sindical, muito embora moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um grande êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (ANDERSON, 1995: 15).

Mesmo que em um primeiro momento a política de austeridade fiscal e de combate ao sindicalismo tenha alcançado um considerável êxito, é possível afirmar que o grande objetivo do neoliberalismo, que foi/é reanimar o capitalismo avançado, restaurando suas altas e estáveis taxas de crescimento, se mostrou/mostra absolutamente decepcionante. Apesar de todas as novas condições institucionais criadas em favor do capital, a taxa de acumulação – não apenas não cresceu nos primeiros anos de neoliberalismo, como tenderam a um movimento decrescente. Essa realidade levou Perry Anderson, em sua análise e balanço sobre o neoliberalismo, a refletir sobre a seguinte questão – por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos?

Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou (...) (Idem: 16)

Embora esse período não tenha sido de grande crescimento para a economia capitalista, apresentando inclusive um forte movimento de recessão econômica, quase sempre relacionado ao aumento da dívida pública de quase todos os países ocidentais, e com crescente número de desempregados, foi na década de 90, que ironicamente, o neoliberalismo ganhou um novo alento. Segundo José Paulo Netto, o poder de sobrevivência do sistema capitalista está estritamente relacionado a seu alto poder de (re) organização. Para o autor, “(...) o capitalismo nunca esteve tão organizado quanto atualmente, com uma insuspeita capacidade de refuncionalizar e de responder rapidamente às novas demandas (...)” (NETTO, 1995:31).

É bem verdade que o reavivamento do neoliberalismo, na década de 90, esteve fortemente ligado à queda do “comunismo” na Europa oriental e na União Soviética, período em que o neoliberalismo demonstrava indícios de forte estagnação. Contudo, além do favorável cenário internacional, a retomada do ideário neoliberal também contou com a vulnerabilidade daquelas instituições que foram decisivas no processo de

constituição e manutenção do Estado de bem-estar social (NETTO, 1995). É importante salientar que a vitória do Ocidente capitalista frente a seu adversário comunista produziu um outro componente importante – a vitória de todo um conjunto de ideias e símbolos crivados pela ideologia neoliberal. Nesse momento, o discurso de combate ao Estado de bem-estar, tão bem representado por Reagan e Thatcher nos anos 80, ganhou novo fôlego, além da crítica aos excessos de um sistema social amarrado por regras responsáveis pela destruição da moralidade básica do trabalho e do sentido de responsabilidade individual.

Será no contexto da intensa e progressiva crise estrutural do regime de acumulação fordista que a retórica neoliberal ganhará espaço político e também, é claro, densidade ideológica. Tal contexto oferecerá a oportunidade necessária para que se produza esta confluência histórica entre um pensamento vigoroso no plano filosófico e econômico (embora, até então, de escasso impacto tanto acadêmico quanto social) e a necessidade política do bloco dominante de fazer frente ao desmoronamento da fórmula keynesiana cristalizada nos Estados de Bem-estar. A intersecção de ambas as dinâmicas permite compreender a força hegemônica do neoliberalismo (GENTILI, 1996: 11).

Caracterizado como um período de retomada da hegemonia capitalista, mudanças políticas e econômicas de grande magnitude foram implementadas não apenas no Brasil, mas em praticamente todos os países do mundo. Fenômenos como o fim do socialismo real, o avanço da geopolítica dos Estados Unidos da América (EUA), a incorporação do Brasil à globalização financeira e o advento da chamada terceira revolução tecnológica, foram centrais no processo de reafirmação do domínio das grandes potências mundiais sobre a periferia e do controle do capital sobre o trabalho.

Segundo a ortodoxia neoliberal, um dos maiores problemas presenciados junto ao padrão de acumulação fordista decorreu do poder excessivo dos sindicatos e, sobretudo, do próprio movimento operário. Acreditava-se, que estes, devido a seu grande poder de articulação e reivindicação sobre os salários, haviam corroído as bases da acumulação capitalista, produzindo um efeito parasitário sobre o Estado. De modo dialético, muito embora o Fordismo tenha sido uma resposta do capital às necessidades da acumulação nas condições do capital monopolista, foi também o grande responsável pelo crescimento do chamado operário-massa e o desenvolvimento da representação sindical por categoria.

O grande inimigo do fordismo é a antiga organização da classe trabalhadora e sua experiência histórica gestada durante o século XIX. Por um lado, a linha de montagem e a profilática separação entre a gestão e a execução, as rígidas formas de controle de tempos e ritmos, o princípio da relação operário-massa, quebram o antigo saber operário

e fragmentam a classe no próprio espaço da produção. Por outro, são necessárias instâncias de representação que permitam ao capital promover acordos pontuais com os trabalhadores, como relativos aos salários, jornada, benefícios etc., que não ocorram no bojo de processos de luta e enfrentamento que mobilizem potencialmente trabalhadores como classe (...) (IASI, 2017: 226-227).

Como parte do movimento contraditório de reprodução das relações capitalistas, o capital passa a se defrontar com sua própria criação, um tipo de operariado organizado, com grande força de reivindicação, concentrado em grandes cidades, pólos industriais e plantas produtivas. A crise do padrão de acumulação fordista, traduzida pelos processos de valorização e sobreacumulação, passa a exigir que o enfrentamento de classe se estabeleça em patamares qualitativamente diferenciados, até então gestado pela estratégia do diálogo com as instâncias de representação de classe. Em termos paradigmáticos, o grande desafio para o capital passa a ser o de transitar do fordismo para um novo modelo de acumulação que consiga conformar tanto as novas condições de exploração da classe trabalhadora, quanto a necessidade de romper com a capacidade de reação e resistência do operário-massa. Tratava-se de romper com o poder associativo dos trabalhadores, e assim atacar sua capacidade de luta e organização política.

A mudança da estrutura industrial dos países do Norte global para os países do Sul global, somada ao enfraquecimento da segurança ocupacional, promovida tanto pela retração dos direitos trabalhistas quanto pelo decréscimo do apoio de governos liderados por partidos social-democratas, teria decretado o advento de toda uma era de declínio do poder sindical, traduzida pela queda nas taxas de sindicalização e a perda de influência política dos trabalhadores em escala nacional (BRAGA, 2017: 26).

No bojo do desenvolvimento, expansão, posição (e reposição) dos métodos de produção de mais-valia relativa, novas formas de organização do trabalho são criadas, e com elas, um novo perfil de organização da classe trabalhadora. Todo esse processo - denominado de reestruturação do capital - parte do princípio da racionalidade do trabalho capitalista, da introdução de novos “modelos” produtivos, cada vez mais eficientes, e da alteração das condições de produção (e de reprodução) social da civilização humana (ALVES, 2011). No embalo de determinações cada vez mais sofisticadas, oriundas do

próprio movimento da concorrência intercapitalista, a “classe-que-vive-do-trabalho⁵⁷” é cada vez mais vitimada pelo que Antunes (2009) chama de *envolvimento manipulatório*.

As novas relações de produção, cada vez mais precárias, tornam urgentes a necessidade de controlar a força do movimento operário e a luta de classe. “A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global” (ANTUNES, 2020: 11). Aqueles estatutos representativos da proletarização do trabalho vão cedendo terreno para uma materialidade cada vez mais complexa, heterogênea e fragmentada. Alargam-se variadas formas de precarização do trabalho – subproletarização do trabalho – conformadas pelas mais diversas formas de trabalho parcial; enfim, instala-se uma aguda crise que além de afetar diretamente a sua materialidade, produz fortes rebatimentos em sua subjetividade.

A precarização torna-se regra, e sua materialidade, profundamente reificada, passa a demandar o aprimoramento das estratégias de controle do trabalho. Grandes são os desafios que vão se impondo a quaisquer processos de transformação e superação das contradições sociais. Ao refletir sobre uma das leis centrais da dialética – “quantidade e qualidade”, Bogo (2010) afirma que:

(...) para que os dominados se emancipem, precisam formar e organizar a sua classe, reconhecer a existência de seu oposto que é a classe dominante, e, a partir disso, procurar, através da luta, ocupar o seu lugar, ultrapassar a natureza da dominação burguesa, minoritária, e instituir a democracia da maioria para a maioria, pondo em movimento a dialética (...). Como não pode haver capitalismo sem classes, ao estabelecer a luta contra a classe dominante atual, a classe trabalhadora pretende ser vitoriosa, tornando-se vitoriosa. Neste sentido, há, a partir da ruptura entre as duas grandes classes, um aprimoramento na organização, elevação do nível de consciência e melhora nas relações sociais e de solidariedade entre os componentes da classe que mais adiante deverá também ser extinta (2010: 10).

Se faz definitivamente imprescindível para o capital, sob o risco de propiciar a elevação do nível de consciência das contradições que assolam as condições de vida de toda uma sociedade, o constante (re) alinhamento da identidade do trabalho à materialidade reificada. Ofuscam-se os sentidos que dão corporeidade e força ao sujeito

⁵⁷ Antunes não utiliza essa expressão com o objetivo de ressignificar a compreensão sobre o conceito de classe trabalhadora, mas de conferir validade contemporânea à sua leitura marxiana. Sua preocupação se dá mediante a um cenário de (des) construção da validade analítica de noções tais como - classes sociais; classe trabalhadora; trabalho. Nesse sentido, a expressão classe-que-vive-do-trabalho representa um esforço para dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, apreendendo sua efetividade, processualidade e concretude (ANTUNES, 2011).

coletivo, intensificando processos de intensa fragmentação política e dispersão espacial da classe-que-vive-do-trabalho.

O movimento de mudanças políticas e econômicas dadas pelo neoliberalismo foi, assim, decisivo para a crise do sindicalismo fordista, do poder organizativo da classe trabalhadora e para a gestação de um novo e absurdamente precário mundo do trabalho. Até porque, muito embora o discurso da flexibilidade negue sua direta relação com as crescentes taxas de desempregados e informalização, e com isso o distanciamento de qualquer legislação social protetora do trabalho, o que há de fato é o aprimoramento de “(...) uma engenharia social cada vez mais focada em reduzir ao máximo o trabalho humano necessário à produção (...)” (ANTUNES, 2020: 20).

A tônica predominante passa a refletir a base material e superestrutural do regime de acumulação flexível, que em vias a tornar-se hegemônico, vai sedimentando relevantes transformações nas condições de produção e de reprodução do trabalho. Torna-se necessário adequar e “formar” um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos e mais complexos métodos de produção, mas não apenas isso; trata-se de articular novas competências e novos modos de viver, pensar e sentir. Emerge a importância de processos pedagógicos que possam fornecer ao trabalhador uma justificativa para a sua alienação e, ao mesmo tempo, suprir as necessidades do capital com um homem cujos comportamentos e atitudes respondam às suas necessidades de produção e reprodução ampliadas.

A sociedade do desemprego e da “precarização” do trabalho (informalização e degradação do estatuto salarial) constitui o que podemos denominar de “afetos do sociometabolismo da barbárie” (novas formas de estranhamento e de fetichismo social e a constituição da subjetividade pelo medo). Nestas condições sócio-históricas específicas, tendem a exacerbar-se a individualidade de classe e o império da contingência salarial. De certo modo, a sociabilidade neoliberal, com seus valores, expectativas e sonhos de mercado e mais, com a exacerbação do fetichismo da mercadoria, tem contribuído para sedimentar os consentimentos dos trabalhadores assalariados às novas “metas” da produção (ALVES, 2011: 121).

Subordinadas ao novo projeto de desenvolvimento, as mudanças econômicas oriundas do processo de reestruturação produtiva e da concorrência internacional, o processo educativo é tomado pelas forças do mercado como instrumento de formação de um “novo homem”. Torna-se regra a formação para a precariedade, para a conformação e adaptação dos sujeitos a uma realidade marcada por níveis crescentes de desemprego

(agora ao nível estrutural), redução de estatutos salariais e desmobilização do sentido de classe.

Em decorrência de toda essa processualidade neoliberalizante, o financiamento público da educação passa a obedecer a concepção “público não-estatal”, o que supõe, dentre outras coisas, o repasse de parte da gerência do Estado e, portanto, de recursos públicos, para a sociedade civil, alegando maior eficiência e racionalidade para realizá-las (KUENZER, 2007). A incrível capacidade de expandir-se para muito além do campo econômico *stricto sensu*, faz do neoliberalismo uma *lógica normativa em conjunto* (DARDOT; LAVAL, 2016). Um movimento que transforma a racionalidade do capital em lei social geral; a razão do capitalismo contemporâneo. Nessa trama, a educação, que em seu sentido amplo traduz a capacidade de “internalização” pelos indivíduos da cultura historicamente produzida pela humanidade, torna-se um instrumento de disputa pela hegemonia. Trata-se de ratificar a clássica retórica liberal, agora transmutada e perversamente acentuada pelo neoliberalismo, de uma sociedade produzida por indivíduos livres, igualmente capazes e emancipados, que acumulam bens e ascendem socialmente em função de seus talentos, empenhos e capacidades empreendedoras.

4.2 EMPRESARIAMENTO E GESTÃO PRIVADA DA EDUCAÇÃO

Durante a década de 1990, o Brasil foi alvo de sérias críticas por parte de muitos educadores quanto ao descaso do poder público com relação à educação; governos municipais, estaduais e governo federal foram acusados desse descaso. É certo que não se pode negar que até as décadas de 1970 e 1980 os entes federados e a União pouco se importavam com as elevadas taxas de analfabetismo, evasão e repetência, o que ainda é uma chaga aberta nos dias atuais. Mas esse não foi, como apregoavam os neoliberais, um problema de gestão unicamente; gastar o mínimo do orçamento em educação era, naquele período, um estímulo à privatização do ensino, através da expansão da rede privada⁵⁸,

⁵⁸ A expansão da rede privada de ensino superior vem na esteira da crise do capital e consequente reforma do Estado. Segundo Chaves (2010: 485) “(...) o governo brasileiro vem reformando a educação superior, por meio de uma diversidade de instrumentos normativos, como leis ordinárias, decretos, portarias, medidas provisórias etc., cuja centralidade reside na restrição de gastos. Essa reforma, em acordo com as recomendações do Banco Mundial, fundamenta-se na lógica do mercado, na qualidade e na eficiência do sistema (produtividade e *qualidade total*), na avaliação quantitativa para concessão de recursos orçamentários, com controle finalístico, no empresariamento do ensino superior público, por meio da captação de recursos no setor privado”. É nessa conjuntura que a LDB de 1996 abre as portas para a efetivação de uma verdadeira reestruturação da educação superior. Ressignifica-se a atuação do Estado, que passa a controlar e regular os mecanismos de credenciamento e avaliação, enquanto a educação privada – subdividida entre instituições particulares (empresariais); comunitárias, confessionais e filantrópicas,

gerando um nicho de mercado direcionado aos setores privilegiados que buscavam uma escola de melhor qualidade.

Só em 1996, com a promulgação da Lei Darcy Ribeiro, como ficou conhecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9394/96, perde força a referência crítica ao descaso do poder público quanto à inexistência de uma política educacional em nível nacional para a Educação Básica. O arrefecimento do tom de crítica aconteceu no mesmo momento em que uma nova institucionalidade foi se impondo e definindo mudanças no enfrentamento da “questão social”. Na política educacional, esse processo obedece a dois princípios básicos – (i) a concepção de “público não estatal”; (ii) e a compreensão de “público” como “um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle” (BRASIL, 1995: 13). Essas noções gestam as condições legais para a regulamentação de uma série de entidades sociais privadas de interesse público e de parcerias público-privadas, que amparadas por esse paradigma institucional, deslocam a educação para condição de “serviço público não estatal”. Emerge uma outra forma de enfrentamento da “questão social”, definida pelo envolvimento da sociedade civil nos assuntos de interesse público e pela intensificação de um tipo de correlação de forças pautada na construção de consensos “espontâneos” entre os diferentes sujeitos pertencentes à sociedade civil.

Alinhada ao conjunto de reformas pró-mercado decorrentes da conjuntura internacional de final do século XX, a LDB 9394/96, em seu Artigo 70, permite a transferência de verbas públicas a entidades vinculadas ao ensino, através da possibilidade de parcerias público-privadas. Além disso, afirma que “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as normas gerais da educação nacional” (BRASIL, 1996, p. 11). Institui-se um verdadeiro processo de mercantilização da educação.

Por esse dispositivo, abriu-se um vasto mercado para os setores privados na educação, não apenas na atividade fim – o ensino – mas também nas atividades meio – merenda escolar, transporte, formação de professores, fornecimento de equipamentos diversos, construções escolares, livros didáticos. Editoras de material de apoio – livros, apostilas – e de livros didáticos, gráficas a elas associadas, sistemas de ensino, empresas de informática e outras receberam um novo nicho de mercado, devidamente subsidiados por verbas públicas da educação – principalmente na Educação Básica (SOUZA, 2017: 69).

devendo ser autofinanciada, se expande e ganha total liberdade para abarcar a esfera dos serviços e atividades educacionais.

Se por um lado o mercado ganha com repasses de verbas públicas para as escolas filantrópicas, confessionais e similares, por outro, a compra de determinados serviços e produtos com dinheiro público, agora fornecidos pela iniciativa privada, subsidia o fortalecimento da mercadorização de uma série de serviços antes reservados ao domínio do Estado. Gesta-se um processo de *mercadorização* em que a educação é tomada/transformada em *nicho* de mercado que, em acelerado ritmo de expansão, subordina-se à constante necessidade da produção capitalista de criação de novos mercados (MARX, 2017).

Alinhado a essa conjuntura, o Projeto de Lei 4.732/2020, de autoria da Dep. Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), prevê que a distribuição de recursos para instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público, do Ensino Fundamental e Médio regulares, possam contabilizar, segundo matrículas no Fundeb, até o limite de 10% das matrículas em cada etapa de ensino. Levando-se em consideração que essas etapas educacionais estão em vias de universalização pela rede pública, essa medida representa na prática, um processo de transferência/drenagem de recursos da rede pública para a rede privada. Como efeito direto, os municípios e estados concentradores da oferta desses níveis de ensino passariam a ser beneficiados, em detrimento dos demais entes federados, com menores níveis de investimento público.

Ao distinguirem-se das instituições lucrativas, as confessionais ou filantrópicas visam aproximar-se do setor público, reivindicando o acesso a verbas públicas. Utilizando a justificativa do seu caráter não lucrativo, estas instituições se autodenominam públicas não estatais. A aprovação da LDB, no entanto, favoreceu não apenas as instituições ditas não lucrativas, mas também o setor empresarial, que almeja somente o lucro com as atividades educativas, quando possibilitou a institucionalização de outras modalidades de IES que não precisam, necessariamente, atuar com a premissa constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conferida às universidades por meio do artigo 207, da Constituição Federal de 1988 (CHAVES, 2010: 487).

Segundo estudos do “Todos pela Educação⁵⁹”, caso as matrículas da rede privada sem fins lucrativos passem a ser computadas no novo Fundo de Manutenção e

⁵⁹ Todos pela Educação. Regulamentação do Fundeb: educação pública pode perder até 12,8 bilhões para a rede privada. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/regulamentacao-do-fundeb-educacao-publica-pode-perder-ate-12-bilhoes-para-a-rede-privada/>. Acesso em 29 abr. 2021.

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), a nova regra causaria a transferência de 3,4 bilhões por ano da rede pública para as escolas privadas. Além disso, em claro esforço para dissuadir a importância do sistema nacional de educação pública do país, o projeto de lei inclui como “profissionais da educação” (grupo cuja remuneração é alvo de, pelo menos, 70% dos recursos do FUNDEB), terceirizados e profissionais de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. Para olhares menos atentos essa conceituação não parece ser tão destrutiva a base objetiva e política desses profissionais; mas sua naturalização pode representar, num movimento de ressignificação conceitual de sujeitos políticos de direitos, dois movimentos básicos – (i) um incentivo ao aumento de profissionais terceirizados nas redes de ensino; (ii) drenagem de recursos que seriam destinados aos profissionais de instituições públicas de ensino, aos profissionais de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, promovendo significativa desvalorização dessa categoria.

Como consequência do estabelecimento de parcerias/convênios com organizações e empresas privadas enquadradas na condição de sociedade civil, acirra-se a disputa pelo orçamento público e intensificam-se as transferências de matrículas de alunos da rede pública. Arregimentam-se as bases para aquilo que passa a orientar a política educacional – a mercantilização da educação.

Segundo dados do INEP⁶⁰, de 2006 a 2019 o decréscimo do número de matrículas na rede pública de educação básica do Brasil chegou a (-30,2%), o que equivale a 6.620.267 matrículas; durante esse período, foi constatado que a retração do número de matrículas se deu em todas as regiões do país, desde o máximo de (-39,3%) no Nordeste, até o mínimo de (-18,6%) no Centro-Oeste. Em sentido divergente, o setor privado obteve um elevado e considerável aumento do número de matrículas na educação básica. De modo geral, o setor contou o crescimento de (+24,3%), o que corresponde ao total de 1.788.582 matrículas, com o máximo de (+30%) no Norte, e mínimo de (+17,4%) na região Centro-Oeste.

Quanto ao ensino superior, dados do INEP⁶¹ registram que, em 2019, na comparação com o ano anterior, houve um crescimento de 5,4% do número de matrículas no ensino superior do país. Esse aumento corresponde a 3,6 milhões de novas matrículas,

⁶⁰ Censos Escolares da Educação INEP/MEC, 2007 e 2008; Sinopse estatística INEP/MEC, 2008b, 2009 e 2020.

⁶¹ Censo da Educação Superior INEP/MEC, de 2019.

dentre os quais 84,6% dos ingressantes são de IES privadas. Para se ter uma ideia da volúpia do ensino superior privado, a cada quatro estudantes de graduação no Brasil, três são de estabelecimentos privados. Como pode ser evidenciado na tabela 6, no ano de 2019 o Brasil possuía 2.608 instituições de educação superior, dentre as quais 302 eram públicas e 2.306 privadas, o que equivale a 88,4% do número total de instituições; a saber, essas últimas concentram 75,8% do total de matrículas de todo o ensino superior do país. Muito embora possa ser observado um maior crescimento de IES públicas, entre 2009 a 2019, com 23,2% das instituições, o número total de IES privadas no ano de 2019 era de 2.306 instituições, contra apenas 302 instituições públicas. Devido a essa discrepância o número de matrículas criadas nas IES privadas chegou ao total de 6.526.678 vagas no ano de 2019, contra apenas 2.030.146 vagas no setor público no mesmo período.

Tabela 6 - Brasil - Número de instituições de educação superior, e matrículas por categoria administrativa – 2009 e 2019

Ano	Instituições			Matrículas		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
2009	2.314	245	2.069	5.954.021	1.523.864	4.430.157
2019	2.608	302	2.306	8.603.824	2.030.146	6.523.678
variação em %	12,7%	23,2%	11,4%	44,5%	33,2%	47,2%

Fonte: Mec/Inep, 2019.

Muito embora essa expansão esteja diretamente relacionada à existência de um mercado consumidor muito pródigo, sua realização não seria possível, em função da concentração de renda existente no Brasil, sem o impulso dado pelo orçamento público. Ou seja, o fundo público é o grande responsável pela expansão do setor privado, pois seu poder de financiamento confere confiabilidade e previsibilidade aos investimentos privados. Para Souza (2017), esse processo resulta do tripé que tem caracterizado a educação superior do Brasil, quais sejam: financeirização, concentração e internacionalização.

Conforme explicitado na tabela 7, a rede privada ofertou 94,9% do total de vagas em cursos de graduação em 2019, enquanto a rede pública disponibilizou apenas 5,1% do total de vagas destinadas ao Ensino Superior. Em 2019, foram oferecidas mais de 16,4 milhões de vagas em cursos de graduação, sendo 71,6% vagas novas e 27,7% vagas remanescentes. Do total de vagas remanescentes, 95,3% foram ofertadas pelas

instituições de educação superior da rede privada. O crescimento das IES privadas é resultado direto da liberalização e desregulamentação das regras de abertura de cursos e novas instituições, estimulado sobretudo pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), por empréstimos a juros baixos por instituições bancárias oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e PROUNI. Um outro dado que chama atenção nesse processo é o alto número de faculdades privadas. Em 2019, 79,6% do total de IES eram Faculdades, percentual que é ainda mais alto quando considerada a rede privada, chegando a 83,8% do total de instituições.

Tabela 7 - Brasil - Número de Vagas de Cursos de Graduação, por tipo de vaga

Categoria Administrativa	Vagas de cursos de graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Ofertadas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	16.425.302	11.766.371	101.131	4.557.800
Pública	837.809	620.032	5.151	212.626
Federal	484.569	359.579	2.435	122.555
Estadual	228.372	181.013	1.703	45.656
Municipal	124.868	79.440	1.013	44.415
Privada	15.587.493	11.146.339	95.980	4.345.174

Fonte: Mec/Inep, 2019

Por estar diretamente situado no quadro de processo de Reforma do Estado, ocorrido em 1995 e rigorosamente legitimado pelos preceitos neoliberais, o processo de mercantilização da educação retroalimenta-se daquilo que ficou conhecido por “administração gerencial”. Rigorosamente atrelado ao avanço da privatização da educação pública está o controle do processo educativo - sua sujeição às formas próprias da administração empresarial têm comprometido a objetivação dos princípios da gestão democrática da educação, da autonomia dos profissionais e da escolha dos processos pedagógicos. Este grau de subordinação tem reacendido o tecnicismo a tal ponto que aquela nascente “tecnologia da educação” dos anos de 1970 pareça uma pré-história do tecnicismo (FREITAS, 2018).

Apesar de ser tratada como uma mudança pautada na gestão, o que há de predominante é a reconfiguração das forças que balizam o cenário político-econômico,

sobretudo a partir da ascensão do protagonismo de organizações patronais na cena política. Nessa nova dinâmica “(...) as políticas governamentais passam a ser definidas por um núcleo estratégico situado no Executivo central, e, ao mesmo tempo, segmentos da sociedade civil⁶² começam a atuar de forma distinta frente à questão social” (MARTINS, 2016: 11).

Nesta que é uma nova orientação de combate à chamada “questão social”, a sociedade civil é convidada a atuar em diferentes e variados flancos: do acirramento de pressões a determinados posicionamentos dos governos, a proposição de diretrizes políticas e o estabelecimento de parcerias na execução de políticas públicas. Mas é importante destacar um detalhe, para os precursores do modelo de administração gerencial, também conhecidos por neoliberais, a sociedade civil não é a expressão das contradições e ajustes entre as frações da classe dominante e dos processos de organização e luta de classes, mas um espaço de liberdades fora do Estado, livre do aprisionamento burocrático, flexível, eficiente e regulada pelo mercado.

Cunhada pela disputa do orçamento público, dada pela crise orgânica do capital do anos de 1980, e pela consolidação da crítica neoliberal aos gastos públicos, criam-se as condições para a emergência de novas *formas* de protagonismo assumidas hoje pelo empresariado⁶³. Essas formas de protagonismo passam a estabelecer uma conduta ético-política altamente devastadora para a vida social, sobretudo por submeter praticamente todas as atividades da vida social à lógica da lucratividade. Por seu caráter economicista, esse processo preside justamente em desresponsabilizar as elites do destino do conjunto da sociedade, isentando-as de pagar mais impostos para sustentar as políticas sociais.

⁶² Segundo Wood (2011) “O conceito de “sociedade civil” está sendo mobilizado para servir a tantos e tão variados fins que é impossível isolar uma única escola de pensamento associada a ele; mas surgiram alguns temas comuns. “Sociedade civil” é geralmente usada para identificar uma arena de liberdade (pelo menos potencial) fora do Estado, um espaço de autonomia, de associação voluntária e de pluralidade, garantido pelo tipo de “democracia formal” que se desenvolveu no ocidente. O conceito também pretende reduzir o sistema capitalista (ou a “economia”) a uma de muitas esferas na complexidade plural heterogênea da sociedade moderna. [...] Os principais usos se originam da distinção entre sociedade civil e Estado. “Sociedade civil” é definida pelos defensores dessa distinção em termos de algumas oposições simples: por exemplo, “o Estado (e seus órgãos militares, policiais, legais, administrativos, produtivos e culturais) e o espaço não estatal (regulado pelo mercado, controlado pelo poder privado ou organizado voluntariamente) da sociedade civil; ou poder “político” *versus* “social”, direito “público” *versus* “privado”, “propaganda e (des) informação sancionadas pelo Estado” *versus* “livre circulação de opinião pública” [...] (2011: 208-209).

⁶³ O termo *empresariado* é utilizado aqui para representar um seletivo grupo de empresários (banqueiros, industriais, agropecuaristas e financistas). Dotados de reconhecida “capacidade técnica e dirigente”, esse grupo assume relevante posição de prestígio, sendo grande protagonista na condução da relação social de produção capitalista. Por sua capacidade técnica e de penetração em todas as esferas da relação social, de controle, de capacidade dirigente e de produção de vários tipos de consenso, esses sujeitos corporificam aquilo que Gramsci (2001) chama de intelectual orgânico.

Como solução para os principais problemas de qualidade da educação, “sofisticadas” formas de intervenção privada podem ser observadas no âmbito das políticas educacionais, como o ressurgimento do tema do gerencialismo através da proliferação de consultorias nacionais e internacionais, as quais buscam reorientar o trabalho nas diversas instâncias educativas – do Ministério da Educação (MEC) à gestão escolar – de modo a torná-lo mais eficiente; outra forma de intervenção seria a utilização do respaldo de pesquisas científicas e conhecimentos técnicos para justificar determinadas políticas, no sentido de construir problemas e/ou definir soluções; e, ainda, o protagonismo de grupos da sociedade que, a partir da correlação de forças sociais, procuram reorganizar a política educacional a partir de interesses específicos (MARTINS, 2016: 12).

Essa correlação de forças não é outra coisa senão o resultado da complexificação da luta de classes, que ultrapassa o nível do conflito direto e assume a dimensão da disputa pela hegemonia. Segundo Gramsci (2007), no nível de disputa pela hegemonia, a luta de classes não mais se reduz à disputa pelos aparelhos de dominação, isto é, a luta para tornar-se dominante; ela consiste em lutar para tornar-se dirigente. Assim, a elevação das superestruturas político-ideológicas sobre determinada estrutura econômica, auxiliadas pela multiplicação dos aparelhos privados de hegemonia a serviço da classe burguesa, cumprem justamente o papel de conformar um cenário de controle e dirigismo do empresariado sobre os rumos da política. No caso específico da educação, sua subordinação ao dirigismo do mercado agudiza a dimensão apassivadora e tecnicista do processo educativo, pois este é um dos flancos de disputa direta pela hegemonia.

Enquanto segmento da sociedade civil, que busca a ampliação da hegemonia burguesa, o empresariado brasileiro sempre esteve imerso na formulação e implementação de políticas públicas e pedagogias voltadas à produção de consensos. Seu histórico e progressivo processo de organização remonta os anos de 1920; inicialmente restrito ao âmbito econômico corporativo, chega a ocupar já nos anos de 1930, com a Conferência Nacional da Indústria, e posteriormente nos anos de 1980, com a criação da entidade - “Pensamento Nacional das Bases Empresariais”, o nível ético – político⁶⁴. Nesse interstício, com o objetivo precípua de formar o quadro de trabalhadores da

⁶⁴ O protagonismo do empresariado tem se ampliado e avançado a imposição de uma conduta ético-política sobretudo a partir dos “*think tanks*” nacional (Instituto Milenium, Instituto Liberdade, Estudantes para Liberdade, Fórum pela Liberdade, entre outros) e estrangeiros (*Mont Pèlerin Society, Students for liberty, Friederich Naumann, Cato Institute, John Templeton Foundation, Heriage Foundation...*) (LEHER; VITORIA; MOTTA, 2017: 17).

indústria, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por meio dos decretos estaduais – (Decretos nº 4.048/42 e nº 4.936/42).

Por ser reflexo direto do processo de reforma do Estado e da institucionalização e a expansão da lógica privatista, o empresariamento da educação se inscreve como produto direto da conjuntura imposta pelo capital internacional e suas estratégias de acumulação. Como aponta Saviani (2013), a institucionalização da escola e sua transformação ao longo da História em forma principal e dominante de educação, em que a especificidade do processo educativo passa a ser determinada pela forma escolar, representa uma etapa histórica em referência – que ainda não se esgotou – correspondente ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesses termos, duas funções são centrais no processo de dominação e empresariamento da educação, são elas: (i) a transformação da educação em mercadoria, mercantilizando-a e subjugando-a as regras da concorrência de mercado, com seus valores e princípios; (ii) o gerenciamento do processo de formação próprio do trabalho educativo, fetichizando relações históricas e produzindo direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, uma humanidade a-histórica, estranhada e apassivada.

Dirigido pelo processo neoliberal de gestão e empresariamento da educação, os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) assinaram, no ano de 1995, o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), cujo objetivo precípuo foi a liberalização progressiva dos serviços⁶⁵ em dez anos, incluindo a educação. Em um primeiro momento, devido às dificuldades de implementação das negociações, as tratativas deste acordo só avançaram via acordos bilaterais. No entanto, em 2012, com o tratado denominado TiSA (Acordo sobre o Comércio de Serviços), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passou a ser a principal articuladora da educação em escala mundial. Um de seus principais instrumentos de controle do processo educativo em escala internacional tem sido o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

De valor censitário, essa avaliação produz, em consonância com algumas outras, um cenário político de escala, um sistema educacional passível de ser padronizado, controlado – o que se estende da orientação didática até a liberalização de recursos, e

⁶⁵ A educação é tomada como um serviço/mercadoria que deve ser gerido de maneira eficiente; este é o pressuposto para o desenvolvimento econômico de um país. Esse discurso, que vem embalado por reformas pró mercado, torna a educação uma mercadoria altamente valorosa, pois é transformada em fonte de acúmulo privado de capital.

tolhido pela prática da responsabilização individual mediante índices avaliativos fora dos padrões. Segundo Freitas (2016), não é sem razão que o processo de empresariamento e controle da educação seja articulado exatamente por uma entidade destinada a coordenar o desenvolvimento econômico mundial, a OCDE, sediada na Europa.

Um pouco antes, ainda na década de 1990, era fácil identificar a atuação de organizações sem fins lucrativos, ligadas ao setor empresarial, junto à escola pública, a exemplo do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) e do Instituto Ayrton Senna. Em 1999, com o “Pacto Global”, anunciado no Fórum Econômico Mundial, foi lançado um postulado que dispôs sobre a responsabilidade do empresariado na adoção de políticas de responsabilidade social, com vistas à harmonização e padronização do sistema. Radicalizando essa tendência, a aprovação da lei 9.790/1999⁶⁶ reafirma o avanço do interesse privado sobre a educação, sobretudo no processo de gestão do “serviço” – educação.

Uma análise desatenta dessa processualidade pode não enxergar os efeitos negativos produzidos por uma política que pretende harmonizar e padronizar o sistema educacional. Mas na mira de padrões de desempenho e produtividade, este modelo educacional submete os sistemas de ensino a um intenso processo de controle das instituições, de seus professores e seu trabalho pedagógico, dos métodos de ensino, do currículo, enfim, o pleno controle do trabalho pedagógico.

Com grande destaque nessa miríade de determinações que constituem o processo de empresariamento da educação, chama a atenção o chamado – Movimento Brasil Competitivo (MBC), criado em 2001 por frações empresariais locais. Presidido pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter, em parceria com o Banco Mundial e a “ressuscitada” Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), co-patrocinado pela Merck Sharp & Dohme, pela Petrobras, e outras grandes empresas, este movimento representou um forte aceno para a necessidade de diálogo entre governo e setor privado. A premissa central do MBC é a de que é necessário enfrentar os entraves causados por um setor público inflado, burocrático e solapador do ambiente de negócios (MOTTA; ANDRADE, 2020).

Mais recentemente, em 2006, o protagonismo empresarial assumiu um novo patamar com o movimento “Todos Pela Educação” – (TPE). Gerado e gestado sob forte

⁶⁶ Essa lei cria as “Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as quais passam a ter a liberdade para atuar “na promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que se trata esta lei” (BRASIL, 1999).

inspiração empresarial, com o apoio de diversos aliados nacionais⁶⁷ e internacionais, sobretudo da elite financeira, o TPE se apresenta como um movimento que se auto intitula suprapartidário e apolítico. Contudo, com clara atuação política, o movimento toma a dianteira no processo de formulação, consolidação e implementação das políticas educacionais; confere, pois, considerável grau de organicidade às ideias empresariais em sua relação com as políticas educacionais do país. Sua atuação possui a clara intenção de influenciar políticas públicas e difundir valores, tendências e crenças que buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais, visando atingir seus objetivos traçados a longo prazo (MARTINS, 2016). Conforme apresentado no quadro 2, sua inserção nos processos de formulação e implementação das políticas públicas educacionais é a expressão de uma processualidade organicamente vinculada e operada pela classe burguesa. Não sem resistências, esse processo representa um movimento de subsunção do sistema educacional ao empresariado.

Quadro 2 - Principais Grupos Empresariais ligados ao TPE

Grupos empresariais	Indústria: Grupo Gerdau, Votorantim, Metal Leve S.A, Grupo Camargo Correa, Suzano Holding S/A, Irmãos Klabin & Cia, Grupo Orsa, Grupo Odebrecht, AMBEV/INBEV. Financeiro: Grupo Itaú/Unibanco, Bradesco, Banco Santander, Citibank Brasil. Comércio e Serviços: Grupo Pão de Açúcar, Grupo Dpaschoal, Grupo Graber, AMBEV. Comunicação: Organizações Globo, Grupo Abril, Grupo RBS de Comunicação/TV Rede Brasil Sul, TV1, Rede Bahia Comunicação, Grupo Bandeirantes, Grupo Ypy Publicidade e Marketing, Lew'Lara/Tewa Publicidade. Tecnologia e Telecomunicações: Telefônica, Grupo Promon. Editorial: Grupo Santillana/PRISA (Avalia - Assessoria Educacional). Educação: Grupo Positivo, Yázigi Internexus.
---------------------	---

Fonte: MARTINS (2013:38)

Segundo Fontes (2010), esse processo demarca a emergência do “empresariamento de novo tipo”, uma espécie de sujeito que mescla tragédia e farsa, consenso e controle social. Se por um lado esses grupos sociais reivindicam e se autodenominam responsáveis pela geração de riqueza, e pela elevação do nível intelectual da massa de trabalhadores, por outro, camufla a perversidade de um sistema social sustentado pela miséria de uma

⁶⁷ Dadas as novas demandas cunhadas por esse empresariado de novo tipo, destacam-se: Grupo pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Instituto Itaú Cultural, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Fundação Educar-DPaschoal, Banco ABN-Real, Instituto Ethos, dentre outros, além de organismos internacionais que os apoiam.

classe trabalhadora apassivada, alienada e expropriada dos conhecimentos elementares do campo científico, tecnológico, filosófico, cultural e artístico.

Se é possível afirmar, como o fazem os neoliberais, que a educação é pressuposto para a conquista de melhores salários e condições de trabalho e vida, não é menos correto afirmar que esta mesma educação tem servido de instrumento para a formação dos aspectos morais, éticos, emocionais e psíquicos necessários à conformação do precário mundo do trabalho. Segundo Motta e Andrade (2020), “(...) na contemporaneidade, o trabalhador não pode se relacionar com a escolarização como valor de uso sequer para ler e compreender o mundo, já que essa última não lhe oferece ferramentas para tal” (2020: 73). O capitalismo avançado assinala o afastamento da capacidade de a educação contribuir com o desenvolvimento contínuo da consciência de classe (MÉSZÁROS, 2008). Ou seja, não é sem motivações que junto à emergência e protagonismo do empresariamento de novo tipo, emergem uma série de novos e profundos processos de expropriação.

Consolidado pelo neoliberalismo, o empresariamento da educação combina capitalização da educação e subsunção da educação ao empresariado. Por um lado, a educação é operada pelo capital no sentido de gerar mais valor mediante sua mercadorização, e por outro, o empresariado assume o protagonismo na formulação, aprovação e implementação das políticas públicas educacionais. O processo de capitalização “da” e “na” educação envolve diversos “subprocessos”, dentre eles, dois parecem ser centrais: mercantilização e mercadorização. Este processo ocorre *na* educação quando os meios e objetos desse domínio são submetidos à lógica da mercadoria, lançados no mercado como mercadorias singulares; e são *da* educação, quando esta é tornada processo educacional voltado à capacitação da força de trabalho – transforma-se em mercadorias a serem consumidas pela classe trabalhadora.

(...) o empresariamento da educação de novo tipo (...) não se confunde com a privatização do tipo clássico, em que há venda de patrimônio público para alguma empresa ou conjunto de investidores, que são tratados como “ativos”. Atualmente, a tomada de controle sobre a educação por parte das empresas, seja no âmbito da formulação de políticas públicas, da administração direta da instituição ou via parceria público-privada, é suficiente para trazer à baila (i) a consolidação e expansão da educação enquanto *nicho* de mercado, (ii) a incorporação da educação à gama de mercadorias produzidas e consumidas na sociedade capitalista e (iii) a subsunção da educação à concepção e à lógica do empresariado e o repasse de verbas públicas para este grupo (MOTTA; ANDRADE, 2020: 69).

Cada vez mais as políticas sociais começam a se constituir em serviços não exclusivos do Estado, podendo ser exercidas simultaneamente pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas chamadas organizações públicas não estatais. O repasse de verbas públicas implica, nesses termos, no definimento da gestão pública do processo educativo, e na ascensão e centralidade das regras da concorrência em todos os espaços e instituições da vida em sociedade. Esse processo traz à tona um debate, iniciado durante a década de 90, com a proposta de reforma do Estado elaborada por Bresser-Pereira (BRASIL, 1995) no governo de Fernando Henrique Cardoso, acerca da distinção entre “privatização” e “publicização”. Segundo seus formuladores, no processo de “publicização” a escola, tomada aqui como exemplo, é “concedida à gestão privada” (lê-se organizações sociais sem fins lucrativos), no entanto, continua sendo pública, uma vez que não há a venda do patrimônio, símbolo maior de seu domínio. Uma outra justificativa para essa “meia privatização”, ou melhor dizendo, “publicização”, é a de que a concessão à iniciativa privada se faz em um ambiente altamente “regulado” e disciplinado pelo Estado. Mas como bem afirma Freitas (2018), a questão é que não existe “meia privatização”. Ou ainda, que não existe um “quase” mercado.

No “novo tipo de racionalidade que passa a orientar o Estado, a correlação de forças privilegia a lógica da esfera privada, permitindo que muitas áreas e instituições sociais sejam agora mercantilizadas” (MARTINS, 2016: 11). Gesta-se toda uma dinâmica que tem por base a concertação social – o entrelaçamento consensual entre sujeitos históricos que nunca foram alheios e/ou neutros ao processo da luta de classes, estando, na verdade, em lados estruturalmente opostos.

O protagonismo empresarial consolida, assim, um tipo de regulação social plasmado pelos processos de reorganização do espaço público e crescimento do poder do mercado, lê-se – sujeitos da sociedade civil. Se de um lado o mercado é conclamado a representar, no jogo de forças, o ator imbuído de “responsabilidade social”, o Estado, mesmo que considerado “mínimo”, continua sendo o grande gestor das reformas, o que situa sua posição no movimento do devir histórico. A supremacia do mercado demarca um realinhamento de forças e de responsabilidades no processo de formulação e implementação de políticas, dando notoriedade a constante e meticulosa articulação entre Estado, setores privados e organizações não governamentais.

Esse cenário arregimenta as possibilidades para que a educação deixe de ser um direito público, gratuito e indistintamente ofertado e dirigido pelo Estado, para ter sua oferta/gestão, dividida com diversos outros sujeitos da chamada sociedade civil. Por isso,

diversos grupos empresariais se aproveitam de sua posição de poder para delinear posicionamentos, pactos e realinhamentos estratégicos quanto à operacionalização e implementação dos rumos das políticas, sobretudo referentes às esferas da educação e do trabalho.

Com a imposição do modelo neoliberal, a questão da escola não fica reduzida ao que poderíamos chamar de “questão social”, ela tende a se tornar uma questão de cunho civilizatório. Isso porque o empresariamento e a mercantilização da educação podem romper com uma das poucas utopias possíveis sob o capitalismo, que é a possibilidade de a escola pública proporcionar o acesso universal à cultura escrita, letrada, técnica e científica. Para Laval (2019), há duas razões inter-relacionadas que impedem a conquista/alcance desse horizonte possível:

A primeira está ligada à primazia da acumulação do capital sobre qualquer outra ambição consciente da sociedade. Tornar realidade o direito universal à cultura pressupõe um amplo financiamento público – baseado em impostos ou cotizações sociais – que iria de encontro às políticas liberais de diminuição dos tributos obrigatórios, uma diminuição que visa aumentar o gasto privado e alargar a esfera do mercado em detrimento da esfera pública. Nesse contexto, o direito à educação só pode degradingolar em uma demanda social paga, que se dirigirá cada vez mais, e de forma muito iníqua, para educação privada. A segunda razão está ligada à pressão as solicitações do mercado e das distrações audiovisuais, que aprisionam o desejo na jaula do interesse privado e do consumo (2019: 21).

O processo de privatização/mercantilização da educação é parte da dinâmica global da economia capitalista, sobretudo em face de sua financeirização, portanto, é um desdobramento quase que inevitável de uma sociedade que transforma tudo, inclusive as relações entre os homens, em mercadoria ou negócio. A nova racionalidade imposta – administração gerencial - atribui à educação um caráter utilitarista e economicista, cujo raciocínio é essencialmente privatista e questionador do modo de ser da educação pública. Desse raciocínio deriva todos os demais, o que atinge diretamente tanto o sentido do saber, quanto as instituições que tradicionalmente foram/são responsáveis pela transmissão dos valores e conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade. Amplia-se um senso de questionamento do papel do Estado na determinação da política educacional, já que cada vez mais a arena política é tomada por vozes provenientes do setor privado, que apesar de não serem eleitas, tomam à frente no delineamento e determinação das políticas educacionais.

Com uma nova tendência internacional de gestão pública, Estados estão se afastando de sistemas mais hierarquizados em direção a redes de governança complexas e dinâmicas. Nessas redes, governo, filantropia e mercado têm colaborado na formulação e na execução de políticas públicas (na educação e em outros setores). A linha que separa organizações públicas e privadas tem se tornado cada vez mais tênue e opaca. Classificar pessoas físicas como provenientes do âmbito “público” ou “privado” torna-se, portanto, desafiador (quando não impossível). Quanto ao setor privado com fins lucrativos, algumas organizações têm se interessado cada vez mais pela educação por seu potencial lucrativo. Os chamados “*edubusines*”, ou “*edunegócios*”, tem crescido internacionalmente em todos os níveis de ensino, da educação infantil ao ensino superior (AVELAR, 2019: 74 -75).

Para Gentili (1996), todo esse processo, proporcionado pela ofensiva neoliberal, tem promovido um antidemocrático e excludente programa que dirige e transfere a educação da esfera dos direitos sociais à esfera do mercado.

O neoliberalismo formula um conceito específico de qualidade, decorrente das práticas empresariais é transferido, sem mediações, para o campo educacional. As instituições escolares devem ser pensadas e avaliadas (isto é, devem ser julgadas por seus resultados), como se fossem empresas produtivas. Produz-se nelas um tipo específico de mercadoria (o conhecimento, o aluno escolarizado, o currículo) e, conseqüentemente, suas práticas devem estar submetidas aos mesmos critérios de avaliação que se aplicam em toda empresa dinâmica, eficiente e flexível. Se os sistemas de Total Quality Control (TQC) têm demonstrado um êxito comprovado no mundo dos negócios, deverão produzir os mesmos efeitos produtivos no campo educacional (GENTILI, 1996: 7).

Enquanto tendência, a “gerência da qualidade total” se resume a aplicação dos princípios e métodos administrativos existentes na empresa a toda e qualquer instituição, sobretudo a escola. Fica explícito que o que está em disputa é o controle da escola pública e de seu projeto educativo. “A disputa passa pelo controle de cada escola, de cada professor e se manifesta em uma estratégia que acumula a experiência internacional das elites na tarefa de adequar a escola às necessidades e às teorias organizativas empresariais” (FREITAS, 2016: 129).

É necessário salientar que a administração de corte capitalista prima por dar conta de questões relacionadas à eficiência interna, à produtividade e ao controle do trabalho desenvolvido na empresa, seja ela produtora de bem ou serviços e, por isso, em essência, o que se busca é a apropriação do excedente via dominação do trabalho. Tomada por esse processo, a educação é vilipendiada de seu estatuto majoritário de constituição de sujeitos

que pertencem a um gênero humano constituído no processo histórico, tornando-se uma instituição preconizada pela aplicação da lógica neoliberalizante.

4.3 POLÍTICA EDUCACIONAL E SUA SUBORDINAÇÃO À DISCIPLINA DO CAPITAL

O quadro atual da luta de classes é extremamente desafiador, sobretudo para aqueles que sofrem diretamente com as duras e indisfarçáveis perdas de direitos, que aos poucos vão se espalhando em um movimento privatizador que dissolve as certezas na mesma velocidade que inaugura incertezas e mazelas sociais. À medida que se avolumam os contingentes de desempregados por todo o mundo, ganha força uma narrativa expressa por um tipo de centralização política e normatização simbólica, em que o mercado e a chamada empregabilidade são tomados como parâmetros para a definição da relação educação – trabalho.

Organicamente fundida a estrutura social a qual pertence, uma vez que é parte dessa totalidade e é por ela engendrada, a educação é a manifestação, nunca homogênea, dos interesses dominantes que organizam as relações políticas, econômicas e culturais. Eleita peça indispensável aos planos de inserção competitiva dos países na economia globalizada, a educação passa a ser alvo, com maior intensidade a partir da década de 1990, de um conjunto de reformas neoliberalizantes. A onda reformista da década de 90 encerra uma processualidade radicalmente contraditória sobre os processos educacionais, pois funde em um mesmo movimento – modernização e subordinação. Reelaboram-se metodologias, currículos, formas de avaliação e gestão, na mesma medida e velocidade de sua subordinação à disciplina⁶⁸ do capital. Subordina-se à educação ao projeto de desenvolvimento neoliberal, tornando-a, de maneira indisfarçada, em instrumento de consolidação e difusão de uma das principais teses neoliberais – a responsabilização individual pelos problemas sociais.

⁶⁸ A relação histórica entre a valorização do capital e processos pedagógicos é algo indiscutível, sobretudo pela incessante necessidade, também histórica, de adequação entre os processos produtivos e as novas exigências sociais por ele demandadas. Essa adequação perpassa pela tarefa de produzir um novo tipo de homem, ajustado a novos métodos de produção, novos comportamentos, atitudes e valores. Para além disso, um novo tipo de trabalho, quase sempre fundado no aprofundamento da fragmentação e precarização de seus estatutos laborais, exige uma nova concepção de mundo, um conjunto de explicações que oferecem ao trabalhador uma justificativa para a sua crescente alienação, subordinação e degradação humana. É nesse sentido que a disciplina do capital, em busca de se tornar hegemônica, objetiva-se por um movimento de transformação concreta não apenas dos sistemas de produção, mas de todo o apanágio intelectual e moral da sociedade.

A racionalidade neoliberal se impõe ao centro da política educacional com enorme força de transformação, traçando e conformando novas diretrizes em torno do processo educacional, reordenando percursos formativos – sejam de estudantes ou de professores, inaugurando “novas” estratégias metodológicas, práticas pedagógicas, percursos formativos, avaliações externas, produção de materiais didáticos via currículo, etc. Perpassado por um período de busca diuturna pelo (re)estabelecimento da hegemonia do capital, as reformas educacionais, dirigidas por frações da burguesia local e internacional, fazem uso de um expediente considerado inexorável, modernizador, mas que na verdade busca assegurar o controle social através do alargamento do gerenciamento dos processos formativos.

Segundo a perspectiva dos grupos nacionais e supranacionais que orientam os processos de reforma educacional, há uma sinergia positiva entre a Reforma do Ensino Médio, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e demais alterações legais, as chamadas “competências para o século XXI”. Esses grupos insistem em considerar que as reformas educacionais e sua correlata modernização das práticas teórico – metodológicas, as quais incidem sobretudo na conformação do currículo, cumprem o papel de ajustar os processos pedagógicos à necessidade de elevação dos níveis de empregabilidade entre a juventude. No entanto, o que se observa, sobretudo ao se analisar as alterações direcionadas ao currículo, é a privação dos filhos dos trabalhadores “[...] de uma dimensão crucial da formação humana sem a qual a imaginação e a sensibilidade estética, histórica, e o fazer criativo tornam-se rudimentares” (LEHER, 2016: 6-7).

Com a intencionalidade de apoiar a agenda neoliberal, os processos de reforma educacional impostos ao Brasil têm produzido graves alterações na correlação de forças entre os sujeitos que lutam pela hegemonização e controle da política educacional. Revestida sob o manto da “modernização” e da “administração gerencial”, as políticas governamentais passam a ser objeto de um tipo de governança dada pela colaboração entre mercado, Estado e sociedade civil⁶⁹. Nessa nova correlação de forças, as políticas sociais em geral tornam-se serviços não exclusivos do Estado, agora orientados simultaneamente pelo Estado, pela iniciativa privada e pelas chamadas organizações públicas não estatais. Esse novo de racionalidade administrativa a correlação de forças

⁶⁹ É importante salientar que o conceito de sociedade civil adotado neste trabalho é aquele de matriz gramsciana, em que não há oposição entre sociedade civil e Estado, pois, a sociedade civil é duplo espaço de luta de classes: expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam as lutas entre as classes. (FONTES, 2009)

privilegia a lógica da esfera privada, permitindo que múltiplas áreas e instituições sejam mercantilizadas, ou que se submetam à lógica da empresa capitalista (MARTINS, 2016)

Este não é um fenômeno novo e muito menos reduzido ao Brasil, suas imbricações estão diretamente relacionadas à reestruturação produtiva do capital, ao aprofundamento da divisão internacional do trabalho e ao lugar que alguns países, e em especial o Brasil, passam a ocupar no processo de mundialização do capital. O que se busca é um processo de gestão das políticas sociais pautado na reconfiguração do espaço público, inclusive através do ressurgimento do gerencialismo e da proliferação de diversas consultorias nacionais e internacionais na condução das políticas sociais.

Quase que totalmente subordinada ao projeto de desenvolvimento, a política educacional passa a ter na promessa da melhoria da qualidade do ensino, em substituição do tema da democratização da educação, a grande promessa em torno da importância do setor privado na conformação de um tipo de gerencialismo institucional na busca da qualidade educacional.

Tendo por eixo a busca pelo desenvolvimento de uma educação em tempo integral, com foco nos projetos de vida dos estudantes, na construção de um currículo flexível e no desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais⁷⁰, a atual política educacional reflete um projeto educacional tomado pela disputa em torno do controle dos processos formativos, seja entre aluno ou professores. Seus precursores enfatizam o quanto a política educacional deve primar pelo direito à aprendizagem, mesmo que esta negue o direito à formação humana, sobretudo aquela ancorada em uma educação em seus níveis mais amplos e avançados. Segundo Duarte, uma das tarefas do currículo é o de proporcionar o desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos e

⁷⁰ Desde o ano de 2011, o Instituto Ayrton Senna vem realizando, em parceria com outras instituições, grandes esforços para garantir a incorporação das competências socioemocionais nos currículos da educação brasileira. Com forte poder de penetração nas políticas educacionais, tal fundação trabalha com foco no chamado gerenciamento educacional, articulando métodos/processos de gestão e orientações na formação escolar. Para Silva (2018), a inserção das competências socioemocionais no currículo escolar vem atender ao interesse de perpetuação da exploração capitalista por meio da captura da subjetividade da classe trabalhadora. O incentivo ao desenvolvimento das chamadas competências socioemocionais preconiza a importância de a escola estimular o desenvolvimento, sempre na escala do indivíduo, de comportamentos alinhados à amabilidade, à resiliência emocional, à autogestão e ao autocontrole. Nesse contexto, uma das grandes críticas às competências socioemocionais tem sido a redução de questões sociais coletivas a mero atributo de ordem pessoal, além da captura de conceitos tais como o de “autogestão”, surgido das contradições próprias das relações capitalistas, como forma organizativa do trabalho coletivo, e sua incorporação ao conjunto de elementos de ordem emocional representativo do projeto pedagógico imposto pelos reformadores empresariais da educação.

o enriquecimento de suas necessidades culturais e o pleno desenvolvimento das potencialidades⁷¹ humanas.

Neste particular, é importante assinalar que a própria forma escolar atual já foi concebida com o intuito de isolar as crianças da vida, vale dizer das contradições sociais. A proximidade com estas, levaria a juventude a pensar sobre a nossa forma de organização social e seus limites, ensejando desejos de mudança ou revolta. Isolados no interior das salas de aulas, restritos à aprendizagem do básico, lhes é prometido um dia, chegar aos níveis mais avançados e complexos de educação, que de fato nunca chegarão a ver. Historicamente, a escola sempre sonegou seu conteúdo para a classe trabalhadora. Com o discurso do direito restrito à aprendizagem do básico, perpetua-se por um lado a exclusão dos processos de formação humana e ao mesmo tempo libera-se a conta gota o conhecimento necessário para que a juventude dê conta de atender às demandas das novas formas de organização da produção (FREITAS, 2014: 51).

Para além do controle do processo de ensino, que se estende ao pensamento crítico-reflexivo e a capacidade organizativa da escola e do magistério, as formas de padronização e harmonização atuais, delineadas sobretudo pela nova (BNCC), apontam para o que Freitas (2016) chama de política nacional imediatista de controle e responsabilização verticalizada das escolas, professores e alunos. O autor salienta para o aprofundamento do fosso que vai se instaurando entre escolas públicas, destinadas aos pobres, e privadas de alto nível, destinadas aos mais ricos “A política educacional dos reformadores é produzida para articular a necessidade de se qualificar para as novas formas de organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que preserva e amplifica as funções sociais clássicas da escola: exclusão e subordinação” (FREITAS, 2014: 52).

A título de mascarar o quão dual tornar-se-á o sistema educacional brasileiro, a começar pela educação básica, a Reforma do Ensino Médio, sancionada via medida provisória, propõe itinerários formativos alinhados, segundo os reformadores, às necessidades, vocações e projetos de vida dos alunos. Mas esse argumento mascara o fato essencial desse processo – que tal flexibilidade curricular produz uma educação fragmentada, que retira dos jovens a perspectiva de desenvolvimento pleno e multilateral do ser humano (DUARTE, 2018). Impõe-se abertamente a defesa de uma versão

⁷¹ Para Gramsci (1995) a questão da liberdade está inserida numa visão processual e dialética da individualidade humana. Para tanto “A possibilidade não é a realidade, mas é também ela uma realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na valorização daquilo que realmente se faz. Possibilidade quer dizer “liberdade”. A medida da liberdade entra na definição de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não se morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo importante, ao que parece. Mas a existência das condições objetivas – ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é suficiente: é necessário, “conhecê-las” e saber utilizá-las. Querer utilizá-las. (1995: 47).

instrumental da educação, reduzida e fixada nas necessidades de um tipo de formação adaptativa ao trabalho precário. O princípio pedagógico defendido pelos reformistas, sobretudo aquele contido no projeto educacional do Todos pela Educação, centra-se na defesa da “educação básica necessária”⁷², com enfoque voltado, prioritariamente, para os resultados, os quais devem ser traduzidos em resultados mensuráveis, obtidos por intermédio de avaliações externas.

Novas formas de exclusão vão sendo adicionadas às já precárias condições de ensino da escola pública, sem mencionar, pois, a própria política de formação de professores, redefinida pela Resolução nº 02/2019 do Conselho Nacional de Educação (CNE do Ministério da Educação (MEC)). Aprovada cerca de dois anos depois da aprovação da BNCC, a nova política de formação de professores, (BNC – Formação), instala-se na política educacional sob a justificativa de que a “crise da educação”, cujo núcleo central é expresso pelo mau desempenho dos estudantes brasileiros em avaliações internacionais como o PISA⁷³, tem suas origens na formação inicial do professor de Educação Básica, os quais são advindos, segundo a visão dos reformistas, de cursos de licenciaturas demasiadamente conteudistas, alheias às necessidades da realidade prática dos educandos.

Para os planos reformistas, o caminho para se superar os princípios de gestão pública consagrados na segunda metade do século XX, resultantes de forte conjunção entre burocracia do Estado e reivindicações sociais, fontes primárias da cultura burocrático-corporativa, estaria na incorporação de uma “nova cultura” de corresponsabilidade pela educação. Para tanto, seria necessária uma redefinição do modelo de gestão de políticas públicas, pautando-a na incorporação e mobilização de todos os segmentos fundamentais no processo educativo. É assim que, partindo da crítica ao funcionalismo público e a centralidade do Estado na definição da política educacional, o TPE propõe, como caminho de superação do que chamam de cultura fisiológica do

⁷² Esse caráter está explícito nas bases pedagógicas do Todos pela Educação, contido no documento: “De olho nas metas – 2008: primeiro relatório de acompanhamento das 5 metas do movimento Todos pela Educação”.

⁷³ Programme for International Student Assessment (PISA) é uma avaliação de cunho internacional realizada a cada três anos pela OCDE (Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico), aplicada, planejada e operacionalizada no Brasil pelo INEP (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O PISA oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos de idade, período que pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. In: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/>. Acesso em 14 de mar. 2022.

Estado, uma reorganização do trabalho dos professores e dos gestores da educação pública, de modo a torná-lo “mais eficiente” e tecnicamente mais produtivo.

Dessa forma, aos professores – embora não tenham participado efetivamente da elaboração das metas propostas pelo TPE – foi dedicada especial atenção nas orientações para implementação de seu projeto. Isso porque, para o movimento, são os professores os principais responsáveis pelas mudanças na educação [...]. Entretanto, é preciso destacar que os docentes são encarados pelo TPE como profissionais do magistério e não como uma categoria de luta (MARTINS, 2016: 54).

Os professores, assim como os gestores escolares e pais de alunos, são chamados a participar de um grande processo de reformulação da política educacional com foco na “gestão por resultados”, em uma clara e indisfarçada incorporação da racionalidade empresarial às estratégias de qualificação dos processos e resultados educacionais.

No bojo da crítica a uma base curricular que tem por princípio a defesa de uma “educação básica necessária”, Frigotto chama a atenção para um processo já antigo – o de que a educação vive uma crise de aprofundamento teórico, apontado pelo fato de o materialismo histórico ser de domínio (relativo) de um quadro reduzido de intelectuais da área da educação, estando longe de ser assimilada ao nível da teoria e das transformações históricas (FRIGOTTO, 1986). Não é difícil perceber que os profissionais da educação, saturados de suas obrigações laborais, quase sempre precárias, dadas pela falta de estrutura para o desenvolvimento de suas atividades, salas lotadas, instabilidade contratual, baixos salários e carreira pouco motivadora, são facilmente “capturados” pelas promessas transformadoras de um apanágio modernizador das técnicas e orientações didáticas.

Se a preocupação com o aprofundamento teórico da questão da educação em geral é justa, acredito que ela deva ser particularmente séria com relação às imbricações existentes entre trabalho e educação. (...) Jamais, nem mesmo a ciência clássica burguesa, relacionou a educação com o mercado de trabalho no sentido de afirmar que as escolas se constituem no referencial ou ponto de partida para qualquer organização ou referência do trabalho produtivo. Entretanto, o vazio teórico (...) permitiu ampla difusão entre nós, educadores, de uma espessa cortina de ideologias que transitam da teoria do capital humano para um reproduccionismo mecânico e angustiante (NOSELLA, 2002: 28).

O que está em jogo é sem dúvida o controle político e ideológico da escola, o que tem sido feito mediante a imposição de diretrizes que reorganizam completamente a

relação que a educação possui com o mercado de trabalho. Partindo da BNCC, é possível apontar pelo menos três instâncias de controle suscitadas pelos atuais objetivos de ensino da BNCC - (i) avaliação de larga escala censitária; (ii) controle dos processos de formação dos profissionais da educação, bem como seu exercício funcional; (iii) e a padronização de materiais didáticos, o que pode ser um embrião de futuros sistemas digitais de aprendizagem e avaliação (FREITAS, 2016). As chamadas avaliações de larga escala nacionais e internacionais representam um instrumento político de promoção e internacionalização da política educacional.

Os processos de avaliação censitária visam, antes de qualquer coisa, planificar e padronizar, via indicadores generalistas, claramente incapazes de avaliar as particularidades inerentes aos processos de ensino-aprendizagem, critérios para a liberação de recursos públicos às instituições de ensino. O raciocínio que vigora é o de que a escola deve atuar como uma empresa, deve estar envolta à lógica da produtividade, da concorrência, da busca permanente por indicadores que demonstrem sua eficiência, e que, portanto, justifiquem os investimentos do valoroso e disputadíssimo recurso público. Partindo do princípio de que médias mais altas são um indicador de bom ensino, professores e escolas são submetidas às regras empresariais da concorrência, cuja orientação distingue e premia aqueles considerados mais eficientes, adaptados a esse modelo de gestão educacional.

A padronização do processo de avaliação do desempenho educacional, aliada à conformação de um mercado educacional, modula um cenário de previsibilidade e escala ao investimento privado, tornando seguro e atrativo o investimento nessa área.

De fato, focar em índices de avaliação associados à auditoria, acreditando que aumento nas médias de desempenho é sinônimo de boa educação, desresponsabilizará aquelas forças positivas, no interior das instituições, que poderiam ser realmente protagonistas na melhoria da qualidade da educação brasileira e mobilizadoras da escola em direção a novas práticas educacionais. O efeito é, portanto, no médio prazo, contrário ao intencionado (FREITAS, 2016: 128).

Em um cenário como esse, avaliações do tipo amostral, que objetivem verificar diferenças locais, regionais, culturais, etc., não têm sentido, pois a lógica concorrencial carece de estatutos que preconizam elementos padronizados, de grande escala, possíveis de mensuração e controle. Trata-se, portanto, de tornar possível a tarefa de controlar e avaliar, via resultados contábeis – que não possuem a menor precisão qualitativa, a

eficiência dos restritos recursos financeiros alocados pela autoridade pública e pelos “consumidores” da escola.

Hoje, é a lógica *econômica* que determina como o sentido de eficiência é entendido. O discurso corrente sobre a “escola eficiente” enfatiza a única coisa que parece importar: a escola deve ser gerida com rigor, na medida em que está em jogo um gasto público de grandes proporções que não deve ser desperdiçado, caso contrário outras formas de ação pública serão prejudicadas (LAVAL, 2019: 212-213).

Essa processualidade impacta de maneira estrutural na política educacional, pois orienta a promoção da qualidade e definição das finalidades educacionais a um conjunto de valores, na maioria das vezes, antidemocráticos, segregadores e afinados às necessidades empresariais. Essa lógica econômica, que migra do mundo dos negócios para praticamente todas as esferas da vida social, abstrai a importância dos processos e atribui importância finalística à mensuração estatística da realidade.

Em um movimento de priorização das disciplinas que referenciam os exames de avaliação, todas as demais dimensões de formação são deixadas de lado, secundarizadas, tratadas a partir de métodos aligeirados, por projetos ou por temas estanques e sem relação com a história. O direito à educação transforma-se no proclamado direito à aprendizagem, e logo após, direito ao básico, ao mínimo (lê-se ensino da leitura e da matemática). Retira-se da responsabilidade da escola o papel de formar mentes criativas, críticas e conscientes de sua condição na realidade concreta.

Na esteira da política de responsabilização pelos resultados dos exames de avaliação da qualidade educacional, está o Projeto de Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7420/2006). Voltado à avaliação da qualidade da educação básica e responsabilização dos gestores públicos quanto a sua promoção, este projeto prevê procedimentos de responsabilização baseados na obtenção de metas de progressão acadêmica, oriundos de testes padronizados. Segundo Freitas (2011), esse é um tipo de política de responsabilidade de caráter verticalizado, sustentada em leis que regulam, para além da idoneidade financeira do investimento público, o controle das metas impostas, a transferência de responsabilidades para a escola e sua associação a política de premiações e punições dos gestores escolares. O caráter vertical dessa política de responsabilização despreza o papel das condições socioeconômicas, culturais e familiares dos envolvidos no processo educacional. Engaja-se em análises estatísticas estereis de realidade, mede, mensura, mas não ultrapassa a aparência do fenômeno. Além disso, o simples

investimento orçamentário não produz por si só, resultados fixos, previsíveis, pois as desigualdades concretas são cumulativas e acabam abolindo as possibilidades de justiça entre sujeitos socialmente desiguais.

O horizonte da educação, seja ele qual for, torna-se difuso e intencionalmente controlado e articulado à métrica do mercado. O Banco Mundial, por exemplo, tem se transformado em um verdadeiro analista em econometria, um dos maiores especialistas no cálculo de investimentos educacionais, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Suas orientações preconizam desde a diminuição do salário de professores, como forma de aumentar o número de docentes nas escolas, até o aumento do número de alunos por turma. A introdução desses critérios econométricos dá forma e conteúdo a processos educacionais cada vez mais previsíveis e controlados (apoiado em análises estatísticas que permitem isolar a influência de cada fator). Além de endossar a tese de que esse tipo de metodologia permite a superação dos conflitos de valores e interesses, já que as mensurações objetivas dos cálculos diluíram as predileções ideológicas em direção à neutralidade científica.

Essa perspectiva de avaliação se torna um instrumento de política educacional capaz de alterar os modelos cognitivos e culturais predominantes na escola, corroborando com uma cultura escolar alicerçada na apologia à pauta individualista, na importância do gerenciamento de si mesmo, do desenvolvimento de comportamentos atitudinais do tipo resiliente, empreendedor, enfim, de processos formativos alinhados à ética do mercado. Cada vez mais, a política educacional aponta para a ampliação⁷⁴ do tempo de educação, sem, contudo, acenar para a socialização e democratização do ensino das ciências. Prioriza-se o aprendizado prático, “não cognitivo”, permitindo que se perca de vista a importância do aprofundamento do ensino de geografia, história, sociologia, química, etc. Apregoa-se a centralidade da educação integral, mas sem propor, contudo, a formação integral, pautada no desenvolvimento das capacidades integrais do gênero humano. Parece que em nome da garantia do “direito de aprender das crianças”, as elites nacionais

⁷⁴ No contexto educacional brasileiro o conceito de educação integral está vinculado à ideia de tempo escolar ampliado, seja pela elevação de dias letivos, ou ainda pelo aumento da carga horária diária que um mesmo aluno passa na escola. É nessa perspectiva que foi instituída, a partir da Portaria 1.145 de 10 de outubro de 2016, o Programa de Fomento à Implementação de Escolas de Tempo Integral, criado por meio da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016. De acordo com essa Portaria: “§ 1º A proposta pedagógica das escolas de ensino médio em tempo integral terá por base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, observados os seguintes pilares: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser (BRASIL, 2016).

e internacionais passaram a se julgar responsáveis por ditar o que ensinar, quando e como ensinar, como formar os profissionais e como avaliar os sistemas de ensino, negligenciando o processo formativo e estimulando a acirramento da dualidade educacional.

A despeito dos grandes problemas que atravessam a educação brasileira, tais como questões de demanda e acesso à escola, aprendizagem, repetência e permanência dos alunos na escola, o protagonismo empresarial vem se tornando responsável, com incentivo do Estado, por diversas formas de expropriação, sobretudo por reduzir progressivamente o processo de escolarização a simples transferência de competências e habilidades consideradas necessárias a um mundo do trabalho supostamente mais exigente; radicalmente alheio as potencialidades políticas presentes no movimento de apropriação e socialização plena do conhecimento científico, artístico e filosófico, a tônica dominante confere à educação, de modo inteiramente instrumental, o papel de contribuir com a formação de um trabalhador de perfil resiliente, “qualificado”⁷⁵, disposto a se desafiar e capaz de aprender permanentemente (MOTTA; ANDRADE, 2020).

Num momento de esmagamento das lutas sociais, em que a avalanche de “perda de direitos” sociais, sintetizadas pelas “Reformas” (ou anti-reformas) em curso no Brasil e em diversos outros países, escancaram o poder do capital e do Estado em detrimento dos trabalhadores e trabalhadoras, torna-se fundamental olhar criticamente para o processo histórico de mudanças concretas nas formas sociais que nos trouxeram até aqui. Sem isso, é grande o risco de obscurecer e espetacularizar os fenômenos atuais, como se fosse possível gerar novas relações “desde cima”, de uma hora para outra, pela força dos decretos e reformas sem sustentáculos materiais. Se considerarmos verdadeira a noção de que as

⁷⁵ É importante destacar que, historicamente, aquilo que os textos oficiais chamam de *qualificação*, sobretudo aqueles delineados pelas instituições internacionais e pelo empresariado de novo tipo, deriva de uma concepção linear e causal entre educação e crescimento econômico. Trata-se, pois, de uma perspectiva estritamente economicista de educação - reduz a educação escolar à preparação para o mercado de trabalho. Mesmo que seja possível considerar a qualificação como uma estrutura de elementos hierarquizáveis e historicamente mutáveis, determinada pelas especificidades das relações de produção e dos processos vigentes de trabalho, reconhecidamente construídos e transmitidos pela educação escolar, não é correto aceitar que o processo educacional se reduza a esse papel. Essa perspectiva, além de antidialética, nega as potencialidades políticas operadas no seio da apropriação e socialização plena do conhecimento científico, artístico e filosófico. Mais do que consolidar a engrenagem produtiva, o processo educativo, por meio da apropriação do conhecimento, deve propiciar a compreensão da dinâmica das relações sociais para além das aparências fetichizadas e das ilusões largamente difundidas no cotidiano de um mundo do trabalho profundamente reificado (DUARTE, 2013). Além disso, diante das novas características do mundo do trabalho, aprofundadas pela devastação neoliberal sobre os direitos do trabalho (atomização das relações de trabalho, protagonismo da informalidade, terceirização, flexibilidade, alta rotatividade do trabalho, dentre outras), é impossível não reconhecer que a estrutura do processo de qualificação foi alterada, e que o apelo à formação de capital humano, ou de competências produtivas, sequer encontra correlação com a devastação que hoje caracteriza o mundo do trabalho, dada sua precariedade.

mudanças nas formas sociais encontram sustentação em processos históricos e que, portanto, a situação atual é produto do desenvolvimento capitalista e de suas crises, não seria possível desconsiderar que, no Brasil contemporâneo, ela também é fruto de um tipo de conformismo conciliatório, que logrou a naturalização de uma ação política pseudo-reformista, subordinada aos preceitos fundamentais do neoliberalismo (CATINI, 2017: 6).

No Brasil, antes da aprovação da Lei nº 13.415/2017 e da BNCC, as obras didáticas, aquelas utilizadas como referência curricular para os estudantes e professores, constituíam-se enquanto instrumentos, que apesar de ainda limitados, de sistematização disciplinar dos conhecimentos. Mas esse caráter foi substancialmente alterado pelas reformas curriculares impostas pelos documentos referidos acima, passando a ser redefinidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁷⁶ de 2021, alterando as obras escolares de modo a organizá-las por áreas de conhecimento: (i) Linguagens e suas tecnologias; (ii) Matemática e suas tecnologias; (iii) Ciências da Natureza e suas tecnologias; (iv) Ciências Humanas Sociais Aplicadas.

Na esteira de reformas estruturantes da política educacional, eloquentemente espetacularizadas pelo fetiche do determinismo tecnológico inovador, está a famigerada Reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Medida Provisória nº 746/2016, transformada na Lei nº 13.415/2017. Além de desconsiderar os jovens enquanto sujeitos históricos, deslocados de suas verdadeiras condições objetivas, a Reforma do Ensino Médio nega a histórica dualidade da educação pública ao condenar gerações inteiras ao trabalho simples. Essa lei representa um movimento de volta ao quadro educacional pré-1988; um movimento de contínuo empobrecimento da formação da força de trabalho, algo semelhante a formação do nível médio preconizada pela Lei 5.692/1971, vigente na ditadura empresarial-militar - essa política educacional preconizava dois objetivos centrais: (i) reduzir a pressão por matrículas nas universidades públicas; (ii) formar

⁷⁶ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático, constituído pelo Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017 (BRASIL, 2017a), resulta da unificação, feita então pelo Governo Temer, do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Essa redefinição de nomenclatura, resultado da unificação dos programas, trouxe consigo alterações significativas na política nacional do livro didático, quais sejam: (i) a distribuição de obras didáticas também para a Educação Infantil, universalizando o atendimento para toda a Educação Básica; (ii) a inclusão, no PNLD, das instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sem fins lucrativos, que mantenham convênio com o Poder Público; e (iii) a garantia de participação das instituições privadas no processo de avaliação pedagógica das obras didáticas a serem adquiridas pelo governo.

“recursos humanos” para o chamado trabalho simples, tornando o exército de reserva⁷⁷ capaz de pressionar os salários para baixo.

Como parte desse processo de ajuste da formação às demandas do capital, a contrarreforma objetiva incidir, também, sobre a socialização ideológica da juventude, daí a tentativa de extinguir a formação em artes, sociologia, filosofia, expressões corporais. É a negação da imaginação inventiva (...) (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017: 19).

A formação pretendida pelos postulados da Reforma do Ensino Médio cria grandes obstáculos à secularização e laicidade da vida social, sobretudo por disseminar valores que pretendem moldar a juventude a um mundo tomado por incertezas, perdas de direitos, complexificação dos problemas emocionais e atenuação do senso de coletividade. A escola, cuja função precípua é a promoção do desenvolvimento dos indivíduos por meio da socialização do patrimônio cultural da humanidade, referenciada na ciência, no estudo das artes, da cultura, da filosofia, portanto, na apreensão histórico-crítica da realidade, passa a ser redefinida pelos ideais da empresa capitalista, comprometida com o desenvolvimento de sujeitos ajustados à precariedade e ao trabalho simples.

A subordinação e ajustamento do sistema educacional às sempre novas demandas do sistema produtivo do capital não produz garantias de que haverá como efeito a curto e médio prazo a geração de empregos e/ou postos de trabalhos, sejam eles quais forem, pois seu papel nessa dinâmica é outro - promover aquilo que os neoliberais chamam de empregabilidade.

Isto é, a capacidade flexível de adaptação individual às demandas do mercado de trabalho. A função "social" da educação esgota-se neste ponto. Ela encontra o seu preciso limite no exato momento em que o indivíduo se lança ao mercado para lutar por um emprego. A educação deve apenas oferecer essa ferramenta necessária para competir nesse mercado. O restante depende das pessoas. Como no jogo de baccarat do qual nos fala Friedman, nada está aqui determinado de antemão, embora saibamos, que alguns triunfarão e outros estarão condenados ao fracasso (GENTILI, 1996: 15).

⁷⁷ Tal como cada modo de produção particular possui suas leis de população particulares, o Exército Industrial de Reserva ou Superpopulação Relativa refere-se a uma lei peculiar do modo de produção capitalista. A população excedente, esta que é condenada à ociosidade forçada em virtude do trabalho excessivo, é produto e condição de existência do modo de produção capitalista. “Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização, o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (MARX, 2013: 707).

A tese da plena autonomia do indivíduo é assumida como corolário de instituições que não teriam outra razão de ser que não o de servir aos interesses particulares. Sedimenta-se um discurso que apesar de extremamente instrumental e liberal, reivindica certa neutralidade política, pois seria puro e simples reflexo das transformações advindas da sociabilidade contemporânea, do processo de reestruturação produtiva e de Reforma do Estado.

4.4 A PEDAGOGIA DO “APRENDER A APRENDER” E SEU CARÁTER ATOMIZANTE

A relação entre trabalho e educação estabelecida no regime de acumulação flexível se expressa através de um tipo de materialização estruturalmente dual. Se durante o fordismo havia o que poderíamos chamar de *dualidade claramente assumida* entre trajetórias educativas alinhadas à racionalidade taylorista/fordista, de natureza rígida, no modelo de acumulação flexível o discurso predominante é de modernização e aproximação às necessidades dos sujeitos. É claro e manifesto que durante o fordismo o processo educativo atendia as necessidades de um sistema produtivo caracterizado pela fragmentação, ditado pela especialização laboral, focado na ocupação e no rigoroso cumprimento e execução de procedimentos repetitivos e memorizáveis. Não havia, digamos, para a execução desse tipo de atividade, a necessidade de escolarização ampliada, de modo que a atividade intelectual especializada não ocupava centralidade no modelo de organização da produção.

Como as exigências laborais nem sempre correspondiam ao prescrito pelo programa de formação escolar, os trabalhadores iam desenvolvendo, ao longo de toda sua prática laboral, com ou sem educação profissional⁷⁸, um conjunto de saberes assistemáticos, sem base ou referência teórica, subjetivos e não passíveis de transferência, o que lhes permitiam resolver os problemas à medida que eles iam aparecendo na “prática”. Daí a primazia do saber tácito⁷⁹ sobre o conhecimento científico, da prática

⁷⁸ No Brasil, ao longo do século XX, alheio à escola de formação geral, desenvolveu-se uma extensa e diversificada oferta de educação profissional; fazia necessária a composição de um sistema educacional que respondesse às demandas decorrentes da expansão dos setores industrial, comercial e de serviços. Correspondente às necessidades do sistema produtivo, acreditava-se que não havia razão para a unificação entre educação geral e educação profissional; estava justificada, pois, a dualidade estrutural entre escolas diferentes a classes sociais diferentes, caindo por terra o mito da escola única e unificadora.

⁷⁹ O conceito de Saber Tácito é produto direto da chamada *epistemologia da prática*, ou seja, da centralidade que o saber-fazer possui na construção do conhecimento. Essa perspectiva de construção do

sobre a teoria, da parte sobre a totalidade, que caracterizavam a educação profissional de caráter operacional, na acumulação rígida” (KUENZER, 2007: 1157). A centralidade atribuída ao conhecimento tácito é oriunda de uma série de reflexões em torno do que ficou conhecido por “formação reflexiva” - que do ponto de vista epistêmico, é o conhecimento construído *na e pela* prática.

A priorização de conhecimentos experienciais sob processos formativos que tem por base os saberes historicamente acumulados, contribui com o aprofundamento de processos educacionais duais; essa relação incide e reproduz uma base material do trabalho extremamente desigual e dividida entre aqueles que exercem atividades e funções intelectuais e de direção, e aos que, por falta de escolha, submetem-se à face operacional, fragmentária e altamente alienada da atividade. Muito embora essa dualidade seja correntemente interpretada como mero produto das formas de organização e gestão do trabalho, sua materialidade não é outra coisa senão a expressão da própria natureza no capitalismo; tendo origem na separação entre propriedade dos meios de produção e força de trabalho.

Na sociedade capitalista as diferentes propostas de formação escolar, independentemente do período histórico, estiveram submetidas às necessidades do regime de acumulação, vide a inexorável necessidade de disciplinar a inserção do trabalho no sistema produtivo e a dinâmica sócio histórica da sociedade de classes. A submissão do trabalho ao capital é uma constante, muda a forma, mas o conteúdo continua intocado; ora vigora a rigidez, ora flexibilizam-se as exigências do processo produtivo; ora atuam os dois juntos. Ao passo que novas formas de disciplinamento vão sendo incutidas, mais reificado torna-se o real, e mais distante as possibilidades de transformação social. O conteúdo, inexoravelmente representado pela divisão do trabalho, é pertencente a dinâmica própria de valorização do capital, por isso o surgimento de novos regimes de acumulação não supera as formas anteriores de organização e gestão do trabalho, mas, sendo hegemônicas por períodos estáveis de acumulação, incorporam formas anteriores de exploração da força de trabalho (KUENZER, 2017), tornando coeso, complexo e cada vez mais contraditório o processo de acumulação e reprodução do capital.

conhecimento questiona a importância daquilo que Mizukami (2002) chama de “conhecimentos eruditos” e “valorizados pela humanidade”, que em sua análise são representantes dos “saberes de classe” e, por isso, incapazes de responder aos novos desafios e complexidades educacionais, redefinidas por uma realidade “de caráter mais relacional, mais dialógico, mais cultural-contextual e comunitário” (IMBERNÓN, 2001).

Atendendo às novas exigências da produção, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo, caberia à educação o papel de formar um tipo de trabalhador voltado para a superação da estabilidade, da rigidez e do imobilismo social. A comodidade de outros tempos, agora superada, cederia espaço a uma atitude definida pela capacidade de inovar, de aprender, de aprender a aprender, de reaprender, enfim, de adaptar-se (DUARTE, 2001). O aprendizado, considerado como um processo contínuo, e medido por indicadores fixos contidos em avaliações da aprendizagem, ganha status privilegiado, em detrimento da importância do ensino e dos conteúdos escolares. E nesse processo, delega-se à educação o papel de assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com elas, proporcionando ao indivíduo o máximo desenvolvimento de suas competências cognitivas.

A partir da década de 1990, quando de maneira mais sistemática a educação passou a ser violada pelas reformas de corte neoliberal, que as políticas educacionais deixaram de ter por centralidade a compreensão relacional do processo de “ensino-aprendizagem”, para dar espaço a importância da “aprendizagem”, com ênfase ao ideário do aprender. Todas aquelas relações que estruturavam as experiências com o conhecimento, tensionadas pelas mais diversas estratégias de ensino deixaram de ter importância, em detrimento do estatuto de centralidade conferido à pedagogia do aprender; à formação do “trabalhador flexível”.

Diante do pano de fundo de um processo educacional ultrapassado (no qual o ensino, sob a máscara da transmissão, seria o protagonista), passa-se a configurar a aprendizagem como valor a ser promovido. Nesse novo palco, a métrica que avalia tem a altura dos desempenhos relativos à ordem das competências e habilidades. Outro modo de dizer que, mais do que o saber, procura-se avaliar o “saber como”, o que se explicita na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alinhada a diversos documentos de órgãos internacionais que encontram nos modelos educacionais um eixo para estruturar toda uma forma econômica (CARNEIRO, 2019, 42-43).

A tese central que norteia o discurso da acumulação flexível aponta para a necessidade de formação de profissionais flexíveis, autônomos, capazes de acompanhar as mudanças tecnológicas advindas das constantes transformações técnico-científicas. Conforma-se uma dinâmica que visa substituir a estabilidade e a rigidez pela flexibilidade e movimento, em uma fórmula que levaria o trabalhador ao aprendizado contínuo, a sua inserção adaptativa às sempre novas exigências do mundo do trabalho.

Para que esta formação flexível seja possível, torna-se necessário substituir a formação especializada, adquirida em cursos profissionalizantes focados em ocupações parciais e, geralmente, de curta duração, complementados pela formação no trabalho, pela formação geral adquirida por meio de escolarização ampliada, que abranja no mínimo a educação básica, a ser disponibilizada para todos os trabalhadores (KUENZER, 2007: 1159).

É importante salientar que esse “conhecimento”, eleito como central nos processos de formação flexível, não é aquele característico do desenvolvimento das mais sofisticadas capacidades cognitivas do ser social, diretamente relacionado ao permanente aprimoramento dos postulados científicos, técnicos e filosóficos em geral, mas da capacidade de autogerir-se tecnicamente, mediante a reelaboração de estratégias de inserção competitiva no sistema produtivo. Não é por acaso que os chamados organismos multilaterais – Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) – apregoam, como constatado na Conferência de Jomtien, na Tailândia, em 1990, que a Educação Para Todos deveria se dar apenas até a educação básica, sendo os demais níveis progressivamente ofertados mediante pagamento.

Em nome de uma pretensa “igualdade de oportunidades”, instaura-se uma lógica mercantil que aprofunda as diferenças sociais, coisifica o processo educativo e reduz a escola a formação de capital humano, atendendo diretamente às novas necessidades da economia capitalista.

A noção de “capital humano”, considerado por muitos autores como um pseudo-conceito, por falsear o sentido real do capital, é uma clara expressão da vinculação entre a educação, economia e emprego. Este alinhamento nasce de algumas determinações históricas básicas, derivadas do contexto do final da Segunda Guerra Mundial. Se por um lado esse momento da história marca o crescimento da luta da classe trabalhadora e expansão geopolítica do socialismo, por outro, aponta para o acirramento do processo de crise do sistema capitalista e a consequente desigualdade entre as nações, regiões, grupos sociais e a radicalização do que passou a ser chamado de desemprego estrutural.

(...) é sob a égide da teoria do capital humano que se traçam planos, diretrizes e estratégias educacionais, especialmente para os países de capitalismo dependente, e se afirma a ideia de que a ascensão e mobilidade social têm um caminho garantido via escolaridade, mediante empregos bem remunerados. Vale ressaltar que não se trata de um truque ou armadilha dos intelectuais orgânicos da classe

capitalista contra os trabalhadores. Pelo contrário, trata-se de moldar os sistemas educacionais de acordo com seus interesses de classe (FRIGOTTO, 2011: 4-5).

Além do amoldamento dos sistemas educacionais às necessidades da classe dominante, consagrar a escolarização um papel singular no processo de ascensão e mobilidade social, justifica uma agenda política de combate ao desemprego, sobretudo dos jovens, que tem por base a profissionalização dos sistemas de ensino. Interpela-se a importância da empregabilidade num processo disruptivo de valorização da individualização e responsabilização individual.

Na década de 1960, com o surgimento da “teoria do capital humano”, a educação passou a ser orientada quase que exclusivamente para o processo de desenvolvimento econômico, o que se intensifica com o paradigma da “sociedade do conhecimento”⁸⁰ e, mais recentemente, com forte infiltração nas políticas públicas voltadas para a educação, ganha novos contornos com a chamada “pedagogia das competências”. Segundo Frigotto (2011) a escola burguesa sempre foi dual, composta de um lado por uma instituição mais complexa, rica e que desenvolve conhecimentos, valores e atitudes para dirigir, organizar e comandar, e por uma outra de teor mais prático, restrita e adestradora, direcionada àqueles que se destinam ao trabalho manual ou de execução.

Arregimentam-se condições que contribuem, junto a um processo mais amplo, com um sistemático aprofundamento da degradação mundial das condições de vida e trabalho, além da deterioração das instituições educacionais, do ensino básico ao nível superior. Se por um lado os estatutos empresariais tornam-se ideais normativos, a educação, cujo papel consiste em socializar o saber objetivo historicamente produzido (DUARTE, 2001), torna-se processo sem conteúdo. O ensino da cultura ensinada na escola é reduzido às competências indispensáveis para a empregabilidade dos

⁸⁰ Acerca desse conceito, vale a pena dar nota a visão de Duarte (2001) - “Reconheço, e não poderia deixar de fazê-lo, que o capitalismo do final do século vinte e início do século vinte e um passa por mudanças e que podemos sim considerar que estejamos vivendo uma nova fase do capitalismo. Mas isso não significa que a essência da sociedade capitalista tenha se alterado, isso não significa que estejamos vivendo uma sociedade radicalmente nova, que pudesse ser chamada de sociedade do conhecimento. A assim chamada sociedade do conhecimento é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo” (2011: 39). E segue, “E qual seria a função ideológica desempenhada pela crença na assim chamada sociedade do conhecimento? No meu entender, seria justamente a de enfraquecer as críticas radicais ao capitalismo e enfraquecer a luta por uma revolução que leve a uma superação radical do capitalismo, gerando a crença de que essa luta teria sido superada pela preocupação com outras questões “mais atuais”, tais como a questão da ética na política e na vida cotidiana, pela defesa dos direitos do cidadão e do consumidor, pela consciência ecológica, pelo respeito às diferenças sexuais, étnicas ou de qualquer outra natureza” (2001: 39).

assalariados, e a competição entre famílias e estudantes pelo “bem escasso” (e, conseqüentemente, caro), da educação (LAVAL, 2019).

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017b: 8).

Legitimada pela BNCC, a Pedagogia das Competências torna-se central no debate sobre currículo. A tese proposta pela pedagogia das competências perpassa pelo desenvolvimento, durante a educação básica, de dez competências gerais, as quais “representam um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural” (BRASIL, 2019: 14). É importante esclarecer que a conformação da BNCC se deu na esteira de uma política fortemente marcada pelo gerenciamento das políticas curriculares no Brasil. Com lugares muito cômodos na estrutura de governo, sobretudo no governo de Michel Temer (31/08/2016 a 31/12/2018), os representantes privados foram os protagonistas na configuração desse dirigismo político.

A concepção de competências formulada e implementada pela BNCC retroage ao modelo de competências das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Formação de Professores (Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 2/2002, revogada pela Resolução CNE nº 2/2015⁸¹). Com ela emerge uma nova concepção de competência - a socioemocional: “[...] O mundo atual está exigindo uma educação com significado, que promova tanto as competências cognitivas como as chamadas socioemocionais (BRASIL, 2019: 14). A narrativa é a de que a sociedade precisa aprender a ser resiliente,

⁸¹ Essa lei resulta de um contexto de tensões e lutas construídas historicamente no sentido de consubstanciar e fortalecer a importância da participação dos movimentos de educadores na política de formação docente. Desde a década de 1970, os movimentos de educadores têm buscado ações conjuntas no sentido de articular um significado social e político para um projeto de educação e, por conseguinte, para a profissionalização docente. É nesse bojo que o Ministério da Educação aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, pela Resolução do CNE/CP 02, em 01 de julho de 2015. Suas diretrizes aplicam-se a à formação de professores para atuarem no exercício da docência da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e modalidades de educação, além de compreender a docência como: “ação educativa e como processo intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Art. 2º § 1º).

a ter desenvolvidas competências que lhes proporcionem a capacidade de resignar-se, de adaptar-se às imprevisibilidades da sociedade do não trabalho.

Em outubro de 2019, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa (ANPEd) lançou um documento defendendo a manutenção integral da Resolução CNE/CP n. 2/2015, vista pela entidade como a culminância de grandes esforços em torno da garantia de uma educação de qualidade, não havendo sentido a sua substituição e subordinação a BNCC. O texto a ANPEd chama a atenção para a centralidade atribuída às chamadas competências socioemocionais:

As competências emocionais figuram no Parecer do CNE como o grande destaque da proposta de formação para os professores. Seu vínculo com as demandas de formação do trabalhador necessário ao capital em sua atual fase de desenvolvimento é nítido, pois é preciso forjar personalidades adaptáveis, flexíveis e, como novidade, resilientes [...]. Ora, pautar a formação em competências socioemocionais é inverter a lógica da profissão docente, a exemplo do que ocorre com a escola a partir das reformas neoliberais, em que seu papel se altera com a adoção da BNCC e suas competências e habilidades, o mínimo, o essencial para atuar no mercado de trabalho e para ser a escola do acolhimento e da integração social, transforma o seu ethos. A inversão prevista, desconfigura a escola como espaço da mobilização de conhecimentos, de formação cultural e científica. (ANPEd, 2019: 7).

O vínculo entre educação e trabalho não deve reduzir-se ao preparo adaptativo da força de trabalho. Sua natureza formativa deve estar a serviço da formação integral do ser social, da valorização do pensamento e do desenvolvimento pleno das faculdades intelectuais dos indivíduos. A superação do papel mecanicista atribuído à educação pressupõe processos de luta por uma educação que estreite seus vínculos com o pensamento crítico, que entenda a realidade humana como produto do homem concreto, situado na história, objetivado pelo processo do trabalho, e responsável, mesmo que potencialmente, pelo avanço do processo histórico de desenvolvimento do gênero humano. Para tanto, impõe-se um desafio histórico de combate a postulados pedagógicos que promovam concepções particularizadas, fragmentadas, subjetivas e parciais do conhecimento humano.

(...) educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva. Para ser outra coisa, para produzir insubordinação, rebeldia, precisa redescobrir suas relações com o trabalho e com o mundo do trabalho, com o qual compartilha, entre tantas coisas, a alienação (SADER, 2008: 17).

A história demonstra que a pedra de toque de todo o processo de acumulação do capital está no antagonismo estrutural entre trabalho e capital, o que pressupõe, por um lado, a existência e disponibilidade de uma enorme massa de trabalhadores desprovida do acesso aos meios para sua realização, e por outro, uma sistemática socialização de valores que naturalizam os estatutos sociais que dinamizam essa sociedade.

Nem sempre a burguesia possuiu uma relação tão emblemática com a escola; durante o período em que foi considerada uma classe revolucionária, a verdade representou a substância do nascimento dos novos tempos, mas a solidez dessa relação se desfez no movimento mesmo de instauração da hegemonia capitalista. Segundo Duarte (2001), a verdade é sempre revolucionária, e por isso a relação que a burguesia estabelece com a verdade é sempre emblemática, pois a verdade sempre evidencia a necessidade de transformações, as quais, para a classe dominante, uma vez consolidada no poder, não são interessantes.

Se no pré-capitalismo a desigualdade era explícita e assumida como tal, no capitalismo – a sociedade mais desigual de toda a história –, para que se aceite que “todos são iguais diante da lei”, se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas. No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí decorre a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à lógica do consumo e do lucro (SADER, 2008: 16).

Advindo de um tipo de economicismo aparentemente simplista, cuja tese central alinha os objetivos das instituições em geral e a escola em particular àqueles referenciados pelas necessidades da empresa, constrói-se a base de um “novo” ideal pedagógico, calcado na formação do chamado “homem flexível e autônomo”. A política educacional torna-se tão próxima da agenda empresarial que chega a ser difícil separar o que são objetivos de uma e finalidades de outra.

Segundo esse raciocínio, a atual finalidade do processo educativo está em formar o “trabalhador flexível”, aquele capaz de lidar com as novas tecnologias, compreender o sistema de produção ou comercialização a qual sua função está inserida, que tenha desenvolvida a habilidade de lidar com incertezas, mudanças e que demonstre aptidão a iniciativa e a autonomia proativa.

Em conformidade com a doutrina do capital humano, o trabalhador deve estar permanentemente amparado de conhecimentos e competências que se atualizem constantemente, pois a realidade do mundo do trabalho não comportaria mais quaisquer tipos de empregos estáveis, rígidos e que possuam estatutos salariais inflexíveis. Poderíamos até afirmar que os chamados “direitos da aprendizagem”, termo frequentemente utilizado entre os defensores da nova BNCC, demarcam uma espécie de lógica contratual na educação. Como uma expressão de teor literalmente contratual, é estabelecida a oferta de conhecimentos mínimos para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao mundo moderno. Para Freitas (2016), o que há no Brasil é o continuísmo da tradição norte-americana, que padroniza o sistema de ensino a partir de uma base nacional curricular comum, avalia, responsabiliza e coloca as instituições escolares de menor desempenho na mira da privatização.

(...) ao reduzir relações educacionais complexas a direitos de aprendizagem, impera o contrato. Exposto a um cardápio curricular, estudantes participam da máquina de conteúdos alheios à sua vida. Docentes são cobrados por desvios do roteiro e se tornam coadjuvantes na elaboração dos conteúdos e protagonistas na hora da avaliação dos resultados: como o vendedor apreciado pelos resultados do mês. Como um cardápio curricular distante da tensão ensino-aprendizagem, desencarnado de seus sujeitos escolares, a gramática da aprendizagem se realiza apenas quando reiterada nas constantes avaliações de resultados. Reduzidas a matemática e a linguagem portuguesa, as avaliações são verdadeiros rituais que organizam o ritmo das escolas, que sempre vivem a expectativa do próximo teste, dirigido por metas de gabinete tipicamente deslocadas do dia a dia escolar. No contexto das aprendizagens, assim, as avaliações de desempenho são a única maneira de manter vivo aquilo que já é processo morto (CARNEIRO, 2019: 44-45).

Até mesmo entre parte considerável dos educadores, a escola só passa a ter status de preocupação nacional se seus resultados proporcionarem algum retorno para o sistema econômico.

Parece que a escola tem sempre que buscar na economia as razões para sua importância. Contudo, se pensarmos no grave dever social de atualizar culturalmente as novas gerações, a escola deve ser importante, antes e acima de tudo, como consumo, como realização de um direito de usufruir do patrimônio construído pela humanidade, construção que se deu, diga-se de passagem, às custas sempre dos trabalhadores de todas as gerações passadas e do presente (PARO, 1999: 10).

O processo de empresariamento da educação representa apenas a ponta de um processo extremamente complexo e multifacetado, que questiona inclusive a legitimidade e o papel da escola. A solução apontada para a equalização dos diversos desvios e desatualizações da educação estaria num conjunto de “reformas” comprometidas a realinhar a educação a seu compromisso com a sociedade. Afinal de contas, o discurso hegemônico institui que a educação precisa estar alinhada às novas transformações econômicas e culturais que atingiram frontalmente as sociedades de mercado.

Cada vez mais a educação é submetida a um processo de amoldamento às necessidades sociometabólicas do sistema do capital. O saber se torna cada vez mais utilitarista, rendido à condição de ferramenta, servindo ao interesse individual ou à soma de interesses individuais. Institui-se uma processualidade que toma a escola como um espaço destinado exclusivamente ao fornecimento de “capital humano” para as empresas – processo que articula aquilo que Christian Laval (2019) chama de *monopolização* progressiva do discurso e da dinâmica reformadora da ideologia neoliberal.

5 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E O DESMONTE DO TRABALHO EDUCATIVO

Há um entrelaçamento entre educação e trabalho com a regressão de direitos, sobretudo aqueles relacionados ao trabalho. Orientado pelas necessidades do capital, o trabalho educativo tem se alinhado à consolidação do apanágio de interesses que regem as atuais necessidades objetivas e subjetivas de reprodução da força de trabalho. Numa perspectiva marxista, a educação, quando relacionada ao trabalho, torna-se mediação para que os trabalhadores se apropriem da totalidade do processo produtivo, servindo de instrumento de luta para que tomem o controle da produção social. Este é o trabalho enquanto autoatividade humana - condição na qual e pela qual o ser social se funda e se desenvolve. Entretanto, no capitalismo, o trabalhador é tomado como um sujeito alienado de sua própria atividade, expropriado dos saberes e da ciência, que apesar de produzidos pela atividade humana do trabalho, são apropriados como instrumentos de aprofundamento da sujeição e exploração do trabalho ao capital.

No processo de desenvolvimento do ser social “[...] surgem novas formas de trabalho e, destas, novas formas de divisão do trabalho, que, por sua vez, têm como consequência novas formas nas relações práticas entre os homens, que então, [...] retroagem sobre a constituição dos próprios homens” (LUKÁCS, 2013: 204). Essa processualidade implica na assimilação de conhecimento acumulado, em posturas críticas em face de novas verdades que vão se afirmando e na construção de novas respostas às necessidades sociais. Ou seja, o processo de humanização do gênero humano é, ele próprio, um processo educativo.

Para Marx (2013), o processo educativo, quando ocorre na realização do próprio trabalho – enquanto autoatividade humana, associa-se ao conhecimento autônomo; sua consecução não está vinculada, como no capitalismo, à satisfação de determinados interesses de classe. Sua materialidade afirma-se na existência de trabalhadores livres, associados e que possuem o controle consciente do processo de produção material.

A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento (MARX, 2013: 154).

Contudo, quando analisadas as perspectivas hegemônicas que regem as políticas públicas atuais, sobretudo da educação, percebe-se a inexistência da consideração sobre a importância do sujeito histórico, das contradições sociais e da racionalidade do desenvolvimento sócio histórico. Nega-se, ou advoga-se “carência de sentido” (MÉSZÁROS, 2007), qualquer análise que considere a importância do trabalho educativo na transformação do comportamento tendente ao controle consciente do processo de produção material. As determinações estruturais são negadas, e o tecido social resigna-se à conclusão paralisante de que a apreensão das leis econômicas, por exemplo, está na natureza cósmica, por isso impossíveis de serem apreendidas pela percepção humana. E nesse contexto, o que impera é o reino da imediatez, da individuação, da adaptabilidade e da ocultação da história.

5.1 O TRABALHO EDUCATIVO E SUA APROPRIAÇÃO UTILITARISTA

O trabalho educativo caracteriza-se como atividade complexa e específica do magistério, constitutiva de processos sistemáticos em educação e realizados em instituições escolares. Responsável, enquanto atividade, pela produção de humanidade nos seres humanos, sua finalidade é “[...] produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens [seres humanos]” (SAVIANI, 2011: 13).

O processo de humanização não é garantido pela natureza, mesmo a natureza humana é produzida sobre uma base da natureza biofísica (SAVIANI, 2011), ou seja, a condição humana é produzida no decurso do processo histórico da própria sociedade humana (LEONTIEV, 1978). A formação, então, de uma segunda natureza - a cultura - é ela mesma, o resultado do conjunto das relações sociais (MARX, 2007). Contudo, a formação cultural que interessa ao trabalho educativo, não se dá a partir da apropriação de qualquer forma de conhecimento, mas das formas mais desenvolvidas de conhecimento e atividade intelectual (SAVIANI, 2011). Estas permitem o desenvolvimento das funções psíquicas superiores necessárias à compreensão de si, da dialética das dinâmicas sociais e naturais.

Nestes termos, o trabalho educativo possui a potência de realizar mediações capazes de produzir humanidades conscientes de sua condição real, capazes de resistir ao conformismo burguês, e ao conjunto de sistemas de crenças e normas acumuladas passivamente em suas experiências de subalternidade político-econômica. O trabalho

educativo deve, então, ao tratar pedagogicamente da dialética existente entre conhecimento científico sistematizado e conhecimento popular, possibilitar que as formas desenvolvidas de conhecimentos possibilitem novas chaves de interpretação e de ação (SAVIANI, 2011).

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto sob a forma de recipiente para encher e amontoar com dados empíricos, com fatos ao acaso e desconexos, que ele depois deverá arrumar no cérebro como nas colunas de um dicionário para poder então, em qualquer altura, responder aos vários estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é deveras prejudicial, especialmente para o proletariado. Serve apenas para criar desajustados, gente que crê ser superior ao resto da humanidade porque armazenou na memória certa quantidade de dados e de datas, que aproveita todas as ocasiões para estabelecer quase uma barreira entre si e os outros. Serve para criar um certo intelectualismo flácido e incolor (...) (GRAMSCI, 1976: 82)

A conquista da consciência superior, aquela capaz de dotar o sujeito da capacidade de compreender o seu próprio valor histórico, sua função na vida, seus direitos e deveres, não é algo que pode acontecer por evolução espontânea ou pela própria experiência de vida, mas pelo trabalho educativo e sua capacidade sistemática e metódica (GRAMSCI, 1976). Sem essa condição, vigoram processos formativos pautados no apelo à imediatividade conciliatória, que ao negar a contradição e a história, submete o indivíduo a certa dimensão do homem, o *entrepreneurship*, que é o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista (DARDOT; LAVAL, 2016).

Por isso, a importância de desmistificar o significado de cultura, da disciplina intelectual e de trabalho educativo - centrais para processos de formação pautados na perspectiva omnilateral. A apropriação das objetivações culturais - conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, possibilita a atividade intelectual necessária ao desenvolvimento da consciência superior do sujeito, ou seja, ao processo de humanização (DUARTE, 2016). Essa apropriação não se efetiva sem conteúdos escolares capazes de compreender a realidade, a dialética do mundo social e a dialética do mundo natural, além dos nexos entre o indivíduo e a totalidade da atividade humana. Sem conteúdos escolares relevantes e significativos a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se em arremedo, transforma-se numa farsa (SAVIANI, 2008).

Esse não é um caminho trilhado sem disciplina, contudo, não uma disciplina de teor persecutório, de privação, de anulação da personalidade e da liberdade humana. Como afirma Gramsci (2000), a disciplina não anula a personalidade e a liberdade, como

muitos creem, a questão está na origem do poder que ordena a disciplina. Ou seja, “(...) se a autoridade for uma função técnica especializada e não um “arbítrio” ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade” (GRAMSCI, 2000: 309). Traçados esses desafios, os conteúdos escolares, objeto da disciplina intelectual, se apresentam, num primeiro momento, como força exterior estranhada, alheia ao sujeito da aprendizagem, contudo, num segundo momento, mediada pelo trabalho educativo, estes são internalizados como instrumentos intelectuais capazes de romper com sistemas de crenças e de normas que limitam a existência humana (GRAMSCI, 1999a; 1999b). Cumpre-se, com esse processo, a finalidade do trabalho educativo (SAVIANI, 2011).

Pelo trabalho educativo, os conteúdos escolares são transformados em força intelectual viva, em instrumentos intelectuais capazes de romper com a força do imediatismo, possibilitando a passagem do momento objetivo ao subjetivo, do individual ao universal. Para tanto, segundo Saviani (2011) e Duarte (1998; 2016), o trabalho educativo deve - (i) interpretar, posicionar-se e selecionar as formas culturais necessárias à formação humana; (ii) transformar tais formas em conteúdos escolares; propor os meios para que os alunos se apropriem dos conteúdos, compreendendo sua estrutura, dinâmica e possibilidade de sua transformação; dirigir o desenvolvimento dos estudantes pelo ato de ensinar.

O objeto – o conhecimento sistematizado –, os meios – metodologias, técnicas e materiais didáticos – e a finalidade do trabalho educativo precisam ser dominados pela professora e pelo professor para permitir que se reconheçam como seres humanos em todo o processo laboral, que reconheçam a humanidade das outras pessoas com os quais trabalha e que se encontre com o significado do produto do seu trabalho – a humanização. (MARTINS; CASTRO, 2021: 164)

O trabalho educativo comprometido com o processo de humanização tem que redescobrir a relação que possui com o mundo do trabalho, com o qual partilha, dentre tantas coisas, a alienação e o aprofundamento da subsunção do trabalho às relações de exploração. Não se trata de, a pretexto de cumprir com alguns requisitos considerados essenciais ao trabalho educativo, desconsiderar que a seleção e tratamento didático dos conteúdos, bem como o ato de ensino, devem possuir critérios e intencionalidades muito bem definidas. A luz do materialismo histórico-dialético, por exemplo, não há a menor possibilidade de tratar a formação humana a partir de processos de idealização, de uma substância humana a-histórica, o que em contrapartida é intencionalmente assumido pelos

processos formativos baseados na pedagogia das competências, rigorosamente fundida as demandas adaptativas do mercado globalizado.

De acordo com Frigotto (1984), Gramsci (1999b) e Krupskaya (2017), e diante da condição onto-histórica do trabalho, é tarefa do trabalho educativo apropriar-se do trabalho como princípio educativo. Tomá-lo enquanto conceito, processo e fato social, criará as condições para que o trabalho educativo possa ter por referência aquilo que possui centralidade na produção da existência humana, permitindo a superação do momento individual em direção ao universal, a substância histórica do ser social.

A relação entre trabalho e educação, contida nos processos formativos, não é inocente, nela jazem marcas dos embates que se efetivam no âmbito do conjunto das relações sociais. Trata-se de uma das maiores expressões da luta hegemônica entre capital e trabalho. Portanto, se faz mister ocultar e/ou suavizar as contradições inerentes ao processo social capitalista.

A forte relação que os processos educativos, sobretudo aqueles de caráter formal e instituídos pelas forças hegemônicas, estabelecem com a categoria trabalho, podem até reconhecer a importância de tê-lo como princípio educativo, mas não é exatamente correto afirmar que este tenha por base o ensino do concreto. Se partirmos da perspectiva da Filosofia da Práxis, o trabalho é concebido como positividade e negatividade ao mesmo tempo – expressão de um processo contraditório. Se por um lado o trabalho expressa uma relação social – que submetido a determinadas condições sociais de produção objetiva-se como relação de força, de poder e de violência; por outro, é a relação fundamental que define o modo humano de existência, e que, enquanto tal, não se reduz a atividade de produção da vida material e das necessidades físico-biológica (mundo da necessidade), mas a amplitude das dimensões sociais, estéticas, culturais, artísticas, de lazer etc. – mundo da liberdade (FRIGOTTO, 2002).

Como bem salienta Lefebvre (1995: 192), “Para determinar o concreto, o mais ou menos o concreto, descubra as contradições”. A realidade objetiva está na contradição, na luta incessante de contrários, na processualidade historicizada da produção das relações sociais. Ou seja, para que o concreto empírico se torne conceito, e propicie a leitura do mundo, é necessário superar a limitação da expressão fenomênica do real, pois o conceito é, ele mesmo, o real concreto – é a inteligibilidade e a compreensão processual do devir histórico. Para Frigotto (2002), a crise dessa perspectiva de compreensão das relações sociais está,

(...) num nível mais imediato, na homogeneização superficial do discurso teórico, cuja prática reflete a interiorização das concepções e categorias do humanismo, do positivismo e do funcionalismo. Ou seja, a concepção dominante que informa a prática é a interiorização da concepção burguesa de trabalho, de educação, em suma, de formação ou fabricação do trabalhador. As perspectivas, valores e concepções da sociedade das mercadorias põem-se como limite da análise e da ação (FRIGOTTO, 2002: 14).

As políticas educacionais atuais, sobretudo aquelas determinadas pelo Novo Ensino Médio e a Nova BNCC, preconizam abertamente a formação do sujeito empresarial, empreender, dotado de um comportamento caracterizado pela dimensão agonística – a da competição e a da rivalidade. Alinhada à conjuntura reformista, o SEBRAE formula programas de formação para o trabalho, fomentando, a partir de práticas de aprendizagem centradas na autonomia do aluno e no desenvolvimento de atributos considerados necessários à gestão da própria vida, aquilo que chama de cultura empreendedora.

Nas palavras de Dornelas (2014), referência nos estudos sobre empreendedorismo no Brasil, quando vinculado à educação empreendedora, o empreendedorismo é uma “atitude”, um “comportamento” social passível de ser reproduzido em cada indivíduo. Muito embora a literatura que versa sobre a educação empreendedora seja algo relativamente recente, sua orientação epistemológica não difere de modo tão significativo das perspectivas clássicas que tratam do comportamento empreendedor. Para Dardot e Laval (2016),

A partir da luta dos agentes é que se descreve não a formação de um equilíbrio definido por condições formais, mas a própria vida econômica, cujo ator real é o empreendedor, movido pelo espírito empresarial que se encontra em graus diferentes em cada um de nós e cujo freio único é o Estado, quando este trava ou suprime a livre competição. Essa revolução na maneira de pensar inspirou inúmeras pesquisas, como aquelas, em plena expansão, sobre inovação e informação. Mas, sobretudo ela exige uma política que vai muito além dos mercados de bens e serviços e diz respeito à totalidade da ação humana. Embora se considere típica de uma política neoliberal em construção de uma situação econômica que aproxime do cânone da concorrência pura e perfeita, há outra orientação, talvez mais disfarçada ou menos imediatamente perceptível, que visa a introduzir, restabelecer ou sustentar dimensões de rivalidade na ação e, mais fundamentalmente, moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência (2016: 136).

Para Dolabela (2003) o ser humano já nasce empreendedor, faltando-lhe apenas o desenvolvimento deste potencial que lhe é intrínseco. Para tanto, o comportamento empreendedor deve ser suscitado desde cedo, seja nos espaços de educação formal, com metodologias próprias, ou a partir de experiências advindas de empreendedores de sucesso. O SEBRAE, por exemplo, adota essa noção, utilizando-se de casos isolados de sucesso como parâmetro para a formação de potenciais novos empreendedores. Defende-se abertamente a tese de que existem caminhos que devem ser replicados, que levarão ao sucesso econômico, e que é possível ensinar a ser um empreendedor de sucesso, bastando apoiar-se nas boas práticas, em metodologias próprias e na superação dos modelos de ensino tradicional (DOLABELA 2003; 2008).

Para além de sua apropriação e submissão a interesses alheios aos da classe trabalhadora, é latente a potência que a educação, e mais especificamente, o trabalho educativo, possui na construção de processos sociais capazes de tensionar e/ou romper com a base material que sustenta e permite a reprodução do modo de produção capitalista. Mas de modo antitético a essa realidade, o sistema do capital trata de realizar justamente o inverso – forjar processos formativos sempre mais adaptados à materialidade perversa do processo produtivo, em um contínuo processo de alinhamento das estruturas educacionais às novas necessidades de reprodução do capital.

É nesse contexto que o empreendedorismo, ou ainda, a educação empreendedora, vem ganhando espaço no processo de formação dos trabalhadores. Em substituição a políticas públicas estruturantes de geração de emprego e renda, edifica-se um conjunto de medidas de ajustamento e naturalização da precariedade, da incerteza e dissolução do direito do trabalho – com o domínio de relações de trabalho que se apresentam como uma espécie de subordinação racionalizada e autogerenciamento subordinado do trabalho. O “Aprender a empreender”, tornado um pilar da educação, passa a estar no centro dos projetos para a educação básica, tornando a formação para o empreendedorismo uma exigência epistemológica, ideológica e política. Prolifera-se, com apoio dos organismos internacionais, um conjunto de esforços, sobretudo do âmbito da educação, para dar substância a um tipo de gestão pública marcada pelo gerencialismo, pelo dirigismo privado do espaço público. E assim, o ensino público, responsável por grande parte das matrículas no ensino médio regular e na educação de jovens e adultos, é tomado por propostas de um novo ethos educacional, formador daquilo que Mészáros (2008) chama de “trabalhador-consumidor-cidadão”.

As definições mais recentes sobre o empreendedorismo fazem referência direta às análises comportamentalistas, dentre as quais destacam-se as do psicólogo estadunidense David McClelland. Em sua abordagem, cuja centralidade estão questões de cunho comportamental, o empreendedor é definido por atributos que transcendem suas funções econômicas, diferenciando-se por possuir determinado perfil psicológico - comportamentos e atitudes passíveis de serem diagnosticadas e cultivadas coletivamente. Esse pressuposto dá consistência ao discurso corrente de que é necessário que o trabalhador esteja provido de competências e habilidades indispensáveis a sua autogestão, e que o ensino do empreendedorismo tem a fundamental responsabilidade de despertar e estimular, a partir da cultura empreendedora, o comportamento empreendedor existente em cada um.

Uma das constatações centrais de McClelland (1972), é a de que a capacidade empreendedora está presente no indivíduo, a diferença é que existem culturas que estimulam mais do que outras o desejo de realização pessoal de seus membros, produzindo maior número de pessoas com determinado perfil psicológico. Além disso, sugere, ao citar culturas consideradas "realizadoras", como a dos Estados Unidos, portadora de uma prática cultural de estímulo ao desenvolvimento desse perfil, que a capacidade empreendedora pode ser "ensinada" e estimulada por um corpo social, além da possibilidade de ser assumida como projeto de sociedade e repassada para um coletivo de pessoas. Para o SEBRAE, "(...) na educação empreendedora, o desenvolvimento econômico e o empreendedorismo são as principais motivações. O psicólogo David McClelland defende a necessidade de treinar pessoas para construção de um futuro melhor, para que cada pessoa acredite no seu potencial de realização" (SEBRAE, 2021, s.p.).

Através de seus estudos⁸² David McClelland (1972) definiu dez comportamentos considerados comuns aos empreendedores - denominados de "Características do Comportamento Empreendedor" (CCE). Através do estudo desses comportamentos, o autor traçou um perfil das competências empreendedoras, hoje utilizadas na "Solução Empretec"⁸³ - metodologia da Organização das Nações Unidas (ONU), cedida e realizada

⁸² Um dos seus principais estudos, cujo objetivo era identificar as principais características do empreendedor de sucesso, foi realizado nos anos 80, através de um contrato com a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (Usaid), com a McBer & Company e com a Management Systems International (MSI).

⁸³ A metodologia do Empretec foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Promovida em cerca de 40 países, no Brasil é aplicada exclusivamente pelo Sebrae. São 60 horas de capacitação em 6 dias de

exclusivamente pelo SEBRAE. Atualmente, o programa lista 10 características do comportamento empreendedor consideradas necessárias para o desenvolvimento do psicológico de um empreendedor de sucesso, são elas: iniciativa e busca de oportunidade; persistência; correr riscos calculados; exigência de qualidade e eficiência; comprometimento; busca de informações; estabelecimento de metas; planejamento e monitoramento sistemáticos; persuasão e rede de contatos; independência e autoconfiança (SEBRAE, 2016).

O EMPRETEC produz impactos muito importantes nas atividades desenvolvidas pelo SEBRAE. Por ser um de seus produtos mais importantes, muitos cursos ofertados pelo SEBRAE tomam por referência o conteúdo deste, utilizando, frequentemente, as mesmas 10 dez características do comportamento empreendedor referenciadas no programa. Cria-se, a partir do EMPRETEC, uma série de outros produtos, porém, para públicos diferentes. Essa estratégia operacional consegue produzir certa homogeneização da noção de empreendedorismo, tornando comum e coeso um conceito que passa a ser fomentado e direcionado aos mais diversos públicos e espaços de formação, sobretudo, na educação formal.

O objetivo do Empretec é alcançar uma mudança cultural e econômica através de mudanças no comportamento dos indivíduos. Para isso, o SEBRAE não só desenvolve, como apoia iniciativas de fomento ao empreendedorismo destinadas aos mais diferentes públicos, embrenhando-se inclusive na esfera da educação formal em busca dos atores que nem sequer tiveram seu primeiro contato com o mercado de trabalho (BETONI, 2014: 54).

Esse horizonte de transformações vai dando consistência a um dos mais importantes projetos neoliberais, que é o de construir uma escola que coincida ponto por ponto com o “espírito do capitalismo”. Sobre esse ponto, Laval (2019) chama atenção para o fato de que as transformações por hora em curso na educação são apenas uma atualização, numa fase mais madura da sociedade de mercado, de uma tendência ativa há muito tempo. Já em Spencer, um dos principais teóricos utilitaristas da educação em meados do século XIX, havia argumentos favoráveis a uma educação voltada ao que chamou de “vida completa”. Entre essas necessidades, as quais a escola deveria estar

imersão, com o objetivo de oferecer aos participantes mais segurança nas tomadas de decisões e melhor planejamento dos negócios, ampliando as chances de sucesso. No Brasil, o Empretec é desenvolvido por mais de 500 unidades SEBRAE espalhadas pelo país. Apesar de seu formato principal ser o de Seminário de Treinamento, ele pode se apresentar em diversos formatos, como o desenvolvimento de pacotes gerenciais ou de consultorias de empresas.

atenta, as mais importantes são, segundo ele, as relacionadas às profissões e aos negócios. No próprio pensamento de Adam Smith, ao introduzir a dimensão mercantil nas relações entre indivíduos e estabelecimentos de ensino, discrimina que se a escola quer ensinar coisas úteis, deve obedecer a demanda, e não ao conformismo da corporação ou aos caprichos superiores (LAVAL, 2019).

5.2 SEBRAE E SEU PAPEL NA AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA CULTURA EMPREENDEDORA

Correntemente tratada pelas ciências sociais como uma instituição que cumpre a função de auxiliar os ajustes do mundo da produção em sua conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, o SEBRAE⁸⁴ tem, desde sua criação, alterado suas funções, demonstrando forte afinidade com as necessidades de reprodução do capital. Inicialmente, quando fundada, em 1972, tinha por objeto o “mundo das organizações”, cujo propósito era fortalecer as pequenas e médias empresas já existentes através da capacitação de gestores, com vistas a direcioná-las aos programas de crédito de Bancos de Desenvolvimento. Durante o percurso marcado desde sua fundação, passando pelas crises econômicas e políticas dos anos de 1980 e 1990, a instituição sofreu mudanças significativas em diversas áreas, alterando seus estatutos, seu quadro de pessoal, funções e, inclusive, seu status institucional. Hoje, é amplamente reconhecido que o SEBRAE é uma importante agência de promoção do empreendedorismo. Sua atuação vai desde a mediação para a abertura de novos negócios à promoção de formas de trabalho autônomo, com o incentivo a práticas de formação que visam o estímulo ao empreendedorismo.

Várias são as publicações e trabalhos acadêmicos dedicados ao resgate da história desta instituição, e parece que, com respeito às devidas variações finalísticas de cada pesquisa, há certo consenso quanto aos resultados destas. Em geral, a origem dessa agência estaria associada a acordos entre o empresariado e o Estado, com vistas a

⁸⁴ A luz da categorização e pensamento gramsciano, o SEBRAE será tratado aqui como um aparelho de hegemonia (GRAMSCI, 2000). Definido como organização representante de interesses de frações das classes sociais em disputa pela hegemonia, o aparelho de hegemonia expressa o nível de desenvolvimento da consciência político-coercitivo e da capacidade de intervenção dessas classes e/ou de frações de classes em luta. Quando representante dos interesses da classe burguesa, o que é o caso, atua para (re) afirmar um determinado padrão de sociabilidade - definida por determinado estágio do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas.

promoção de objetivos comuns. Em sua origem, o Centro Brasileiro de Assistência à Pequena Empresa - CEBRAE, não possuía protagonismo na elaboração de políticas públicas para médias e pequenas empresas, exercendo papel subalterno em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Atrelada a tecnocracia dos militares, o CEBRAE atrelava-se ao restrito papel de responder às demandas de frações da classe dominante, sobretudo, aquela representada por comerciantes e lojistas regionais, os considerados “caciques” estaduais do setor terciário. Seria esta agência, uma resposta da sociedade política a necessidades específicas de uma fração da classe dominante, caracterizada pelos industriais e, posteriormente, por comerciantes

O enlace de interesses entre Estado e empresariado concederia a essa, papel fundamental na promoção de projetos voltados ao aperfeiçoamento de pequenos e médios empresários, direcionando-os à gestão de negócios. Depois de mais de uma década após sua criação, a agência teria importante responsabilidade na aprovação da lei das micro e pequenas empresas, em 1988. É com o Decreto nº 99.570/90, e posteriormente a Lei nº 8.029 de 12 de abril, no governo Collor de Mello (1990 - 1992), que o CEBRAE se torna SEBRAE, instituição semi-privada, classificada como serviço social autônomo sem fins lucrativos, integrante do Sistema S - Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial SENAI. Seu conselho deliberativo conta majoritariamente com a participação de entidades de corte patronal (como a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); a Confederação Nacional da Indústria (CNI); além de órgãos públicos (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Caixa Econômica Federal.

O período compreendido entre a década de 90, de total influência neoliberal e desburocratização do Estado, foi de extinção ou transformação de diversas autarquias ou fundações ligadas à administração pública federal. Do momento de sua fundação às décadas subsequentes, as mudanças que orientaram as finalidades dessa instituição estiveram alinhadas às transformações e necessidades das políticas econômicas vigentes, incorporando recentemente a lógica instrumentalizada pelo projeto neoliberal. A ampliação e fortalecimento da noção de “empreendedorismo” redefine totalmente os objetivos da instituição. Até a década de 1990, a entidade se limitava a oferecer cursos básicos a micro e pequenos empresários, além de mediar a política de crédito junto aos bancos estatais e semi-estatais para abertura de pequenos negócios. Mas essas ações eram restritas, como dito anteriormente, a frações do empresariado brasileiro, marcadamente

interessados em manter sua posição na fração da burguesia nacional, garantindo acesso facilitado a créditos subsidiados.

Entre finais da década de 1990 e início dos anos 2000, o SEBRAE alterou substancialmente suas funções, passando a cumprir um papel abertamente vinculado à promoção do empreendedorismo. A crise estrutural do capital, iniciada em 1973, aprofundou de maneira desmedida a desigual relação entre capital e trabalho, produzindo altos índices de desemprego, aumento dos índices de pauperização e retirada de direitos e proteção social dos trabalhadores. Sem nenhuma coincidência, é justamente nesse momento da história que o Brasil se depara com uma verdadeira panaceia em torno dos benefícios do empreendedorismo.

Sob o ardil da reestruturação do capital e implementação do projeto neoliberal, a burguesia nacional cria medidas de expansão do privatismo e mercantilização dos direitos e serviços públicos. Mészáros (2008) é enfático ao apontar que na constante busca pela valorização do valor e auto expansão do controle do metabolismo socioeconômico, o capital procura extrair lucro até mesmo das questões vitais à existência humana. Ou seja, não há uma só necessidade, direito ou relação social que não seja convertida em mercadoria, basta que estas apresentem potencialidade de corroborar com a expansão da acumulação. De maneira geral, todos os aspectos da vida passam a estar sob a vigência da concorrência. Além dos direitos sociais, transmutados em serviços/mercadorias passíveis de serem adquiridos no mercado, o próprio indivíduo é transformado em “vendedor de si mesmo” sob a figura do prestador de serviços.

A noção de microempresário, aquele sujeito moldado e em sintonia com o modelo fordista/taylorista, cede espaço para um novo sujeito, um novo modelo de trabalhador e de negócio, o empreendedor, estabelecido sob a lógica da “aventura”, do *self-made-man*. Sob o contexto neoliberal de ataque aos direitos trabalhistas, desemprego e concentração de renda, a promoção do empreendedorismo cumpre um papel fundamental na revitalização das práticas de dominação e controle social. Trata-se de dar legitimidade a um novo perfil de trabalhador, resiliente, criativo, capaz de vencer os problemas sociais a partir de seu esforço individual, de seu mérito. Massifica-se o empreendedorismo como alternativa racional e moderna para lidar com o sufocante e cada vez mais questionável “emprego burocrático”, de carteira assinada e de pessoa física.

Se anteriormente o CEBRAE limitava-se a criação, a partir de parcerias com centros universitários, de estratégias e orientações contábeis para pequenas e médias empresas, hoje, o então SEBRAE, atua como patrocinador da chamada “nova

economia”, organizando os interesses econômico-corporativos de micro e pequenos empresários e patrocinando a difusão e massificação da cultura empreendedora entre a classe trabalhadora. Para a instituição, o empreendedor de sucesso é definido por algumas características essenciais, as quais podem ser desenvolvidas mediante processo educacional e através da interação com outras pessoas. Em sua óptica, já que estas são habilidades e competências passíveis de serem desenvolvidas, cabe à escola, então, o papel de formar a nova força de trabalho. Desenvolver “o nível de empreendedorismo de uma pessoa” - otimismo, autoconfiança, coragem, persistência e resiliência, são, portanto, fundamentais, para que uma pessoa possa desenvolver soluções e investir em recursos para a criação de algo importante para a sociedade. (SEBRAE, 2019).

O SEBRAE define o empreendedorismo como “a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade. Pode ser um negócio, um projeto ou mesmo um movimento que gere mudanças reais e impacto no cotidiano das pessoas” (SEBRAE, 2019). Sem que haja qualquer tipo de apontamento para a alteração das bases materiais da vida, a instituição cria um constructo que elege a iniciativa individual como alternativa para a solução de privações materiais históricas.

Através do empreendedorismo, o SEBRAE e outros aparelhos de hegemonia que organizam os interesses burgueses, buscam reproduzir aspectos do conformismo social capitalista para reafirmar a concepção dominante de mundo junto a classe trabalhadora diante dos impactos da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais de desregulamentação e precarização do trabalho. (MARTINS; CASTRO, 2021, 156).

Assentada nas bases materiais da acumulação flexível, que vem tendo como uma de suas referências a figura da pessoa jurídica (PJ), falsamente apresentada como trabalho autônomo, o empreendedorismo atua aprofundando o processo de assimilação da subordinação e massificação dos processos de individuação do trabalho. É nesse contexto que os processos formativos, sobretudo aqueles destinados à educação empreendedora, assumidamente protagonizados pelo SEBRAE, elegem o individualismo como princípio ético-político de legitimação da meritocracia e empregabilidade.

É possível afirmar que, na conjuntura atual, o SEBRAE representa uma força política integrante do fenômeno do empresariamento da educação de novo tipo, tornando-se expressão material da ideologia da responsabilidade social na educação, sobretudo, por assumir importante função técnico-política de massificação do empreendedorismo na

educação pública. Não obstante a BNCC pautar o empreendedorismo nas grades curriculares do ensino médio, torna-se interesse do SEBRAE, em sua condição de aparelho de hegemonia, pautar a temática da “cultura empreendedora” em todos os níveis do ensino, delineando o trabalho educativo em todas os demais níveis de ensino.

Com efeito, a escola pública é identificada como espaço social importante para integrar as filhas e os filhos da classe trabalhadora no conformismo social burguês. O ponto nodal da chamada “educação empreendedora” é afirmar o individualismo como princípio ético-político para legitimar a noção de meritocracia, estabelecendo nexos entre a empregabilidade, o empresariamento de si, o modelo de Estado mínimo, o trabalho flexível e o padrão de acumulação nos termos dos deslumbres neoliberais. (MARTINS; CASTRO, 2021: 156).

O SEBRAE guarda certa especificidade frente às demais organizações que têm atuado no processo de empresariamento da educação. Sua relação quase que orgânica com frações da elite governamental, tem lhe proporcionado um lugar de destaque na promoção de diversos programas e políticas públicas, sobretudo, destinados à disseminação da cultura empreendedora nas instituições educacionais. No período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003), o SEBRAE ganhou destaque por operar na mitigação dos impactos das políticas neoliberais. Durante esse período sua atuação foi notadamente destacada por algumas ações, quais sejam: (i) implantação do Programa de Desenvolvimento Local em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o enfrentamento da pobreza; (ii) impulsionamento do Programa Brasil Empreendedor, em 1999; (iii) implementação do Prêmio Técnico Empreendedor na rede de instituições federais de educação técnico-tecnológica - marcando sua entrada no campo educacional (BRASIL; SEBRAE, 2003). Em 1993, o SEBRAE passou a desenvolver EMPRETEC, considerado o principal programa de formação de empreendedores do mundo. Criado pela ONU, este programa é desenvolvido em 40 países e exclusivo do SEBRAE no Brasil. Desenvolvido prioritariamente na forma de Seminário, tem por função central promover mudanças comportamentais em seus diversos participantes, estimulando nos mesmo, o desenvolvimento de características do considerado comportamento empreendedor. A novidade do EMPRETEC reside em abordar a gestão a partir da perspectiva da mudança nas atitudes dos empresários - e não na economia (BETONI, 2014).

Nos governos do presidente Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), o SEBRAE estreitou sua

associação aos campos econômico e educacional, aperfeiçoando ações técnico-política junto aos micro e pequenos empresários, além de aprofundar ações vinculadas à disseminação do empreendedorismo na educação pública.

Com intuito de difundir de maneira programática a “educação empreendedora” no sistema educacional, o SEBRAE criou, no ano de 2013, o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE). Segundo a instituição, esse programa já atendeu 4 milhões de crianças e jovens, capacitou 120 mil professores com metodologias próprias e estabeleceu parcerias com 6 mil instituições (SEBRAE, 2019). O desenvolvimento do programa é composto por duas vertentes, a saber: (i) desenvolver competências empreendedoras; (ii) promover a possibilidade de inserção sustentada no mundo do trabalho - o auto emprego.

Com o objetivo de tornar as discussões em torno do empreendedorismo mais amplas e acessíveis nas escolas e nas instituições de ensino brasileiras, o Programa Nacional de Educação Empreendedora leva conteúdos e metodologias relacionadas ao tema para os currículos dos diferentes níveis de educação, da educação básica à superior. O PNEE é implantado por meio de parcerias com instituições de ensino e as secretarias de educação, para que as escolas recebam gratuitamente o material de aprendizagem. Os professores adquirem, então, capacitação em empreendedorismo e são responsáveis por disseminar a metodologia nas salas de aula (SEBRAE, 2019, n.p).

Conforme conta no quadro 3, a incursão nos diversos níveis de educação, de conteúdos e metodologias relacionadas à temática empreendedora representa a pedra de toque do programa. A opção por determinados saberes, conteúdos escolares, metodologias e função docente compõem a estrutura do trabalho educativo julgado necessário ao desenvolvimento do comportamento empreendedor. Se por um lado postula-se a necessidade de formar um indivíduo disposto a aprender apenas aquilo que for útil a sua incessante adaptação às mutações no mundo globalizado (DUARTE, 2011), por outro, faz-se necessário produzir uma reconversão⁸⁵ da função docente, de modo que “o professor sabe-tudo deverá dar lugar a um professor que se propõe a aprender, e o professor-obstáculo tornar-se-á um professor agente da inovação (EVANGELISTA;

⁸⁵ O termo reconversão é utilizado pelas autoras para representar a formação docente pretendida no contexto da reestruturação produtiva do trabalho, da Reforma do Estado da década de 1990, e das recomendações dos organismos internacionais para a “Educação do século XXI”. Esse processo preconizou a implementação de um novo paradigma formativo baseado no conceito de competências. Em função dessa reconversão, o professor passa a ser cobrado por produtividade, eficiência, empreendedorismo e compromisso com a escola, valores e conceitos difundidos pela lógica da gestão gerencial. (EVANGELISTA, 2016; EVANGELISTA; SHIROMA, 2007).

SHIROMA, 2007: 533). Nesses termos, delinea-se um trabalho educativo reduzido a um conjunto fechado e definido do que seriam as necessidades do indivíduo, que na maioria das vezes vinculam-se a questões ligadas ao pragmatismo da vida cotidiana. Essa realidade revela um dos maiores desafios educacionais das últimas décadas - o de como o trabalho educativo, influenciado por essa visão, não tem conseguido colocar em perspectiva a cotidianidade alienada (DUARTE, 2018).

Quadro 3 - Cursos oferecidos pelo PNEE

CURSO	PÚBLICO ALVO E OBJETIVOS, SEGUNDO O SEBRAE
Jovens empreendedores: primeiros passos	Desenvolvido para alunos do ensino fundamental, o curso aguça a curiosidade e o pensamento crítico dos participantes, ajudando-os a entender e a planejar as etapas para a concretização de seus sonhos. O programa é formado por nove módulos independentes, com carga horária de 20 a 30 horas cada um.
Disciplina “Empreendedorismo”	Voltada à educação superior, conta com carga horária de 80 horas. O objetivo é levar o debate em torno do empreendedorismo para alunos do ensino superior, orientando-os sobre a construção de um modelo e a elaboração de um plano de negócios.
Curso “Crescendo e empreendendo”	Destinado a alunos que almejam mergulhar fundo nos desafios do mercado de trabalho. Seu objetivo é preparar os jovens para identificar oportunidades e criar soluções, mediante encontros vivenciais que têm o planejamento do futuro por meio de atitudes empreendedoras como principal premissa.
Programa "Jovem Empreendedor no Campo"	O programa busca capacitar os jovens que procuram dar continuidade aos negócios de família, especialmente em propriedades rurais. Durante a formação, eles desenvolvem o olhar empresarial para as práticas do campo, entendendo como ampliar as oportunidades e consequentemente a renda familiar.
Curso “Empreendedorismo para a Educação Profissional”	Assim como o curso destinado ao ensino superior, esta formação é implementada por meio de uma disciplina inserida na carga horária dos cursos técnicos ou de formação inicial e continuada. Os alunos são estimulados a pensar em sua carreira, tendo o empreendedorismo como possibilidade de um projeto de vida.

Fonte: SEBRAE, 2019. Elaboração do próprio autor (2023).

Além de todos esses cursos, disciplinas e programas oferecidos pelo SEBRAE para a difusão do empreendedorismo, via PNEE, a instituição ainda conta com cursos,

disponíveis em sua plataforma virtual⁸⁶, destinados a secretários de educação, professores, gestores escolares e alunos.

Na opção ofertada aos professores há disponibilidade de vários cursos sobre o vasto universo do empreendedorismo. Os cursos são elencados de acordo com os diferentes perfis profissionais descritos na página, a saber: Atualizado(a); Empreendedor(a); Determinado(a); Mentor(a). Também é disponibilizado para estes profissionais, de maneira gratuita, todo o curso do JEPP. Para cada perfil selecionado há um conjunto de cursos de atualização e formação continuada, além de indicação de materiais e formas de trabalhá-los em sala de aula. Além disso, consta na plataforma virtual, um "Guia para Secretários da Educação", composto por "soluções educacionais" pensadas pelo SEBRAE e oferecidas às secretarias de educação. Semelhante a página destinada ao professor, a do estudante também conta com cursos, jogos (Dinolândia⁸⁷), orientações para o desenvolvimento do comportamento empreendedor, além de um canal para contato destinado a assessorar interessados em desenvolver suas habilidades empreendedoras.

Somado a todas essas ferramentas destinadas à disseminação do empreendedorismo como pressuposto central do trabalho educativo, há a Faculdade Sebrae. Credenciada enquanto Faculdade no ano de 2021, seus dirigentes a consideram o resultado do acúmulo de experiências e fomento ao empreendedorismo desenvolvido pelo SEBRAE. Conforme definição da própria instituição:

Somos a Faculdade Sebrae, que forma o profissional do futuro e que é fruto da experiência da maior instituição de fomento ao empreendedorismo do país, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Oferecemos para os nossos alunos o suporte, a liberdade e o acesso a conteúdos e práticas de vanguarda. Para que eles usem suas melhores habilidades e trabalhem com propósito, transformando sonhos em negócios de alto impacto e sua vida profissional em fonte de realização (FACULDADE SEBRAE, s.d.).

⁸⁶ SEBRAE. Educação Empreendedora para inspirar e despertar o potencial de cada ser humano. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaoempreendedora>, Acessado em: 17 jan. 2023.

⁸⁷ O Dinolândia é um jogo interativo voltado para crianças na faixa de seis a dez anos de idade. Desenvolvido pelo Sebrae - Rio Grande do Sul, o jogo possibilita que a criança desenvolva competências empreendedoras de uma maneira moderna e atrativa. O aplicativo simula, de forma lúdica, as fases de um negócio, como a compra dos dinos e venda de ingressos, tudo administrado pelo usuário do jogo, o desafio é gerenciar os recursos humanos e financeiros, colocar o parque em funcionamento e buscar a satisfação dos clientes. (SEBRAE, 2022b).

Sediada em São Paulo, a faculdade conta com a oferta dos cursos de Bacharelado em Administração (presencial e EAD), Gestão Comercial (em EAD), e com diversos cursos de curta duração, todos no formato EAD, com destaque para o curso intitulado - “Curso de Competências Empreendedoras Integradas à BNCC para Educadores”, com duração de 40 horas. Destinado a professores e gestores escolares, esse curso de formação continuada objetiva “Formar para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora na prática docente” (FACULDADE SEBRAE, s.d.).

Todos esses atores, políticas públicas, recursos e estrutura dão concretude ao que o SEBRAE chama de “ecossistema de educação empreendedora”. Esse conjunto de elementos é responsável por fomentar nos jovens - hábitos de inovação, de solução de problemas, além de prepará-los para lidar com as exigências do mercado de trabalho (SEBRAE, 2021). Assim, a pretexto de disseminar o empreendedorismo no trabalho educativo, o SEBRAE contribui com um processo de racionalização dos sistemas educativos, subordinando a educação escolar e a formação docente às demandas do mercado. Cria-se, nessa dinâmica, e em conjunto com as reformas educacionais vigentes, uma política educacional organicamente articulada à produção do trabalhador para o capital e, por consequência, de um professor reconvertido que possa fazer frente à produção de mão de obra, majoritariamente destinada ao trabalho simples, a baixo custo e atrativa para os investimentos externos no país (EVANGELISTA, 2016).

5.3 O SEBRAE E SUA VISÃO TÉCNICO-INSTRUMENTAL DO TRABALHO EDUCATIVO

Cada vez mais os processos educativos apresentam-se atrelados à construção de competências, centrados no treinamento de indivíduos e a serviço da organização do mercado. Esta filiação produz, além de um drástico empobrecimento dos fins educacionais, a conversão de seus objetivos a uma cada vez maior adaptação dos indivíduos às exigências do capital. E nesse sentido, além de auxiliar nos processos de produção material das relações de produção, no amoldamento operacional do tipo de trabalho as novas necessidades objetivas – domínio de novas tecnologias, assimilação de novas formas de trabalho etc., a educação formal tem corroborado com a *moldagem* da subjetividade do trabalhador (e das gerações futuras de trabalhadores) as determinações do capital. Sujeita-se o trabalho ao conjunto de necessidades produtivas do capital, tornando regra a formação de indivíduos imbuídos da prática da competitividade,

subsumidos por valores de natureza colaborativa e comportamentalmente predispostos à construção de consensos.

Lança-se o trabalhador em um violento processo de despolitização, sobretudo de sua condição de sujeito social de direito. Não por acaso autores, tais como Coraggio, (1992); Frigotto, (1994); Gentili, (1994a; 1994b), chamam atenção para a construção de uma *política cultural de caráter global* – um conjunto de práticas e discursos político-educativos voltados a exigências político-econômicas de qualificação-disciplinamento da força de trabalho nos processos produtivos. Em última instância, trata-se de um programa educacional neoliberal destinado a desintegrar o quadro de direitos até há pouco “garantidos” pelo Estado (de bem-estar, populista e outros híbridos latino-americanos).

A partir do decênio de 1980, somaram-se aos esforços dedicados a elaboração da nova constituição, aprovada em 1988, e a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), discussões em torno da educação politécnica, da escola unitária e do trabalho como princípio educativo. Parte significativa desse debate se deu no movimento de crítica a profissionalização compulsória posta pela lei nº 5.692/1971⁸⁸, e da defesa da importância de tratar o trabalho como princípio educativo.

Uma parcela dos debates que situava o trabalho enquanto princípio educativo teve influência das ideias desenvolvidas pelo filósofo Georg Lukács, ao tratar da ontologia do ser social. A obra desenvolvida por Lukács (1978) permitiu pensar a questão do trabalho e suas propriedades educativas, sejam positivas ou negativas. Para o autor, o trabalho não deve ser compreendido com o sentido de “emprego”, como uma forma histórica de trabalho na sociedade, mas como atividade fundamental pela qual o homem se humaniza, adquire consciência, produz conhecimento e se aperfeiçoa enquanto ser social.

Mas longe de compactuar com essa concepção de trabalho, referência para o processo de humanização do homem, as reformas educacionais, em especial, a inaugurada pela Lei 5.692/1971, de corte utilitarista, e mais recente a conhecida reforma do “Novo Ensino Médio” – Lei 13.415/2017, fizeram/fazem coro para um tipo de projeto educacional tendente ao ensino tecnicista, de viés alienador e alinhado às sempre novas

⁸⁸ Muito embora a lei 592/1971 tenha instituído o ensino fundamental contínuo de oito anos, o que foi um ganho, o segundo grau, de três anos, tornou-se compulsoriamente profissionalizante – realidade tornada ainda mais trágica devido à carência de infraestrutura, falta de professor, instalações escolares precárias e déficits de equipamento para a implementação do ensino profissionalizante. Claramente alinhada aos interesses elitistas da ditadura Cívico-Militar (1964-1985), seu objetivo precípua fora conter o acesso dos estudantes da escola pública ao ensino superior em função da pressão dos excedentes (alunos que eram aprovados, mas que não conseguiam vaga no ensino superior), e de grupos profissionais corporativistas que temiam a inflação de diplomas no mercado de trabalho (FREITAG, 1978).

necessidades do processo material de reprodução do capital. Como dito anteriormente, é a partir do processo educativo que a essência humana é transmitida, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano, contudo, uma vez apropriada pela burguesia, esta torna-se eficaz instrumento de legitimação da sociedade de classes, da exploração do trabalho e dos diversos processos de dominação e ocultação das contradições sociais.

Sob a justificativa de promover uma educação transformadora, centrada na quebra de paradigmas e no desenvolvimento de habilidades e comportamentos empreendedores, a educação empreendedora, de claro viés utilitarista, passa a ser uma das maiores forças de orientação do trabalho educativo. Formulado inicialmente pelo SEBRAE, o programa “Jovens Empreendedores Primeiros Passos” (JEPP), pode ser considerado um dos maiores instrumentos de veiculação da educação empreendedora na rede pública de educação. Oferecido gratuitamente para as escolas públicas de ensino fundamental a partir de convênios firmados entre as Secretarias de Educação dos estados e municípios, esse programa passou a ter, desde de 2019, abrangência nacional. Após serem firmadas parcerias, o SEBRAE se encarrega de capacitar os professores para atuarem segundo a metodologia⁸⁹ e objetivos do programa.

Ao considerar que o empreendedorismo pode ser aprendido e ensinado, o SEBRAE modula o trabalho pedagógico a fim de tomá-lo como instrumento de incentivo ao protagonismo juvenil e a criação de possibilidades de inserção futura desse jovem no mercado de trabalho. Estruturado a partir de material elaborado pelo próprio SEBRAE, o JEPP parte da concepção de que o trabalho educativo deve coordenar a inserção da cada discente em ações práticas do curso, visando a internalização das chamadas “competências empreendedoras”. No processo de aprendizagem, o programa estimula os jovens a assumirem riscos calculados e tomarem decisões, características comportamentais consideradas essenciais para o sucesso na vida pessoal e profissional.

O processo formativo proposto para que os professores trabalhem com o JEPP está estruturado da seguinte forma - (i) curso de treinamento de 45h; (ii) vídeo de

⁸⁹ O aporte metodológico utilizado pelo SEBRAE faz referência a onda de pedagogias e metodologias emergentes do final do século XX. Em oposição ao ensino tradicional, considerado ultrapassado frentes às novas exigências sociais, essa perspectiva pedagógica (alicerçada nas chamadas Metodologias e as Aprendizagens Baseadas em Problemas) parte da concepção de que os conhecimentos que os alunos constroem por si próprios são mais importantes do que aqueles adquiridos a partir dos conhecimentos teórico-científicos. Além de possuir uma compreensão pragmática e utilitarista do conhecimento, retira do professor o papel de sujeito de transmissão do conhecimento, reduzindo-o a mero facilitador/orientador do processo de aprendizado.

divulgação sobre a relevância do JEPP; (III) coleção de apostilas destinadas aos discentes do 1º ao 9º ano e apostilas destinadas ao corpo docente. Todas as apostilas são tratadas a partir do que o SEBRAE chama de “plano de negócios”, central ao processo de legitimação e naturalização da pauta empreendedora, além de seguirem a mesma estrutura organizacional para todo o ensino fundamental, com diferenças muito pontuais entre os diferentes anos. Tendo por referência analítica a apostila do 6º⁹⁰ ano do ensino fundamental, foi possível perceber que, de maneira genérica, o material - “apostila” - destinado à formação dos professores é dividido em duas partes.

A primeira parte, denomina - "Introdução" - possui 6 subseções: (i) mensagem de "boas vindas" às professoras e aos professores envolvidos com o JEPP e informações gerais sobre o tema da apostila; (ii) descrição da concepção e diretrizes do programa e seu alinhamento ao Relatório Jacques Delors; (iii) justificativa, objetivos e competências (cognitivas, atitudinais e operacionais) que serão trabalhados no programa; (iv) perfil e papel do docente para implementar o programa; (v) descrição geral da estrutura das apostilas destinadas aos discentes e recursos para organização do trabalho educativo; (vi) orientações específicas de como operacionalizar os tema da apostila (SEBRAE, 2012a).

A segunda parte, constituída pelos chamados “encontros” – estrutura todo o percurso a ser desenvolvido pelos professores durante todo o curso. Seu formato é composto por: (i) descrição do chamado "comportamento empreendedor"; (ii) apresentação das atividades centrais de cada “encontro” sob o título "plano de negócios"; (iii) definição do desenvolvimento metodológico dos “encontros” com o detalhamento de cada ação docente e o tempo de sua execução ordenado pelo chamado “plano de atividades”; (iv) descrição dos objetivos de cada “encontro”, das estratégias de trabalho, dos materiais necessários, além de algumas orientações e sugestões para as professores no desenvolvimento das atividades (SEBRAE, 2012a). O desenvolvimento do processo de aprendizagem se dá a partir de jogos lúdicos, utilizados com o objetivo de desenvolver “pré-requisitos” do comportamento empreendedor nas crianças. Aos professores cabe o desenvolvimento, planejamento e execução de tarefas simples que envolvam o estímulo ao comportamento empreendedor.

Todas as atividades do curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos têm propósito pedagógico e são alicerçadas na premissa da educação

⁹⁰ As apostilas do JEPP direcionadas aos professores possuem basicamente o mesmo conteúdo e forma. No caso dos conteúdos, há variação em função dos temas das “aulas”, mas sempre com um mesmo padrão. Por isso, a análise aqui desenvolvida tomou como fonte primária apenas uma apostila de todo o ensino fundamental - a apostila do 6º ano do fundamental.

empreendedora que busca promover a prática, o aprender fazendo como estratégia educacional que possibilite estimular atitudes empreendedoras nos alunos. Com a realização de atividades lúdicas, o curso possibilita aos alunos momentos de conhecimento, criação e sensibilização à cultura empreendedora, aprendendo de forma prática e contextualizada. (SEBRAE, 2012b: 6).

O proclamado “aprender fazendo”, utilizado como princípio pedagógico, é uma variação tanto do pilar “aprender a fazer” descrito no Relatório Delors, quanto dos postulados da Pedagogia das Competências, invariavelmente comprometidos com a conformação e modulação de determinado comportamento social, característico do empreendedorismo, da empregabilidade e atomização do trabalho. Segundo Mészáros (2006) “[...] a educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais [...]” (2006: 175), repercutindo diretamente sobre a formação da consciência social no sentido de adequá-la à produção da sociabilidade do capital. Forjar um tipo de comportamento tendente ao empresariamento de si mesmo transcende a negação do saber historicamente acumulado e necessário a humanização do ser social, seus esforços são para captura e adequação da subjetividade dos sujeitos a processos cada vez mais violentos de controle sociometabólico.

Com programas como esse, o SEBRAE atua na mesma linha de empresas que se especializam na produção e comercialização de materiais e serviços educacionais, que apesar de padronizar e homogeneizar o que é estruturalmente diverso, prometem a melhoria da qualidade e desempenho dos estudantes sobretudo em avaliações em larga escala e vestibulares. O cerne desse processo, dado por um tipo de orientação político-pedagógica elaborada pelo setor mercantil, está no controle e dirigismo do trabalho educativo, institucionalizando através da padronização dos ritmos e conteúdos curriculares, a refundação do tecnicismo no sistema educacional brasileiro. (GARCIA; ADRIÃO, 2010).

Muito embora as apostilas constituintes do JEPP proclamem que o trabalho do magistério tem “autonomia” no processo de ensino, percebe-se que aos professores não cabe outra coisa senão aplicar, de maneira minuciosa, as concepções e metodologias contidas nas apostilas. Fica explícita a função do material - dirigir e controlar o trabalho educativo. A suposta autonomia docente, proposta nos cadernos, esbarra no caráter descritivo do material, que em sua essência, impõe ao professor um itinerário pronto e definido, sem o qual o trabalho educativo pouco avança no alcance dos objetivos definidos pelo programa. Conforme consta na apostila do professor:

Apresentamos para cada encontro do conteúdo do Livro do Aluno as orientações de como desenvolver as atividades programadas. [...] é necessário que seu olhar, competente em reconhecer o contexto e circunstâncias locais, observando limitações e oportunidades, traga para a aplicação deste material com os alunos as adequações que se fizerem necessárias para atingir os objetivos propostos a cada encontro. Orientamos não suprimir nenhuma das atividades programadas. As orientações sobre como trabalhar com os alunos em cada um dos encontros devem ser interpretadas como sugestões. Sabemos que você conhece o que seus alunos necessitam aprender, como fazer a gestão do conhecimento dentro da sala de aula e qual o seu papel e o seu compromisso na condição de professor. (SEBRAE, 2012a: 9)

Percebe-se que, segundo as orientações presentes na apostila do professor, o desenvolvimento das atividades deve ser feito segundo orientações definidas pelo material, e muito embora exista a indicação de que as orientações sobre como trabalhar devam ser tratadas como sugestão, não há nenhuma menção quanto à autonomia do trabalho pedagógico no desenvolvimento das atividades programadas.

Esse caráter pode ser facilmente identificado no excerto - “O perfil do professor de educação empreendedora deve ser de mediador das descobertas do grupo. Além do mais, este deve ter iniciativa para a sua formação continuada, abrindo-se a novas maneiras de aprender a ensinar” (SEBRAE, 2012a: 10), e continua nas páginas seguintes do material de instrução - “O papel do professor é de extrema importância nesse curso, porque será mediador entre a visão empreendedora proposta e os alunos. Por isso, é necessário que você “compre” a ideia, veja o curso como um empreendimento e, assim, contribua com suas experiências e sua criatividade (SEBRAE, 2012a: 13). Fica evidente que a condição de mediação, decorrente da própria natureza do trabalho educativo, diluiu-se diante da necessidade de o professor ter que incorporar as concepções prescritas⁹¹ pelo SEBRAE, ficando claro, portanto, que o programa não admite autonomia no trabalho pedagógico.

Segundo Duarte (2018), a educação escolar e o currículo escolar possuem um duplo objetivo: por um lado o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada aluno e, por outro, o enriquecimento de suas necessidades, contudo, a limitação do trabalho

⁹¹ O trabalho prescrito pode ser caracterizado pelos seguintes elementos: os objetivos a serem atingidos e os resultados a serem obtidos, em termos de produtividade, qualidade, prazo; os métodos e procedimentos previstos; As ordens emitidas pela hierarquia e as instruções a serem seguidas; os protocolos e as normas técnicas e de segurança a serem seguidas; os meios técnicos colocados à disposição [...]; a forma de divisão do trabalho prevista; as condições temporais previstas; As condições socioeconômicas (qualificação, salário)” (BRITO, 2008: 441-2).

educativo torna-se um obstáculo à plena efetivação desses objetivos. Para o autor, a questão das potencialidades deve ser tratada a partir de uma visão processual e dialética da individualidade humana. “(...) O professor tem diante de si um aluno, seja ele criança, adolescente, jovem ou adulto, que é um ser com potencialidades ainda não plenamente desenvolvidas, ou seja, um ser com possibilidades de desenvolvimento a serem exploradas pela educação (DUARTE, 2018: 140), mas para que a possibilidade se torne, de fato, força de desenvolvimento dos indivíduos, não basta que esta seja, ela mesma uma realidade, é necessário conhecê-la, saber e querer utilizá-la. (GRAMSCI, 1995). Essa perspectiva compreende o trabalho educativo a partir de processos de apropriação do conhecimento que explorem as melhores potencialidades dos indivíduos e as potencialidades humanizadoras da cultura.

Isso remete à questão do enriquecimento das necessidades dos alunos. Prevalcem nesse terreno concepções que reduzem as necessidades do indivíduo a um conjunto fechado e definido ou que entendem por necessidades do indivíduo apenas aquelas que estão imediatamente ligadas ao pragmatismo da vida cotidiana. Em termos do currículo escolar, esse tipo de perspectiva sobre a questão das necessidades fundamenta a ideia de que somente são conteúdos significativos para os alunos aqueles que estejam diretamente ligados às demandas da prática cotidiana. O resultado são currículos empobrecidos dos quais estão ausentes riquezas culturais que aparentemente não responderiam às necessidades presentes na vida dos alunos. (DUARTE, 2018: 141).

Totalmente avessa a essa concepção de trabalho educativo, os objetivos presentes na apostila do JEPP perpassam pela promoção e desenvolvimento, a partir de um plano de negócios sobre ecopapelaria, das chamadas competências do “aprender a empreender”. Conforme consta na apostila no SEBRAE:

O foco da venda de produtos da ecopapelaria é o atendimento do público escolar, ou seja, funcionários e os demais alunos da escola. Caso a escola e professor considerem oportuno, diante da realidade local, é possível ampliar o atendimento para os pais dos alunos e para a comunidade, com a realização de um evento para inauguração e funcionamento do negócio, por exemplo. Em decisões dessa natureza é preciso sempre respeitar os critérios de que este curso é uma atividade desenvolvida com objetivo pedagógico (SEBRAE, 2012a, p.11-12).

Pelo exposto neste excerto, pode-se reafirmar que a suposta autonomia do trabalho educativo proposto pelo SEBRAE, se limita a manter e/ou ampliar os procedimentos descritos na apostila. Em caso de ampliação das atividades propostas, essa acontecerá tão somente para tornar o ensino do empreendedorismo mais eficaz, não havendo espaço para

análises críticas acerca do conteúdo, metodologia e objetivos definidos pelo programa. Essa inflexibilidade do trabalho educativo reduz toda sua capacidade criativa e científica à dimensão reprodutivista e técnico-instrumental.

É possível identificar, a partir da apostila em questão, que o SEBRAE prescreve as bases para realização do trabalho educativo em dois planos interligados. O primeiro diz respeito a seu alinhamento à pedagogia das competências, sobretudo em sua relação com o Relatório Delors da UNESCO, e o segundo, seu comprometimento com o desenvolvimento do que denomina de “comportamento empreendedor”.

Para Duarte (1998), a pedagogia das competências pode ser definida como uma concepção educacional que negligencia o ato de ensinar, atribuindo ao trabalho educativo o dever de desenvolver a habilidade de “aprender a aprender”. O lema “aprender a aprender” é considerado, por parcela significativa dos intelectuais da educação na atualidade, como um verdadeiro símbolo das posições pedagógicas inovadoras, progressistas, afinadas às necessidades dos indivíduos e da sociedade atual (DUARTE, 2001). Contudo, esta concepção de ensino secundariza a importância da apropriação de conhecimentos sistematizados, retirando da escola a tarefa de transmissão do conhecimento objetivo para priorizar aprendizagens decorrentes das experiências e da dimensão prático-experimental vinculadas à esfera do cotidiano.

O lema “aprender a aprender” é a forma alienada e esvaziada pela qual é captada, no interior do universo ideológico capitalista, a necessidade de superação do caráter estático e unilateral da educação escolar tradicional, com seu verbalismo, seu autoritarismo e seu intelectualismo. A necessidade de superação das formas unilaterais de educação é real, objetivamente criada pelo processo social, mas é preciso distinguir entre a necessidade real e as formas alienadas de proposição de soluções para o problema. O lema “aprender a aprender”, ao contrário de ser um caminho para a superação do problema, isto é, um caminho para uma formação plena dos indivíduos, é um instrumento ideológico da classe dominante para esvaziar a educação escolar destinada à maioria da população enquanto por outro lado, são buscadas formas de aprimoramento da educação das elites (DUARTE, 2001: 28).

O próprio Perrenoud, um dos intelectuais mais comprometidos com a organização e difusão da pedagogia das competências deixa claro que a formação por competências exige uma pequena “revolução cultural”, caracterizada pela passagem da “(...) lógica do ensino para uma lógica do treinamento (coaching), baseada em um postulado relativamente simples: constroem-se as competências exercitando-se em situações

complexas (PERRENOUD, 1999: 54). Para Duarte (2003), há uma indissociável ligação, nos trabalhos de Perrenoud, entre as pedagogias do aprender a aprender e a formação do professor reflexivo. Segundo o autor, a pedagogia das competências e as concepções do professor reflexivo fazem referência a uma dupla negação do ato de ensinar (leia-se transmissão do conhecimento escolar) - (i) negam que esta seja uma tarefa do professor; (ii) e negam que essa seja uma tarefa dos formadores de professores.

Essas concepções desconsideram a importância dos conteúdos escolares, pois a principal função da escola é o desenvolvimento de competências úteis à resolução de problemas e situações cotidianas. Assim, reduzido ao treinamento de competências verificáveis em situações e tarefas pré-definidas, o trabalho educativo torna-se comprometido com um tipo de formação humana destinada à elevação das capacidades de empregabilidade, coesão social e conformismo social. Desloca-se completamente o ensino centrado em disciplinas para um ensino definido pelo treinamento e aquisição de determinadas habilidades e competências.

Para a pedagogia das competências, o trabalho educativo precisa ser reconvertido para que a subjetividade das trabalhadoras e dos trabalhadores possa ser facilmente plasmada na alienação. Isso significa que o SEBRAE acredita que a dimensão criativa e científica do trabalho educativo pode ser reduzida à dimensão reprodutivista e técnico-instrumental, exigindo, portanto, a alienação das professoras e dos professores (MARTINS; CASTRO, 2021: 169)

Fica claro que para essa instituição o trabalho educativo deve assegurar que, a partir do desenvolvimento de determinadas competências, o comportamento empreendedor seja desenvolvido, verificado e controlado. Cabe aos professores, treinar os alunos para que estes desenvolvam competências vinculadas ao mundo dos negócios, atuando, como propõe Perrenoud (1999), como um *coaching*. Para assegurar esse processo e não perder de vista sua filiação à pedagogia do “aprender a empreender”, o SEBRAE traça, como requisito ao desenvolvimento do comportamento empreendedor, as chamadas competências “cognitivas”, “atitudinais” e “operacionais”. Conforme consta na apostila do 6º ano do JEPP, seu objetivo é desenvolver as seguintes competências cognitivas:

- Conhecer aspectos do mundo dos negócios pela montagem de uma ecopapelaria.
- Compreender etapas de planejamento para concretizar um objetivo.
- Conhecer características do comportamento empreendedor.

- Estabelecer correlação entre cultura empreendedora e ecossustentabilidade. (SEBRAE, 2012a: 12)

Verifica-se que tais competências possuem um caráter absolutamente instrumental. Sua abrangência se reduz ao universo imediato do “mundo dos negócios”, limitando a capacidade reflexiva a processos mentais simples, próprios de um aprendizado plasmado pelo pragmatismo tecnicista, que não considera a importância da análise crítica e nem a compreensão histórica dos processos sociais.

Consideramos que a noção de “competências” na educação está vinculada ao pragmatismo tecnicista que estabelece as operações mentais nos níveis mais elementares do pensamento, fortalecendo a importância dos meios sem analisar as implicações e os fins do que se propõe. As competências limitam o desenvolvimento psíquico dos estudantes, possibilitando a captura de suas subjetividades, pois eliminam o estudo crítico do fenômeno para afirmar a sua forma aparente como expressão imediata de sua essência. Em outros termos, o ensino baseado em competências busca afirmar a representação de um fenômeno particular como se fosse universalmente válido. Com isso, o processo de humanização mediado pelo trabalho educativo se limita à adaptação dos estudantes ao conformismo social hegemônico expresso na ideologia do empreendedorismo (MARTINS; CASTRO, 2021: 170).

A descontextualização dos processos e fenômenos sociais, contribuem para que o discente tome o “imediato” e suas experiências pessoais como referências centrais no processo de aprendizagem. O aluno é colocado, nesse plano, como protagonista de sua aprendizagem, aprendendo por si mesmo, e fazendo de suas percepções particulares sobre fenômenos e processo contraditórios e multideterminados, pressuposto e ponto de partida para seu aprendizado. No plano geral, este processo explicita determinada visão do trabalho - de negação da humanidade do trabalhador (MARX, 2010; ENGELS, 2010), especialmente do docente; no plano específico, valida-se, justamente a partir dessa negação, o sistema apostilado de ensino (GARCIA; ADRIÃO, 2010), possibilitando a padronização e controle político-pedagógico do trabalho educativo. De teor extremamente destrutivo, este é o roteiro para o desenvolvimento de um trabalho educativo comprometido com a adaptação passiva das filhas e filhos da classe trabalhadora ao conformismo da sociedade de classes, ao desemprego estrutural e a ofensiva do neoliberal contra os direitos sociais.

5.4 PROTAGONISMO PRIVADO NA REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SERGIPE

Em breve crítica a Hegel, sobre o fato de considerar que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes, Marx (2011) argumenta que Hegel esquece de acrescentar que na história essa repetição de acontecimentos só pode se repetir como farsa. Próximo a servir aos mesmos interesses da lei de 1971, o Novo Ensino Médio vem se impondo no cenário político educacional como uma espécie de ajuste/imposição de uma perspectiva pedagógica, metodológica, filosófica (no sentido da concepção de homem e sociedade), profundamente alinhada à dinâmica do capital em crise.

Assim como a lei de 1971, aprovada sob um regime de urgência pelo governo militar, discutida e votada no Plenário do Congresso Nacional em um único dia, a implementação do Novo Ensino Médio nasceu com o mesmo vício, dada a tremenda indisposição em ouvir estudantes e professores na elaboração de suas propostas. Na interlocução com o Ministério da Educação não estavam as universidades, pesquisadores, professores ou estudantes, mas empresários dos mais diferentes ramos, como o Instituto Alfa e Beta, o Instituto Unibanco, O Instituto Ayrton Senna, a Fundação Itaú, entre outros. Além disso, reitera-se a similaridade, certamente como farsa, do Novo Ensino Médio com a lei de 1971, de não deixar claro quais serão os programas de capacitação e valorização dos docentes; se sua abrangência se limita aos estabelecimentos públicos de ensino (que atende 84,4 % dos estudantes do ensino médio (INEP, 2022)); se a rede particular de ensino será, de fato, obrigada a implementá-la; se as condições estruturais impostas pela reforma serão capazes de diminuir a histórica dualidade entre os sistemas de ensino; dentre outros.

É importante destacar que a dualidade educacional é inerente ao caráter de classe do sistema capitalista. Mas isso não quer dizer, contudo, que o grau de dualidade, de diferenças⁹² entre os sistemas de educação, não dependa também da correlação de forças advinda da luta de classes. Durante os trabalhos de campo voltados a conhecer os currículos implementados pelas escolas privadas de ensino médio de Sergipe, pudemos constatar que o sistema privado de ensino de Sergipe também implementou as bases que compõem o novo ensino médio e a BNCC. Contudo, conforme consta no “apêndice D”

⁹² É importante que fique claro que, a diferença dentro de uma sociedade desigual não é diferença, mas desigualdade, dualidade.

dessa tese, é nítido que a diferença que caracteriza os modos e conteúdo da reformulação curricular pública e privada estão assentadas na reprodução da dualidade estrutural entre os sistemas de ensino. Enquanto o ensino médio da rede pública atrela o processo de reestruturação curricular ao exercício de profissões simples e de caráter instrumental, as instituições privadas articulam suas bases curriculares, sobretudo por sua capacidade de oferta das diversas experiências e itinerários de formação, ao desenvolvimento de processos formativos vinculados a continuidade dos estudos no sistema superior de ensino.

Segundo Motta e Frigotto (2017), a Reforma do Ensino Médio foi promulgada sob a retórica da urgência em destravar as barreiras que impedem o crescimento econômico. Para tanto, seria necessário, segundo seus reformadores, suscitar aspectos considerados centrais na elevação das condições de competitividade do Brasil no mercado internacional – investimentos na melhoria da qualidade do Ensino Médio (sobretudo aumento da jornada escolar e a consequente melhoria no desempenho escolar); reestruturação do currículo (ajustando-o às novas necessidades/mudanças no mundo do trabalho e a suposta educação do século XXI); ampliação do número de vagas; e a contenção da evasão escolar.

No Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) tem acelerado o processo de reestruturação/padronização curricular, apoiado pelos dirigentes municipais e estaduais de educação (UNDIME e CONSED) e por setores empresariais, como o Todos pela Educação, Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna, só para citar alguns.

É nessa seara que a reestruturação do currículo do Ensino Médio é posta como urgente: melhorar o desempenho no IDEB e no PISA, flexibilizando o currículo de forma a facilitar as escolhas das disciplinas que os jovens das classes populares teriam menor dificuldade e, com isso, provavelmente, melhor desempenho nas avaliações em larga escala; desenvolver habilidades e competências que facilitem o ingresso no mercado de trabalho, formal ou informal, ou que proporcionem ocupações que venham a gerar renda — nesse caso, por meio do ensino de empreendedorismo (MOTTA; FRIGOTTO, 2017: 365).

Em Sergipe, a reforma curricular da educação básica foi totalmente indexada a mecanismos de governabilidade tendentes à desestatização da regulação social e consolidação do protagonismo de organizações empresariais (instituições filantrópicas e fundações empresariais). Em entrevista ao sindicato dos trabalhadores em educação do estado, ficou explícito o desafio de contrapor às tendências centralizadoras das

contrarreformas e propor caminhos trilhados por dentro das escolas, partindo de suas necessidades e projetos políticos. Segundo o entrevistado [informação verbal]⁹³

Analisar e debater a proposta do Novo Ensino Médio foi um primeiro desafio compreendendo sua concepção e em sequência construir uma proposta alternativa a implementada. Fomentar o debate a respeito da nossa proposta construída junto a base e promover encontros para elaborar, nas unidades escolares, matrizes curriculares que se adequassem à lei, mas sem incorporar sua concepção neoliberal (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I)

Em uma nítida intenção de induzir o processo de reforma da política educacional, as organizações empresariais vão buscando preencher, sem a participação direta e efetiva dos professores, arestas não apenas na participação e poder de decisão política, mas também no marketing, responsabilização social, benefícios fiscais e preparação dos indivíduos para o trabalho.

A narrativa presente nos documentos oficiais do estado de Sergipe é de que os currículos da educação básica do estado resultaram de amplo processo de participação e regime de colaboração entre o Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), professores e gestores escolares. Contudo, o Sindicato dos Trabalhos em Educação do Estado de Sergipe (SINTESE) é incisivo ao afirmar que, na elaboração do currículo de Sergipe, “(...) os interlocutores privilegiados foram os especialistas e, especialmente, os representantes dos empresários da educação congregados no movimento “Todos pela Educação”, como, por exemplo, Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação Natura e outras” (SINTESE, 2019: 6). A ausência de organizações que não possuem coparticipação na gestão pública direta das políticas educacionais de estados e municípios, como as universidades federais, sindicato e outras organizações da sociedade civil, parece ter sido uma escolha deliberada, antidemocrática, voltada a evitar dissensos e debates públicos sobre o processo de reformulação do currículo.

É importante frisar que as parcerias firmadas entre MEC e fundações privadas, para a formulação e legitimação da BNCC, sempre foram alvo de críticas pelas mais

⁹³ Entrevista concedida por Dirigente do SINTESE. Entrevista I. [nov. 2022]. Entrevistador: Luiz Carlos Tavares de Almeida. Itabaiana, 2022. Arquivo mp3 (52 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

distintas entidades educacionais⁹⁴. Sua implementação não se deu de modo pacífico, mas sob protestos de diversas entidades científicas, sindicais e de diversos movimentos sociais organizados da sociedade civil. Uma das manifestações de grande repercussão contra sua implementação foi realizada pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), no dia 11 de setembro de 2017. No momento em que se realizava a última audiência pública, a ANFOPE não se furtou de posicionar-se criticamente em relação à sua elaboração, discussão e aprovação da BNCC.

Nesse momento em que se realiza a última audiência pública, julgamos que não basta apenas manifestar nossa preocupação com o processo de elaboração e discussão da BNCC - questionada desde a sua primeira versão por Universidades e entidades do campo acadêmico, tanto pelos equívocos de formulação que impõem uma centralização curricular baseada em uma uniformidade incapaz de considerar a diversa realidade das escolas brasileiras e o ethos de seus alunos, quanto pela forma de condução desse processo. Questionamos a condução por imposição da terceira versão da BNCC, e também seu processo de produção que desconsiderou as críticas propositivas das entidades educacionais e privilegiou fortemente setores do empresariado interessados na padronização do ensino para atender fins mercadológicos (ANFOPE, 2017).

Questionado, em entrevista, se o currículo de Sergipe foi construído de maneira democrática e participativa, o dirigente do sindicato é enfático [informação verbal] ao afirmar que, “(...) sob nossa perspectiva não. Na medida em que trazer o documento pronto e reunir apenas gestores e um representante de professor de escola para conhecer e implementar nas escolas não é participação democrática e ampla da comunidade escolar) (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I)

O alinhamento entre os processos de reestruturação curricular e às concepções neoliberais privilegiam setores do empresariado interessados na padronização do ensino e no consequente alargamento das possibilidades de mercantilização dos processos educativos. O Movimento pela Base, por exemplo, fundado em 2013, possui um espaço privilegiado de atuação política, assessorando órgãos reguladores centrais da educação brasileira no processo de implementação da BNCC. Ao procurar garantir espaços de ação junto às redes de ensino e às escolas, difundindo visões sobre currículo e de como aplicá-lo na prática, produz um cenário de desequilíbrio no processo de participação coletiva

⁹⁴ A ANPED organizou uma série de reportagens, documentos e notas de diversas entidades sobre a Base Nacional Comum Curricular em: <https://www.anped.org.br/content/anped-e-bncc-luta-resistencia-e-negacao>

nos espaços de discussão e definição dos rumos da política educacional. Não por acaso, apenas 10% dos professores⁹⁵ consideram que o projeto educativo formulado pela Nova BNCC tem a capacidade de formar sujeitos críticos e conscientes de sua condição de classe. Um trabalho educativo que considere a dimensão coletiva, a construção sócio-histórica do sujeito, não pode ser guiado por fórmulas prescritas e itinerários pré-definidos, pois seu compromisso deve ser com a transformação e não com a adequação e conformismo social.

Em Sergipe, todo o processo de elaboração do currículo da educação básica foi orientado pelo Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC)⁹⁶, instituído pela Portaria MEC n.º 331, de 5 de abril de 2018. Este programa tinha por propósito disponibilizar apoio técnico e financeiro às secretarias da educação de estados e municípios no processo de revisão e/ou elaboração e implementação de seus currículos em alinhamento à BNCC. Sua atuação previa um conjunto de procedimentos de apoio técnico e financeiro para a implementação da reformulação curricular, dentre os quais destaca-se o "Plano de Trabalho" - documento responsável por conter o planejamento das ações de implementação da BNCC, em consonância com as macro ações do MEC, CONSED e UNDIME. Este documento contou com três frentes: (i) a contratação de "especialistas" em currículo; (ii) a realização de eventos formativos e de mobilização; (iii) impressão dos materiais curriculares. Além disso, o Plano de Trabalho previa as seguintes etapas: (i) indicação de bolsistas; (ii) mobilização e formações; (iii) consolidação da 1ª versão da formação básica do currículo e dos itinerários formativos iniciais; (iv) consulta pública; (v) e o envio do currículo completo ao Conselho Estadual de Educação. Além do Plano de Trabalho, o ProBNCC atuou em três frentes comprometidas com a implementação dos currículos, são elas:

1- Assistência financeira, via Plano de Ações Articuladas – PAR às Seduc, com vistas a assegurar: (i) a qualidade técnica na construção do documento curricular em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios para toda a Educação Básica, e (ii) a implementação dos currículos elaborados à luz da BNCC;

⁹⁵ Para dar visibilidade às opiniões dos professores acerca dos múltiplos processos que hoje compõem todo o arsenal de transformações advindas da Reforma do Ensino Médio, aplicamos questionários junto a professores de todas as Diretorias Regionais de Educação (DRE) do estado de Sergipe.

⁹⁶ Este programa foi elaborado pelo MEC em parceria com diversas entidades, a saber: (i) Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; (ii) União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime; (iii) organizações da Sociedade Civil; (iv) representações institucionais dos Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais (Conselho Nacional de Educação - CNE, Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação – FNCE e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME).

2. Formação oferecida pelo MEC para equipes de currículo e gestão do Programa nos estados; e
3. Assistência técnica que contempla: (i) pagamento de bolsas de formação para os professores da equipe ProBNCC, via FNDE, (ii) contratação de analistas de gestão, (iii) equipe alocada no MEC para apoio na gestão nacional do Programa, (iv) material de apoio, e (v) plataforma digital para apoiar a (re) elaboração do currículo e as consultas públicas. (BRASIL, 2019b, p. 4).

Todas as unidades federativas que aderiram ao ProBNCC passaram a contar com assistência financeira e técnica. Para tanto, o programa foi responsável por pagar bolsas de formação para os professores da equipe PronBNCC e a contratação de analistas de gestão. Além disso, foi elaborado um conjunto de materiais de apoio: (Guia de contextualização: temas contemporâneos e transversais na BNCC; Guia de implementação da BNCC; Guia de implementação da BNCC; Guia para Gestores escolares, dentre outros), e uma plataforma digital para dar suporte à (re) elaboração dos currículos e as consultas públicas.

Com o objetivo de implementar o disposto na Lei do Novo Ensino Médio ao que concerne aos direitos de aprendizagens essenciais, a elaboração do Currículo de Sergipe Etapa Ensino Médio se deu por meio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC (SERGIPE, 2022: 12)

Com o objetivo de implementar o disposto na Lei do Novo Ensino Médio e seguir o ProBNCC, foram selecionados, por meio do edital nº 11/2019, bolsistas para atuar como redator formador de currículo e gestão e, em consonância com o Documento Orientador do Ministério da Educação, 18 redatores formadores das quatro áreas do conhecimento. Os coordenadores das áreas de conhecimento foram coordenados por técnicos da SEDUC. Além dos coordenadores de área e redatores, a equipe do ProBNCC foi composta de duas articuladoras de itinerários, uma de itinerários propedêuticos e outra de Formação Técnica Profissional, e todos coordenados pela Coordenação de etapa e Coordenação Estadual do Currículo (SERGIPE, 2022).

Até sua implementação, o Currículo de Sergipe Etapa Ensino Médio passou por duas consultas públicas e 4 seminários. Além da equipe formada pelos 18 redatores(as), 1 coordenador estadual, 1 coordenador de etapa, 4 coordenadores das áreas do conhecimento e 2 articuladores de itinerários formativos, a redação do Currículo de Sergipe contou ainda com professores colaboradores das diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares.

É importante compreender que a elaboração de um currículo não representa um processo meramente técnico e neutro, dado por uma simples seleção e organização de diretrizes e objetivos previamente definidos e consensualmente aceito por todos os envolvidos, seu resultado sempre representará o retrato da dinâmica social, com seus conflitos, contradições e projetos de sociedade.

Após elaboração das versões preliminares do Currículo da Etapa Ensino Médio, tanto da formação geral, apresentada em 20 de dezembro de 2019, quanto dos itinerários formativos, apresentada em julho de 2020, foram feitas duas consultas públicas, a primeira via plataforma do MEC de consulta pública e a segunda via Portal Estude em Casa da SEDUC. Segundo o governo do estado, essas consultas públicas tinham o objetivo de assegurar a participação dos educadores na elaboração dos documentos. Além destas, foram realizados seminários virtuais para a coleta de contribuições para a construção coletiva do currículo de Sergipe. Nas plataformas de consulta pública, os participantes podiam analisar se os itens da consulta pública estavam claros ou pertinentes, e classificá-los em três níveis: “sim”; “parcialmente”; e “não”. A escolha pelo “não” permitia que o participante deixasse uma sugestão de melhora (SERGIPE, 2022).

Os questionários aplicados junto aos professores da rede pública de ensino do estado apontam que apenas 15,8% dos docentes concordam que o currículo do estado foi elaborado de maneira coletiva e democrática. Por outro lado, com opiniões diversas daquelas publicadas nos documentos oficiais, (18,3%) dos professores discordam total e (31,7%) parcialmente do caráter coletivo e democrático do processo de elaboração do respectivo currículo. Embora o número de professores que não concordam, independentemente do grau, seja maior do que os que concordam, chama atenção o alto percentual de professores que discordam apenas parcialmente.

O professor Luís Carlos de Freitas fornece subsídios para pensar sobre esse dado. Em seu livro - “A reforma empresarial da educação: nova direita velhas ideias”, o autor afirmar que o alinhamento curricular induzido pelos padrões dos planejadores (fundações e empresas privadas), nem sempre coincidem com os ideais dos profissionais da educação, contudo, o processo de destruição da educação pública é tão devastador, que ao controlar o processo educacional os próprios professores também são controlados. O controle do processo educativo permite “o controle da gestão, fazendo com que esta assuma um estilo empresarial e impedindo com isso a gestão democrática da escola com uma concepção pública, como um “bem comum”; e permite o controle dos profissionais da educação, por quem nutrem verdadeiro desprezo” (FREITAS, 2018: 103-104).

Indagado sobre essa questão, o SINTESE reconhece [informação verbal] que o processo de luta e consciência crítica acerca dos ataques sofridos pela educação não acontece de maneira rápida e espontânea, perpassa por mobilização e debate em espaços de interlocução política - “(...) Em alguns aspectos a resistência é imediata, em outros precisamos promover mais espaços de análise e debate”.

O processo de participação na reelaboração desse currículo produziu 950 comentários e sugestões de melhoria do documento preliminar. As sugestões foram analisadas pela equipe ProBNCC, que as apreciou, com base nos seguintes critérios: “Aceite” e “Não Aceite”, definindo, com isso, quais sugestões seriam consideradas na reescrita do Currículo. Segundo excerto do próprio currículo de Sergipe, “A Consulta Pública oportunizou a ampla e democrática participação dos múltiplos atores-chave que serão beneficiados pelo novo currículo estadual. Ela garante a legitimidade e a representatividade no território” (SERGIPE, 2022: 14). Contudo, para o SINTESE, esse processo de participação não foi exatamente tão democrático como asseguram os documentos oficiais do estado.

A consulta pública se deu através de plataformas gerenciadas pelo MEC, onde o usuário se limitava a dizer sim ou não em relação às metas a serem alcançadas através dos conteúdos. Finalmente, vale lembrar que as metas apresentadas em forma de código estão em consonância com os descritores das avaliações externas, assim, será possível controlar o processo de ensino na sala de aula (SINTESE, 2019: 6).

Na cartilha, “BNCC: perspectivas da classe trabalhadora. Necessidade de resistência”, o SINTESE é enfático ao afirmar que a promulgação da BNCC resultou de um processo aligeirado, antidemocrático e capitaneado por um forte grupo de empresários da educação. Nesse mesmo material, os docentes da rede pública de ensino do estado de Sergipe chamam atenção para o distanciamento entre as pretensas reformas curriculares e a realidade do dia a dia das escolas. A precariedade própria da falta de infraestrutura, materiais didáticos e de consumo, aparelhos tecnológicos e, especialmente, rede de internet com manutenção técnica, são, segundo estes, por si só suficientes para inviabilizar qualquer política educacional que se pretenda transformadora.

Nas pré-conferências realizadas entre os meses de junho a setembro de 2018, nas cidades de Itabaiana, Lagarto, Estância, Aracaju, Nossa Senhora da Glória, Neópolis, Maruim e Propriá, os(as) docentes constataram também que quem escreveu o documento da BNCC, não conhece o chão da escola, pois o rol de conteúdos detalhados para cada série e disciplina não considera a vida que corre entre os muros da

escola, não sabe qual a necessidade dos estudantes, não oferece o menor sinal de como é possível conhecer o que interessa aos estudantes, à comunidade (SINTESE, 2019:7).

Relatos como esses apenas ratificam colocações de autores como Giroux (1997) e Nóvoa (1996), de que as reformas educacionais pouco, ou nada, tem apostado na competência e capacidade dos professores em oferecer liderança intelectual e moral aos destinos da educação do país. Por isso que políticas curriculares como a empreendida pela Reforma do Ensino Médio possuem pressupostos tão estranhos àqueles que fazem a escola em seu dia-dia.

A força do setor privado, com ênfase nos mecanismos de mercado, vem crescentemente relativizando a autonomia da esfera pública na determinação das políticas sociais. Seduzidas pelas promessas e facilidades oferecidas pelas fundações privadas na melhoria do ensino, da gestão e dos índices de desempenho/aprendizagem dos alunos (avaliados pelos indicadores postos pela BNCC), o setor público vai cedendo sua suposta autonomia política aos interesses de projetos privatistas. Não se considera no discurso que aponta a ineficiência da escola e dos professores, as condições das instituições (com poucos recursos e materiais disponíveis), dos professores, dos alunos e de suas famílias. Para Saviani (2014), cada vez mais os movimentos de empresários vêm ocupando espaços nas redes públicas via UNDIME e CONSED, Conselhos de Educação e na própria composição do aparelho do Estado. Em Sergipe, as Fundações Lemann e Ayrton Senna participaram diretamente da construção do texto referente ao novo currículo, num claro movimento de intensificação dos mecanismos de controle social fortemente associados a discursos ideológicos elaborados por frações da sociedade civil cada vez mais dispostas a salvaguardar os interesses de reprodução do capital.

Em torno de uma “união pessoal” entre o Estado e organizações privadas de hegemonia, sejam elas nacionais ou internacionais, consuma-se a ideia de que alterar a qualidade da educação perpassa por abri-la, mais do que nunca, a mecanismos de privatização do ensino público. Aos poucos a rede pública de educação vai se transformando em um sistema de formação técnica, própria de uma política educacional totalmente favorável ao processo de privatização, mercantilização e financeirização.

A Fundação Lemann esconde por trás de sua aparência progressista, voltada à construção, por meio da educação, de um país socialmente justo, a força de uma rede formada por grupos econômicos que, espalhados pelo mundo, buscam influenciar as tomadas de decisões dos governos, fazendo prevalecer seus interesses em relação às

políticas educacionais. Em Sergipe, a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna atuaram por meio de assessoria técnica na elaboração do texto introdutório do currículo da educação básica.

Foi a partir das experiências⁹⁷ desenvolvidas em Sergipe, e em mais 5 estados - São Paulo, Mato Grosso do Sul, Piauí, Alagoas e Espírito Santo, que essa fundação pôde elaborar o “Guia Digital BNCC: construindo um currículo de educação integral”, voltado a “ajudar” as redes de ensino de todo o país a construir currículos de educação integral alinhados às diretrizes da BNCC. Nas palavras do próprio Instituto Ayrton Senna, ao final dessas experiências nos estados:

“(...) foi feito o lançamento do guia digital BNCC: construindo um currículo de educação integral para auxiliar gestores e equipes envolvidas na elaboração dos currículos das redes de ensino municipais e estaduais a assegurarem o compromisso com a educação integral indicada pela BNCC. No guia, é possível relembrar as principais funções da BNCC, se informar sobre o que é currículo e como ele pode ser estruturado, e entender quais conceitos definem a educação integral (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2018).

As parcerias celebradas com fundações e instituições privadas para a implementação da base, formação de professores/gestores e produção de material didático, foram/são utilizadas, inclusive com intensa propaganda institucional veiculada na mídia⁹⁸, como elemento legitimador do processo de adequação curricular. Muito embora os porta-vozes dessas fundações sejam considerados “especialistas”, várias são as vozes contrárias a essa vinculação idiossincrática. Para o SINTESE, por exemplo, [informação verbal], “(...) a formação continuada deve ser em parceria com Instituições Públicas de ensino superior. Sempre colocamos nossa posição contrária a essa ação

⁹⁷ Em Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Piauí foram realizados workshops direcionados às equipes das secretarias de educação, a fim de criar elementos para que estas refletissem e se apropriassem da mudança de paradigma proposta pela educação integral e estabelecessem estratégias para sua aplicação ao currículo de suas redes de ensino. Em São Paulo, foi realizado o “Ciclo de debates em Gestão Educacional: A formação de professores no contexto da BNCC”, evento internacional organizado pela parceria Itaú Social e Instituto Ayrton Senna, que reuniu especialistas brasileiros e estrangeiros, gestores públicos, acadêmicos, educadores e membros de organizações do terceiro setor para debater os impactos da BNCC na formação dos professores. No estado do Mato Grosso do Sul, foi realizado o Seminário “Regime de Colaboração: fortalecendo as competências socioemocionais dos estudantes de Mato Grosso do Sul”, evento que marcou o lançamento da parceria entre a Secretaria de Estado de Educação e o Instituto Ayrton Senna (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2018).

⁹⁸ Desde a implementação da nova BNCC a mídia tem se encarregado de criar uma narrativa de legitimação das reformas em cursos. Por vezes os representantes das fundações são apresentados como “especialistas da educação”, a ausência da participação, no debate, da opinião de estudantes e professores da rede pública e de pesquisadores de universidades, sequer é mencionada ou colocada em questionamento.

deliberada pelo estado em parceria com fundações e empresas privadas” (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I).

O procedimento geral desse processo consiste em introduzir, dentro dos sistemas de ensino, parâmetros de funcionamento parecidos com os da empresa, com ferramentas de aferição de qualidade (externas à realidade das escolas), dando visibilidade aos resultados das avaliações na mídia e condicionando os recursos hoje disponíveis a metas de aumento da qualidade das redes escolas (FREITAS, 2018). Se antes essas instituições atuavam isoladamente, com funções especializadas e dirigidas diretamente a unidades escolares específicas, hoje, sua capacidade de atuação estende-se e organiza-se em redes, passando a intervir nos sistemas municipais, estaduais e federal de educação, ampliando substantivamente sua força e projeção política.

Muito embora o processo de implementação do currículo possua diversos mecanismos de participação e consulta, estes não possuem o poder de alterar significativamente os objetivos pré-estabelecidos pelos mentores das políticas reformistas, e muito menos ter o controle do trabalho educativo (dado pela definição da forma do trabalho docente, do modelo de ensino baseado em competências e habilidades, produção de recursos didáticos, implementação de processos contínuos de avaliação censitária) impostos pela BNCC.

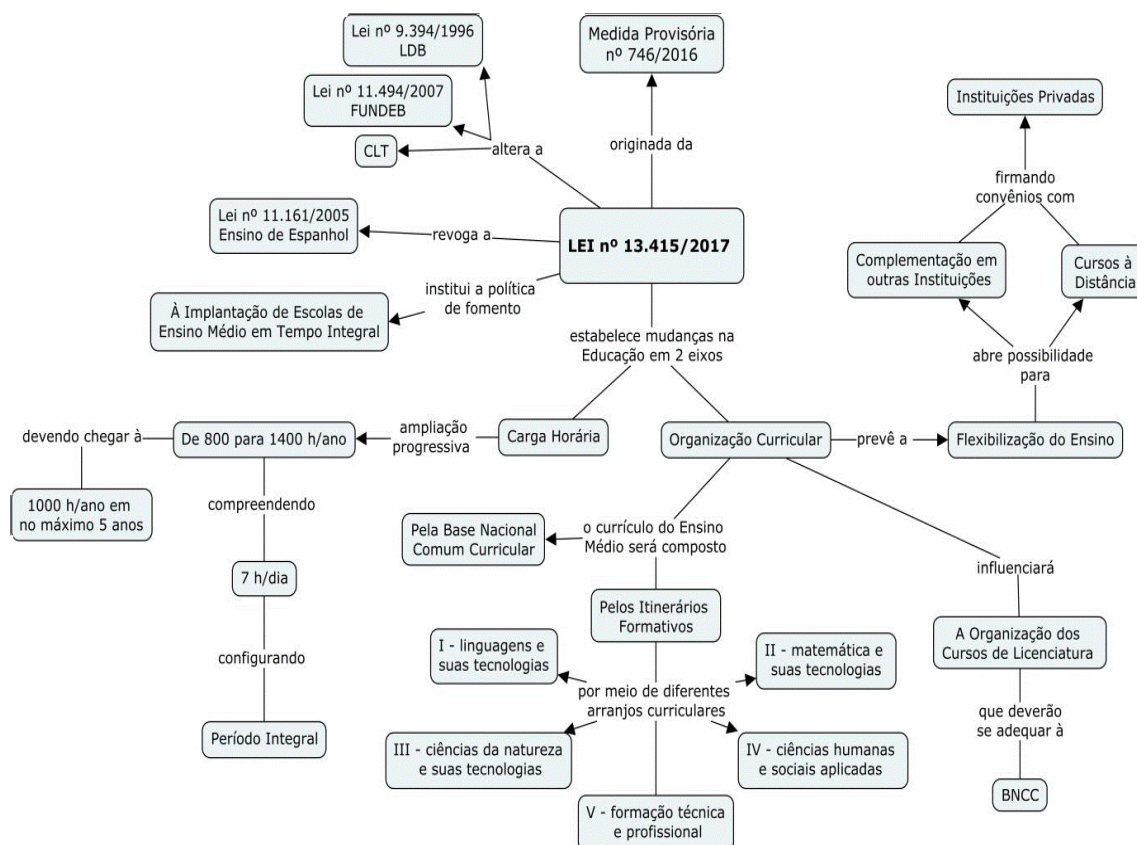
5.5 ESVAZIAMENTO CURRICULAR E CONTROLE DO TRABALHO EDUCATIVO

Toda a reorganização curricular pautada na nova BNCC, protagonizada por “parceiros” e instituições financeiras empresariais, centrada no ensino de habilidades e competências, não avança nas históricas e reais necessidades de transformação dos processos de ensino, pelo contrário, aprofunda problemas estruturais e acirra a dualidade educacional. Acentua-se um cenário em que as políticas públicas são pensadas e elaboradas segundo interesses privados, de origem não exclusivamente nacional e, na maioria das vezes, de difícil caracterização e desconhecimento público.

De maneira geral, dada sua complexidade e capilaridade, as principais alterações previstas na Lei 13.415 (BRASIL, 2017) para o ensino médio, são: (i) alteração da carga horária; (ii) reestruturação da organização curricular (fragmentada em itinerários formativos, desobrigando a oferta de diversas disciplinas ou reduzindo sua carga horária); (iii) alteração das regras do financiamento da educação pública (permitindo parcerias com

o setor privado); (iv) permissão para que parte da formação dos estudantes da rede pública seja feita por instituições privadas (inclusive na modalidade a distância). Para tanto, ao tratar da educação integral, a lei definiu o aumento da carga horária de 800 (oitocentas) para 1.000 (mil) horas anuais, em um prazo de cinco anos, podendo chegar a 1.400 (mil e quatrocentas) horas, sem prazo determinado para cumprimento.

Figura 1 - Mapa conceitual - as principais implicações da Lei nº13.415/2017



Fonte: Lei nº 13.415/2017

Oriundo desse movimento reformador, o processo formativo passa a ser dividido em dois momentos - o primeiro e comum para todos os estudantes, restringe-se a estudos relacionados à BNCC, com o máximo de 1.800 horas, e o outro, permeada por cinco itinerários formativos, com o mínimo de 1.200 horas, totalizando 3.000 horas no ensino médio. A definição da distribuição das cargas horárias da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos (IF) é definida pelas redes de ensino e instituições, desde que seja respeitado o mínimo de 1000 horas anuais, 1200 horas para os IF e o máximo de 1800 horas para a FGB. Isso quer dizer que, a formação geral e comum a todos os

estudantes sofreu redução quando comparado a carga horária da formação básica de antes da reforma, que era de no mínimo 2.400 horas.

A BNCC define como “direitos e objetivos de aprendizagem” do Ensino Médio, as áreas do conhecimento referentes à Formação Geral Básica: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas. Já os itinerários formativos, estruturantes da parte diversificada do currículo deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, distribuídos em cinco áreas de especialização: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.

Nota-se que, quatro dos cinco IF coincidem com as áreas do conhecimento da BNCC, apenas o itinerário de formação técnica e profissional não consta nas áreas que definem os “direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio”. Muito embora formalmente todos os itinerários habilitem os estudantes na condução e prosseguimento de seus estudos no ensino superior, é importante destacar que, a depender do itinerário cursado pelos estudantes, esses terão mais ou menos possibilidades de êxito nos cada vez mais exigentes exames seletivos para o ensino superior. O processo seletivo para ingresso nos cursos de nível superior é alinhado às competências e as habilidades definidas na BNCC, então aqueles que cursarem itinerários de formação técnica e profissional terão, certamente, maiores dificuldades nas avaliações para o ingresso na Educação Superior. Por outro lado, aqueles que cursarem os demais IF terão uma maior carga horária destinada às “habilidades e competências” exigidas nesses exames, podendo cursar, mesmo de maneira fragmentada, todas as 3 mil horas da carga horária mínima estabelecida pelo Novo Ensino Médio.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4, de 21/11/2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), formulada sob forte influência do setor empresarial, a BNCC do Ensino Médio é definida como “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito dos adolescentes, jovens e adultos no Ensino Médio” (Brasil; MEC; CNE, 2018b, Art. 1º, § 1º). De acordo com a mesma resolução, os Itinerários formativos, presentes no artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº 3, são definidos como

(...) cada conjunto de **unidades curriculares** ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade (BRASIL; MEC; CNE, 2018a, Art. 6º, III, grifo do autor).

A definição atribuída aos itinerários aponta para a existência de dois tipos de itinerários diferentes, quiçá excludentes. O termo “ou”, presente no texto que define os IF, não aparece de maneira casual, sem importantes impactos na produção dos significados produzidos no texto. Ele representa a existência de caminhos formativos diferentes - um deles voltado ao aprofundamento dos conhecimentos e prosseguimentos dos estudos, e o outro, voltado ao preparo para o mundo do trabalho, dirigido à construção de soluções para problemas específicos da sociedade. O direcionamento atribuído aos IF definirá o que se pretende com a educação básica - proporcionar o aprofundamento dos conhecimentos e o consequente preparo para o prosseguimento dos estudos, ou objetivar um tipo de habilitação profissional para a adaptação às novas condições ocupacionais exigidas pelo mundo do trabalho atual.

Conforme constatado nos trabalhos de campo realizados junto aos estabelecimentos de ensino médio privado de Sergipe, parcela significativa dessas instituições oferecem em sua base diversificada, nos chamados Itinerários Formativos, unidades curriculares relacionadas à “Robótica”; “Astronomia”; “Química Forense”; “Engenharia e Economia”; “Música”; “Medicina e Saúde”; “Informática”; “Biotecnologia”; “Cinematografia”; “Tecnologia e Informação”, dentre outras. Acreditamos que as diferentes ofertas curriculares criam formas sutis, mas muito capciosas, de exclusão das classes populares, que apesar de estarem inseridas na escola, no sistema educacional, são submetidas a gradações dissimuladas de produção de injustiças e imobilismo social. Embora os currículos dos estabelecimentos de ensino privado tenham se alinhado a BNCC, sobretudo na oferta da base comum obrigatória e do componente “Projeto de Vida”, o conteúdo e capacidade estrutural de desenvolver, junto a parte diversificada, formas de experiências e aprendizagens pautadas nas ciências, no desenvolvimento cognitivo e preparo para o prosseguimento dos estudos no ensino superior, produz um processo formativo diametralmente diferente do realizado pela escola pública.

Muito embora “(...) os sistemas de ensino devem garantir a oferta de mais de um IF em cada município, em áreas distintas, permitindo-lhes a escolha, dentre

diferentes arranjos curriculares, atendendo assim à heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e aspirações” (Art. 12, § 6º), a oferta destes não reflete a demanda apresentada pelos jovens, mas as “possibilidades estruturais e de recursos das instituições ou redes de ensino” (BRASIL, MEC; 2018a, Art. 12, § 8º). Além disso, a lei afirma que “os sistemas de ensino devem estabelecer o regramento do processo de escolha do itinerário formativo pelo estudante” (Art. 12, § 10º), o que significa que poderá haver, por exemplo, processos seletivos para o acesso a esse ou aquele itinerário. Ao limitar a livre escolha do itinerário a ser cursado, corre-se o risco de reduzir essa dita liberdade de escolha do estudante a imposição das trajetórias de ensino muito mais vinculadas a sua relevância para o contexto local e a possibilidade de ensino (Art. 12, § 5º), do que propriamente ao interesse, condição e aspiração do estudante. Embora o objetivo proclamado pela “flexibilização curricular” seja produzir processos de aprendizagens que considerem a diversidade de interesses dos jovens, o que se tem de concreto é a reprodução, a partir, sobretudo, dos itinerários formativos, da força de trabalho conforme as exigências da divisão sociotécnicas das relações de produção, com um ensino instrucional para os operários, e um outro, de caráter academicista, para os quadros superiores da estrutura produtiva.

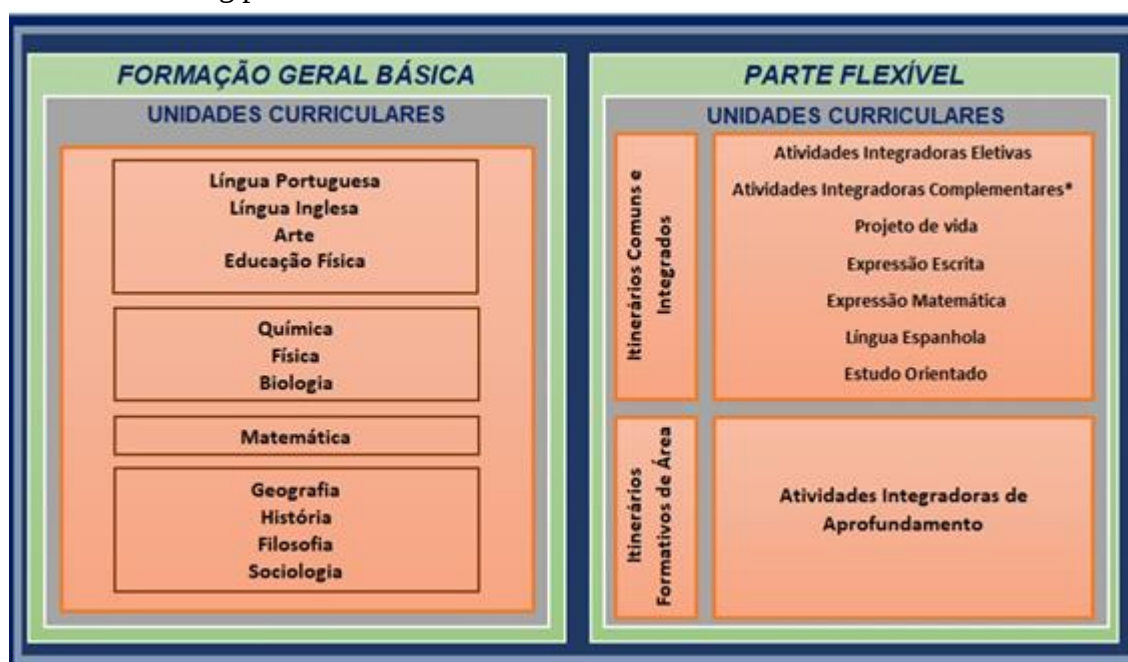
Na educação pública do estado de Sergipe, as escolas de Ensino Médio convencional ofertam, na parte diversificada do currículo, Itinerários Formativos Comuns e Integrados⁹⁹ (de matrícula obrigatória para todos os estudantes de Ensino Médio da rede), Itinerários Formativos de Área e Projeto de Vida (ofertado ao longo de todo o ensino médio), conforme consta na figura 2.

Segundo a SEDUC (2021), os Itinerários Formativos Comuns são um conjunto de Unidades Curriculares que devem ser cursados por todos os estudantes da Rede Estadual, cujo objetivo é balizar e promover a maturação das escolhas do estudante no 2º bloco de flexibilização curricular – o aprofundamento de Áreas. Já os Itinerários Formativos por Área, são o conjunto de Atividades Integradoras com foco no aprofundamento do conhecimento da área que o estudante escolhe, de acordo com seu plano individual de curso.

⁹⁹ É a Unidade Curricular com nomenclatura herdada da Matriz Curricular do Programa Ensino Médio Inovador-Sergipe e que está sendo utilizada para agregar todas as Unidades Curriculares a serem desenvolvidas pelos professores que lecionarão neste campo (Itinerários Formativos). Substituí os termos “disciplina” e “Unidade Curricular” por estar mais adequada ao que é proposto nesta parte da Matriz. (...) Na Matriz Curricular elaborada pelos Serviços de Ensino Médio desta secretaria, SEMED/SEPRO/SEDUC-SE, existem dois tipos de Atividade Integradora: As Atividades Integradoras Eletivas e as Atividades Integradoras de Aprofundamento (SERGIPE, 2021).

Os Itinerários Formativos de Área são comuns a todas as escolas da rede e ministrados a partir da segunda série; do mesmo modo está a unidade curricular Projeto de Vida, ofertada por todas as escolas da rede pública e privada de ensino, desde a primeira série do ensino médio. Nas escolas em tempo integral¹⁰⁰, além de também serem ofertadas a Formação Básica Geral e Itinerários Formativos Integradores, são ofertados Itinerários de Formação Técnica e Profissional. A ideia da escola em tempo integral preconizada pela Reforma do Ensino Médio tem por “(...) base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos aspectos socioemocionais, observados os seguintes pilares: aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser” (BRASIL, 2016). Contudo, a dita “formação integral e integrada” faz parte de um projeto educativo cujo foco está na ampliação da jornada escolar. Suas bases político-pedagógicas estão amparadas nos ideários neoliberais e escolanovistas, e em conexão com os quatro pilares da educação e com a pedagogia das competências.

Figura 2 - Matriz Curricular do Novo Ensino Médio Convencional da Educação Básica do estado de Sergipe.



Fonte: Serviço de Ensino Médio – Semed/DED (Seduc/SE), 2021.

¹⁰⁰ Segundo dados do Censo Escolar 2021, a rede estadual de educação de Sergipe é o 4º estado, proporcionalmente, que mais cresce no número de matrículas na rede pública. A proporção para Sergipe é de 26,6%, ficando atrás apenas para Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Muito embora as Atividades Integradoras assumam lugar de maior flexibilidade no currículo, já que podem ser trabalhadas a partir de qualquer área do conhecimento, e com temas livres (Atividade Integrado Eletiva), sua oferta deve estar alinhada ao desenvolvimento de habilidades específicas de pelo menos um dos quatro Eixos Estruturantes dos IF, como consta no quadro 4. Visando o cumprimento dessa vinculação, a SEDUC-SE, por meio da equipe de Serviço de Ensino Médio, disponibiliza aos professores do ensino médio, um “Quadro Norteador”, cujo objetivo é propor planos de atividades docente em alinhamento as 10 Competências Gerais da BNCC aos Eixos Estruturantes dos IF. Sua estrutura é composta pelos seguintes elementos: Foco Pedagógico; Objetivos; Habilidades Gerais dos Itinerários Formativos; Habilidades Específicas por Área do Conhecimento e; Habilidades da Formação Técnica Profissional.

Quadro 4 - Eixos Estruturantes obrigatórios para o desenvolvimento das atividades dos Itinerários Formativos.

Investigação Científica	Este eixo tem como ênfase ampliar a capacidade dos estudantes de investigar a realidade, compreendendo, valorizando e aplicando o conhecimento sistematizado, por meio da realização de práticas e produções científicas relativas a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à formação Técnica e Profissional, bem como a temáticas de seu interesse.
Processos Criativos	Este eixo tem como ênfase expandir a capacidade dos estudantes de idealizar e realizar projetos criativos associados a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temáticas de seu interesse.
Mediação e Intervenção Sociocultural	Este eixo tem como ênfase ampliar a capacidade dos estudantes de utilizar conhecimentos relacionados a uma ou mais Áreas de Conhecimento, à Formação Técnica e Profissional, bem como a temas de seu interesse para realizar projetos que contribuam com a sociedade e o meio ambiente.
Empreendedorismo	Este eixo tem como ênfase expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida.

Fonte: Serviço de Ensino Médio - Semed (Seduc/SE), 2021

Para além das críticas que possam ser feitas sobre a centralidade assumida pela pedagogia das competências na definição do trabalho educativo, sobretudo ao assumir o lugar de processos formativos anteriormente baseados na disciplinarização do conhecimento - crítica que possui plena (50,8%) e parcial (35,8%) concordância dos professores consultados, há uma gama de outras questões que assolam o cotidiano da sala e que denunciam o descompasso existente entre a reforma educacional em curso e a realidade concreta das instituições de ensino. No documento - “BNCC: currículo sob a perspectiva da classe trabalhadora”, elaborado pelo SINTESE, há uma série de relatos de

professores do estado de Sergipe acerca da necessidade de alinhar seu fazer pedagógico às habilidades e competências exigidas pela BNCC.

Além da ineficiência do estado na gestão dos recursos, há a ausência da família no processo de contribuir com a aprendizagem do aluno, logo é difícil realizar determinadas habilidades propostas pela BNCC (Região Alto Sertão, 03/08/2018 apud SINTESE, 2019: 13).

Há diversas habilidades que já são desenvolvidas em sala de aula, nesse sentido a BNCC não se constitui como novidade (Região Sul, 21/07/2018 apud SINTESE, 2019: 13).

Muitas habilidades presentes no 6º e 7º anos requerem equipamentos não disponíveis nas escolas. Para deixar claro: Falta laboratório, internet, salas de recursos etc.” (Região Centro-Sul, 20/07/2018 apud SINTESE 2019: 13).

Por fim, as habilidades e competências aprendidas para o mercado num determinado tempo podem não servir para outra época. O mercado muda, portanto, a aprendizagem voltada para ele pode ser inócua. A educação deve ser para a vida, pois vida é trabalho, afeto, espiritualidade, respeito e crescimento (SINTESE, 2019: 13).

A expansão da lógica privada avança no cenário educacional com tal intensidade que a escola pública é praticamente toda ela descaracterizada, e o trabalho educativo torna-se replicador de lógicas de treinamento e desenvolvimento de competências e habilidades consideradas úteis ao cotidiano dos estudantes. Em consonância com essa visão, 35,8 % dos professores consultados discordam total e 35,8% parcialmente da narrativa que inscreve a Reforma do Ensino Médio como medida política de melhoria dos processos formativos dos estudantes.

O fundamento para as formulações reformistas, inclusive de alto valor corrosivo à autonomia das escolas e de seus professores, está na propalada “administração gerencial” - métrica que passa a balizar, por meio da aferição do rendimento escolar, a funcionalidade das escolas públicas.

Pela mimese da produtividade empresarial, a lógica de gestão educacional com estabelecimento de metas, avaliação sistemática do rendimento escolar, responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso ampliou o domínio dos resultados sobre o processo, reduzindo o trabalho educativo ao produto, num movimento fetichista bastante conhecido. (CATINI, 2019: 35).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo, é considerado como um dos grandes parâmetros de aferição da “qualidade” das unidades

de ensino. Considera-se que seu resultado é a expressão do desempenho das práticas de gestão desenvolvidas nas unidades de ensino. Segundo essa perspectiva, cabe às escolas “produzir mais com menos”, aumentar sua “produtividade” (desempenho dos alunos nas avaliações externas), mas sem elevação dos investimentos. Questionado sobre o sistema de avaliação da educação básica implementado em Sergipe - SAESE, cuja primeira versão foi realizada em 2021, já vinculada às habilidades e competências da BNCC, o SINTESE afirma que [entrevista I],

Infelizmente se trata de um modelo de avaliação que não leva em consideração a realidade distinta das unidades escolares, muito menos a estrutura técnica, física e pedagógica necessária para assegurar uma formação sólida, mirada nos princípios de uma educação de qualidade social. O formato adotado para o Saese serve apenas a meritocracia, uma vez que irá ranquear as escolas e fomentar menosprezo e críticas àqueles que forem mal avaliadas” (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I).

Os sistemas de avaliação adotados no Brasil são utilizados como instrumento de cooptação e imposição da pauta reformista nos currículos escolares. Cumpre-se a obrigatoriedade de redefinir currículos, flexibilizá-los e torná-los aptos à mensuração estatística. “A via de mão dupla dos processos de ensino-aprendizagem se torna via de mão única da aprendizagem” (CARNEIRO, 2019:42). Nesse processo o professor torna-se um reprodutor de apostilas prescritivas, fechadas em planejamentos prontos e amarrados a códigos alfanuméricos, e o estudante, avaliado por metas curriculares alheias às determinações da sala de aula.

No Brasil, a efetividade da política de flexibilidade curricular (puxada pelas avaliações educacionais) e ampliação da liberdade de escolha dos percursos formativos, esbarra na própria realidade concreta do sistema educacional. Em Sergipe, 44% dos municípios¹⁰¹ do estado dispõem de apenas uma escola de Ensino Médio Regular, o que pode levar, tendo em vista que cada município deve garantir a oferta de mais de um itinerário formativo, em áreas distintas, a necessidade de ampliar parcerias junto a instituições e empresas privadas visando a oferta desses componentes curriculares, inclusive no formato a EaD.

É importante frisar que o processo de reestruturação do currículo está total e consensualmente alinhamento as definições de qualidade definidas pela OCDE –

¹⁰¹ Ver em: Rede Estadual - Portal da Educação. SEED-SE. Disponível em: <https://www.seed.se.gov.br/redeEstadual/escolas-rede.asp>. Acessado em: 29 jan. 2023.

organismo que passou a controlar/impor os indicativos de desempenho escolar em nível internacional, e com ele o que se convencionou chamar de qualidade da educação: ler, escrever, contar e ter noções básicas de ciências. Além do esvaziamento curricular, a Reforma do Ensino Médio aprofunda os processos de precarização, alienação e desqualificação do trabalho educativo. Possibilita inclusive a dispensa de professores “ociosos” com a desobrigação da oferta de disciplinas, abre caminhos para a implementação do EaD¹⁰², e legitima a inserção do denominado “notório saber” (professor leigo, sem formação em licenciatura e vinculado a um tipo de conhecimento instrumental), dentre outros.

Em Sergipe, de acordo com a Resolução do CEE/SE nº 5158/2022/SEDUC/SE de 02 de dezembro de 2022, a qual define as normas e diretrizes para a oferta das atividades de ensino realizadas a distância, as atividades de ensino e aprendizagem a distância poderão ser ofertadas a partir dos seguintes condicionantes: (i) adesão das unidades de ensino; (ii) planejamento escolar; (iii) hibridismo educacional. A lei ainda deixa claro que, a oferta das atividades de ensino a distância não serão exclusividade dos espaços escolares públicos, podendo ser ofertadas a partir de instituições parceiras e sob a tutoria de seus professores.

Admite-se à realização de atividades de ensino e aprendizagem a distância em horários e espaços escolares diversos, em situações de ofertas desenvolvidas por meio de instituições parceiras, sob tutoria de seus professores e/ou de professores do quadro permanente ou temporário, da Rede Pública Estadual de Ensino de Sergipe, lotados nas instituições educacionais onde os estudantes estão matriculados (Art. 3º, § 2).

A narrativa inscrita na maior parte das resoluções que regulamentam a implementação do novo ensino médio delega certa liberdade e autonomia às unidades de ensino, incentivando que construam um “repertório próprio”, contudo, sempre orientado por políticas educacionais já definidas. Não é por acaso que fundações empresariais prestam consultorias educacionais às secretarias de ensino de todo o país - o objetivo é o

¹⁰² Com a implementação do Novo Ensino Médio, o ensino integral e a ampliação da carga horária passam a ser exigências impostas às instituições de ensino, públicas e privadas. Nesse contexto, as mais diversas dificuldades enfrentadas pelas escolas para a oferta da nova carga horária acabam fazendo do ensino híbrido uma alternativa. Para tanto, a lei que determina o Novo Ensino Médio prevê que 20% da carga horária total de aula do ensino médio, preferencialmente para os itinerários formativos, podem ser ofertados em EaD. Para o ensino noturno, essa oferta pode chegar a 30% da carga horária, também preferencialmente para os itinerários formativos. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 80% da carga horária pode ser oferecida em EaD.

alinhamento das ações dos gestores escolares (inclusive via redefinição do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições de ensino) às novas determinações da política educacional. Para Catini (2019), “(...) vivemos um surto de investimentos na formação de diretores e professores (gestores), nas terceirizações da gestão (...) e controle do trabalho (...)” (CATINI, 2019: 37). De modo geral, o empresariado compreende os diretores das instituições de ensino como os grandes responsáveis pelas atividades realizadas nas escolas. Considera-se que estes, por sua capacidade de liderança, são capazes de indicar, mediante a adoção de uma filosofia comum a ser implementada com o apoio de todos, inclusive dos professores, os caminhos a serem percorridos por toda a comunidade escolar. Segundo Heloisa Lück, porta-voz dos interesses da Fundação Lemann,

[...] o diretor é o profissional a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados (LÜCK, 2009, p. 17).

Alinhado a essa perspectiva educacional e sob a justificativa de produzir um currículo fundado e articulado às demandas do trabalho e a ampliação do diálogo entre teoria e prática, o estado de Sergipe estabeleceu, no momento da reformulação de seu currículo, parcerias com as seguintes instituições: IFS; Secretaria de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico; Centro Integrado de Empresa Estágio; Empresas públicas e privadas; SergipeTec (SERGIPE, 2022: 516). Chama atenção o fato de as Universidades Públicas e Privadas terem sido consideradas apenas como possibilidade de futuras parcerias.

A adesão de unidades com Ensino Médio Convencional à oferta de atividades de ensino e aprendizagem a distância fica condicionada à previsão de horários regulares para os estudantes participarem das atividades síncronas e assíncronas, nos espaços escolares ou de instituições parceiras, sob tutoria de professores do quadro permanente ou temporário, lotados nas instituições educacionais onde os estudantes estão matriculados da Rede Pública Estadual de Ensino de Sergipe e/ou nas instituições parceiras (Art. 4º, § 3) .

A flexibilidade legal dispensada ao EaD emerge no bojo discursivo da falta de recursos para a implementação das novas exigências do ensino, que de modo particular tende a beneficiar, já no curto prazo, o setor privado-mercantil. É importante que não se

perda de vista que as reformas educacionais, bancadas pelo setor mercantil, tendem a expandir os interesses dos grandes grupos privados, os quais ampliam suas possibilidades de negócios para além da oferta de vagas no ensino superior, incorporando a seu espaço de atuação, a oferta de uma gama de serviços que envolvem consultorias, produção de materiais didáticos, plataformas¹⁰³ EaD, entre outros.

Esta filiação aos mecanismos de mercado também pode ser constatada, e isso não é uma especificidade de Sergipe, nas inúmeras ações, seja via inserção de disciplinas, projetos ou ações pontuais nos sistemas de ensino, destinadas a pautar o empreendedorismo no currículo da educação básica. Tanto a Resolução CNE/CEB nº 3 (BRASIL, MEC; CNE, 2018a, Art. 12, § 2º, IV) quanto a Resolução CEE/SE nº 5158/2022/SEDUC/SE, estabelecem o empreendedorismo como um dos “eixos estruturantes” dos itinerários formativos, o que demonstra o peso do ideário da gestão, dos negócios e do empreendedorismo na conformação do currículo da educação básica.

Em consonância com esse ideário, no ano de 2019, o estado de Sergipe incorporou ao seu currículo, por meio de acordo de cooperação técnica entre SEDUC e SEBRAE, o componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”. Como consta no próprio componente curricular, seu conteúdo enfatiza um tipo de pensar que pode ser confundido com o experimental, cujas metodologias pautam-se na pedagogia da presença e das perguntas, proporcionando ao estudante o desenvolvimento de valores atitudinais, e o sentimento da co-responsabilização e o exercício da autoaprendizagem (SEBRAE, 2019). Para o SINTESE, a adoção do empreendedorismo no currículo representa um grande retrocesso educacional [entrevista oral], “Somos contrários a essa incorporação. Essa apologia deixa óbvia a visão neoliberal que assola nossa educação” (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I). E acrescenta [entrevista oral],

Como uma visão de empreendedorismo sustentado numa meritocracia que não reflete a realidade dos nossos estudantes. Defendemos que fosse discutido o cooperativismo, pelas associações e pela reunião e organização do nosso povo, em nome da emancipação política e social que almeja a revolução pela qual muitos lutaram (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I).

¹⁰³ Criam-se as condições para que as grandes empresas da educação alarguem seu nicho de mercado fornecendo “kit’s pedagógicos” compostos por material didático, aulas e plataformas (on e off-line). Se por um lado origina-se um grande mercado nacional unificado, por outro, escolas e professores perdem sua autonomia no processo de enfrentamento aos desafios das realidades locais.

Este posicionamento diz respeito, sobretudo, à valorização, via educação empreendedora, do esvaziamento curricular proporcionado pela retirada de disciplinas antes obrigatórias para a formação básica, e inserção de disciplina e/ou itinerários formativos voltados ao apelo a meritocracia e a individuação adaptativa das questões sociais. Questionados acerca do caráter “inovador” subscrito ao eixo estruturante - empreendedorismo, 37,5% dos professores concordam total, e outros 37,5% parcialmente que este eixo despreza a realidade dos alunos, suas demandas e peculiaridades socioambientais, culturais e econômicas.

Ao enfatizar o “protagonismo juvenil” no desenvolvimento de “projetos de vida”, o currículo de Sergipe se mostra altamente tangenciando pelo ensino técnico e profissional. Propõe-se que o estudante, por meio de seu projeto de vida, construído em sala de aula, possa definir seu percurso formativo, entretanto, impedido pelos próprios limites estruturais do ensino público, o protagonismo estudantil fica reduzido a “escolha” de itinerários formativos esvaziados teoricamente e alinhados ao desenvolvimento de habilidades úteis e elementares. Segundo o componente curricular elaborado pelo SEBRAE,

(...) o presente documento intenciona apresentar uma proposta de componente curricular acerca de Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira para o ensino fundamental, **tendo como foco a formação de competências** necessárias que propiciam aos estudantes maiores condições de atingir com sucesso os seus objetivos pessoais e profissionais, preparando-os para o protagonismo de suas ações e **para o futuro no mercado de trabalho**, a partir do estímulo de competências relacionadas à autoconhecimento, criatividade, resiliência, persistência, flexibilidade, comprometimento, cooperação em equipes, liderança e a autoconfiança. O desenvolvimento dessas competências favorece as crianças e jovens a atuarem como personagens principais de uma iniciativa, participando de forma ativa e construtiva na sociedade, ou seja, favorece ao estudante para que seja autônomo, solidário e competente, no que se refere a aprender a ser (competência pessoal), aprender a conviver (competência social), aprender a fazer (competência produtiva) e aprender a conhecer (competência cognitiva) (SEBRAE, 2019: 11, grifo próprio autor).

Elaborado e adotado, de forma gradativa, na parte diversificada do currículo da educação básica, o componente curricular “Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira”, já alcançou 84.372 alunos e 354 escolas da rede estadual e municipal no Ensino Fundamental - anos iniciais e anos finais - e escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas fases da EJAEFII e EJAEM. Em 2021, o SEBRAE entregou

à SEDUC 28.060 livros, destinados aos alunos do ensino fundamental. Desenvolvido pelo SEBRAE e por professores de Sergipe, este material (apostila) já está sendo utilizado em outros 14 estados. Sua elaboração levou em consideração o desenvolvimento da metodologia Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), além de estar alinhado à BNCC e ao Currículo de Sergipe. Para o SEBRAE, essa apostila possui fundamental importância para o desenvolvimento do protagonismo estudantil, da autonomia, da construção de projetos pessoais e realização de sonhos.

Questionado sobre a importância da parceria entre o SEBRAE - SE e a SEDUC, o dirigente do SEBRAE - SE, afirma que [entrevista oral]¹⁰⁴

(...) não há como separar atividade econômica, as expectativas de sobrevivência, de formação profissional da formação escolar (...) Então é uma atividade que tem que fazer parte, construído conjuntamente, e é isso que foi feito, está sendo feito em Sergipe, entre o SEBRAE e a secretaria do estado da educação de forma a levar o empreendedorismo como forte componente curricular integrado ao projeto original pedagógico, então, o empreendedorismo não é para preencher horário de aluno, não é para encher hora em escola de horário integral ou coisa semelhante, não o empreendedorismo vem para complementar, para enriquecer, todo o projeto original curricular pedagógico que precisa ser realizado e trazer também inovação, trazer outras formas de educar, de maneira bem mais lúdica, bem mais interessante (GESTOR DO SEBRAE/SE, Entrevista II).

Para Fernando Dolabela (1999; 2004), mentor da pedagogia empreendedora no Brasil, o empreendedorismo é um instrumento capaz de transformar sonhos em realidade, e o empreendedor, aquele que sonha e luta para tornar concretamente viável os seus sonhos. Para o autor, o indivíduo tem o direito de sonhar e a capacidade de torná-lo concreto, para tanto necessita buscar conhecimentos capazes de garantir a concretização de seus sonhos. E continua, por isso o empreendedorismo deve ter lugar privilegiado nos sistemas de ensino - “Estudantes de todos os cursos precisam saber empreender e não se ater aos conhecimentos específicos de sua área. A capacidade de criar algo só se aprende na ação e quando se tem um perfil para isso” (DOLABELA 1999: 201). Afinado com essa perspectiva, o Dirigente do SEBRAE/SE afirma que [entrevista oral].

(...) o empreendedorismo se aplica a qualquer aluno em qualquer situação de vida, cem por cento dos alunos podem ter vantagens, ganhos escolares em sua formação como ser humano a partir dessa cultura

¹⁰⁴ Entrevista concedida por: Gestor do SEBRAE-SE. Entrevista II. [nov. 2022]. Entrevistador: Luiz Carlos Tavares de Almeida. Aracaju, 2022. Arquivo mp3 (30 min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

empreendedora. Além disso, o empreendedorismo se encaixa dentro do projeto original educacional pedagógico, de que forma, implementando aqueles pilares famosos do aprender a aprender, e do aprender a fazer, que a cultura empreendedora traz na formação, além disso juntamos com o aprender a conhecer previsto no currículo escolar para gerar o aprender a ser, que é de certa forma a identidade e auto estima das pessoas, então essas características, ela traz a atividade econômica, atividade profissional, como sendo uma forte identidade (GESTOR DO SEBRAE/SE, Entrevista II).

A perspectiva educacional introduzida pela educação empreendedora centra-se na abstração dos indivíduos, nas pedagogias do “aprender a aprender” e no desenvolvimento de habilidades e competências. Em sua ótica, o sucesso alcançado pelo indivíduo está na existência de qualidades pessoais - espírito empreendedor, criatividade, perseverança, autoconfiança, disposição para o trabalho, domínio de técnicas atuais (sejam elas relacionadas à produção propriamente dita ou relativas ao gerenciamento do empreendimento) e, a crença de que a sociedade só pode progredir se forem respeitadas as leis e possibilidades oferecidas pelo mercado (DUARTE, 2001). Sustentado na ideia de “aprendizagem ao longo da vida”, desloca-se para o indivíduo a responsabilidade pelo desenvolvimento de seu potencial de competitividade. A ele resta assumir a responsabilidade pela elaboração de uma espécie de portfólio de competências pessoais, “assegurando” para si as probabilidades de se tornar empregável, ou de corresponder às necessidades imperativas da economia. Para o SINTESE [entrevista oral],

Uma educação pautada nesses princípios não atende ao que defendemos que é a formação para a emancipação humana a luz defesa de Paulo Freire. Esse modelo de competências e habilidades, resiliência, mérito, serve para a educação para o capital, formando mão de obra de mercado e com baixa perspectiva de transformação social, sob uma padronização de aluno ideal. (DIRIGENTE DO SINTESE, Entrevista I).

Sob a ótica empreendedora o sucesso pessoal não deriva exatamente do resultado de um percurso formativo que tenha por sustentação uma ampla formação cultural, mas da capacidade de tomar decisões, de solucionar problemas, de analisar suas vivências e planejar o futuro (SEBRAE, 2019). Longe de questionar e apontar para a necessidade de superação da estrutura desigual da sociedade capitalista, apregoa-se que as virtudes empreendedoras, de origem comportamental, devem ser desenvolvidas culturalmente tanto por meio da replicação de experiências exitosas do cotidiano laboral, quanto do processo de aprendizagem escolar. Segundo o dirigente do SEBRAE [entrevista ora],

(...) o brasileiro tem como característica essa iniciativa né, **de buscar soluções**, mesmo que seja de natureza muito pessoal, mas quando roda aí na periferia das grandes cidades a gente percebe que na fachada de todas as casas tem sempre um pequeno anúncio, dar-se banca, forra-se botões, vende-se pasteis, então, tudo isso significa uma questão até de sobrevivência e **a escola não pode ignorar essa realidade**, mais o processo de empreendedorismo não pode ser dissociado do projeto educacional, não é uma atividade acessória. (DIRIGENTE DO SEBRAE - SE, Entrevista II).

O empreendedorismo torna-se palavra de ordem, e com ela a relativização da precariedade vivenciada por milhões de trabalhadores que vão se acostumando a conviver com a falta de emprego, de direitos e qualquer perspectiva de um futuro diferente. “Introduzir o empreendedorismo no trabalho educativo é a solução para ensinar pela prática que é natural aderir à competitividade para poder sobreviver: um ótimo método para a pacificação social via assimilação individual da ideologia” (CATINI, 2019: 36).

A concepção de ensino que pauta a educação empreendedora pressupõe um tipo muito específico de trabalho educativo - nele jazem teses que relativizam o saber objetivo, dilui o papel da escola na transmissão do saber, descaracteriza a importância do professor no processo de ensino e o próprio ensino em si. Coerente com esse raciocínio, o Dirigente do SEBRAE afirma que [entrevista oral]:

(...) instituições como o Sebrae tem uma contribuição muito forte a dar, mas são desafios, ninguém tem a solução, nós temos que aprender a dialogar com as incertezas e isso se tornar parte do modelo educacional e que os professores de modo geral precisam também passar por uma adaptação severa profunda na sua relação com os próprios alunos porque está em jogo até uma questão de estrutura de poder, né, a forma como professor atua dentro da sala de aula, então, talvez uma revolução copérnica precisa acontecer na sala de aula onde os alunos passem a ser o sol de forma a fazer essa mudança, né, de paradigma e isso aí é muito desafiador! Não é nada fácil, mas com certeza é o caminho (GESTOR DO SEBRAE, Entrevista II).

O trabalho educativo torna-se processo sem conteúdo (DUARTE, 2001). Sua potência transformadora é radicalmente domesticada, tornada instrumento para o desenvolvimento de habilidades e competências, que embora possam variar, a depender das intencionalidades presentes em cada currículo, protagonizam processos formativos padronizados e extremamente empobrecidos culturalmente. Sua ação intencional, destinada à formação de humanidade através da transmissão das formas mais desenvolvidas do conhecimento científico, filosófico e artístico é totalmente direcionada,

converte-se o trabalho educativo a atividade voltada ao treinamento de competências e habilidades úteis ao cotidiano dos estudantes.

Embora os mentores (fundações de corte empresarial) dessa perspectiva de educação recorram aos lemas da “promoção da aprendizagem”, da “melhoria da qualidade de educação”, o projeto de escolarização proposto se vinculada a um patamar de formação minimalista, o qual busca assegurar a apropriação privada do saber sistematizado por meio de um alinhamento do trabalho educativo desenvolvido nas escolas públicas ao construtivismo, a pedagogia das competências, a pedagogia dos projetos, a noção de aprendizagem significativa, ao estreitamento curricular (com foco em língua portuguesa e matemática) e a teoria do capital social. A aprendizagem esperada não avança para além do desenvolvimento de competências, comportamentos, virtudes, e da apropriação de conhecimentos elementares ao mundo do trabalho.

Para Dolabela (1999), o empreendedorismo é esse elemento capaz de desenvolver a formação de atitudes e comportamentos capazes de preparar o aluno para a realidade, independentemente de sua escolha profissional, devendo, por isso, compor todos os currículos educacionais. Segundo o autor,

(...) temos agora a obrigação de educar nossas crianças e jovens dentro de valores como autonomia, independência, capacidade de gerar o próprio emprego, de inovar e gerar riqueza, capacidade de assumir riscos e crescer em ambientes instáveis, porque, diante das condições reais do ambiente, são esses os valores sociais capazes de conduzir países ao desenvolvimento (DOLABELA, 1999: 41).

Um dado marcante desse material elaborado pelo SEBRAE é que, em todo o seu conteúdo, não há uma centelha de críticas e reflexões a processos sociais como a alienação, a precarização e exploração do trabalho. Seu grande aporte teórico, que na verdade não é tão teórico assim, pois privilegia a prática, o aprender fazendo, é o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Assim como a grande maioria das fundações e institutos privados que atuam no setor educacional, e que possuem financiamento empresarial¹⁰⁵, a ICE presta serviços de consultoria educacional. Atuando junto às secretarias de educação parceiras (a de Sergipe é uma delas), propõe caminhos de indexação as reformas educacionais, com ênfase nas áreas de formação e capacitação de professores, gestores e técnicos (alinhada a BNCC); implementação da educação em

¹⁰⁵ De acordo com o próprio instituto, seus parceiros investidores são: Instituto Natura; Instituto Sonho Grande; Espírito Santo em Ação; Itaú BBA, Fiat Chrysler; Jeep; EMS; Instituto Cacau Show; Instituto Conceição Moura. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/parcerias/>. Acesso em: 01 fev. 2023

tempo integral; reestruturação curricular (incorporar aos currículos os componentes “Projeto de Vida”, “Educação Socioemocional” e “Protagonismo”, dentre outros); cursos de gestão educacional, dentre outros.

Assim como o componente curricular “Projeto de vida, educação empreendedora e financeira”, a metodologia aplicada no JEPP, de onde deriva o componente curricular em questão, também é extremamente frágil teoricamente. As apostilas do JEPP, do 6º ao 9º ano do fundamental até possuem, nas referências, uma gama de autores e obras, contudo, essas não são citadas no corpo do material, e muito menos são indicadas para leitura dos professores. Figuram apenas para chancelar o programa com nomes de autores que circulam e gozam de credibilidade no meio acadêmico. Os intelectuais que se destacam, digamos, no núcleo duro das apostilas do JEPP são: Peter Drucker, Edgar Morin, Philippe Perrenoud, Fernando Dolabela e Rose Lopes.

Processos formativos com essa identificação, inclusive em sua elaboração, estão metodicamente alinhavado com o que Motta e Andrade (2020), chamam de empresariamento da educação de novo tipo – que sintetiza dialeticamente o processo de dependência do capitalismo brasileiro e de investida da classe burguesa na educação, articulando mercantilização, mercadorização e subsunção da educação aos interesses da classe burguesa. A resposta necessária ao crescimento e complexificação de processos como esse, que tutelam o trabalho educativo e que possuem em seu núcleo central a própria barbárie, precisa perpassar pela construção de relações que resgatem o valor subversivo da educação, de práticas sociais não pautadas no individualismo e na negação da concorrência enquanto valor universal.

6 CONCLUSÃO

Como ponto de partida para essas reflexões finais, afirmamos que a educação é um processo que não pode ser eliminado do desenvolvimento humano, pois é a partir dela que o indivíduo aprende e se torna humano. Isso quer dizer que o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica a importância do trabalho educativo. Mas será que qualquer saber interessa ao trabalho educativo? O saber que interessa a educação é aquele que emerge como fruto do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Contudo, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar por referência, como matéria prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2013).

É nesse sentido que a educação é demarcada como processo de ensino aprendizagem daqueles saberes necessários para a vida em sociedade. Por sua capacidade de transformação da natureza por meio do trabalho, o ser humano se diferencia como ser que se constitui no ato mesmo de produção social da cultura. O ser humano se humaniza, constitui sua existência, aprende, ensina e produz cultura, em um movimento historicamente constituído pelas características dominantes de dado momento histórico. No movimento de desenvolvimento das forças produtivas, torna-se, então, necessária a apropriação de uma série de conhecimentos, de modo que o próprio conhecimento torna-se meio de produção, contudo, a classe dirigente tem atuado, à revelia da luta da classe trabalhadora para a democratização do acesso aos conhecimento produzido pelo conjunto da humanidade ao longo da história, por intermédio da definição de determinados conteúdos, objetivos e finalidades educacionais, na imposição de um currículo escolar plenamente alinhado a manutenção do status quo.

O grande esforço histórico das classes dominantes, dada a natureza desigual da reprodução do capital, tem sido assegurar a conservação da forma social existente, o que representa, de modo concreto, evitar que as contradições que assolam a sociedade venham à tona. Assim, podemos afirmar, concordando com Saviani (2013), que os interesses da classe dominante caminham contra a história, ou seja, coincidem com a tendência de frear o processo histórico, mantendo as estruturas hegemônicas, sua regularidade e previsibilidade. Inversamente ao interesse da classe dominante, a perspectiva que interessa à classe trabalhadora é o de aceleração do processo histórico, da transformação

das estruturas sociais e da construção de um tipo de sociedade que supere a dominação do homem pelo homem. “(...) na perspectiva da classe dominada, as crises de conjuntura são vistas como manifestação das contradições da estrutura e, portanto, sua ação vai na direção de explorar os elementos de conjuntura no sentido de que eles possam vir a alterar a própria estrutura” (SAVIANI, 2013: 27). Para isso, os frágeis elementos (contradições) dessa estrutura social devem ser trazidos à tona, colocados em evidência, e reconhecidos como forças que devem ser superadas, transformadas em torno de uma nova sociedade.

É nesse quadro que a educação escolar se situa. Muito embora a formação escolar possibilite, aparentemente, a manutenção do poder da classe dominante sobre a trabalhadora, a partir, sobretudo, do engessamento de processos de formação vinculados às exigências do mercado de trabalho, esse processo não se dá sem resistências. Entendemos a escola como um espaço dialético, nela jazem processos de disputas entre as classes sociais, sobretudo quando mediado por um trabalho educativo consciente de seu papel na disputa pela consciência crítica. Por isso que os arautos das contrarreformas curriculares insistem em dispositivos legais de controle de gestores, professores, avaliações do aprendizado e do currículo.

Em busca do controle dos processos educacionais, acirra-se a disputa pelo domínio do saber, e nesse processo, as forças hegemônicas (simbolizadas aqui pelo Estado e pelas frações do empresariado) ditam “o quanto”, “o quando” “o quê” e “como” ensinar. Criam-se condições materiais tendentes a impedir a realização de mediações capazes de produzir humanidades conscientes de sua condição do mundo, capazes de lutar e vibrar por novas formas de produção social.

No contexto educacional, as decisões sobre a formação escolar e a escolha dos conteúdos do currículo são técnicas e políticas, pois ele é [...] a própria escola em pleno funcionamento [...], a partir da sua [...] atividade nuclear que é a de propiciar aos alunos o ingresso na cultura letrada assegurando-lhes a aquisição dos instrumentos de acesso ao saber elaborado (SAVIANI, 2016: 55-57).

Nesse processo, o professor, mediador por excelência do trabalho educativo, pode ocupar dois lugares divergentes – integrar-se, mesmo que não intencionalmente, em processos cuja finalidade acaba contribuindo com a consolidação da status quo, da conservação, sem críticas, das contradições próprias do desenvolvimento capitalista, ou, em outra posição, estimular, via instrumentos intelectuais capazes de romper com a força do imediatismo e da alienação, a transformação da marcha histórica, integrando-se, a

partir do trabalho educativo, a luta de classes e aos processo de construção de consciências críticas e comprometidas com a transformação da sociedade.

Durante a pesquisa foi possível constatar uma série de fenômenos considerados, por nós, como altamente degenerativos ao desenvolvimento dos processos educacionais, alguns deles foram: a incorporação do empreendedorismo como um eixo central aos processos de formação dos estudantes da educação básica; a valorização desmedida da pedagogia das competências (sobretudo ao desvalorizar a importância do ensino, reduzindo-o a mero processo de aquisição de competências e habilidades destinadas a instrução para o trabalho); determinação do que deve ser ensinado tanto aos estudantes – “Necessidades Básicas de Aprendizagem”, quanto aos professores, em seus processos de formação profissional; sobrevalorização atribuída aos testes de desempenho escolar, os quais passam a ser considerados parâmetro para avaliação da eficiência dos processos de aprendizagem (elemento que tem impulsionado o total “alinhamento”¹⁰⁶ dos sistemas educacionais as reestruturações curriculares, além de responder pela ocultação do debate sobre as finalidades educativas, já que as novas referências de qualidade educacional passam a ser os resultados das avaliações); o protagonismo de fundações empresariais na conformação da política educacional; controle do trabalho educativo (sobretudo via incorporação, no processo educacional, de currículos de base prescritiva e vinculados ao “aprender a aprender”); e o aprofundamento da dualidade educacional, intensificada pela realidade mesma da estrutura social vigente.

Notamos que, imbuída de um caráter ideológico instrumental, a Reforma do Ensino Médio foi tratada como um processo natural de modernização, alheia às relações de poder e sem historicidade. Concordamos com Motta e Frigotto (2017), ao afirmarem que o Reforma do Ensino Médio, direcionada a maioria dos jovens, dos quais 84,4 % frequentam a escola pública (INEP, 2022), foi implementada, condenando gerações de jovens ao trabalho simples e sem direitos.

Os reformadores da educação insistem em afirmar que a flexibilidade curricular, possibilitada pela parte diversificada do currículo, atende a heterogeneidade e pluralidade de condições, interesses e aspirações dos estudantes. Mas esse argumento mascara o fato essencial desse processo – que tal flexibilidade curricular produz uma educação fragmentada, que retira dos jovens a perspectiva de desenvolvimento pleno e multilateral

¹⁰⁶ A lógica imposta pela Reforma do Ensino Médio é de que, uma vez definido o que se deve ensinar, a escola saberá o que ensinar, os testes censitários verificarão se ele ensinou ou não, e responsabilizará quem não ensinou. A esse procedimento a reforma chama de *alinhamento* (FREITAS, 2018).

do ser humano. Além disso, por mais que as instituições educacionais privadas tenham que alinhar seus currículos à BNCC, sua indexação não possui a mesma natureza daquela produzida pela escola pública. A própria condição estrutural dessas instituições (apanágio tecnológico, laboratórios, bibliotecas, plataformas de ensino, etc.), já é suficiente para a elaboração de arranjos curriculares e processos formativos tangenciados pelo conhecimento científico, artístico e filosófico. E essa condição estrutural da rede privada, de caráter, sobretudo, socioeconômico, possibilita o alargamento dos processos formativos, mesmo que estes estejam quase que plenamente comprometidos com a preparação dos estudantes para os exames de admissão no ensino superior. Já o sistema público de ensino, com currículos totalmente submetidos às determinações impostas pela nova BNCC, passam a dispor de uma prática pedagógica claramente esvaziada de referenciais científicos, artísticos e filosóficos, com objetivos educacionais centrados na pedagogia das competências, no saber fazer, na importância dos procedimentos, e no desenvolvimento de competências e habilidades claramente voltadas a preparação e adaptação dos jovens estudantes a precariedade do mercado de trabalho.

Dadas essas diferenças estruturais, o que se terá, daqui para frente, é o desenvolvimento, por um lado, de práticas educativas alinhadas a conhecimentos experienciais, socioemocionais, de viés minimalista, e de outro, processos formativos alicerçados nos saberes historicamente acumulados. Fica claro que esse processo intensifica o fosso que vai se instaurando entre escolas públicas, destinadas aos pobres, e privadas de alto nível, destinadas aos mais ricos. Freitas (2014) é taxativo ao afirmar que a política educacional dos reformadores é produzida para articular a necessidade de educar as novas formas de organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que preserva e amplifica as funções sociais clássicas da escola: exclusão e subordinação.

Hoje, é possível considerar, depois das tantas experiências resultantes dos processos de reestruturação curricular (com destaque para a do estado de Sergipe, analisada nesta tese), que a BNCC, referência nacional obrigatória para adequação dos currículos da Educação Básica, cumpre uma função claramente técnica/instrumental/homogeneizante. A padronização curricular preconizada pela BNCC anula as especificidades locais e regionais dos sistemas de ensino, retira sua autonomia, inclusive político-pedagógica, e submete todo o sistema educacional a um apanágio de objetivos e temáticas fundadas no desenvolvimento de competências gerais.

No momento de sua implementação, a Reforma do Ensino Médio foi considerada, como justificativa aos professores e as suas entidades de classe, indispensável ao

crescimento da economia. Fazia-se necessário, pois, investir e reestruturar os processos educacionais, imprescindíveis ao crescimento econômico e a potencialização da competitividade do Brasil no mercado internacional. Mas o que estamos presenciando, de fato, em consonância com o agravamento de desemprego, da generalização da informalidade, do trabalho intermitente, do empreendedorismo e do ataque à capacidade organizativa do trabalho, é o desenvolvimento de processos educativos comprometidos com a disseminação de valores que pretendem moldar a juventude a um mundo tomado por incertezas, perdas de direitos, complexificação dos problemas emocionais e atenuação do senso de coletividade.

Consideramos que, segundo a narrativa oficial, as questões chave da MP nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017) são: investir em capital humano visando maior produtividade; “modernizar” a estrutura curricular; e melhorar os resultados de desempenho escolar. Se no âmbito do discurso propalado pelos reformistas a educação possui centralidade no processo de modernização e competitividade internacional, o que justificaria a reforma; no âmbito do real concreto, o que se tem é um conexo e bem articulado processo de formação de jovens para o trabalho simples, em um movimento de contínuo empobrecimento da força de trabalho.

De acordo com os números do CAGED (2022), o setor industrial sofreu forte retração no ano de 2022, fechando o mês de novembro deste ano com um saldo de (-25.707) mil empregos, com índices negativos inclusive nas precárias formas de trabalho intermitente e em regime de tempo parcial. Esses números contrastam com a dinâmica de crescimento do setor de comércio (105.969), de serviços (92.212), e do empreendedorismo por necessidade (88,4%) (GEM, 2019). Para Pochmann (2020), o crescimento do número de trabalhadores assalariados informais e do setor de serviços demonstra que a economia brasileira vivencia uma transição da sociedade urbana e industrial para a sociedade de serviços. Diante dessa realidade, fica a pergunta – que tipo de modernização estariam se referindo os reformadores da educação? Na verdade, o que há de concreto na economia-política do Brasil, é um agudo processo de desestruturação do mercado de trabalho, marcado, sobretudo, pelo desemprego estrutural, pela flexibilização das legislações trabalhistas, pela subutilização e precarização generalizada do trabalho.

Nessa trama, a educação, que em seu sentido amplo traduz a capacidade de “internalização” pelos indivíduos da cultura historicamente produzida pela humanidade, torna-se um instrumento de disputa pela hegemonia. Trata-se de ratificar a clássica

retórica liberal, agora transmutada e perversamente acentuada pelo neoliberalismo, de que a sociedade é produzida por indivíduos livres, igualmente capazes e emancipados, que acumulam bens e ascendem socialmente em função de seus talentos, empenhos e capacidades empreendedoras. Contudo, essa não tem sido a realidade vivenciada pelo empresário de si mesmo. Sua constituição tem sido marcada pelo avanço dos processos de individualização laboral – o indivíduo passa a ser, ele mesmo, responsável pelo seu fracasso ou sucesso.

Cresce por todos os lados o discurso de que o trabalhador pode se tornar um “empresário”, “dono do seu próprio negócio”, ter uma vida sem chefe e com mais liberdade, inclusive com horários flexíveis. Contudo, o que se observa é o crescimento da informalidade, da individuação, da perda de direitos e da transferência de responsabilidades sociais. A massificação e naturalização do empreendedorismo são extremamente danosas ao trabalhador. Sua existência aponta para uma realidade onde o emprego e a renda tornam-se uma distopia - o direito a benefícios sociais, nas mais diversas instâncias, deixa de ser um lugar comum a todos para tornar-se uma conquista social adquirida via mérito.

Apesar de Sergipe ser considerado o estado da federação com menos burocracia para abertura de uma empresa, esse não difere do restante do país quando colocadas em evidência as elevadas taxas de inadimplência entre as empresas, e as pequenas taxas de contribuição com a previdência. O alto número de inadimplência entre as empresas do país é sintomático da contradição presente no discurso do empreendedorismo, que transfere para o trabalhador não apenas a responsabilidade de lidar com as oscilações de mercado, mas também com o pagamento de encargos trabalhistas.

Além da funcionalidade que o empreendedorismo possui no processo de acumulação do capital (do ponto de vista da apropriação do valor), sua objetivação contempla as mais diversas transformações ideológicas advindas do processo de reestruturação produtiva do capital (naturalizando formas de trabalho que são potencializadoras do trabalho precário). A dimensão ideológica presente no discurso do empreendedorismo interfere de maneira direta na constituição da autoimagem, da visão de mundo e na capacidade organizativa da classe trabalhadora. Esses sujeitos, seduzidos pelas promessas e virtudes do sucesso empreendedor, passam a considerar naturais os valores da empregabilidade e da individualização das responsabilidades laborais, chegando inclusive a negar e/ou não se reconhecer como sujeito histórico coletivo, responsável pelo conjunto das conquistas históricas do trabalho.

A atual fase da economia política do capitalismo passou a considerar tanto a “exclusão” de grande parte da população quanto a impossibilidade de desenvolvimento da maior parte dos países, sobretudo aqueles de economia dependente, como é o caso do Brasil, e por isso a política educacional, orientada por organismos internacionais, passou a ser alçada como estratégia para atenuar, ao menos no plano ideológico, os efeitos decorrentes da ampliação das reformas neoliberais, desmontes e mercantilização dos direitos sociais. Assim, determinada por princípios eminentemente empresariais, a política educacional tornou-se espaço de alinhamento entre os interesses do capital e a formação das novas gerações de trabalhadores para o atual e precário mercado de trabalho.

Diante desse contexto, é necessário resistir e lutar por um tipo de trabalho educativo comprometido com a produção e reprodução de relações humanas que formem homens e mulheres para viver, conviver e transformar o mundo. Não é aceitável que a formação humana seja reduzida a concepções educacionais submetidas a dinâmica e necessidades do mercado. É necessário lutar contra o esvaziamento da escola pública, reafirmando a importância de um trabalho educativo pautado na transmissão às novas gerações dos conhecimentos historicamente sistematizados e referenciados na prática social. Como afirma Freire (1967), a educação precisa ser compreendida e produzida como prática da liberdade. É preciso que, em resposta aos ataques da classe dominante aos estatutos sociais do trabalho e da educação, desenvolvamos formas de resistência que apontem para processos educacionais para além do capital, e que esta seja uma educação “(...) desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação (FREIRE, 1967: 36).

REFERÊNCIAS

- ACCORNERO, Aris, **Era il secolo del lavoro**. Bologna, Il Mulino. Asia Development Bank, Tokyo, 1997.
- ALMEIDA, Kamilla Karinne de Oliveira. **A funcionalidade do empreendedorismo para o sistema do capital na contemporaneidade**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFAL, Maceió, 2016.
- ALVES, G.; BATISTA, R. L. O fetiche do capital intelectual: a ideologia do conhecimento e da adaptação no contexto da reestruturação produtiva do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 154–174, 2012.
- ALVES, Geovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaios de Sociologia do Trabalho. Ed. Práxis, Londrina; Canal 6, Bauru, 2007.
- ALVES, Geovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatórios**. – São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALVES, Giovanni. Toyotismo, Novas Qualificações e Empregabilidade: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. In: Educação: **Revista de Estudos da Educação**. Maceió. v. 10, n. 16, p. 61-76, 2002.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2020a.
- ANTUNES, R. Qual é o futuro do trabalho na Era Digital? **Laborare**, v. 3, n. 4, p. 6-14, 2020c.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In. ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. – São Paulo: Boitempo, 2020b.
- ANTUNES, R; PRAUN, L. A aposta nos encontros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019.
- ANTUNES, R.. **O caracol e sua concha**. São Paulo: Boitempo, 2005
- ANTUNES, R; DRUCK, G. A TERCEIRIZAÇÃO COMO REGRA? **Rev. TST**, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Uma formação formatada: posição da Anped sobre o “Texto Referência -**

Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores Da Educação Básica”. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/posicao-da-anped-sobre-texto-referencia-dcn-e-bncc-para-formacao-inicial-e-continuada-de>. Acesso em: 21 out. 2019.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). **Estratégia 2020 para a Educação**. Aprendizagem para Todos. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2011.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). **Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade**. Brasil – diagnóstico sistemático de país. Sumário executivo. Brasília: Grupo Banco Mundial/Unidade Gerencial do Brasil, 2016.

BELTRÃO, T. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-naditadura>. Acesso em: 25 maio. 2020.

BELTRÃO, T. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado notícias**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-do-ensino-medio-fracassou-naditadura>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BERNARDO, M. H. **Trabalho duro, Discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores. Expressão Popular, São Paulo, 2009

BETONI, Camila Souza. **O ESPÍRITO DOS DONOS**: empreendedorismo como projeto de adaptação da juventude. Orientadora: Janice Tirelli Ponte de Sousa. 244 folhas. Mestrado (Dissertação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2014.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BÓRON, Atílio. Os novos leviatãs e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo II**: que estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 2/2015**, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos

de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12. Acesso em: 10 de nov. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2/2019, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: 2019. Acesso em: 10 de nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm 10 de jan. 2020. Acesso em: 10 de nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.** Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2017a. Seção 1, p. 7.

BRASIL. **Lei 13.874 de 20 de setembro de 2019 (Lei da Liberdade Econômica).** 20 de setembro de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 09 de nov. 2022

BRASIL. **Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. D.O.U., Brasília, fev. 2017b, seção 1, p. 01-02.

BRASIL. **Lei n. 5.692/1971.** Brasília: MEC, 1971.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 24 mar. 1999.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set 2016. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare). **Plano Diretor da Reforma do Estado.** Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo da Educação Básica 2006**. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo da Educação Básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2008a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2008b. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2008**. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 757, de 3 de abril de 2019. Altera a Portaria nº 268, de 22 de março de 2018, que cria o Comitê Nacional de Implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília-DF, p. 27, 04 abr. 2019b.

BRASIL. República Federativa/ Casa Civil/ Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017.

BRASIL; MEC; CNE. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018a. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em:

BRASIL; MEC; CNE. Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018b. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL; SEBRAE. Edital 01/2003 – **MEC/SEBRAE Prêmio Técnico Empreendedor**, 4 de setembro de 2003. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Edital.pdf>. Acesso em 12 dez. 2022.

BRITO, Jussara Cruz de. Trabalho Prescrito. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

BUCZEK, Yohana Graziely de Oliveira; DOMINGUES, Analéia. O programa jovens empreendedores primeiros passos e a disseminação da cultura empreendedora nas escolas. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, nº 11, maio, 2019, 86-103.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). **Sumário Executivo**. Estatísticas Mensais do Emprego Formal, novembro de 2022. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nov2022/1-sumarioexecutivo.pdf. Acessado em: 20 jan. 2023.

CALIXTO, Eduardo, MAIA, Katy. Análise econômica do direito do trabalho após a reforma trabalhista brasileira de 2017: promessas e realidade. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 37, 2022, p. 481-516.

CAMPOS, Christiane; CASTILHOS; Clarisse; CAMPOS, Rosana. Estado mínimo para que e para quem? In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz e SANTOS, Fabrícia (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão, UFS, 2015.

CAMPOS, M. de S. **A Empresa como vocação: O SEBRAE e o empreendedorismo na cultura da informalidade como problema público**. Tese (Doutorado em Sociologia). Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERWUCAM, Rio de Janeiro, RJ, 2003.

CARCANHOLO, R. A. Interpretações sobre o capitalismo atual e a crise econômica. In: VARELA, R. (Coord.). **Quem paga o Estado Social em Portugal?** Lisboa: Bertrand, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, vol. 1, 2011.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CARLOS, Ana Fani. Geografia no século XXI: o caminho da crítica e a dialética da produção do espaço. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SILVA, José Danilo Santana (org.) **O fim do pensamento crítico reflexivo?** a negação do humano e a banalização da teoria. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Revista Outubro**, Instituto de Estudos Socialistas. São Paulo, n. 15, 2007.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información**. Madrid, Alianza Editorial, 1996.

CASTRO, Luiger Franco. **“Aprender a empreender”**: o projeto de educação do SEBRAE para a educação básica pública. 2019. Orientador: André Silva Martins. 175 folhas. Mestrado (dissertação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

CASTRO, Ramón Peña. **Escola e Mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade colocada ao serviço da economia**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 79-92, jan./jun. 2004.

CATINI, C. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**, [S.I.], n. 127, p. 53-68, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180045/166656>. Acesso em 25 Fev. 2022.

CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da educação e gestão da barbárie: crítica da forma do direito**. Edições Lado Esquerdo, 2017.

CATINI, Carolina de Roig. Educação e empreendedorismo da barbárie. In. MARIANO, Alessandro... [et al.]; Organização Fernando Cássio. **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. – São Paulo: Boitempo, 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Centrais sindicais querem debater a revogação da reforma trabalhista. **CUT**, 06 jan. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/centrais-sindicais-querem-debater-revogacao-da-reforma-trabalhista-60c1>. acesso em: 11 jan. 2022.

CHARLEAUX, João Paulo. **Como a substituição do ‘trabalhador’ pelo ‘empreendedor’ afeta a esquerda**, 2016. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2016/11/01/Como-a-substitui%C3%A7%C3%A3o-do-%E2%80%98trabalhador%E2%80%99-pelo-%E2%80%98empreendedor%E2%80%99-afeta-a-esquerda>. Acesso em 10 out. 2017.

CHASIN, J. Marx – Da Razão do Mundo ao Mundo Sem Razão. In. CHASIN, J. (Org.). **Marx hoje**. – 2ª ed. – São Paulo: Ensaio, 1988.

CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, Vol. 10, Nº 18. (Mao - Outubro 2020): 307-328.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

COLL, C. S. **Aprendizagem Escolar e Construção do Conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

CONCEIÇÃO, Alexandrina. Prefácio. In. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz (Org.). **Trabalho e Trabalhadores**: as novas configurações espaciais da reestruturação produtiva no espaço rural. São Cristóvão, Editora UFS, 2011.

CORAGGIO, J. L. **Economía y educación em América Latina**. Papeles del CEEAAL, 4, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Edimilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel e WATANUKI, Joji. **The crisis of democracy**. New York: New York University Press, 1975.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Chistian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: Clacso, 2001.
DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Editora de Cultura, 1999.

DOLABELA, F.; FILION, L. J. Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.3, n.2, 2013.

DOLABELA, F. **A ponte mágica**: como Luísa, aos 11 anos cria sua primeira empresa para realizar seu sonho. São Paulo: Mirian Paglia Editora de Cultura, 2004.

DOLABELA. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura e Editores Associados, 2006.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Oficina do Empreendedor** – A metodologia que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos de Assis. **Pedagogia Empreendedora**. São Paulo: Editora Cultura, 2003.

DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. **Caderno. CEDES** [online], vol.19, n.44, pp.85-106, 1998.

DUARTE, Newton. O currículo em Tempos de Obscurantismo Beligerante. **Revista Espaço do Currículo** [online], João Pessoa, vol.11, n.2, pp.139-145, 2018.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. – 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DUARTE, Newton; SAVIANI, Dermeval. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

DUARTE. Newton. **A individualidade para si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. – Campinas, SP: Autores Associados, 2017.

DUARTE. Newton. **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Newton Duarte (org.). – 2ª. ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da tragédia docente no Brasil. **XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO**, Universidad Pedagógica Nacional, 2016. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf. Acesso em 18 jan. 2023.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, set./dez. 2007.

FACULDADE SEBRAE. **Quem somos**. Disponível em: <https://faculdadesebrae.com.br/a-faculdade/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

FERNANDES, Luís. Neoliberalismo e reestruturação capitalista. In. SADER, E. GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FIGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In. KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FIGUEIRAS, Vitor Araújo (Org.). **Reforma trabalhista**: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

FONSECA, V da. **Aprender a Aprender**: a Educabilidade Cognitiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v.5, n.8, 45-67, 2017.

FONTES, Virgínia. **Sociedade civil empresarial e a educação pública – qual democracia?** XXII Encontro Estadual do Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo. 2018.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: Editora Moraes, 1978.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Lei de responsabilidade educacional? **ComCiência** [online]. 2011, n. 132. ISSN 1519 – 7654.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, jun. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI & SILVA (orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação** – Visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento e consciência. In: **IV CBE**. Goiânia, 1986.

FURTADO, Celso. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade, v. 1, nº 1, p. 5-19. Campinas: IE-UNICAMP, 1992.

GARCIA, T.; ADRIÃO, T.M.F. Sistema apostilado de ensino. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2016**. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2017.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2019**. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores -- Curitiba: IBQP, 2020.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GENTILI, Pablo. Adeus a escola pública – A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: APPLE, Michael W. ...[et al]; GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 19. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GENTILI, Pablo. Adeus a escola pública – A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: APPLE, Michael W. ...[et al]; GENTILI, Pablo. **Desencanto e Utopia: a educação no labirinto de novos tempos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise no trabalho: perspectivas de final do século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GENTILI, Pablo. **Poder económico, ideología y educación**. Um estudio sobre los empresarios y la discriminación educativa em la Argentina de años 90. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 1994a.

GENTILI, Pablo. **Proyecto neoconservador y crisis educativa**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994b.

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas; 1999.

GIROUX, H. **Professores como intelectuais transformadores**. Porto Alegre, ARTMed, 1997.

GODOY, Paulo R. T. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2 (1): 29 - 42, junho - 2004 (ISSN 1678 — 698X).

GODOY, Paulo R. T. de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva Lefebvrina. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 125-132, 2008.

GOVERNO DE SERGIPE; SEDUC/SE; CEE. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 17 DE JUNHO DE 2021. Estabelece diretrizes complementares do Novo Ensino Médio nas redes de ensino e nas instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe, conforme dispõe a Resolução CNE/CEB 3/2018, e dá providências. Disponível em: <https://www.cee.se.gov.br/arquivos/Resolucao%20Normativa%2022-2021.pdf>. Acesso em 11 nov. 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. 6º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. 10. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Volume 1. Lisboa: Seara Nova, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

GRESPLAN, Jorge Luís. **O negativo do capital: o conceito de crise em Marx à economia política**. – 2ª. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social**. Madrid: Taurus, 1987.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David; MATEOS, Ana Varela. **Breve historia del neoliberalismo**. Ediciones Akal, 2007.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

HEGEL, G. W. F. **A fenomenologia do espírito**. Vol. II. Petrópolis, Vozes, 1993.

HIRSCH, J. Fordismo y posfordismo, la crisis actual y sus consecuencias. In. HIRSCH; CLARKE; HOLAWAY et al. **Los estudios sobre el estado y la reestructuración capitalista**. Bueos Aires: Fichas Temáticas de Cuadernos del Sur/Editorial Tierra del Fuego. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 nov. 2022.

IANNI, Otávio. **A era da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização, 1997.

IASI, Mauro Luís. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr. 2013.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

IBGE. Agência notícias, Mercado de trabalho. **Taxa de sindicalização cai a 11,2% em 2019, influenciada pelo setor público**, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/28667-taxa-de-sindicalizacao-cai-a-11-2-em-2019-influenciada-pelo-setor-publico>. Acesso em: 02 nov. 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - **Trimestre móvel - julho a setembro de 2022**. Rio de Janeiro, IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2022_set.pdf; Acesso em: 22 nov. 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: **Nota Técnica no 4**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: **Séries Históricas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. PNAD Contínua. **Desemprego cai para 11,8% com informalidade atingindo maior nível da série histórica**. Indicadores Sociais. 17 de set. de 2019. Acesso em: 20 de dez. 2019a.

IBGE. PNAD Contínua: **taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrado em julho de 2019**. Indicadores Sociais. 29 de nov. 2019. Acesso em: 20 dez. 2019b.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

INEP/MEC. **Censo escolar da educação básica 2022**. Resumo técnico. Ministério da Educação, Brasília-DF, 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2021.

INEP. **Educação Básica**. Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 10 set. 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, DF, 2019.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 21 ago. 2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2018**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/12/instituto-ayrton-senna-relatorio-anual-consolidado-2018.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório 2018**. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/12/instituto-ayrton-senna-relatorio-anual-consolidado-2018.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

JUCESE – Junta Comercial do Estado de Sergipe. **Jucese completa hoje 125 anos e se consolida como a melhor e mais rápida do Brasil**. 8 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.jucese.se.gov.br/index.php/2022/11/08/jucese-completa-hoje-125-anos-e-se-consolida-como-a-melhor-e-mais-rapida-do-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilidade justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

LEFEBVRE, Henry. **Lógica formal/lógica dialética**. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henry. **A reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do Amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos O Homem e a Sociedade, 1973. 115 p.

LEFEBVRE, Henry. **La fin de l'espace**. Paris: Antropos/Económica, 2001.

LEHER, Roberto; VITÓRIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abr. 2017.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução a filosofia de Marx**. – 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2001.

LESSA, Sérgio. “Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária. **Lutas Sociais**, nº 13-14, p. 106-121, 2005.

LESSA, Sérgio. **Beyond capital**: Estado e capital. **Serviço social e sociedade**, v. 56, p. 135-151, 1998.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

LESSA, Sérgio. Trabalho, sociabilidade e individuação. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.231-246, set. 2006 - fev. 2007.

LIKERT, R. **A technique for the measurement of attitudes**. Archives in Psychology, 140, p. 1-55, 1932.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema capitalista. **Terra Livre** - Presidente Prudente. Ano 23, v. 2, n. 29, p. 115-132, Ago-Dez, 2007.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. São Paulo/Curitiba: Fundação Lemann/Positivo, 2009.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de ciências humanas**, v. 4, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, André Silva; CASTRO, Luiger Franco de Castro. A concepção de trabalho educativo do SEBRAE: assimilar a docência para difundir o empreendedorismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.152-179, abr. 2021.

MARTINS, Lígia. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In. DUARTE, Newton. **Crítica do fetichismo da individualidade**. (Org), 2. Ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento “Todos pela Educação”**: um projeto de nação para a educação brasileira. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação (Dissertação de Mestrado), Campinas, SP, 2013.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas à Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017
- MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo/SP: Ed. Nova Cultural, 1999.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. [4. reimpr.]. - São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro1. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e reforma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASI, Domênico. **O futuro do trabalho** - fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999.
- MEC/INEP. **Censo da educação superior de 2018** – Notas estatísticas. Brasília – DF. INEP/MEC, 2019.
- MELO, Alessandro de; WOLF, Luciani. A pedagogia vai ao porão: notas críticas sobre as assim chamadas “pedagogia empresarial” e “pedagogia empreendedora”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 59, p.191-203, out 2014 – ISSN: 1676-2584.
- MENEZES, Santos, Ricardo. **A Lei de diretrizes e bases da educação - LDB como estratégia do estado para a acumulação capitalista e suas reconfigurações na produção desigual do espaço**. orientadora Alexandrina Luz Conceição. - São Cristóvão, SE, 2020. 329 f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.
- MENEZES, Sócrates Oliveira. **Ensaio Sobre uma Crise**. In: XI Jornada do trabalho, 12 a 15 de outubro de 2010, UFPB. ISSN - 978 – 85 – 60711 – 19 – 2.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. A Crise estrutural do capital. **Revista Outubro**, n. 04, 2º semestre de 2000.
- MÉSZÁROS, István. **A Necessidade do Controle Social**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 2. ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **Beyond Capital**. Merlin Press, Londres e Nova Iorque, 1995.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

Ministério da Economia. **MAPA DE EMPRESAS**. Boletim do 2º quadrimestre/2022. Disponível em: gov.br/mapa de empresas.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. **Contribuição Sindical**, 06 de dezembro de 2022. Acesso em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/servicos/sindicatos/contribuicao-sindical/contribuicao-sindical>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MISES, L. V. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. (org.) **Escola e Aprendizagem da Docência**: processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar; INEP, 2002.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**. [online] vol.38, n.139, pp. 355-372, 2017.

MOTTA, V.; ANDRADE, M. Empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **REVISTA DESENVOLVIMENTO E CIVILIZAÇÃO**. 1/janeiro 2020 – junho 2020.

NEGRI, Antonio. MARX: SOBRE EL CICLO Y LA CRISIS. **Estudios Políticos**, n. 3, 1988.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In. SADER, E. GENTILI, P. (orgs.), **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

NÓVOA, A. **Profissão professor**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

OBSERVATÓRIO NA NACIONAL DA INDÚSTRIA. Agência de notícias da indústria. **Mapa do Trabalho Industrial 2022-2025**. 16 de maio de 2022. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/trabalho/mapa-do-trabalho-2022-2025/>. Acessado em: 10 nov 2022.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA NEGRÃO, José de. O governo FHC e o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, [S.I.], n. 1, p. 103-112, nov. 2004. ISSN 2526-3706.

OLIVEIRA, Francisco de. A sombra do Manifesto Comunista: globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Keynesianismo, neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, p. 59-80, 2012.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências Desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

POCHMANN, Márcio. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. **IE/Unicamp, Campinas**, 2000.

PRAUN, Luci; ANTUNES, Ricardo. A demolição dos direitos na era do capitalismo informacional-digital. In. ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

RECEITA FEDERALa. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipioFormaAtuacao.jsf>. Acessado em 01 nov. 2022.

RECEITA FEDERALb. **Simples Nacional**. Disponível em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaomei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipioFormaAtuacao.jsf>. Acessado em 01 nov. 2022.

ROSSO, Sadi Dal. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. In. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, Boitempo, 2013.

SADER, Emir. **A vingança da história**. 2º edição ampliada. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 45 set./dez. 2010.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. – 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010. p. 19-41.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. (org.). **Pedagogia histórico-crítica e a luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 13-36.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11.ed. ver – Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. **Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significados, controvérsias e perspectivas.** - Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento- Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 54-84, jan./ago, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i4>.

SEF. Secretaria Especial de Fazenda/Departamento de Gestão de Fundos Coordenação-Geral de Recursos Financeiros, 2020. Disponível em: <https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Boletim-Financeiro-do-FAT-6%C2%BA-Bimestre-2020.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2022.

SCHUMPETER, J. **A Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: abril Cultural, 1983.

SEBRAE. **Jovens Empreendedores Primeiro Passos: Eco papelaria: 6º ano/Livro do Professor.** Brasília: SEBRAE, 2012a.

SEBRAE. **Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos: Fundamentação Metodológica Manual do Participante.** Brasília: Sebrae, 2012b.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - PNEE. **Programa Nacional de Educação Empreendedora**, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional-da-educacao-empresedora-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 5 de outubro de 2018.

SEBRAE. **Componente curricular: Projeto de Vida, Educação Empreendedora e Financeira.** Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe – SEBRAE/SE. Janeiro, 2019

SEBRAE. Blog. **O que é Ecossistema Empreendedor e como fazer parte de um**, 29 de setembro de 2021. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/blog/ecossistema-empresedor/>. Acessado em: 19 de jan, 2023.

SEBRAE. **Atlas dos Pequenos Negócios.** Brasília, 2022a. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Atlas_v2.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2022.

SEBRAE. Agência Sebrae de Notícias. **Game que simula as fases de um negócio é a proposta do Dinolândia**, 19 de agosto de 2022b. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/podcasts/cultura-empresedora/game-que-simula-as-fases-de-um-negocio-e-a-proposta-do-dinolandia/>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SEBRAE. **As dez características do empresário.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/am/artigos/as-10-maiores-caracteristicas-do-empresedor,e7d4d2391f45f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SEBRAE. **Conheça o Programa Nacional de Educação Empreendedora**, 05 de agosto de 2019. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/blog/programa-nacional-de-educacao->

[empreendedora/#:~:text=Blog%20Conhe%C3%A7%C3%A3o%20Programa%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Empreendedora&text=Eles%20foram%20alcan%C3%A7ados%20pelas%20a%C3%A7%C3%B5es,institui%C3%A7%C3%B5es%20em%20todo%20o%20Brasil. Acesso em: 17 jan. 2023.](#)

SERGIPE. CURRÍCULO DE SERGIPE. **Integrar e construir:** ensino médio. Org.: Isabella Silva dos Santos, Mariana Fátima Muniz Soares - Aracaju, SE: Secretaria de Estado da Educação do Esporte e da Cultura, 2022.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura. **Currículo de Sergipe Integrar e Construir** – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. SEDUC, 2021.

SILVA, H. L. F. da. Indivíduo e história: a questão da formação do sujeito na teoria marxista **Revista HISTEDBR**. Campinas, SP. v. 19, p. 1-26, 2019.

SILVA, Márcio Magalhães da. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/157212>.

SINTESE. **BNCC:** Currículo sob a perspectiva da classe trabalhadora. Necessidade de resistência! Caderno II. Mimeo, 2018.

SOUZA, Gilberto P. **Inimigos públicos:** ensaios sobre a mercantilização da educação no Brasil. São Paulo, SP: Usina Editorial, 2017.

SOUSA, Raimunda Áurea de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A ação do Estado na contramão da realização do trabalho. **Revista Pegada** – vol. 11 n. 2. Dezembro, 2010.

SUÁREZ, Daniel. O princípio educativo da nova direita: Neoliberalismo, ética e escola pública. In. APPLE, Michael W. ... [et al]; GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 19. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro; 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 107 – 121.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista. In. KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de.; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil:** promessas e realidade. – Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019. 222 p.

THOMAZ Jr. QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO: Adestramento ou Liberdade? Uma Contribuição para o Entendimento dos Desafios postos ao Movimento Sindical, diante da Reestruturação Produtiva do Capital. **Revista Eletrônica** do II Colóquio Internacional de Geocrítica “Innovación, Desarrollo y Medio Local - Dimensiones Sociales y Espaciales de la Innovación”. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2000. ISSN 1138 - 9788.

VAISMAN, Ester. **Marx e Lukács e o problema da individualidade:** algumas aproximações. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 441- 459, jul./dez. 2009.

VASAPOLLO, Luciano. **Trabalho atípico e a precariedade.** São Paulo, Expressão Popular, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.

WOOD, Ellen. **Modernity, posmodernity or capitalismo?** *Review of International Political Economy*. Brighton: V. 4, n. 3, 1997.

APÊNDICES

Apêndice A: ENTREVISTA A GESTOR DO SEBRAE-SE

Pergunta número 1:

Como o SEBRAE compreende os conceitos - “Comportamento empreendedor” e “Cultura empreendedora”? E qual a importância desses conceitos serem adotados nos currículos escolares?

Pergunta número 2

Para o SEBRAE, qual a importância da parceria celebrada com Secretaria de educação do estado de Sergipe? A qual tem rendido a elaboração do componente curricular “Projeto de vida, educação empreendedora e financeira”, e a realização de formações para os professores da rede?

Pergunta número 3

O SEBRAE também tem aproximação com instituições de ensino privadas de ensino do estado de Sergipe? Quais os desafios encontrados?

RESPOSTAS:

“A questão é a seguinte, o empreendedorismo hoje é visto do ponto de vista inclusive acadêmico e científico como comportamental então não está vinculado diretamente a uma atividade econômica ou de risco ou de inovação mas sim de atitude diante da vida e aí traz uma importância muito grande para a educação na medida em que isso pode ser a construção de um projeto de vida individual para qualquer que seja o destino ou a ambição ou objetiva de cada aluno então se um aluno deseja passar no concurso para ser policial rodoviário ele certamente vai ter que empreender um caminho para o concurso então o empreendedorismo”

“Então nessa visão o empreendedorismo se aplica a qualquer aluno em qualquer situação de vida, cem por cento dos alunos podem ter vantagens, ganhos escolares em sua formação como ser humano a partir dessa cultura empreendedora. Além disso o empreendedorismo se encaixa dentro do projeto original educacional pedagógico, de que forma, implementando aqueles pilares famosos talvez, do aprender a aprender, e do

aprender a fazer que a cultura empreendedora traz na formação, além disso juntamos com o aprender a conhecer previsto no currículo escolar para gerar o aprender a ser, que é de certa forma a identidade e auto estima das pessoas, então essa característica, ela traz a atividade econômica, atividade profissional, como sendo uma forte identidade”

“Com relação a segunda pergunta, é não há como separar atividade econômica, a expectativas de sobrevivência, de formação profissional da formação escolar, eu acho que isso aí deve estar bem imbricado, inclusive porque o brasileiro tem como característica essa iniciativa né de buscar soluções , mesmo que seja de natureza muito pessoal, mas quando roda aí na periferia das grandes cidades a gente percebe que na fachada de toda casas tem sempre um pequeno anuncio, dar-se banca, forra-se botões, vende-se pasteis, então tudo isso significa uma questão até de sobrevivência e a escola não pode ignorar essa realidade, mais o processo de empreendedorismo não pode ser dissociado do projeto educacional, não é uma atividade acessória.”

“Então, é uma atividade que tem que fazer parte, construído conjuntamente, e é isso que foi feito, está sendo feito em Sergipe, entre o SEBRAE e a secretaria do estado da educação de forma a levar o empreendedorismo como forte componente curricular integrado ao projeto original pedagógico, então o empreendedorismo não é pra preencher horário de aluno, não é para encher hora em escola de horário integral ou coisa semelhante, não o empreendedorismo vem para complementar, para enriquecer, todo o projeto original curricular pedagógico que precisa ser realizado e trazer também inovação, trazer outras formas de educar, de maneira bem mais lúdica, bem mais interessante bem mais afim ao perfil a alma do brasileiro.”

“Bom, com relação à terceira pergunta, é temos que pensar o seguinte qualquer instituição séria vinculada a educação deve estar vivendo um grande incômodo que vem decorrente das transformações tecnológicas que implicam em mudanças comportamentais, mudanças de perfil dos alunos, então é aquela história né uma escola do século XIX com professores do século XX para alunos do século XXI aí a gente tem que encontrar uma solução mas que não desrespeite a natureza humana, ou que não se torne uma ferramenta de interesse meramente mercadológico, então é muito comum a necessidade dessas instituições inclusive privadas né de buscar apoio junto ao SEBRAE e manter grupos de discussão e de estudos permanentes para poder atender a essas”

“ Demandas que estão hoje aí muito forte na sociedade, a gente aí outro dia eu falando para alunos né do curso de administração perguntei aos formandos qual é quem deles tinha ido se matricular originalmente nessa faculdade de Uber e nenhum deles tinha ido

simplesmente porque quando eles entraram no curso de administração não existia Uber em Aracaju e quando se formaram um milhão e trezentos mil brasileiros de alguma forma estão vivendo dessa coisa de aplicativos né seja com moto ou com carros etc então são transformações sociais muito aceleradas que as instituições não tem como acompanhar daí é necessário trabalhar um protagonismo maior da parte dos alunos para que eles possam encontrar suas próprias escolhas, encontrar os seus caminhos”

“Então, nesse sentido instituições como o Sebrae tem uma contribuição muito forte a dar mas são desafios, ninguém tem a solução nós temos que aprender a dialogar com as incertezas e isso se tornar parte do modelo educacional e que os professores de modo geral precisam também passar por uma adaptação severa profunda na sua relação com os próprios alunos porque está em jogo até uma questão de estrutura de poder né a forma como professor atua dentro da sala de aula então talvez uma revolução copérnica precisa acontecer na sala de aula onde os alunos passem a ser o sol de forma a fazer essa mudança né de paradigma e isso aí é muito desafiador não é nada fácil mas com certeza é o caminho”

“E aí a gente também tem que diferenciar alunos né conforme a idade essas coisas que eu digo é aí se aplicam para alunos maiores, os alunos pequenos de educação infantil e mesmo os primeiros anos do ensino fundamental eles precisam de muito suporte humano e acima de tudo humanizar a educação, esse é o principal lastro que precisa ser dado na formação dessas crianças para que eles venham a ter segurança no mundo em permanente transformação como nós vivemos hoje então esse lastro é um trabalho de humanização que precisa ser realizado na escola isso é mais importante do que qualquer tecnologia do que qualquer inovação ou qualquer modelo né desses que vão acontecendo aí de tempos em tempos”

“Se diz que o Brasil não deveria ser o país do futebol, alguém já falou que deveria ser o país da educação eu hoje enxergo que nós temos que aprender com habilidade que nós temos afinidade pelo futebol a como educar a partir do modelo do próprio futebol então é uma pedagogia que atua e mais do pé para cabeça do que da cabeça para o pé e revele todo esse potencial todo esse talento brasileiro e isso é possível o Henri Wallon que é o pai da psicomotricidade afirma que para cada ato motor há um correspondente ato mental então vamos aproveitar dessa inteligência sinestésica motora que nós temos né e aprender a partir do futebol a fazer grandes jogadas também racionais cognitivas e em equipe”

Apêndice B: ENTREVISTA A DIRIGENTE DO SINTESE

QUAIS OS MAIORES DESAFIOS DO SINTESE FRENTE AS CONTRARREFORMAS IMPOSTAS A EDUCAÇÃO DESDE 2017?

Analisar e debater a proposta do Novo Ensino Médio foi um primeiro desafio compreendendo sua concepção e em sequência construir uma proposta alternativa à implementada. Fomentar o debate a respeito da nossa proposta construída junto a base e promover encontros para elaborar nas unidades escolares matrizes curriculares que se adequassem a lei, mas sem incorporar a concepção neoliberal.

COMO O SINTESE AVALIA A APOLOGIA A EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E SUA INCORPORAÇÃO PELO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE?

Somos contrários a essa incorporação. Essa apologia deixa óbvia a visão neoliberal que assola nossa educação.

COMO O SINDICATO AVALIA A PARCERIA ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO E O SEBRAE, SOBRETUDO NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS PARA CURRÍCULO DO ESTADO?

Como uma visão de empreendedorismo sustentado numa meritocracia que não reflete a realidade dos nossos estudantes. Defendemos que fosse discutido o cooperativismo, pelas associações e pela reunião e organização do nosso povo, em nome da emancipação política e social que almeja a revolução pela qual muitos lutaram.

COMO O SINDICATO COMPREENDE A CONDUÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SERGIPE POR FUNDAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE CORTE PRIVADO?

A posição do SINTESE é que a formação continuada deve ser em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior. Sempre colocamos nossa posição contrária a essa ação deliberada pelo Estado parceria com fundações e empresas privadas.

A REDE PRIVADA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO TEM ADERIDO AO COMPONENTE “PROJETO DE VIDA” E “EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA” EM SUA GRADE CURRICULAR?

Sim, em algumas unidades escolares temos o conhecimento da adesão.

O CURRÍCULO DO ESTADO DE SERGIPE TEM SIDO CONSTRUÍDO DE MANEIRA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA?

Sob nossa perspectiva não. Na medida em que trazer o documento pronto e reunir apenas gestores e um representante de professor por escola para conhecer e implementar nas escolas não é participação democrática e ampla da comunidade escolar.

O MAGISTÉRIO DE SERGIPE TEM SE POSICIONADO DE MANEIRA CONSCIENTE FRENTE AO PROCESSO DE DESMONTE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, OU AINDA HÁ DIFICULDADES NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA?

Em alguns aspectos a resistência é imediata, em outros precisamos promover mais espaços de análise e debate.

ESCOLAS PARTICULARES DO ESTADO DE SERGIPE TÊM SE SUBMETIDO AS DETERMINAÇÕES DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DO MESMO MODO QUE A REDE PÚBLICA? SE NÃO, QUAIS AS DIFERENÇAS?

Não. O próprio currículo trabalhado nas escolas privadas é bem diferente do que foi implantado na rede estadual.

QUAL A VISÃO DO SINDICATO ACERCA DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - "SAESE"?

Infelizmente se trata de um modelo de avaliação que não leva em consideração a realidade distinta das unidades escolares, muito menos a estrutura técnica, física e pedagógica necessária para assegurar uma formação sólida, mirada nos princípios de uma educação de qualidade social. O formato adotado para o SAESE serve apenas a meritocracia, uma vez que irá ranquear as escolas e fomentar menosprezo e críticas àquelas que forem “mal avaliadas”.

COMO O SINDICATO AVALIA O APELO A FORMAÇÃO PALTADA EM COMPETÊNCIAS E HABILIDADES, SOBRETUDO SÓCIOEMOCIONAIS, PALTADAS NA RESILIÊNCIA E NO MÉRITO?

Uma educação pautada nesses princípios não atende ao que defendemos que é a formação para a emancipação humana a luz da defesa de Paulo Freire. Esse modelo de competência e habilidades, resiliência e mérito, serve para a educação para o capital, formando mão de obra de mercado e com baixa perspectiva de transformação social, sob uma padronização de aluno ideal.

QUAL A VISÃO DOS SINTESE A CERCA DA PROLIFERAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE APRENDIZAGEM? QUAIS AS MAIS ACESSADAS NO ESTADO? A REDE PÚBLICA OPTOU POR ALGUMA?

O uso de tecnologia no processo de ensino e aprendizagem não pode e nem deve ser descartado. O seu uso vai ser orientado a partir do conceito de educação, ou perspectiva de educação a qual nos propomos. Nossa defesa é de uma educação presencial na qual recursos tecnológicos sejam utilizados para garantir um maior alcance e melhor aproveitamento do que está sendo trabalhado junto aos estudantes.

Apêndice C: QUESTIONÁRIOS APLICADOS VIA GOOGLE FORMS

Questionário aplicado via Google Forms, junto aos professores da rede de ensino do estado de Sergipe

Afirmação 1.

O novo currículo de Sergipe, pautado no "Novo Ensino Médio" e na garantia dos direitos a aprendizagens e competências gerais contempladas pela BNCC, de fato, foi elaborado de maneira coletiva e democrática.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
18,3%	31,7%	3,3%	30,8%	15,8%

Afirmação 2.

O SEBRAE tem sido um grande parceiro da SEDUC/SE no processo de formação de professores que atuam no Ensino Médio. As formações ofertadas me capacitaram o suficiente para lecionar componentes curriculares tais como - "Educação Empreendedora", "Educação Financeira" e "Projeto de Vida".				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
29,2%	21,7%	9,2%	30%	10%

Afirmação 3.

Considero que a Reforma do Ensino Médio trouxe mais ganhos do que perdas para o processo formativo dos alunos.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
35,8%	35,8%	1,7%	20%	6,7%

Afirmação 4.

Considero que a diminuição da carga horária de grande das disciplinas em detrimento do advento de novos componentes curriculares representa um grave problema para o processo de formação dos alunos.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
4,2%	7,5%	1,7%	35,8%	50,8%

Afirmação 5.

Da maneira como está posto, o Novo Ensino Médio pode promover nos estudantes o desenvolvimento de uma pauta individualista e concorrencial, baseada no gerenciamento de si mesmo.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
10,8%	17,5%	11,7%	44,2%	15,8%

Afirmação 6.

As proposições da BNCC, homologada em 20 de dezembro de 2017, pelo Conselho Nacional de Educação, refletem um projeto educativo capaz de formar sujeitos críticos e conscientes de sua condição de classe.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
14,2%	25,8%	6,7%	43,3%	10%

Afirmação 7.

Minha escola tem assegurado (ou seja, dispõe dos meios infra estruturais e pedagógicos necessários) o desenvolvimento do chamado "Protagonismo juvenil", permitindo que o aluno defina, por meio do seu projeto de vida, seu percurso formativo.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
24,2%	22,5%	5%	35%	13,3%

Afirmação 8.

Considero que os cursos de formação continuada oferecidos por meio das plataformas de ensino têm atendido às necessidades impostas pelo currículo advindo do Novo Ensino Médio em minha escola.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
29,2%	30%	5,8%	27,5%	7,5%

Afirmação 9.

Em Sergipe as escolas privadas estão submetendo-se à Reforma do Ensino Médio da mesma maneira que a rede pública de ensino.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
44,2%	14,2%	17,5%	20,8%	3,3%

Afirmação 10.

Muito embora o eixo "empreendedorismo" seja enaltecido como inovador e necessário ao desenvolvimento de atitudes ativas, as habilidades propostas por esse eixo desconsideram a realidade dos alunos, suas demandas e suas peculiaridades socioambientais, culturais e econômicas.				
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
8,3%	10%	6,7%	37,5%	37,5%

Apêndice D: COMPONENTES CURRICULARES DAS ESCOLAS PRIVADAS LOCALIZADAS NAS SEDES DAS DRE

COMPONENTES CURRICULARES			
DRE 1	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	OPEE Aprofundamento em Biologia, Química, Física, Matemática e Produção de texto	Projetos Integradores - Proposto pelo material didático (SOMOS Educação) Diversidade e respeito; Sociedade e natureza; Energia e Consciência; Água um bem sustentável?	Projetos Integradores - Proposto pelo material didático (SOMOS Educação) Diversidade e respeito; Sociedade e natureza; Energia e Consciência; Água um bem sustentável?

OBS: Para todas as tabelas, a sigla OPEE significa – “Orientação Profissional de Empregabilidade e Empreendedorismo”

COMPONENTES CURRICULARES		
DRE 2	Escola 1	Escola 2
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.	
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida	
	OPEE, e Unidades Eletivas Integradoras propostas pelo material didático BERNOULLI Espanhol Sustentabilidade Astronomia Economia	OPEE, Aprofundamento das disciplinas da Base Comum; Proposto pelo material didático da rede ELEVA, e Unidades Eletivas Integradoras associadas ao mundo do trabalho: Medicina e saúde; Engenharia e economia; Química Forense; Economia e Finanças;

COMPONENTES CURRICULARES			
DER 3	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	OPEE Unidades Eletivas Integradoras: Criminologia Forense; Coleção POLIEDRO	OPEE Unidades Eletivas Integradoras: Comunicação e contemporaneidade; História de Sergipe; Matemática em diferentes olhares; Oficina de redação Coleção BERNOULLI	OPEE Unidade Eletiva Integradora: Economia para o futuro; Aprofundamento das disciplinas da Base Comum Robótica e Música (Extracurricular) Coleção SISTEMA FARIAS BRITO

COMPONENTES CURRICULARES			
DER 3	Escola 4	Escola 5	Escola 6
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	Unidade Eletiva Integradora de Produção de Texto, Robótica (Extracurricular) Aprofundamento da Base Comum	Aprofundamento das disciplinas da Base Comum, Proposto pelo material didático da rede ELEVA. Unidades Eletivas Integradoras associadas ao mundo do trabalho: Medicina e saúde; Engenharia e economia; Química Forense; Economia e Finanças;	OPEE, Unidades Eletivas Integradoras: Programa em saúde; Educação Financeira; Informática; Coleção FDT - Educação

	Coleção SAS	Coleção ELEVA	
COMPONENTES CURRICULARES			
DRE 4	Escola 1		
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	Unidades Eletivas de Aprofundamento da Base Comum		

COMPONENTES CURRICULARES			
DRE 5	Escola 1		
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	OPEE e Unidades Eletivas de Aprofundamento da Base Comum		

COMPONENTES CURRICULARES		
DRE 6	Escola 1	Escola 2
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.	
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida	
	OPEE	OPEE
	Aprofundamento em Biologia, Química, Física, Matemática e Produção de texto	Investigação e saúde; Tecnologias e pesquisa; Política; Economia na pratica e no futuro; Matemática financeira; Biotecnologia;
	Oficina de Artes e teatro	
	Coleção POSITIVA	Coleção MODERNA

COMPONENTES CURRICULARES			
DRE 8	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	OPEE Unidade Eletiva Integradora: Matemática financeira Coleção MAXi	Projetos Integradores de Linguagens, Produção de texto, Política, Iniciação científica. Coleção SAS	OPEE Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Coleção SISTEMA FARIAS BRITO

COMPONENTES CURRICULARES	
DRE 9	Escola 1
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida
	Projetos Integradores de Linguagens; Produção de texto; Artes; Iniciação científica; Matemática financeira; Coleção SAS

COMPONENTES CURRICULARES			
DEA	Escola 1	Escola 2	Escola 3
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	Projetos Integradores de Linguagens e Produção de texto Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Coleção ÉTICO	Projetos Integradores de Linguagens, Produção de texto, Política, Iniciação científica Robótica. Coleção SISTEMA FARIAS BRITO	Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Coleção ÂNGULO editora

COMPONENTES CURRICULARES			
DEA	Escola 4	Escola 5	Escola 6
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	Projetos Integradores de Linguagens e Arte regional; Gestão Financeira; Cinematografia; Práticas Laboratoriais; Construindo o Futuro; Acadêmico Profissional; Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Coleção EDEBÊ	Projetos Integradores de Linguagens, Produção de texto e práticas textuais; Robótica; OPEE Coleção SAS	Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Projetos Integradores de ampliação da língua Inglesa e Iniciação científica OBS: Não dispõem de plataforma de ensino. Coleção MODERNA

COMPONENTES CURRICULARES			
DEA	Escola 7	Escola 8	Escola 9
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	OPEE Projeto Integrador de Matemática Financeira. Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Coleção VORRTEX	Unidades eletivas Integradoras propostas pelo material didático BERNOULLI Espanhol; Sustentabilidade; Astronomia; Economia; Coleção BERNOULLI	OPEE. Unidades eletivas Integradoras propostas pelo material didático BERNOULLI Espanhol; Sustentabilidade; Astronomia; Economia; Coleção BERNOULLI

COMPONENTES CURRICULARES			
DEA	Escola 10	Escola 11	Escola 12
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.		
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida		
	Aprofundamento das disciplinas da Base Comum, Proposto pelo material didático da rede ELEVA, e Unidades Eletivas Integradoras associadas ao mundo do trabalho. Medicina e saúde; Engenharia e economia; Química Forense; Economia e Finanças; Coleção ELEVA	Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Unidade Eletiva Integradora de Tecnologia e Inovação OPEE Coleção SAE Digital Educacional.	Unidades Integradoras de Aprofundamento da Base Comum Projetos Integradores de ampliação da língua Inglesa e Iniciação científica Coleção SISTEMA FARIAS BRITO

COMPONENTES CURRICULARES		
DEA	Escola 13	Escola 14
Base comum	Língua portuguesa, artes, educação física, geografia, história, sociologia, filosofia, biologia, química, física e matemática.	
Base diversificada	Redação , literatura, língua estrangeira e Projeto de vida	
	Aprofundamento das disciplinas da Base Comum. OPEE Coleção UNO Educação	Projetos Integradores de Cultura Digital, Aprender a ser e a conviver, Gincana Cultural e Esportiva. OPEE Coleção SISTEMA FARIAS BRITO